

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PDI IFAP 2024 · 2028

“Educação, Ciência e Tecnologia Planejadas de forma estratégicas”

Macapá/AP
2023

INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ · IFAP

REITORA

Romaro Antonio Silva

CHEFE DE GABINETE

Luiz Ricardo Fernandes de Farias Aires

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Victor Hugo Gomes Sales

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Alyne Cristina Sodré Lima

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Welber Carlos Andrade da Silva

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Patricia Paranhos Barbosa

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Paula Almeida Chaves

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Tatiane Vaz de Sales Cardoso

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

Gil Constâncio de Lima Rodrigues

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Robson Luiz Silva Souza

DIRETOR DE ENGENHARIA

Alexandre Salomão Barile Sobral

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS MACAPÁ

Marcus Vinicius da Silva Buraslan

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS SANTANA

Marlon de Oliveira Nascimento

DIRETORA-GERAL DO CAMPUS LARANJAL DO JARI

Lucilene de Sousa Melo

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PORTO GRANDE

Fabricio Ribeiro Ribeiro

DIRETOR DO CAMPUS AVANÇADO OIAPOQUE

Eliel Cleberson da Silva Nery

COORDENADOR DO CENTRO DE REFERÊNCIA EAD PEDRA BRANCA DO AMAPARI
Orian Vasconcelos Carvalho

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
PDI IFAP 2024 · 2028

COMISSÃO CENTRAL
Portaria nº 371 de 8 de março de 2023

Eder Bart Sousa da Cruz
Presidente da Comissão

Membros

Karina Pingarilho Paschoalin
Shirlene Ferreira Valente
Ana Paula Almeida Chaves
Victor Hugo Gomes Sales
Romaro Antonio Silva
Patricia Paranhos Barbosa
Ediberto Joseman Vercosa de Sousa
Ronaldo Franck Figueiredo Leite
Alexandre Salomão Barile Sobral
Gil Constâncio de Lima Rodrigues
Robson Luiz Silva Souza
Márcio Getúlio Prado de Castro
Marlon de Oliveira Nascimento
Lucilene de Sousa Melo
José Leonilson Abreu da Silva Junior
Eliel Cleberson da Silva Nery
Orian Vasconcelos Carvalho

COMISSÃO ÚNICA DE ELABORAÇÃO DOS EIXOS TEMÁTICOS
Portaria nº 1.555 de 24 de outubro de 2023

Eder Bart Sousa da Cruz
Presidente da Comissão

Membros

Shirlene Ferreira Valente
Adriana do Socorro Monteiro Bastos
Gessica de Almeida Leal
Pablo dos Santos Lazameth
Victor Hugo Gomes Sales
Deusiane Castor de Brito
Willians Lopes Almeida

Alyne Cristina Sodré Lima
Ana Paula Almeida Chaves
Gil Constâncio de Lima Rodrigues Filho
Suely Leitão da Conceição
Alexandre Salomão Barile Sobral
Robson Luiz Silva Souza
Ronaldo Franck Figueiredo Leite

Revisores de Texto

Bruno Servulo da Silva
Elienai Moraes Barbosa
Jorlaine Monteiro Girão de Almeida
Josiane Silveira Coimbra
Lilian Lobato do Carmo
Mabia Nunes Toscano
Mônica do Socorro de Jesus Chucre
Rita de Cássia Medeiros Borges
Teresina Rosa de Mescouto

GLOSSÁRIO DE TERMOS

Ambiente Externo – Ambiente sobre o qual a organização não detém relevante capacidade de influência. i.e. Ambiente político, econômico, social.

Ambiente Interno – Ambiente sobre o qual a organização detém maior grau de controle. Envolve variáveis internas à entidade.

BSC – Balanced Scorecard.

BPM – Gerenciamento de processos de negócio

Diagnóstico – Atividade que visa a apresentar a realidade vivenciada pela organização em um determinado período. Pode ser realizado por meio de diferentes ferramentas e possuir diferentes abrangências.

Diretriz – Conjunto de indicações de caráter geral e amplo, que visam direcionar o comportamento da organização.

Eficiência - É o “fazer certo as coisas”. Conceito relacionado à melhor e mais econômica forma de realizar algo.

Eficácia - É o “fazer as coisas certas”. Está relacionada ao atingimento de resultados esperados, ou seja, uma atividade é eficaz quando atinge seus objetivos com qualidade.

Efetividade - Alia os conceitos de Eficiência e Eficácia. Assim, algo possui efetividade quando promove a melhor utilização dos recursos disponíveis e atinge seus objetivos com qualidade. No âmbito da Serviços Públicos, Efetividade significa gerar um efeito/impacto positivo para a sociedade.

Economicidade - Conceito similar ao empregado para Efetividade. Além disso, possui conotação de Princípio da Administração Pública, exigindo uma análise de custo/benefício na contratação/prestação de produtos ou serviços públicos.

Estratégia – Conjunto de decisões que orientam as ações da organização visando sua sustentabilidade e seu desenvolvimento.

Indicador – É a medida em relação a qual as Metas serão calculadas. Elemento que permite mensurar o grau de atingimento de resultados.

Índice – É o valor medido e efetivamente aferido pelo indicador.

Meta – É o Objetivo quantificado, passível de mensurar quantitativa ou qualitativamente. Normalmente está associada a algum número.

Missão – Razão de existência de uma organização. Seu propósito primeiro.

Objetivo – Resultado a que se pretende alcançar.

Plano de Ação – Ação organizada e estruturada de forma sistemática visando a atingir algum objetivo. Normalmente é definido em conjunto com objetivos, responsáveis, metas, custos e prazos.

Processo – É uma sucessão de atividades com início e fim definidos, que se repete ao longo do tempo e entrega um resultado não exclusivo.

Projeto – É um esforço temporário, com início e fim determinados, que visa a entrega de um produto, serviço ou benefício único e exclusivo.

Rotina organizacional – É uma sequência de atividades que se repetem ao longo do tempo, percebida através de padrões reconhecidos.

SWOT – Acrônimo para Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças).

Stakeholders – São partes interessadas, sendo pessoas ou organizações que podem ser afetadas pelos projetos e processos de uma empresa.

Tarefa – É uma unidade de trabalho. Um pacote organizado de trabalho que faz parte de um sistema mais amplo.

Valores – Princípios orientadores do comportamento organizacional. Trata-se daquilo que se espera no comportamento de todos que colaboram com o desempenho da organização.

Visão – Condição futura que a organização deseja alcançar, limitada a um determinado período temporal.

LISTA DE SIGLAS

ALCMS Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.

APL Arranjos Produtivos Locais

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CEB Câmara de Educação Básica

CEFETS Centros Federais de Educação Tecnológica.

CET Comissão de Ética

CGRC Comitê de Governança, Riscos e Controle

CNE Conselho Nacional de Educação.

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

CODIR Colégio de Dirigentes

CONIF Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

CONSEPE Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONSUP Conselho Superior.

CPA Comissão Própria de Avaliação.

CPPD Comissão Permanente de Progressão Docente.

DEICE Departamento de Informação, Comunicação e Eventos.

DIEAD Direção de Educação à Distância.

DIEN Direção de Ensino.

DINST Diretoria de Desenvolvimento Institucional.

DITI Diretoria de Tecnologia da Informação.

EAD Ensino a Distância.

EJA Educação de Jovens e Adultos.

ENEM Exame Nacional do Ensino Médio.

EPT Educação Profissional e Tecnológica.

ETFAP Escola Técnica do Amapá.

FIC Formação Inicial e Continuada.

FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

FORPLAN Fórum de Pró-reitores de Administração.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

IES Instituição de Ensino Superior.

IF Instituto Federal.

IFAP Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.

IFDM Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

LDBEN Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LIBRAS Língua Brasileira de Sinais.

LOA Lei Orçamentária Anual.

MEC Ministério da Educação.

MERCOSUL Mercado Comum do Sul.

NAPNE Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas.

NIT Núcleo de Inovação Tecnológica.

NTA Núcleo de Tecnologia Assistiva.

OCC Orçamento de Custeio e Capital.

PDI Plano de Desenvolvimento Institucional.

PDE Plano de Desenvolvimento da Educação.

PDSA Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá.

PIB Produto Interno Bruto.

PIBIC Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

PIBID Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

PLOA Projeto de Lei do Orçamento Aual.

PNAES Programa Nacional de Assistência Estudantil.

PNL Plataforma Nilo Peçanha.

PNMM Programa Nacional Mulheres Mil.

PPGEA Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental.

PPI Projeto Pedagógico Institucional.

PPP Projeto Político Pedagógico.

PROAD Pró-Reitoria de Administração.

PROEJA Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

PROEJA Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

PROEN Pró-Reitoria de Ensino.

PROEXT Pró-Reitoria de Extensão.

PROGEP Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

PRONATEC Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico.

PROPPi Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

SDH/PR Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

SEPLAN Secretaria de Planejamento Amapá.

SETEC Secretaria de Ciência e Tecnologia.

SIAPE Sistema de Pessoal da Administração Federal.

SIASS Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor.

SIC Sistema de Informações ao Cidadão.

SICAJ Sistema de Cadastro de Ações Jurídicas.

SIGAC Sistema de Gestão de Acesso.

SINAES Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

SISAC Sistema de Controle de Ações de Comunicação.

SISU Sistema de Seleção Unificada.

SISTEC Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica.

SUAP Sistema Unificado de Administração Pública.

TAE Técnico-Administrativos em Educação.

TAM Termo de Acordo de Meta.

TGA Tecnologia em Gestão Ambiental.

UAB Universidade Aberta do Brasil.

UFRRJ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. PERFIL INSTITUCIONAL

- 1.1 Histórico
- 1.2 Área de Abrangência
 - 1.2.1 Contexto Geográfico
 - 1.2.2 Contexto Social, Político e Econômico da Região
 - 1.2.3 Contexto Internacional
 - 1.2.4 Contexto Histórico e Cultural
 - 1.2.5 Economia dos Municípios
 - 1.2.6 Cenário Educacional no Amapá
- 1.3 Áreas de Atuação do IFAP
- 1.4. Finalidades e Competências
 - 1.4.1 Princípios
 - 1.4.2 Características e Finalidades
 - 1.4.3 Objetivos

2. GESTÃO ESTRATÉGICA

- 2.1 Planejamento estratégico
 - 2.1.1 Modelo de Negócio – IFAP
 - 2.1.2 Perfil Institucional – Missão; visão; e valores
 - 2.1.3 Análise situacional
 - 2.1.3.1 construção de cenário
 - 2.1.4 Balanced Scorecard – BSC
 - 2.1.5 Mapa Estratégico
 - 2.1.6 Objetivos Estratégico, indicadores e metas
 - 2.1.7 Plano de Ação estratégico - PAE

3. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 3.1 Estrutura Organizacional e instâncias de decisão
- 3.2 Organograma Institucional
- 3.3 Órgãos Colegiados: competências e composição
- 3.4 Órgãos de apoio às atividades acadêmicas
- 3.5 Relações e Parcerias com a comunidade, instituições e empresas

4. PLANO DE COMUNICAÇÃO

- 4.1 Histórico
- 4.2 Princípios e valores da Comunicação Institucional
- 4.3 Competências e Atribuições da Comunicação Institucional
- 4.4 Gerenciamento da comunicação institucional
- 4.5 Segmentação da comunicação: canais e públicos
 - 4.5.1 Canais
 - 4.5.2 Canais de comunicação já existentes
 - 4.5.3 Canais de comunicação a serem implementados
- 4.6 Públicos
- 4.7 Comunicação Descentralizada
- 4.8 Comunicação Inclusiva
- 4.9 Eventos
- 4.10 Identidade Visual
- 4.11 Pesquisa
- 4.12 Serviço de Informação do Cidadão

5. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

- 5.1 Mecanismos de Inserção Regional
 - 5.1.1 Interiorização Presencial
 - 5.1.2 Ensino a Distância
 - 5.1.3 Pesquisa científica e o desenvolvimento de tecnologia e inovação
 - 5.1.4 Extensão tecnológica
 - 5.1.5 Assistência Estudantil
- 5.2 PERFIL HUMANO
 - 5.2.1 Perfil Docente
 - 5.2.2 Perfil dos discentes
 - 5.2.3 Perfil dos egressos
- 5.3 Política Pedagógica Institucional
 - 5.3.1 Princípios filosóficos e epistemológicos que norteiam a prática educativa do IFAP
- 5.4 Concepção Teórica-Pedagógica
- 5.5 Currículo, Ensino E Aprendizagem
- 5.6 Política de Ensino
 - 5.6.1 Objetivos
 - 5.6.2 Política de ensino para a educação Profissional Técnica de nível médio
 - 5.6.1 Diretrizes para os cursos técnicos de nível médio na forma Integrada, modalidade EJA-EPT

5.6.2 Políticas de Ensino para a Graduação

5.6.2.1 Dos cursos de graduação (bacharelado e licenciatura)

5.6.2.2 Dos cursos superiores de tecnologias

5.6.2.3 Dos cursos de licenciatura (formação de professores)

5.6.2.4 Dos cursos de bacharelado

5.7 Políticas de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

5.7.1 A Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação no Instituto Federal do Amapá

5.7.2 Diretrizes para a Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

5.7.3 Os eixos da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

5.7.3.1 Pesquisa

5.7.3.1.1 Princípios norteadores

5.7.3.1.2 Objetivos

5.7.3.2 Pós-Graduação

5.7.3.2.1 Princípios norteadores

5.7.3.3 Inovação

5.7.3.3.1 Princípios norteadores

5.7.4 Ações da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

5.8 Políticas de Extensão

5.9 Política de Assistência estudantil

5.10 Políticas e práticas da Educação a Distância

5.11 Acessibilidade a pessoas com necessidades específicas

5.12 Políticas de Estágio e/ou Prática Profissional

5.13 Atividades Complementares

5.14 Diretrizes para a formulação de indicadores de gestão e desempenho

5.7.1 A Educação Inclusiva no IFAP

5.15 Avaliação do Projeto político-Pedagógica Institucional

6 PLANO DE OFERTAS DE VAGAS

6.1 Eixos Tecnológicos ofertados pelo Instituto Federal do Amapá

6.1.1 Ambiente e Saúde

6.1.2 Desenvolvimento Educacional e Social

6.1.3 Gestão e Negócios

6.1.4 Informação e Comunicação

6.1.5 Infraestrutura

6.1.6 Produção Alimentícia

- 6.1.7 Produção Cultural e Design
- 6.1.8 Produção Industrial
- 6.1.9 Recursos Naturais
- 6.1.10 Segurança
- 6.1.11 Turismo Hospitalidade e Lazer
- 6.2 Percentuais mínimos legais
- 6.3 Plano de Ofertas de vagas
 - 6.3.1 Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio Regular
 - 6.3.2 Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos – PROEJA
 - 6.3.3 Cursos Técnicos Subsequentes
 - 6.3.4 Cursos Superiores
 - 6.3.4.1 Tecnólogos
 - 6.3.4.2 Licenciaturas
 - 6.3.4.3 Bacharelados
 - 6.3.5 Curso de Formação Inicial e Continuada
- 6.4 Pós-Graduação
 - 6.4.1 Pós-Graduação Lato Sensu
 - 6.4.2 Pós-Graduação Stricto Sensu
- 6.5 Acompanhamento da Oferta de Vagas

7 PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS

- 7.1 Composição
 - 7.1.1 Perfil do Corpo Docente
 - 7.1.2 Perfil dos Técnico-Administrativos
- 7.2 Plano de Carreira Docente
- 7.3 Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação
- 7.4 Critérios de Seleção para Docentes, Técnico-Administrativos e Professor Substituto
- 7.5 Plano de Expansão do Quadro Docente e de Técnico-Administrativos
- 7.6 Plano de Capacitação e Qualificação
- 7.7 Saúde e Qualidade de Vida no IFAP
- 7.8 Ações Executadas com Base no PDI 2019 – 2023

8 PLANO DE INFRAESTRUTURA

- 8.1 Infraestrutura de obra da Reitoria
- 8.2 Infraestrutura Física Existente nas Unidades do IFAP
- 8.3 Infraestrutura geral de Biblioteca

9 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

- 9.1 Capacidade e Sustentabilidade Financeira
- 9.2 Eficiência e efetividade na execução orçamentária do IFAP
- 9.3 Planejamento das ações institucionais e o Planejamento de compras e contratações
- 9.4 Estratégias
- 9.5 Indicadores
- 9.6 Previsão Orçamentária

10 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

- 10.1 Órgãos Executores da Avaliação Institucional
- 10.2 Avaliação Institucional
- 10.3 Metodologia, Dimensões e Instrumentos do Processo de Autoavaliação
- 10.4 Dimensões Norteadoras do Processo de Autoavaliação Institucional

11 MONITORAMENTO, CONTROLE E REVISÃO DO PDI

12 GOVERNANÇA: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, GESTÃO DE MACROPROCESSO E GESTÃO DE RISCO.

- 12.1 Estrutura de Governança

13 RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE

- 13.1 Canais de acesso do cidadão
- 13.2 Carta de Serviços ao Usuário
- 13.3 Aferição do grau de satisfação dos usuários
- 13.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a atuação da Unidade

APRESENTAÇÃO

1. PERFIL INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (Ifap) é uma conquista histórica da sociedade amapaense. Foi preciso cerca de um século para que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, uma herança do Império, chegasse ao estado. A partir da criação em lei da instituição, o ritmo de implantação corre contra o tempo e de forma estratégica.

Pouco mais de uma década depois, dezenas de milhares de alunos estão matriculados em todos os níveis e modalidades da educação profissional, utilizando uma estrutura *multicampi* que chega a todas as regiões do território do Amapá, do sul ao norte, do leste a oeste.

É fato que o Amapá é um dos estados mais novos do país, tendo sido criado pela Constituição de 1988, com a transformação do Território Federal do Amapá, a exemplo de Acre, Rondônia e Roraima. Mas faltava ter uma instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (Ifap) se deu nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou 38 Institutos Federais, a partir da transformação ou integração das Escolas Técnicas e Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica.

Com trajetória centenária, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica constitui-se atualmente de 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II, totalizando 41 instituições. São 643 *campi*, mais de um milhão de matrículas e cerca de 80 mil servidores (professores e técnico-administrativos) (CONIF, 2018).

As instituições da Rede Federal têm o compromisso social de oferecer educação profissional pública, gratuita e de excelência a jovens e trabalhadores, do campo e da cidade; de viabilizar o acesso efetivo às conquistas científicas e tecnológicos, por meio da oferta de qualificação profissional em diversas áreas de conhecimento; de promover a pesquisa aplicada e a inovação; de atuar fortemente na extensão tecnológica.

Alguns dos diferenciais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são:

- Potencial inclusivo;
- Destinação de 50% das vagas à educação técnica de nível médio;
- Mínimo de 20% das vagas voltado à formação de professores;
- Cerca de 30% das vagas para cursos superiores de tecnologia, bacharelados, engenharias

e pós-graduações (mestrado e doutorado);

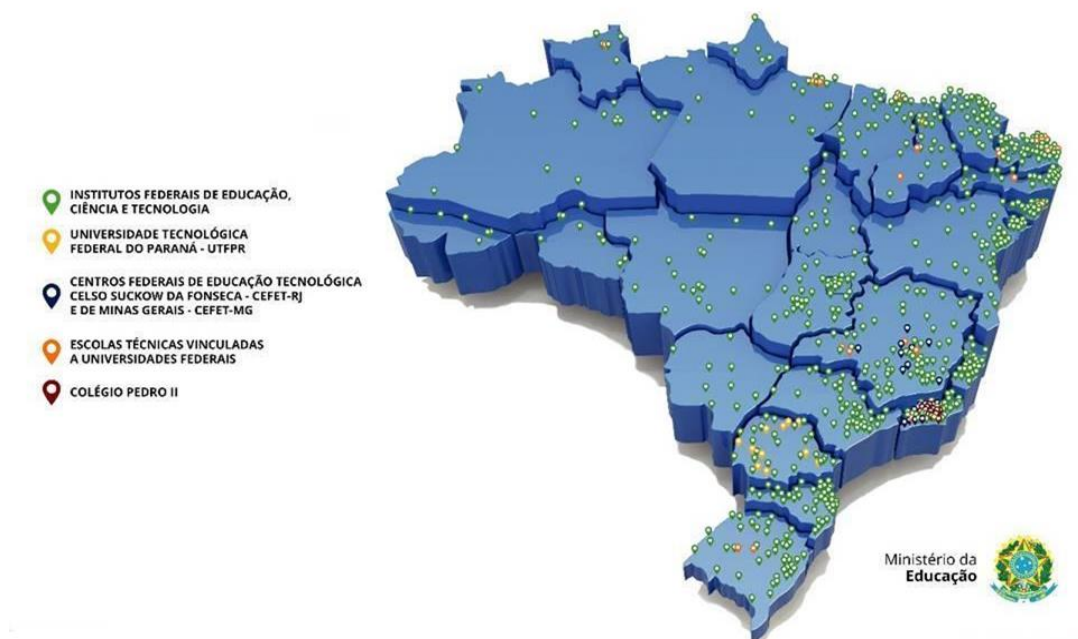
- Políticas de fomento da pesquisa aplicada;
- Transferência de tecnologia aplicada a produtos e processos, por meio da extensão tecnológica;
- Atuação em todos os níveis da educação profissional e tecnológica;
- Cursos voltados ao atendimento dos arranjos produtivos locais;
- Formação de profissionais de excelência com instrução cidadã;
- Estímulo à capacitação e qualificação dos servidores;
- Investimento em Internacionalização;
- Incentivo à criatividade, inovação e visão de futuro.

Alinhada com as diretrizes expressas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a atuação da Rede constitui-se, dessa forma, como importante contribuição à geração de novas, múltiplas e melhores oportunidades de formação para milhões de brasileiros num horizonte de longo prazo.

Estrategicamente, engloba diversos aspectos, como a questão geográfica das disparidades estruturais, do desenvolvimento econômico e da inclusão social. Nesse sentido, vale ressaltar os objetivos gerais da Política de Educação Profissional, Tecnológica e Superior definidos pelo MEC:

- Expandir, ampliar, interiorizar e consolidar a rede de Institutos e Universidades Federais, permitindo a ampliação da oferta de vagas e a democratização do acesso;
- Promover a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional e estimulando a permanência deles no interior do país; e
- Potencializar a função social e o engajamento dos Institutos e Universidades como expressão das políticas do Governo Federal na superação da miséria e na redução das desigualdades sociais e territoriais.

Figura 1. Mapa da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.



Fonte: Site da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Redetec (<http://redefederal.mec.gov.br/historico>)

Integrado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Instituto Federal do Amapá é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, é equiparado às universidades federais.

É uma autarquia de regime especial de base educacional humanística e técnico-científica, cuja autonomia reflete explicitamente a sua natureza jurídica, a sua prerrogativa de criação e extinção de cursos e a emissão de diplomas nos limites de sua área de atuação territorial.

É regido pelos atos normativos, pela legislação federal e pelos seguintes instrumentos normativos: Estatuto, Regimento Geral, Resoluções do Conselho Superior e Atos da Reitoria.

Sua estrutura descentralizada pluricurricular e multicampi, apresenta os seguintes domicílios: 1. Reitoria. 2. *Campus Macapá*. 3. *Campus Avançado Oiapoque*. 4. *Campus Laranjal do Jari*. 5. *Campus Santana*. 6. *Campus Porto Grande*. 7. *Centro de Referência em Educação a Distância de Pedra Branca do Amapari*. 8. *Polo Amapá*.

Oferta cursos de graduação em Licenciatura, bacharelado e Tecnologia e adota como forma de ingresso o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Ainda no âmbito do ensino superior, a instituição oferece 18 cursos. Em nível de pós-graduação, a instituição tem a oferta de cinco cursos lato sensu e 1 stricto sensu, este realizado em parceria no âmbito da Rede Federal. Já o Ensino Técnico (integral e subsequente) é atendido por 17 cursos em todas as unidades em formato presencial e EaD.

1. Histórico

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá originou-se a partir da criação da Escola Técnica Federal do Amapá, instituída pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007. A Escola Técnica Federal do Amapá (ETFAP) foi criada como entidade de natureza autárquica, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), nos termos da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.

A Portaria MEC nº 1.067, de 13 de novembro de 2007, atribuiu ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (Cefet/PA) o encargo de implantar a Escola Técnica Federal do Amapá (ETFAP). A Portaria MEC nº 1.199, de 12 de dezembro de 2007, nomeou o professor Emanuel Alves de Moura para exercer o cargo de Diretor Geral *Pró-Tempore* da Escola Técnica Federal do Amapá (ETFAP).

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892, que implantou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, transformou a ETFAP em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, vinculado ao MEC, com natureza jurídica de autarquia; sendo, pois, detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Por meio da Portaria MEC 021/2009, de 7 de janeiro de 2009, foi nomeado o professor Emanuel Alves de Moura, como Reitor *Pró-Tempore* desta autarquia.

O Instituto Federal do Amapá, com sua estrutura descentralizada pluricurricular e multicampi, apresenta os seguintes domicílios:

1. Reitoria.
2. *Campus* Macapá.
3. *Campus* Avançado Oiapoque.
4. *Campus* Laranjal do Jari.
5. *Campus* Santana.

6. *Campus* Porto Grande.

7. Centro de Referência em Educação a a Distância de Pedra Branca do Amapari.

8. Polo Amapá

No segundo semestre de 2010, primeiro ano de sua atuação, o Instituto Federal do Amapá iniciou suas atividades na área de Ensino Técnico de Nível Médio, no *campus* Laranjal do Jari, com os cursos na modalidade Subsequente, a saber, Técnico em Secretariado, Técnico em Informática e Técnico em Secretaria Escolar; e no *Campus* Macapá, na mesma modalidade, com os Cursos Técnicos em Informática e Edificações.

Em 2011, obedecendo ao processo de instalação e implementação, começaram a ser ofertados os demais cursos de Ensino Técnico de Nível Médio nas modalidades Integrado, Subsequente e Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), Cursos superiores de Licenciaturas e de Tecnologia, Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* e Formação Inicial e Continuada (FIC). Ainda nesse ano foram ofertados cursos FIC no âmbito dos programas federais: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC) e o Programa Nacional Mulheres Mil (PNMM), bem como o Pro-funcionário, voltado à capacitação do funcionalismo da rede pública estadual e municipal do Amapá.

Em 2013, como parte do plano de expansão III da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Instituto foi contemplado com dois *campi*: Santana e Porto Grande. Neste mesmo ano, iniciou-se o processo de implantação do *campus* Avançado Oiapoque, no município do mesmo nome, vinculado à estrutura do *campus* Macapá, e a implantação do Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari, vinculado ao *campus* Porto Grande.

Em 2015, o Ifap realizou sua primeira consulta à comunidade para escolha do gestor máximo da instituição, sendo eleita a professora Marialva do Socorro Ramalho Oliveira de Almeida, nomeada reitora com mandato até 2019.

Em 2018, houve a oferta dos primeiros cursos de pós-graduação *lato sensu*, constituídos e implementados integralmente pelo IFAP. Em 2019, por sua vez, será feita a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, possibilitando a ocupação de um espaço importante no cenário local e nacional com o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da pós-graduação.

A elaboração da meta de oferta de cursos do IFAP é construída a partir das demandas populares e estudos de viabilidade econômica e direcionada pela perspectiva dos arranjos sociais, culturais

e produtivos locais e análise de mercado de trabalho. A execução das metas deverá estar em consonância com a infraestrutura física instalada e com os recursos humanos disponíveis, tendo lugar a necessidade de expansão da infraestrutura física e a contratação de novos servidores quando do aumento das metas de cursos/vagas e a implantação dos novos domicílios.

O Ifap se caracteriza como uma instituição dinâmica, em constante sintonia com os diversos setores do processo socioeconômico, promovendo a atualização sistemática dos servidores e do currículo; modernizando continuamente a sua estrutura física e organizacional; incentivando a realização da pesquisa científica e tecnológica; e, principalmente, garantindo o atendimento à diversidade de sua clientela.

Quadro 1. Marcos Históricos

2007	❖ Criação da Escola Técnica Federal do Amapá (Etfap), instituída pela Lei nº 11.534.
2008	❖ Criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), por meio do artigo 5º, inciso III, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a transformação da Etfap em Ifap.
2010	<ul style="list-style-type: none">❖ Autorização do Funcionamento do campus Macapá e do campus Laranjal do Jari, por meio da Portaria nº 1.366, de 6 de dezembro de 2010.❖ Início das atividades letivas no <i>campus</i> Macapá, com a oferta dos cursos Técnicos Subsequente em Edificações e em Informática, e no <i>campus</i> Laranjal do Jari, com os cursos Informática, Secretariado e Secretariado Escolar.
2011	❖ Início da oferta de curso de graduação no <i>campus</i> Macapá (Licenciatura em Informática).
2012	<ul style="list-style-type: none">❖ Primeiro curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> do Ifap (Docência na Educação Profissional e Tecnológica, no Campus Macapá).• Início do Programa Profucionário (Programa de Formação Profissional em Serviço dos Funcionários da Educação Básica Pública)• Início da oferta das primeiras turmas do Programa Nacional Mulheres Mil.• Lançamento do Projeto de Extensão Pensamento Digital: Desenvolvimento Tecnológico no Meio do Mundo.

	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta da primeira turma de Mestrado em Educação, fruto da parceria entre o IFAP e a UFRRJ, por meio do PPGEA.
2014	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Implantação do Centro de Referência em Educação a Distância em Pedra Branca do Amapari com a oferta do Técnico em Logística (na modalidade subsequente), através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). ❖ Início da oferta de curso de graduação no <i>campus</i> Laranjal do Jari (Licenciatura em Ciências Biológicas)
2015	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Primeira consulta à comunidade do Ifap para eleição do cargo de Reitor (a) ❖ Autorização do Funcionamento do <i>campus</i> Santana, por meio da Portaria nº 27, de 21 de janeiro de 2015. ❖ Início da oferta de curso de graduação Tecnologia em Gestão Ambiental (TGA) no <i>campus</i> Laranjal do Jari. ❖ Lançamento da Escola de Conselhos do Amapá, através da parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).
2016	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Primeira consulta à comunidade do Ifap para eleição do cargo de Diretor-Geral dos <i>campi</i> Macapá e Laranjal do Jari. ❖ Autorização do Funcionamento do <i>campus</i> Agrícola Porto Grande e do <i>campus</i> Avançado Oiapoque, por meio da Portaria nº 378, de 9 de maio de 2016.
2017	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento do Hino Oficial do Ifap. • Adesão ao Projeto Rede Brasil Mulher, da Secretaria Nacional de Políticas para Mulher. • Lançamento do Programa Xequê-Mate (Programa Institucional de Xadrez do Ifap). • Lançamento do Programa Robótica Construtiva (Programa Institucional de Robótica do Ifap).
2018	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Início da primeira turma de Engenharia do Ifap (Curso de Engenharia Agrônômica em Porto Grande).

	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Lançamento do Plano de Logística Sustentável do Ifap. ❖ Lançamento e cerimônia de obliteração do selo postal comemorativo pelo 10º aniversário do Instituto Federal do Amapá (Ifap). ❖ Lançamento do Polo Amapá. ❖ Primeira turma do curso de Licenciatura em Pedagogia e Formação Pedagógica, com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) na modalidade Educação a Distância
2019	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Primeira turma do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) ❖ Certificação de 36 conselheiros de direitos e conselheiros tutelares da criança e do adolescente que participaram do primeiro Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) intitulado "Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente", nos polos de Macapá e Porto Grande. (Escola de Conselhos)
2020	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Início do curso de Medicina Veterinária, no <i>Campus Porto Grande, o primeiro do Amapá.</i> ❖ Início do curso de Engenharia Civil, no <i>Campus Macapá</i> ❖ Início do curso de Engenharia Florestal, no <i>Campus Laranjal do Jari</i>
2021	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Criação do Programa Institucional de Robótica ❖ Criação do programa Empodera Mulher ❖ Política de Inovação
2022	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiras turmas do Programa “Qualifica Mais Progredir” • Lançado Programa Primeiros Projetos • Lançamento da Revista Multidisciplinar do Amapá (Remap)
2023	<ul style="list-style-type: none"> • Primeira turma do Mestrado em Gestão e Estratégia • MEC confere nota máxima ao curso de Licenciatura em Pedagogia Ifap/UAB

1.1 Área de abrangência

A construção do PDI tem como base as características socioeconômicas e culturais do Estado do Amapá, fundamentalmente aquelas que traduzem o perfil dos municípios onde o Instituto foi implantado.

Com o objetivo de congregar os municípios por similaridade econômica e social, o do Amapá está subdividido em duas mesorregiões conforme abaixo descrito:

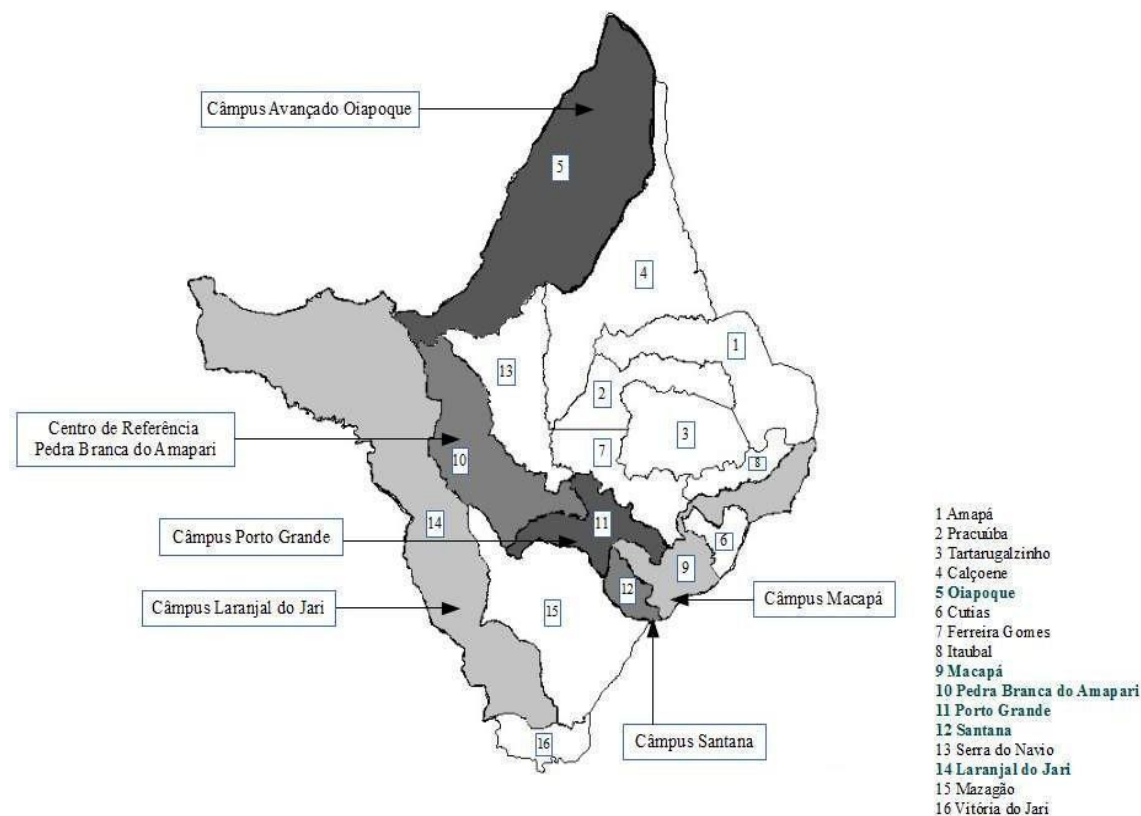
I. Mesorregião Norte: contém 2 (duas) microrregiões e 5 (cinco) municípios

- Microrregião do Amapá: Amapá, Pracuúba e Tartarugalzinho.
- Microrregião de Oiapoque: Calçoene e Oiapoque.

II. Mesorregião do Sul do Amapá

- Microrregião de Macapá (Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá (capital), Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Santana e Serra Grande do Navio).
- Microrregião de Mazagão (Laranjal do Jari, Mazagão e Vitória do Jari).

Figura 2. Mapa do Amapá destacando as cidades com unidades do IFAP.



Fonte: IFAP 2018.

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional foi realizado em etapas. No Estado do Amapá perpassou por duas fases. Na segunda fase desse plano foram implantados os *campi* Macapá e Laranjal do Jari, em dois municípios de suma importância no contexto do desenvolvimento da região. Macapá, por ser a capital e possuir a maior concentração demográfica do Estado, com 75,9 hab/km² e população estimada em 493.634 habitantes. O município de Laranjal do Jari, o terceiro em concentração populacional, com 49.446 habitantes, integra a região do Vale do Jari, formada com o município de Vitória do Jari, com 15.605 habitantes e, do lado do Pará, a cidade de Almeirim, com 34.142 hab. e ainda o distrito de Monte Dourado, tendo como divisa o rio Jari. Por esse enfoque, a implantação do *campus* de Laranjal do Jari atende não somente a demanda do município onde o Instituto foi implantado, mas também a região do Vale do Jari (IBGE, 2018).

O Município de Oiapoque está localizado ao norte do estado (Mesorregião Norte), a 576 km da Capital Macapá. Os meios de acesso ao município são aéreo, marítimo e rodoviário. Esse último ocorre através da BR 156, com aproximadamente 500 km pavimentados, sendo esta via a mais utilizada. Limita-se com os seguintes municípios: Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e a Guiana Francesa.

A cidade de Oiapoque é banhada pelo rio de mesmo nome, o qual flui em direção nordeste do município e deságua no Oceano Atlântico, próximo ao Cabo Orange, separando o Amapá da Guiana Francesa. É uma região de fronteira internacional e estadual e onde se encontram as maiores tribos indígenas do Estado, dentre as quais os Karipuna (aldeias do Manga), Galibi do Oiapoque, Galibi do Kumarum e os Palikur, na aldeia de Kumenê, no Rio Urucauá, com uma população de 26.627 hab. (IBGE, 2018).

Os adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira fluvial são articulados pela Ponte Binacional, grande potencial de integração econômica e cultural, assim como pelas manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que nesse espaço adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

1.2.1 Contexto Geográfico

Situado no norte do País, o estado do Amapá tem uma superfície territorial de 142.470,762 km², ocupada por 733.759 habitantes. O estado registrou um crescimento médio populacional de 0,76% entre 2010 e 2022, de acordo com dados do Censo Demográfico de 2022, coletados pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A população encontra-se distribuída em 16 municípios com densidade demográfica 5,15 habitantes por quilômetros quadrados. A superfície territorial do Amapá corresponde a 1,6% do Brasil e a 3,6% da Região Norte; o Estado faz fronteira com o Pará, o Suriname e a Guiana Francesa.

Apesar de ser relativamente pequeno, se comparado com outros estados da Amazônia, o Amapá concentra uma das maiores diversidades em ambientes naturais, pois pertence a dois grandes domínios geográficos: o amazônico e o oceânico, o que lhe atribui características muito particulares quanto à formação e estruturação de seus ambientes naturais. Pela sua localização privilegiada e estratégica, situa-se na interconexão dos mercados locais e internacionais.

O Amapá exibe 14 milhões de hectares com diversos ecossistemas. A floresta tropical e de várzea, o cerrado, os manguezais e os campos inundáveis, as montanhas e os imensos lagos compõem um cenário que o projeta para o turismo. A biodiversidade cultural é uma realidade, em especial se considerarmos a presença, no seu território, de aproximadamente 5 mil indígenas. O Amapá é o estado brasileiro que possui a maior preservação da cobertura vegetal original, que corresponde a 93% de mata preservada, formada por florestas tropicais. Ele é rico em recursos naturais e sua biodiversidade e localização privilegiada lhe conferem importância estratégica para futuros investimentos sustentáveis.

A recente ocupação do território do Estado do Amapá esteve condicionada a um crescimento demográfico acumulado entre 1960 e 2007 da ordem de 757%, e na última década com um aumento de 4,02% médio ao ano. Este forte crescimento populacional foi impulsionado pela elevação à condição de Estado pela Constituição Federal de 1988, e também com a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS (IBGE, 2013). Isso provocou um processo migratório significativo, agravando ainda mais o quadro desorganizado de urbanização que já vinha ocorrendo, principalmente com a ocupação das áreas de ressaca.

O grande crescimento populacional esteve relacionado com a chegada de um contingente migratório proveniente principalmente dos estados do Pará, Maranhão, Ceará e, recentemente, da região sul do Brasil, na sua maioria sem qualificação profissional, vivendo do subemprego e no mercado informal ou com a ocupação de terras favorecidas pelo programa de assentamento do Governo Federal para as zonas urbanas.

1.2.2 Contexto Social, Político e Econômico da Região

O Estado do Amapá surgiu a partir do resultado de acontecimentos na recente história do Brasil. O fim do regime militar, em meados dos anos 80, impulsionou uma série de reformas políticas e estruturais que culminaram com o estabelecimento da Constituição Federal do Brasil. Com a nova Constituição, o território do Amapá foi elevado à categoria de Estado da Federação, em 5 de outubro de 1988. Entretanto, até o ano de 1990, o governador do Amapá era ainda nomeado pelo Presidente da República. A primeira eleição para governador do Estado do Amapá ocorreu somente em outubro desse mesmo ano.

Da criação do Território até a eleição do primeiro governador eleito a partir da transformação em estado, esse oriundo ainda do regime militar, os investimentos locais eram voltados, principalmente, para infraestrutura, construção de prédios públicos e educação básica. O déficit nos serviços públicos ainda era evidente. Como forma de impulsionar o desenvolvimento da região, os governos que foram eleitos a partir de 1995 estabeleceram algumas políticas desenvolvimentistas como programas de governo.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), baseava o seu modelo de desenvolvimento econômico em ações orientadas ao uso racional dos recursos naturais, levando em consideração uma articulação equilibrada entre os aspectos econômicos, sociais, culturais e ecológicos. Em 2004, foi apresentado o Plano Amapá Produtivo, em que os projetos desenvolvimentistas estavam voltados para a base produtiva do Estado, estabelecendo uma política de incremento intrarregional, fundamentada na configuração dos ecossistemas e tendo como prioridade a implantação de polos de desenvolvimentos, com integração dos diferentes setores econômicos, especialmente por preconizar a formação de arranjos produtivos locais (APL).

Dentro desta perspectiva, a transformação da abordagem de APL de um simples aglomerado de agentes em um importante instrumento de políticas públicas de desenvolvimento no Brasil tem se transformado atualmente num consenso que envolve muitos atores públicos e privados. Segundo o “Plano Amapá Produtivo”, existem no Estado vários aglomerados produtivos locais relevantes, como é o caso dos empreendimentos do setor de madeira e móveis, dos empreendimentos do segmento de produtos derivados do açaí, da bioindústria, da indústria Oleiro Cerâmica, da pesca artesanal, turismo, grãos (arroz, feijão, sorgo, milho e soja), mandiocultura, fruticultura (cupuaçu, abacaxi, banana e maracujá), apicultura, produtos

florestais não madeireiros, mineração e siderurgia, rochas ornamentais, indústria do pescado, aquicultura, avicultura e suinocultura.

1.2.3 Contexto Internacional

O Estado do Amapá tem uma localização estratégica, situando-se na foz do Rio Amazonas, e é parte do Platô das Guianas. Dessa forma, o Estado apresenta um excelente potencial para uma integração regional, pensando-se nela não apenas com as demais regiões do país, mas também com países vizinhos e até com a União Europeia (EU).

Situados ao Nordeste da América do Sul, a Guiana Francesa, região monodepartamental ultramarina e futura “coletividade única”, e o Estado do Amapá, Estado da federação do Brasil, constituem, com o Suriname, a República Cooperativa da Guiana e o Sul da Venezuela, o Platô das Guianas. Esses dois territórios compartilham uma fronteira comum de 655 quilômetros, dos quais 360 são constituídos pelo rio Oiapoque.

Apesar de os intercâmbios culturais e comerciais existirem há muito tempo entre as duas margens, a Guiana Francesa e o Amapá há muito se ignoraram em razão de desacordos territoriais entre franceses e portugueses, em seguida, entre franceses e brasileiros. O diálogo e a cooperação entre as duas regiões tomaram um novo rumo nos anos 90, do ponto de vista local, nacional e continental (entre a EU e o MERCOSUL) ilustrado particularmente pela organização de Comissões Mistas Transfronteiriças periódicas desde 1996. Projetos estruturantes, como o da ponte sobre o rio Oiapoque, poderão contribuir para o aumento das perspectivas de abertura e intercâmbios para os dois territórios.

A cooperação Guiana Francesa/Amapá tem se constituído, após alguns anos, em um contexto mais favorável. Investimentos nos transportes foram realizados no eixo litoral: construção da ponte sobre o rio Oiapoque, reforma em andamento da BR-156 que liga Oiapoque a Macapá. Do ponto de vista comercial, o diálogo cresce entre empresários e líderes da Guiana Francesa e do Brasil. Esse novo impulso é simbolizado pela implementação de dispositivos facilitando o intercâmbio comercial e o investimento, intervenções aptas a estimular o desenvolvimento dos territórios. Certos projetos são, hoje, pensados em escala regional, sobretudo no setor ambiental ou do turismo.

A cooperação parece mais avançada no setor de preservação dos bens públicos globais (luta contra doenças transmissíveis e emergentes, preservação da biodiversidade, combate à

mudança climática, etc.) ou nos setores de “interesse regional comum”, como a cooperação científica ou os intercâmbios em matéria de educação. As infraestruturas em rede (energia, telecomunicações, transportes) também estão incluídas nesse processo de cooperação.

Por outro lado, os governos estadual e federal vêm procurando consolidar as relações diplomáticas e comerciais com a Guiana Francesa e com os outros países que compõem o Platô das Guianas. Considerando a distância aos centros da economia mundial, pode-se dizer que o Amapá possui uma geografia privilegiada, pois está próximo dos EUA, da União Europeia, do Japão, China e Sudeste Asiático, sendo que esses três últimos são mencionados em função do Canal do Panamá. Esta posição, além de permitir rápida acessibilidade aos grandes centros fornecedores de bens de consumo estrangeiros, com preços competitivos, encontra-se na rota dos transatlânticos turísticos e comerciais, o que permite criar condições para aperfeiçoar as infraestruturas do Estado, tanto para atender a atividade turística como para o comércio nacional e internacional.

Outro fato marcante na integração regional do Estado do Amapá foi a criação da ALCMS, que permitiu novas perspectivas de desenvolvimento para as regiões fronteiriças e para o amadurecimento das relações com os países vizinhos. Do mesmo modo, a criação do porto de contêineres de Santana, um dos mais profundos do Brasil, ampliou as possibilidades mercadológicas da região.

Atualmente o sistema de energia elétrica no Estado conta com as usinas termoeletricas da Central de Santana (156,8 MW), as Usinas Hidrelétricas de Coaracy Nunes (78 MW), Cachoeira Caldeirão (219 MW) e Ferreira Gomes (252 MW), no Rio Araguari e a Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari (373,4 MW), no rio Jari. Com a construção do Linhão de Tucuruí, já concluído, o Amapá se interliga finalmente ao sistema nacional de energia. Desta forma, o excedente de energia produzido no Estado ficará disponível na rede.

A infraestrutura adicional com a construção da ponte sobre o Rio Araguari, da linha de transmissão de Macapá–Laranjal do Jari, bem como outras obras em curso, estimulam uma extraordinária transformação no sentido de criar o alicerce para seu desenvolvimento. Sendo este um imperativo de mercado e uma necessidade geopolítica que visa a mais ampla integração da América do Sul com a União Europeia, implica, necessariamente, no maior desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como das possibilidades de intercâmbio acadêmico.

1.2.4 Contexto Histórico e Cultural

Atualmente a população do Estado do Amapá, segundo os conceitos de cor e/ou raça, é formada por brancos, negros, pardos ou mestiços na sua maioria e índios, além de cidadãos oriundos de todas as regiões do Brasil, o que resulta em uma grande diversidade cultural.

A criação do Território Federal do Amapá implicou profundas mudanças em suas relações políticas, econômicas e sociais, indicando a configuração de novas estruturas políticas, administrativas e econômicas, que em muito têm contribuído para o aumento de investimentos dos setores públicos e privados na região, bem como dos movimentos migratórios, da urbanização e reorganização espacial.

Em se tratando da questão política, houve a criação da Assembleia Legislativa e de três vagas para o Senado; o aumento de quatro para oito representantes na Câmara Federal; a ampliação do seu processo eleitoral para todos os níveis.

Para mensurar as riquezas produzidas nas 16 cidades, o cálculo levou em consideração dois dos principais indicadores que refletem o desempenho da economia nos três setores (agropecuário, indústria, comércio e serviços): o PIB Municipal e o Valor Adicionado Bruto.

1.2.4 Economia dos Municípios

Quanto à questão político-administrativa destaca-se a própria transformação do Território Federal em Estado, implicando uma nova relação dessa unidade autônoma com o federalismo brasileiro, não mais subordinado às decisões do Governo Central.

Em termos econômicos, o Amapá busca alternativas para o seu sustento, politicamente mais autônomas. A exemplo dessas alternativas, verifica-se a instalação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) e a implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA).

A ALCMS ocupa 85% dos perímetros urbanos de Macapá e Santana e beneficia a comunidade empresarial, como também cria áreas de expansão para o comércio, indústria e serviços desses municípios. Os principais setores que formam a estrutura econômica do Estado são: Agropecuária, Mineral, Indústria, Comércio e Serviços, Turismo, Setor Público e Construção Civil. Do mesmo modo, houve a criação do porto de contêineres de Santana com dois piers. O píer 1 apresenta 200 metros de extensão, com 12,5 m de calado; o píer 2, por seu turno, apresenta 120 m de extensão, com 11,5 m de calado. Isso significa que o Porto de Santana pode receber navios

com até 46 mil toneladas, condição que possibilita o crescimento da área mercadológica na região

O resultado da pesquisa Contas Regionais definiu, detalhadamente, a participação de cada município amapaense no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. O ano de referência do estudo é 2015.

O PIB dos 16 municípios do Estado apresentou um montante de R\$ 13,8 bilhões, e Macapá tem a maior participação, chegando a 65,5%, com R\$ 9 bilhões. Os cinco maiores municípios que compuseram a soma de todas as riquezas produzidas no Amapá foram Macapá (R\$ 9 bilhões), Santana (R\$ 1,99 bilhão), Laranjal do Jari (R\$ 559 milhões), Ferreira Gomes (R\$ 344 milhões) e Oiapoque (R\$ 300 milhões). Juntos, respondem por 88,6% do PIB amapaense. (IBGE, SEPLAN/AP, 2015).

No ano de 2015, a crise econômica no Brasil teve crescimento acentuado. Por isto, neste período, chamou a atenção o positivo crescimento de Ferreira Gomes, com média de 39% desde 2011. Tal crescimento se justifica em razão da Indústria de Energia Elétrica, que mudou o perfil econômico do município com a instalação de uma usina hidrelétrica.

Na análise do PIB *per capita*, três municípios tiveram renda superior à do Estado. Ferreira Gomes é a primeira renda per capita do Estado desde 2013, mas a 4ª economia com PIB de R\$ 344.384 milhões corresponde a 2,5% de participação. Macapá foi a maior economia do Amapá, com R\$ 9 bilhões, mas ocupa a 3ª posição no aspecto renda. (IBGE, SEPLAN/AP, 2015).

1.2.5 Cenário Educacional no Amapá

A situação da educação básica no Amapá acompanha a realidade da maioria dos estados brasileiros. Dados do IBGE apontam que em 2021 foram realizadas 133.839 matrículas no Ensino Fundamental para 714 escolas desse segmento e 34.129 matrículas em 153 escolas de Ensino Médio.

A capital Macapá e os municípios de Laranjal do Jari, Santana, Porto Grande, Pedra branca do Amaparí e Oiapoque apresentam os seguintes resultados, de acordo com dados do IBGE:

Quadro 2. Matrículas nos Municípios de atuação do IFAP - 2021.

Matrículas em 2021				
Município	Ensino Fundamental	IDEB	IDEB	Ensino Médio

		Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública)	Anos finais do ensino fundamental (Rede pública)	
Macapá	76.640	4,9% (1º)	3,9% (5º)	19.514
Laranjal do Jari	7.738	4,7% (3º)	4,3% (1º)	1.928
Santana	19.542	4,8% (2º)	4,1% (2º)	5.582
Porto Grande	3.768	4,6% (5º)	4,1% (2º)	930
Pedra Branca	3.123	4,4% (6º)	-----	535
Oiapoque	5.239	-----	3,2% (10º)	1.131

Fonte: IBGE 2021.

O Sistema Firjan, através do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), apresenta o IFDM dos municípios do Amapá. O índice foi verificado entre os anos de 2009 e 2016. O quadro abaixo apresenta o resultado dos últimos 5 anos desse índice.

Quadro 3. IFMD dos Municípios do Amapá

Informações do Município		Evolução do IFDM EDUCAÇÃO									
		2012		2013		2014		2015		2016	
UF	Município	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking
AP	Serra do Navio	0,6734	3.542º	0,6670	4.033º	0,6603	4.196º	0,6447	4.628º	0,6303	4.810º
AP	Amapá	0,5534	4.928º	0,5679	5.093º	0,5619	5.181º	0,6002	5.074º	0,5967	5.120º
AP	Pedra Branca do Amapari	0,5272	5.151º	0,5434	5.251º	0,5242	5.374º	0,5347	5.425º	0,5339	5.435º
AP	Calçoene	0,5488	4.956º	0,6109	4.710º	0,5949	4.927º	0,6096	4.999º	0,6299	4.813º
AP	Cutias	0,6148	4.323º	0,6138	4.679º	0,6044	4.842º	0,6052	5.042º	0,6201	4.904º
AP	Ferreira Gomes	0,6111	4.370º	0,5996	4.834º	0,6349	4.508º	0,6360	4.715º	0,6374	4.742º
AP	Itaubal	0,6308	4.134º	0,6192	4.607º	0,6079	4.807º	0,6032	5.054º	0,6321	4.800º
AP	Laranjal do Jari	0,5785	4.706º	0,5816	4.985º	0,5756	5.081º	0,5916	5.143º	0,5921	5.157º
AP	Macapá	0,6212	4.246º	0,6173	4.627º	0,6354	4.504º	0,6450	4.627º	0,6465	4.631º
AP	Mazagão	0,6200	4.264º	0,6025	4.796º	0,6063	4.823º	0,5901	5.150º	0,6100	5.013º
AP	Oiapoque	0,5374	5.066º	0,5426	5.259º	0,5456	5.281º	0,5595	5.336º	0,5789	5.252º
AP	Porto Grande	0,5747	4.742º	0,6204	4.598º	0,6205	4.666º	0,6352	4.725º	0,6374	4.743º
AP	Pracuúba	0,5756	4.738º	0,5750	5.032º	0,5888	4.985º	0,6147	4.945º	0,5882	5.192º
AP	Santana	0,6664	3.635º	0,6723	3.966º	0,6699	4.082º	0,6746	4.295º	0,6737	4.333º
AP	Tartarugalzinho	0,5074	5.256º	0,5531	5.192º	0,5472	5.275º	0,6162	4.926º	0,5814	5.233º
AP	Vitória do Jari	0,5452	4.991º	0,5697	5.074º	0,5752	5.084º	0,5716	5.273º	0,5682	5.308º
BR	BRASIL	0,7170	*	0,7435	*	0,7477	*	0,7644	*	0,7689	*

Fonte: Firjan 2018.

1.3 Áreas de Atuação do IFAP

O IFAP, atendendo ao que está disposto no art. 39 da Lei nº 9394/96, incluído pela Lei nº 11.741/2008, no que se refere à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como ao que determina sua Lei de Criação (Lei nº 11.892/2008), busca garantir a relação das dimensões trabalho, ciência e tecnologia com a oferta de educação profissional técnica de nível médio, em todos os seus níveis, formas e modalidades, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e educação de nível superior com cursos de tecnologia, bacharelado e licenciatura, além de programas especiais de formação pedagógica, conforme características especificadas a seguir:

I. Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional.

Para efeito de sua execução, os cursos FIC serão oferecidos à comunidade ficando condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

II. Educação Profissional Técnica de nível médio.

A educação profissional técnica de nível médio se caracteriza nas seguintes formas de ensino:

- Articulada com o ensino médio, na forma integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental na idade regular, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno.
- Subsequente, oferecido para quem já tenha concluído o ensino médio.
- Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos). Configura-se em uma modalidade ofertada pelo IFAP para Jovens e Adultos, maiores de 18 anos, que não tiveram acesso ou continuidade ao ensino médio na idade própria e poderão cursá-lo integrado à parte profissionalizante.

III. Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-graduação:

- Cursos Superiores de Tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.
- Cursos Superiores de Licenciatura com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática.
- Cursos Superiores de bacharelados visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

- Cursos de Pós-graduação:
 - i. *Lato Sensu* (Aperfeiçoamento e Especialização) visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.
 - ii. *Stricto Sensu* (Mestrado) que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas à geração e inovação tecnológica.

Uma das principais finalidades do IFAP é estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, e à formação e qualificação de cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, na perspectiva, sobretudo, do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Para o atendimento das finalidades acima mencionadas, o Instituto Federal do Amapá trabalha com cursos de educação profissional técnica e superior pertencentes aos Eixos Tecnológicos que são determinados pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Já no que se refere às Licenciaturas, a oferta de cursos se encontra fundamenta na demanda regional e em atendimento os Referenciais Curriculares Nacionais para as Licenciaturas.

A oferta de cursos é realizada de forma a garantir a verticalização do ensino no Instituto Federal do Amapá, em áreas de conhecimento, com oferta em níveis e formas diferentes de modo a promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior e pós-graduação.

1.4. Finalidades e Competências

A Lei nº 11.892/2008 define as finalidades, características e objetivos de todos os Institutos Federais e são apresentados neste documento como norteadores de todos os planos e ações promovidos pelo Instituto Federal do Amapá – IFAP. Com base neles, foram delineados alguns Princípios.

1.4.1. Princípios

O Instituto Federal de Educação do Amapá estabelece como princípios norteadores:

- I. Inclusão e justiça social, com equidade, cidadania, sustentabilidade, ética e respeito à diversidade.

- II. Verticalização do ensino e indissociabilidade da pesquisa e da extensão nos diversos níveis e modalidades.
- III. Gestão Democrática, com transparência, obedecendo aos princípios da autonomia, da descentralização e da participação coletiva nas instâncias deliberativas.
- IV. Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais.
- V. Educação como direito social, pautada na formação humana integral, com foco na produção e socialização do conhecimento científico, técnico-tecnológico, artístico-cultural e desportivo.
- VI. Democratização do acesso e garantia de permanência e conclusão com êxito.
- VII. Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.
- VIII. Respeito ao pluralismo de ideias e liberdade de expressão.
- IX. Excelência acadêmica.
- X. Adequação e flexibilização de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos às necessidades e especificidades regionais.

1.4.2. Características e Finalidades

As ações de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Federal do Amapá são dimensionadas e articuladas com os recursos necessários para seu funcionamento, de forma que a Instituição possa ajustar-se às demandas sociais que subjazem a sua existência. Assim, sob orientação do art. 6º. da Lei nº 11.892/2008, o Instituto Federal define assim suas características e finalidades:

- a) ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e em todas as modalidades, formando e qualificando cidadãos para atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento humano e socioeconômico;
- b) desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas que atendam às demandas sociais e às peculiaridades regionais;
- c) promover a integração e a verticalização em todos os níveis de ensino (da educação básica à educação profissional e à educação superior), otimizando a infraestrutura física e valorizando os recursos humanos;
- d) orientar a oferta formativa em benefício da consolidação, do desenvolvimento e do fortalecimento dos arranjos produtivos sociais e culturais, identificados com base no

mapeamento das potencialidades locais e regionais;

e) constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, reflexivo e voltado à pesquisa;

f) qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo formação inicial e continuada aos docentes das redes públicas de ensino;

g) desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

h) realizar e estimular a pesquisa científica e tecnológica, a produção cultural e a inovação tecnológica;

i) estimular o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e

j) promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias, notadamente as voltadas à sustentabilidade ambiental e às demandas da sociedade.

2. Gestão Estratégica

Como simplificar os modelos de gestão e planejamento institucional, considerando alto nível de complexidade das organizações e os grandes desafios que elas enfrentam, o IFAP utilizou a metodologia de gestão estratégica associada à comunicação, buscando reunir as virtudes de cinco grandes abordagens de gestão: o Modelo de Negócio; o Planejamento Estratégico Organizacional; a Análise Swot e Construção de Cenário; o *Balanced Scorecard* (BSC); e *Gerenciamento de Processo de Negócio* (BPM). A gestão estratégica focaliza princípios balizadores para impactar com o ambiente gerencial do IFAP:

- **TRANSFORMAÇÃO** – Transformar a forma de pensar das pessoas e os processos de tomada de decisão, focando nas atitudes tomadas e no impacto institucional.
- **RESULTADO** – atenção deve estar na entrega de resultados que atendam aos anseios e às expectativas dos beneficiários da organização
- **COMUNICAÇÃO** - permite que as informações importantes sejam transmitidas às pessoas certas, por meio de canais mais eficientes, aumento a eficácia da tomada de decisão, pois as informações-chave são distribuídas de forma integrada, com precisão e transparência.

- **LIDERANÇA** - todo o processo de mudança deve estar ancorado numa liderança forte. Normalmente protagonizada pela alta gerência, a liderança deve administrar ansiedades, descrenças e conflitos e conduzir a organização ao futuro desejado.
- **HUMANIZAÇÃO** - A humanização sugere respeitar os trabalhadores como indivíduos. Isso significa olhar em termos de seus objetivos, pensamentos e interesses pessoais. É preciso entender a pessoa de forma holística e ir além dos aspectos corporativos. O comportamento ético deve ser o princípio de vida da organização.
- **ALINHAMENTO** - Coordenar as pessoas e partes interessadas na organização com a capacitação de novos multiplicadores e definir diretrizes que visem assegurar que o painel estratégico seja implantado e utilizado de forma consistente
- **RESPONSABILIZAÇÃO** - participação e apoio ao processo de gestão e aprendizagem, desenvolvido simultaneamente por todas as partes envolvidas

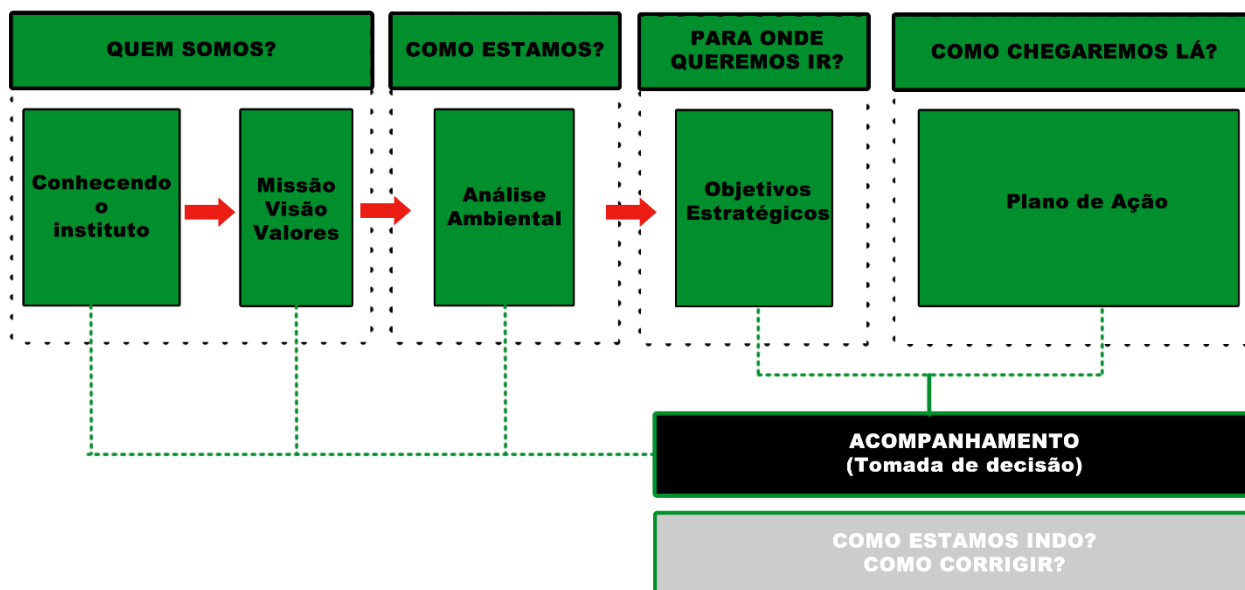
2.1 Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico é um processo sistêmico que identifica as melhores condições e formas para se conquistar a visão de futuro pretendida para a organização. Ele estabelece um norte a ser seguido pela instituição e esquematiza a busca pelos melhores resultados.

Segundo Gilley e Maycynich (1998) Planejamento estratégico é um processo em que a organizações foca no futuro almejando identificando uma visão, criar uma declaração de missão e desenvolver valores e princípios orientadores na execução das atividades. Sendo necessário a reunião de recursos (bens tangíveis e intangíveis, pessoas) para a realização do plano.

A figura seguinte sintetiza a visão geral do Planejamento Estratégico.

Figura 3 – visão geral do Planejamento Estratégico IFAP



2.1.1 Modelo de Negócio - IFAP

Modelo de negócio é apresentado por Osterwalder e Pigneur (2011, p.300) como “a lógica de como uma organização cria, distribui e captura valor” contribuindo para o desempenho favorável ou não de uma empresa. Possibilita a “visualização e a descrição do negócio, das partes que o compõem, de forma que a ideia sobre este, seja compreendida por quem lê ou pelo dono do modelo” (SEBRAE, 2019). Pode ser visto também como um esquema que guiará a empresa na definição e implementação da estratégia, por meio das estruturas, processos e sistemas organizacionais. (OSTERWALDER e PIGNEUR, 2011), ou também como o núcleo lógico de como uma organização cria valor. (LINDER e CANTRELL, 2000)

Como objetivos dos institutos federais, o art.7º da lei 11.892/2008 traz em síntese:

- I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

- III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI. ministrar em nível de educação superior:
 - A. cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - B. cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - C. cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - D. cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
 - E. cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Esses objetivos permitem delimitar o modelo de negócio do Instituto Federal do Amapá

Tabela 01: Modelo de negócio - IFAP

MODELO DE NEGÓCIO – INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ				
Parceiros	Atividades	PROPOSTA DE VALOR	Relacionamento com o público	Segmentos de Clientes

<ul style="list-style-type: none">- Poder público estadual e municipal- Agências de fomento a pesquisas- Instituições de ensino Nacional e internacional- Instituições privadas- Sociedade Organizada	<ul style="list-style-type: none">- Ensino básico, técnico e tecnológico- Pesquisa e Pós-graduação- Extensão, empreendedorismo e Inovação	<ul style="list-style-type: none">- Formação cidadã- Qualificação Profissional-Desenvolvimento local e regional- Inovação tecnológica- Transformação social	<ul style="list-style-type: none">- Atendimento psicossocial aos alunos- Atividades de esportes, cultura e lazer- Prestação de serviços à comunidade externa	<ul style="list-style-type: none">- Jovens e Adultos que buscam qualificação profissional- Empresas locais e regionais- Iniciativa pública
	Recursos		Canais de comunicação	
	<ul style="list-style-type: none">- 291 Professores- 320 Técnicos- Administrativos- 4 Campi- 1 Campus Avançado- 1 Centro de Referência em EaD- Laboratórios- Salas de Aulas- Ginásios poliesportivos		<ul style="list-style-type: none">- Atendimento presencial- Atendimento telefônico- Site Institucional- Mídias Sociais- Email- Sistema de gestão	
Estrutura de Custos		Fluxo de Receitas		
<ul style="list-style-type: none">- Pagamento de Pessoal- Custeio de funcionamento: água, energia, telefonia, internet, manutenção predial e insumos de laboratório- Contratos: Segurança; Limpeza e conservação.- Despesas com assistência estudantil		<ul style="list-style-type: none">- Recursos Federais – Orçamento anual- Arrecadação própria- Recursos provenientes de convênios com instituições parceiras públicas e privadas		

O modelo de negócio tem duas funções primordial, criar valor e capturar parte deste valor criado; e reduzir riscos e avaliar a implantação de novas tecnologias. As duas funções utilizam-se de marcas de suas áreas de atuação (Ensino, Pesquisa – Pós-Graduação, Extensão e Inovação) ou por meio da criação de uma nova unidade administrativa ou acadêmica para desenvolvimento das oportunidades criadas na matriz.

O contexto atual requer organizações inovadoras, sendo uma condição de sobrevivência, requerendo a introdução da gestão do conhecimento, obrigando a adotarem estratégias planejadas para a coleta e documentação de ideias e sugestões dos seus servidores e público – alvo.

2.1.2 PERFIL INSTITUCIONAL E ESTRATÉGICO

MISSÃO

“Transformar vidas por meio da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, garantindo a formação integral e verticalizada”.

VISÃO

“Ser referência na promoção da educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita, sustentável e de qualidade na região amazônica”.

VALORES

- Excelência acadêmica;
- Inclusão e diversidade;
- Transparência e gestão democrática;
- Eficiência governamental;
- Integridade e ética;
- Desenvolvimento sustentável;
- Responsabilidade social;
- Cultura organizacional e clima organizacional;
- Conservação da biodiversidade

2.1.3 Análise Situacional e Construção de Cenário

Ferramenta utilizada para fazer análise situacional e a construção de cenário a partir das variáveis internas (Forças e Fraquezas) e externas (Oportunidades e Ameaças) foi a Análise Swot, sendo o brainstorm o meio para levantar as variáveis internas e externas, onde os participantes da comissão central de elaboração do PDI, através de oficina temática Análise Swot, relataram sobre os seguintes eixos temáticos:

1. Ensino;
2. Pesquisa e Pós-Graduação;
3. Extensão, Arte, Cultura e desporto;
4. Empreendedorismo e Inovação;
5. Assistência Estudantil;
6. Qualidade de Vida;
7. Gestão de Pessoas;

8. Governança e Administração;
9. Infraestrutura;
10. Tecnologia da Informação;
11. Comunicação Institucional;
12. Meio Ambiente e Sustentabilidade;
13. Inclusão e Diversidade;
14. Internacionalização.

A Comunidade interna e externa do Instituto Federal do Amapá foi ouvida através de pesquisa realizada através da plataforma google forms direcionada aos mesmos eixos temáticos aplicados a comissão central de elaboração do PDI, mas agora focando apenas nos Ponto Fortes e fracos, na perspectiva de identificar a percepção da sociedade e da comunidade interna sobre o Instituto.

O principal foco do IFAP, através da análise SWOT, é a definição de estratégias com vistas a manter pontos fortes, reduzir a ocorrência de pontos fracos, usufruir das oportunidades e se proteger de possíveis ameaças. A Gestão Institucional, através do planejamento estratégico, adotará estratégias específicas caso algum dos elementos domine os demais, visando sua manutenção, sobrevivência, desenvolvimento ou crescimento do IFAP.

2.1.3.1 Construção de Cenários

Complementarmente à análise SWOT, foi possível construir cenários para retratar possíveis situações futuras do instituto e do ambiente em que ele se encontra. Trata-se de uma ferramenta que contribui para o sucesso do planejamento estratégico, por meio de uma adequada avaliação do ambiente interno e externo. A construção de cenários é considerada uma ferramenta valiosa, pois auxilia as organizações a se prepararem para possíveis eventualidades, tornando-as mais flexíveis e inovadoras.

2.1.4 Balanced Scorecard (BSC)

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAP (PDI 2024-2028) estabeleceu um conjunto de 16 objetivos estratégicos, os quais foram agrupados em 4 perspectivas, a saber: resultado institucional – Aluno e Sociedade, processos internos; Governança; e Inovação; Orçamento e Infraestrutura Física e tecnológica e aprendizado e crescimento.

O Mapa Estratégico do Instituto Federal do Amapá está intrinsecamente ligado ao tripé missão, visão e valores institucionais, oferecendo o caminho para concretizar planos da forma mais simples e clara possível e com a melhor execução das estratégias desenvolvidas. O IFAP utilizou-se da

BSC

Indicadores Balanceados de Desempenho

Balanced Scorecard

ferramenta BSC (Balanced Scorecard), a qual foi criada em 1992 por Robert S. Kaplan e David P. Norton, da Universidade de Harvard (EUA). O BSC é uma ferramenta de planejamento estratégico que objetiva medir o desempenho organizacional por meio de indicadores e metas alinhados aos objetivos estratégicos. O Mapa estratégico, através da metodologia BSC subdivide os objetivos estratégicos em perspectivas (dimensões), sendo elas:

1. Perspectiva de resultado institucional – Aluno e Sociedade: Objetivos estratégicos relacionados aos resultados que o IFAP deve produzir para os alunos e para a sociedade para cumprir sua missão e alcançar a visão institucional.
2. Perspectivas dos processos internos; Governança; e Inovação: é composta pelos objetivos estratégicos que estabelecem quais Macroprocessos Finalísticos, Ensino, pesquisa, extensão e inovação e de Governança e gestão são considerados críticos e devem ser aperfeiçoados para que o IFAP possa cumprir sua missão e alcançar a visão institucional.
3. Perspectiva do aprendizado e crescimento: representam quais são os conhecimentos, competências, relações interpessoais e corporativas necessárias para que o IFAP possa promover a base para as demais perspectivas, bem como cumprir a missão e alcançar a visão institucional.
4. Perspectiva de Orçamento e Infraestrutura Física e tecnológica: estão representados os objetivos estratégicos que definem quais as estruturas físicas, tecnológicas, organizacionais e orçamentárias são consideradas críticas e devem ser propiciadas para que o IFAP possa promover a melhoria das demais perspectivas, cumprir sua missão e alcançar a visão institucional

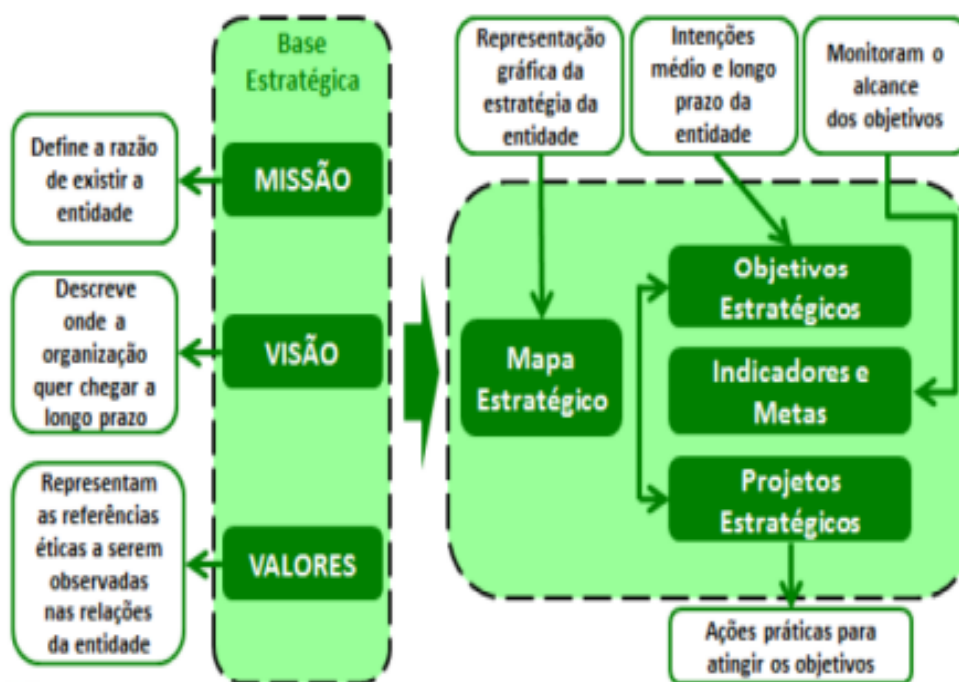
Tabela _____. BSC

O que é o BSC?
<ul style="list-style-type: none"> Ferramenta de Planejamento Estratégico Organiza os objetivos estratégicos Mede o desempenho institucional Utiliza indicadores e metas
Como Funciona na prática?
Estratégia de BSC é comunicada via MAPA ESTRATÉGICO <ul style="list-style-type: none"> Representação gráfica do conjunto de objetivos estratégicos estabelecendo uma relação de causa e efeitos entre eles.
O IFAP possui 16 objetivos estratégicos nas perspectivas:
<ul style="list-style-type: none"> Perspectiva de resultado institucional – Aluno e Sociedade Perspectivas dos processos internos; Perspectiva do aprendizado e crescimento Perspectiva de Orçamento e Infraestrutura Física e tecnológica

2.1.5 Mapa Estratégico

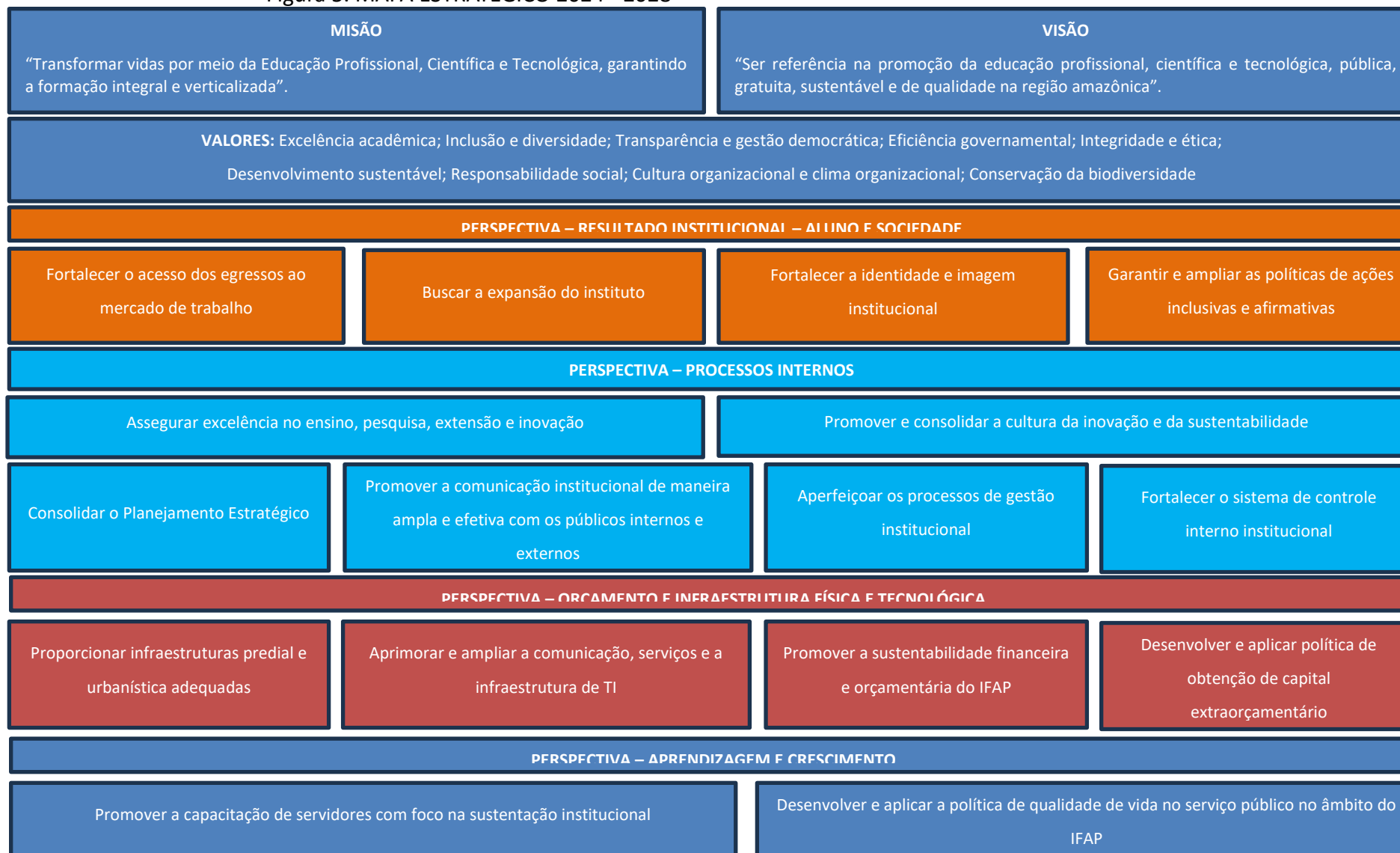
A figura abaixo sintetiza o processo de elaboração do Mapa Estratégico, com início na elaboração da Identidade Organizacional (Missão, Visão e Valores) até a elaboração dos objetivos estratégicos.

Figura 4. Processo de elaboração do Mapa Estratégico



Fonte: ENAP *apud* IFNMG

Figura 5. MAPA ESTRATÉGICO 2024 - 2028



MAPA ESTRATÉGICO IFAP 2024-2028

PERSPECTIVA – RESULTADO INSTITUCIONAL: ALUNOS E SOCIEDADE

- 01 - Fortalecer o acesso dos egressos ao mercado de trabalho
- 02 - Garantir e ampliar as políticas de ações inclusivas e afirmativas
- 03 - Fortalecer a identidade e imagem institucional
- 04 – Buscar a expansão do instituto.

PERSPECTIVA – PROCESSOS INTERNOS

- 05 - Assegurar excelência no ensino, pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo
- 06 - Promover a comunicação institucional de maneira ampla e efetiva com os públicos internos e externos
- 07 - Aperfeiçoar os processos de gestão institucional
- 08 - Promover e consolidar a cultura da inovação e da sustentabilidade.
- 09 - Fortalecer o sistema de controle interno institucional
- 10 – Consolidar o Planejamento Estratégico.

PERSPECTIVA – ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

- 11 - Proporcionar infraestruturas predial e urbanística adequadas.
- 12 - Aprimorar e ampliar a comunicação, serviços e a infraestrutura de TI.
- 13 - Desenvolver e aplicar política de obtenção de capital extraorçamentário*
- 14 - Promover a sustentabilidade financeira e orçamentária do IFAP

PERSPECTIVA – APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO

- 15 - Promover a capacitação de servidores com foco na sustentação institucional
- 16 - Desenvolver e aplicar a política de qualidade de vida no serviço público no âmbito do IFAP

2.1.6 Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas

PERSPECTIVAS					RESULTADO INSTITUCIONAL: ALUNOS E SOCIEDADE				
OE: 01 - Fortalecer o acesso dos egressos ao mercado de trabalho									
DESCRIÇÃO DO O.E: A inserção dos egressos no mercado de trabalho local é central para o cumprimento da Missão institucional do IFAP									
INDICADORES			FÓRMULA			RESPONSÁVEL			
Índice de desenvolvimento e implementação da política de acompanhamento de egressos (%DIPlg).			$\%DIPlg (\%) = (N^{\circ}EtEx / N^{\circ}TEt) * 100$ $N^{\circ}EtEx - \text{Número de etapas executadas}$ $N^{\circ}TEt - \text{Número Total de Etapas}$			PROEXT - Seção de ações empreendedoras - Setor de egressos e mundo do trabalho Campus: Seção de registro escolar			
Finalidade: mensurar o desenvolvimento da elaboração da política de acompanhamento dos egressos.						Polaridade: quanto maior melhor Periodicidade: Anual Referência: sem referência.			
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO									
2024		2025		2026		2027		2028	
100%		-----		-----		-----		-----	

PERSPECTIVAS RESULTADO INSTITUCIONAL: ALUNOS E SOCIEDADE				
OE: 01 - Fortalecer o acesso dos egressos ao mercado de trabalho				
DESCRIÇÃO DO O.E: A inserção dos egressos no mercado de trabalho local é central para o cumprimento da Missão institucional do IFAP				
INDICADORES	FÓRMULA		RESPONSÁVEL	
Percentual de alunos egressos com respostas ao <i>Questionário de Avaliação de Egressos</i> (%EGQ). Finalidade: Criar banco de dados de acompanhamento dos egressos, com intuito de auxiliar as ações locais de desenvolvimento dos cursos.	$EGQ (\%) = TQRTAEg100$ <p>TQR - Total de egressos que responderam ao formulário de egressos.</p> <p>TAEg - Total de alunos egressos no ano.</p>		PROEXT - Coordenação de extensão - Setor de estágio e convênios. Campus: Seção de registro escolar Polaridade: quanto maior melhor Periodicidade: Anual Referência: sem referência.	

PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
70%	75%	80%	85%	88%

PERSPECTIVAS RESULTADO INSTITUCIONAL: ALUNOS E SOCIEDADE				
OE: 01 - Fortalecer o acesso dos egressos ao mercado de trabalho				
DESCRIÇÃO DO O.E: A inserção dos egressos no mercado de trabalho local é central para o cumprimento da Missão institucional do IFAP				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
<p>Percentual de estágio devidamente executado em empresas conveniadas (ECst%).</p> <p>Finalidade: Ampliar o número de vagas de estágio em empresas parceiras</p>		<p>$ECst(\%) = (NECe/TEC) * 100$</p> <p>NECe - Número de alunos em estágio, em empresas com convênio de estágio.</p> <p>TEC - Total de empresas com convênio celebrado no ano vigente.</p>		<p>PROEXT - Coordenação de extensão - Setor de estágio e convênios</p> <p>Campus: Departamento de pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação (ou setor equivalente).</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor</p> <p>Periodicidade: Anual</p>
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
40%	45%	48%	50%	52%

PERSPECTIVAS RESULTADO INSTITUCIONAL: ALUNOS E SOCIEDADE		
OE: 01 - Fortalecer o acesso dos egressos ao mercado de trabalho		
DESCRIÇÃO DO O.E: A inserção dos egressos no mercado de trabalho local é central para o cumprimento da Missão institucional do IFAP		
INDICADORES	FÓRMULA	RESPONSÁVEL
<p>Percentual de empregabilidade dos egressos do IFAP (EEg%)</p> <p>Finalidade: Apresentar cenário dos egressos no mercado de trabalho.</p>	<p>$EEg(\%) = (Eg/TEg) * 100$</p> <p>Eg - Egressos empregados no ano vigente.</p> <p>TEg - Total de egressos no ano vigente.</p>	<p>PROEXT - Seção de ações empreendedoras - Setor de egressos e mundo do trabalho</p> <p>Campus: Departamento de pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação pesquisa, pós-graduação e inovação (ou setor equivalente).</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor</p>
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO		

2024	2025	2026	2027	2028
20%	25%	30%	30%	35%

PERSPECTIVAS RESULTADO INSTITUCIONAL: ALUNOS E SOCIEDADE				
OE: 02 – Garantir e ampliar políticas de ações inclusivas e afirmativas.				
DESCRIÇÃO DO O.E:				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
<p>Percentual de ações de extensão voltadas à educação especial e inclusiva (AEEI %)</p> <p>FINALIDADE: Verificar o impacto no crescimento da implantação das ações de extensão voltadas à educação especial, inclusiva e afirmativas no IFAP.</p>		$AEEI (\%) = \left(\frac{AEE + AEI}{NAE} \right) \times 100$ <p>AEE = Ações voltadas a Educação Especial</p> <p>AEI = Ações voltadas a Educação Inclusiva</p> <p>NAE: Número de Ações de Extensão em execução no ano.</p>		<p>PROEXT - Seção de ações inclusivas e diversidade.</p> <p>Campus: Departamento de pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação pesquisa, pós-graduação e inovação (ou setor equivalente) E NAPNE.</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor</p> <p>Periodicidade: Anual</p> <p>Referência: sem referência</p>
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
5%	6%	7%	8%	9%

PERSPECTIVAS RESULTADO INSTITUCIONAL: ALUNOS E SOCIEDADE				
OE: 02 – Garantir e ampliar políticas de ações inclusivas e afirmativas.				
DESCRIÇÃO DO O.E:				
INDICADORES	FÓRMULA		RESPONSÁVEL	
<p>Percentual de ações de extensão voltadas à diversidade (AEDA %)</p> <p>FINALIDADE: Verificar o impacto no crescimento da implantação das ações de extensão voltadas à diversidade no IFAP.</p>	$AEDA (\%) = \left(\frac{DE + AA}{NAE} \right) \times 100$ <p>DE = Ações voltadas à diversidade étnica.</p> <p>AA = Ações voltadas à Educação afirmativa.</p> <p>NAE: Número de Ações de Extensão em execução no ano.</p>		<p>PROEXT – SEÇÃO DE AÇÕES INCLUSIVAS E DIVERSIDADE.</p> <p>Campus: Departamento de pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação e NEABI+.</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor</p> <p>Periodicidade: Anual</p> <p>Referência: sem referência</p>	
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028

5%	6%	7%	8%	10%
----	----	----	----	-----

PERSPECTIVAS RESULTADO INSTITUCIONAL: ALUNOS E SOCIEDADE				
OE: 02 – Garantir e ampliar políticas de ações inclusivas e afirmativas.				
DESCRIÇÃO DO O.E:				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
%Taxa de implantação de Plano Bienal de Inclusão IFAP FINALIDADE:		$PBII (\%) = \left(\frac{NuAtEx}{NuAtPl} \right) \times 100$ NuAtEx = Número de atividades do Plano Bienal de Inclusão executadas no ano 202_ AA = Número de atividades do Plano Bienal de Inclusão planejadas no ano de 202_		PROEXT – SEÇÃO DE AÇÕES INCLUSIVAS E DIVERSIDADE. Campus: Departamento de pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação e NAPNE Polaridade: quanto maior melhor Periodicidade: Anual Referência: sem referência
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
100%	100%	100%	100%	100%

PERSPECTIVAS RESULTADO INSTITUCIONAL: ALUNOS E SOCIEDADE				
OE: 03 – Fortalecer a identidade e imagem institucional				
DESCRIÇÃO DO O.E:				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
Índice de imagem institucional (IIM [%]) Finalidade: ter conhecimento de como o público interno e externo estão percebendo a marca IFAP, através do conjunto de ações que vêm sendo realizadas		Resultado de pesquisa, interna (servidores, alunos e profissionais terceirizados) e externa (empresas, escolas públicas e privadas; sociedade em geral) sobre a imagem institucional do IFAP.		Desenvolvimento Institucional Reitoria DICOM CPA Polaridade: + Periodicidade: Anual Referência: Não Disponível
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
50%	55%	75%	77%	80%

PERSPECTIVAS RESULTADO INSTITUCIONAL: ALUNOS E SOCIEDADE				
OE: 03 – Fortalecer a identidade e imagem institucional				
DESCRIÇÃO DO O.E:				

INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
Índice de participação da comunidade nos processos autoavaliativos (%IPCPA). Finalidade: ter conhecimento de como o público interno percebe o IFAP		nºIPCPA = (nºRI/nºTSA)*100 nºRI – Número de respostas aos instrumentos por parte dos Alunos e servidores do IFAP nºTSA – Total de servidores e Alunos do IFAP		CPA Polaridade: + Periodicidade: Anual Referência: Ano anterior
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
40%	55%	75%	77%	80%

PERSPECTIVAS RESULTADO INSTITUCIONAL: ALUNOS E SOCIEDADE				
OE: 03 – Fortalecer a identidade e imagem institucional				
DESCRIÇÃO DO O.E:				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
Taxa de eventos de propagação da identidade institucional Finalidade: Garantir que a comunidade Ifapiana e público externo estão percebendo a força da marca IFAP e tenham conhecimento da finalidade do Instituto Federal do Amapá e sua relevância socioeconômica para o Estado e região amazônica.		TxEvII = (ΣEvII/ΣEv) * 100 TxEvII - Taxa de eventos de propagação da identidade institucional ΣEvII - Soma dos Eventos de propagação da Imagem Institucional ΣEv - Soma dos eventos IFAP		Desenvolvimento Institucional Reitoria Polaridade: + Periodicidade: Anual Referência: Não Disponível
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
20%	25%	255%	30%	30%

PERSPECTIVAS RESULTADO INSTITUCIONAL: ALUNOS E SOCIEDADE				
OE: 03 – Fortalecer a identidade e imagem institucional				
DESCRIÇÃO DO O.E:				

INDICADORES	FÓRMULA		RESPONSÁVEL	
Taxa de atividades de internacionalização a partir de demandas educacionais.	TIIntDEd = (ΣACoop + ΣCViaPPEE + ΣCPGSAInt/TAInter) * 100		Desenvolvimento Institucional Diretoria de Relações Interinstitucionais Setor de Relações Internacionais Polaridade: + Periodicidade: Anual Referência: Não Disponível	
	ΣACoop - acordos de cooperação para capacitação, execução de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão em parceria;			
	ΣCViaPPEE - convênios para viabilizar projetos de pesquisa, extensão e ensino para alunos do IFAP			
	ΣCPGSAInt - convênios para oferta de cursos de pósgraduação com fins específicos para servidores e alunos;			
	TAInter - Total de atividades de Internacionalização			
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
2%	3%	6%	6%	8%

PERSPECTIVAS RESULTADO INSTITUCIONAL: ALUNOS E SOCIEDADE				
OE: 04 – Buscar a expansão do instituto				
DESCRIÇÃO DO O.E: Buscar a expansão do instituto através da implantação de novas unidades de ensino, diversificação de tipologia organizacional, eixos de atuação e atuação presencial e EAD.				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
%Índice de implantação de nova unidade de Ensino - Campus		%INUnE = (EPEX/TEP)*100 EPEX – Etapas do projeto executadas		Desenvolvimento Institucional Diretoria de Relações Interinstitucionais
Finalidade: processo de expansão do Instituto Federal do Amapá		TEP – Total de etapas do projeto		
				Polaridade: + Periodicidade: Anual Referência: Não Disponível
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028

PERSPECTIVAS RESULTADO INSTITUCIONAL: ALUNOS E SOCIEDADE				
OE: 04 – Buscar a expansão do instituto				
DESCRIÇÃO DO O.E: Buscar a expansão do instituto através da implantação de novas unidades de ensino, diversificação de tipologia organizacional, eixos de atuação e atuação presencial e EAD.				
INDICADORES	FÓRMULA		RESPONSÁVEL	
%Índice de mudança de tipologia do Campus Avançado Oiapoque Finalidade: atender a portaria Nº 713, DE 8 DE SETEMBRO DE 2021- MEC, art. 22 e Portaria 713/2021/SETEC/MEC	%MTCAO = (EPEx/TEP)*100 EPEx – Etapas do projeto executadas TEP – Total de etapas do projeto		GT - IFAP Diretoria de Desenvolvimento Institucional Diretoria de Relações Interinstitucionais Polaridade: + Periodicidade: Anual Referência: Não Disponível	
	PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO			
2024	2025	2026	2027	2028

PERSPECTIVA – PROCESSOS INTERNOS

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS				
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo				
EIXO: ENSINO				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
Índice de eficiência acadêmica (%EAC)		$\%EAC = \frac{NuC202_}{NuI202_} * 100$ NuC202_ - Nº de concluintes no período NuI202_ - Nº de ingresso ocorrido no período		PROEN e campi Polaridade: + Periodicidade: Anual Referência: Ano de 2023
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
45%	55%	65%	70%	75%

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS		
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo		
EIXO: ENSINO		
INDICADORES	FÓRMULA	RESPONSÁVEL
Índice de retenção do Fluxo Escolar (%RFE)	$\%RFE = (NuAR/NuAM) * 100$	PROEN e campi

Finalidade: comunicar o índice de matrículas que se encontraram retidas pelo menos um dia no ano de referência	NuAR - Nº de alunos retidos (Reprovados +Trancados)		Polaridade: + Periodicidade: Anual Referência: Ano de 2023	
	NuAM - Nº de alunos matriculados			
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
18%	16%	14%	12%	10%

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS				
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo				
EIXO: ENSINO				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
Relação concluintes por vaga ofertada (%RCM)		%RCM = (NuC/NuAM)*100		PROEN e campi
Finalidade: medir a porcentagem de formados entre o total de matrículas		NuC - Nº de concluintes		Polaridade: +
		NuAM - Nº de alunos matriculados		Periodicidade: Anual
				Referência: Ano de 2023
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
82%	84%	86%	88%	90%

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS				
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo				
EIXO: ENSINO				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
Projetos de ensino por Campus/unidade	Nº de Projetos de ensino por Campus/unidade		PROEN e campi	
	1	Campus Macapá	Polaridade: +	
	2	Campus Santana	Periodicidade: Anual	
	3	Campus Laranjal do Jarí	Referência: Ano de 2023	
	4	Campus Porto Grande		
	5	Campus Avançado Oiapoque		
	6	CR Pedra Branca		
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
6	7	9	10	12

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS		
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo		
EIXO: ENSINO		
INDICADORES	FÓRMULA	RESPONSÁVEL

Índice de aumento da Relação de ingressos/alunos matriculado (%RIM)	$\%RIM = (NIng/NuAM)*100$ NIng - Nº de ingressantes no ano de referência NuAM - Nº de alunos matriculados no ano de referência		PROEN e campi Polaridade: + Periodicidade: Anual Referência: Ano de 2023	
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
8%	16%	20%	30%	45%

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS				
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo				
EIXO: ENSINO				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
% Relação candidato por vaga ofertada (%RCV) Finalidade: relação entre o número de inscritos e vagas nos processos seletivos para os cursos do IFAP		$\%RCV = (NuCins/ NuVO)*100$ NIng - Nº de ingressantes NuAM - Nº de alunos matriculados		PROEN e campi Polaridade: + Periodicidade: Anual Referência: Ano de 2023
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
8%	16%	20%	30%	45%

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS				
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo				
EIXO: ENSINO				
INDICADORES	FÓRMULA		RESPONSÁVEL	
Percentual de alunos com necessidades educacionais específicas (NEE) com a renda per capita familiar atendidos. Finalidade: medir a quantidade de alunos com necessidades específicas, através da	$\%ANEE = (NuANEEAt/ NuANEEM)*100$ NuANEEAt - Nº de alunos NEE atendidos NuANEEM - Nº de alunos NEE matriculados		PROEN e campi Polaridade: + Periodicidade: Anual Referência: Ano de 2023	

renda per capita, atendidos na instituição.				
Projetos de ensino por Campus/unidade				
2024	2025	2026	2027	2028
77%	80%	86%	90%	98%

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS				
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo				
EIXO: ENSINO				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
Índice de oferta de vagas EaD		%VEaD = (NuVEaD/ NuVOf)*100		PROEN e campi Polaridade: + Periodicidade: Anual Referência: Ano de 2023
		NuVEaD - Nº de alunos de vagas EaD		
		NuVOf - Nº de vagas ofertadas		
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
-	5%	10%	20%	40%

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS				
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo				
EIXO: PESQUISA				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
<p>Percentual de projetos de pesquisa aplicada (%PPA)</p> <p>Finalidade: Mensurar a porcentagem de projetos de pesquisa aplicada, desenvolvidos no IFAP, como pressupõe o inciso VIII do Art. 6º da Lei 11.892, que especifica, como finalidade e característica dos Institutos Federais, “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico”.</p>		$PPA (\%) = \left(\frac{NPPA}{NPPA + NPPB} \right) \times 100$ <p>NPPA: Número de projetos de pesquisa aplicada.</p> <p>NPPB: Número de projetos de pesquisa básica.</p>		<p>PROPPI: Coordenação de pesquisa e inovação</p> <p>Campus: Departamento de pesquisa, pós-graduação e inovação pesquisa (ou setor equivalente)</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor</p> <p>Periodicidade: Anual</p> <p>Referência: 2022 (13,6%)</p>
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028

20%	20%	30%	30%	30%
-----	-----	-----	-----	-----

PERSPECTIVAS		PROCESSOS INTERNOS		
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo				
EIXO: PESQUISA				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
<p>Percentual de servidores desenvolvendo projetos de pesquisa (%NS)</p> <p>Finalidade: Mensurar a porcentagem de servidores e servidoras envolvidos em projetos de pesquisa (aplicada e básica), seja como coordenador, orientador, coorientador ou membro da equipe de projeto registrado. A participação do servidor em projetos deverá ser contabilizada uma única vez, independente do quantitativo de projetos que ele participe.</p>		$NS (\%) = \left(\frac{NSPP}{NS} \right) \times 100$ <p>NSPP: Número total de servidores do IFAP envolvidos em projetos de pesquisa (aplicada e básica)</p> <p>NS: Número total de servidores do IFAP.</p>		<p>PROPPI: Coordenação de pesquisa e inovação</p> <p>Campus: Departamento de pesquisa, pós-graduação e inovação pesquisa (ou setor equivalente)</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor</p> <p>Periodicidade: Anual</p> <p>Referência: 2022 (16%)</p>
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
20%	20%	30%	30%	30%

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS		
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo		
EIXO: PESQUISA		
INDICADORES	FÓRMULA	RESPONSÁVEL
<p>Percentual de alunos envolvidos em projetos de pesquisa (%NAP)</p> <p>Finalidade: Mensurar a porcentagem de alunos e alunas do nível técnico (integrado, subsequente, concomitante), de graduação, das pós-graduações lato sensu e stricto sensu, envolvidos em projetos de pesquisa básica e aplicada executados no ano anterior.</p>	$NAP (\%) = \left(\frac{NAPP}{NA} \right) \times 100$ <p>NAPP: Número de alunos (técnico integrado, técnico subsequente, técnico concomitante, graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu) envolvidos em projetos de pesquisa aplicada e básica do IFAP</p> <p>NA: Número total de alunos (técnico integrado, técnico subsequente,</p>	<p>PROPPI: Coordenação de pesquisa e inovação</p> <p>Campus: Departamento de pesquisa, pós-graduação e inovação pesquisa (ou setor equivalente)</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor</p> <p>Periodicidade: Anual</p> <p>Referência: 2022 (4%)</p>

PERSPECTIVAS		PROCESSOS INTERNOS	
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo			
EIXO: PESQUISA			
INDICADORES		FÓRMULA	RESPONSÁVEL
<p>Produção bibliográfica (NPB)</p> <p>Finalidade: quantificar o número de artigos, livros, capítulos de livros e trabalhos de congressos publicados pelos servidores</p>		$NPB = NAr + NL + NCL + NC$ <p>NAr: Número total de artigos publicados com fator de impacto (JCR ou Qualis).</p>	<p>PROPPI: Coordenação de pesquisa e inovação</p> <p>Campus: Departamento de pesquisa, pós-graduação e inovação pesquisa (ou setor equivalente)</p>

do IFAP, no ano anterior, como referência.	NCL: Descrição: Número total de capítulos de livro publicado com registro ISBN ou QUALIS Livros. NL: Número total de livros publicados com registro ISBN ou QUALIS Livros NC: Número total de trabalhos completos publicados em congressos internacionais, nacionais, regionais e locais.			Polaridade: quanto maior melhor Periodicidade: Anual Referência: 2022 (150)
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
200	200	250	250	250

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS				
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo				
EIXO: PESQUISA				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
<p>Percentual de investimento realizado em pesquisa, pós-graduação e inovação, oriundo de capital e custeio (%TAFPP)</p> <p>Finalidade: Mensurar o percentual de recurso financeiro investido, oriundo de custeio e capital, para o desenvolvimento de pesquisas aprovadas em editais institucionais, na pós-graduação e no ecossistema de inovação, em relação ao orçamento total de capital e custeio do IFAP.</p>		$TAFPP \text{ (\%)} = \left(\frac{NTAFPP}{OCC} \right) \times 100$ <p>TAFPP: Total de aporte financeiro institucional para a pesquisa, a pós-graduação e a inovação</p> <p>OCC: Orçamento de capital e custeio institucional.</p>		<p>PROPPI: Coordenação de pesquisa e inovação</p> <p>Campus: Departamento de pesquisa, pós-graduação e inovação pesquisa (ou setor equivalente)</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor</p> <p>Periodicidade: Anual</p> <p>Referência: 2022 (2,8%)</p>
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
3%	5%	8%	10%	10%

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS				
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo				
EIXO: PESQUISA				
INDICADORES	FÓRMULA		RESPONSÁVEL	
<p>Percentual de intercâmbios de pesquisadores do IFAP (%IP)</p>	$IP (\%) = \left(\frac{TIP}{TGP} \right) \times 100$		<p>PROPPI: Coordenação de pesquisa e inovação</p> <p>Campus: Departamento de pesquisa, pós-graduação e</p>	

Finalidade: Ampliar o intercâmbio de pesquisadores do IFAP com demais pesquisadores do Brasil e de instituições estrangeiras, em especial com países que estão na Amazônia, direcionados para fortalecimento da Bioeconomia.	TIP: Total de intercâmbios realizados por pesquisadores do IFAP, no ano anterior, com a finalidade de desenvolver ações de pesquisa e inovação em bioeconomia. TGP: Total de pesquisadores vinculados aos grupos de pesquisas cadastrados e certificados no IFAP com linhas de pesquisas voltadas à bioeconomia.	inovação pesquisa (ou setor equivalente) Polaridade: quanto maior melhor Periodicidade: Anual Referência: 2023 (nenhum)		
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
0%	1%	2%	5%	10%

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS				
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo				
EIXO: PESQUISA				
INDICADORES	FÓRMULA		RESPONSÁVEL	
<p>Quantidade de publicações na Revista Multidisciplinar do Amapá - REMAP (PRMAP)</p> <p>Finalidade: Mensurar a quantidade de publicações feitas pela REMAP - Revista Multidisciplinar do Amapá - IFAP.</p>	<p><i>IP</i> (PRMAP = APPS + APSS</p> <p>APPS: Número total de artigos publicados no primeiro semestre.</p> <p>APSS: Número total de artigos publicados no segundo semestre</p>		<p>PROPPI: Coordenação de pesquisa e inovação</p> <p>Campus: Departamento de pesquisa, pós-graduação e inovação pesquisa (ou setor equivalente)</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor</p> <p>Periodicidade: Anual</p> <p>Referência: 2023 (8 publicações)</p>	
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
10	15	20	20	20

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS		
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo		
EIXO: PESQUISA		
INDICADORES	FÓRMULA	RESPONSÁVEL
[%] Índice de Publicações Científica sobre temas referentes a região amazônica	$IPTmRA = (\Sigma PTmRA / \Sigma TP) * 100$ IPTmRA - Índice de Publicações sobre temas da região amazônica $\Sigma PTmRA$ - Soma de todas as Publicações sobre temas da região amazônica	PROPPI: Coordenação de pesquisa e inovação Campus: Departamento de pesquisa, pós-graduação e inovação pesquisa (ou setor equivalente) Polaridade: quanto maior melhor

		Periodicidade: Anual Referência: x		
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
5%	5%	10%	15%	20%

PERSPECTIVAS		PROCESSOS INTERNOS		
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo				
EIXO: INOVAÇÃO				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
<p>Quantidade de ativos de propriedade intelectual (TPTPI)</p> <p>Finalidade: quantificar o total de produtos e processos tecnológicos que geraram depósitos de patentes de inovação ou modelo de utilidade e registros de marca; desenho industrial; cultivar; topografia de circuitos; programa de computador; organismos geneticamente modificados.</p>		<p>$NPB = PA + M + DI + C + TC + PC + OGM$</p> <p>PA: Patente de invenção (PI) e de Modelo de Utilidade (PMU).</p> <p>DI: Desenho industrial</p> <p>M: Marca</p> <p>C: Cultivar</p> <p>PC: Programa de computador</p> <p>OGM: Organismos geneticamente modificados</p> <p>TC: Topografia de circuitos integrados</p>		<p>PROPPI: Coordenação de pesquisa e inovação</p> <p>Campus: Departamento de pesquisa, pós-graduação e inovação pesquisa (ou setor equivalente)</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor</p> <p>Periodicidade: Anual</p> <p>Referência: 2023 (3 ativos)</p>
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
5	10	15	20	25

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS		
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo		
EIXO: INOVAÇÃO		
INDICADORES	FÓRMULA	RESPONSÁVEL
<p>Percentual de ativos de propriedade intelectual licenciados ou transferidos em relação à totalidade dos produtos tecnológicos que resultaram em ativos de propriedade intelectual (%APILT)</p> <p>Finalidade: Mensurar o percentual de ativos de propriedade intelectual licenciados ou transferidos,</p>	$ILT (\%) = \left(\frac{PTLT}{TPTI} \right) \times 100$ <p>PTLT: Total de produtos tecnológicos licenciados ou transferidos até o fim do exercício anterior.</p> <p>TPTI: Total de produtos tecnológicos institucionais que resultaram em ativos de propriedade intelectual.</p>	<p>PROPPI: Coordenação de pesquisa e inovação</p> <p>Campus: Departamento de pesquisa, pós-graduação e inovação pesquisa (ou setor equivalente)</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor</p> <p>Periodicidade: Anual</p> <p>Referência: 2023 (Nenhum ativo licenciado)</p>

até o fim do exercício anterior, em relação à totalidade dos produtos tecnológicos institucionais que resultaram em ativos de propriedade intelectual.		
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO		
2024	2025	2026
10%	10%	10%
2027	2028	
10%	10%	

PERSPECTIVAS		PROCESSOS INTERNOS
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo		
EIXO: INOVAÇÃO		
INDICADORES	FÓRMULA	RESPONSÁVEL
<p>Quantidade de acordos e contratos que geraram transferência de tecnologia e/ou know how para a comunidade (local, regional e nacional) (NACTT)</p> <p>Finalidade: Quantificar o total de acordos e contratos que geraram transferência de tecnologia e/ou know how para a comunidade (local, regional e nacional).</p>	<p>NACTT = NTATT + NTCTT</p> <p>NTATT: Número total de acordos de transferência de tecnologia e/ou know how.</p> <p>NTCTT: Número total de contratos de transferência de tecnologia e/ou know how.</p>	<p>PROPPI: Coordenação de pesquisa e inovação</p> <p>Campus: Departamento de pesquisa, pós-graduação e inovação pesquisa (ou setor equivalente)</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor</p> <p>Periodicidade: Anual</p> <p>Referência: 2022 (Nenhum contrato)</p>
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO		
2024	2025	2026
1	1	1
2027	2028	
1	1	

PERSPECTIVAS		PROCESSOS INTERNOS
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo		
EIXO: INOVAÇÃO		
INDICADORES	FÓRMULA	RESPONSÁVEL
<p>Número de empreendimentos beneficiados pelos ambientes de inovação (NEAHI)</p> <p>Finalidade: Mensurar a totalidade de empreendimentos gerados e/ou atendidos pelos ambientes promotores de inovação (parques, polos, cidades inteligentes,</p>	<p>NEAHI = NEGAPI + NEAPPI + NEGHI + NEAHI</p> <p>NEGAPI: Número de instituições e empreendimento GERADOS pelos ambientes promotores de inovação (exemplo: parques, polos, cidades inteligentes, distritos de inovação).</p> <p>NEGHI: Número de instituições e empreendimento GERADOS pelos</p>	<p>PROPPI: Coordenação de pesquisa e inovação</p> <p>Campus: Departamento de pesquisa, pós-graduação e inovação pesquisa (ou setor equivalente)</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor</p> <p>Periodicidade: Anual</p> <p>Referência: 2022 (Nenhum contrato)</p>

distritos de inovação) e de empreendimentos gerados e/ou atendidos pelos habitats de inovação (incubadoras, aceleradoras, espaços makers, startups, spin-off, espaço coworking).	habitats de inovação (exemplo: incubadoras, aceleradoras, espaços makers, startups, spin-off, espaço). NEAAPI: Número de instituições e empreendimentos ATENDIDOS pelos ambientes promotores de inovação (exemplo: parques, polos, cidades inteligentes, distritos). NEAHI: Número de instituições e empreendimentos ATENDIDOS pelos habitats de inovação (exemplo: incubadoras, aceleradoras, espaços makers, startups, spin-off, espaço coworking).			
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
1	1	1	1	1

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS				
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo				
EIXO: PÓS-GRADUAÇÃO				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
<p>Quantidade de cursos stricto sensu ofertados no IFAP (NPS)</p> <p>Finalidade: Ampliar a quantidade de cursos stricto sensu no âmbito do IFAP.</p>		<p>NPS= M + D</p> <p>M: Número total de programas de mestrado (profissional e acadêmico) ofertados pelo IFAP ou em parceria/cooperação com outra instituição de ensino superior (inclui cursos em rede).</p> <p>D: Número total de programas de doutorado (profissional e acadêmico) ofertados pelo IFAP ou em parceria/cooperação com outra instituição de ensino superior (inclui cursos em rede).</p>		<p>PROPPI: Coordenação de pesquisa e inovação</p> <p>Campus: Departamento de pesquisa, pós-graduação e inovação pesquisa (ou setor equivalente)</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor</p> <p>Periodicidade: Anual</p> <p>Referência: 2023 (1 curso)</p>
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
2	3	4	4	4

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS		
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo		
EIXO: PÓS-GRADUAÇÃO		
INDICADORES	FÓRMULA	RESPONSÁVEL

Quantidade de cursos lato sensu ofertados no IFAP (NPL)	<div>NPL = CD + CP</div> <div>CD: Número total de cursos à distância ofertados pelo IFAP ou em parceria com a UAB (Universidade Aberta do Brasil).</div> <div>CP: Número total de cursos presenciais ofertados pelo IFAP.</div>		PROPPI: Coordenação de pesquisa e inovação	
Finalidade: Ampliar a quantidade de cursos lato sensu no âmbito do IFAP.			Campus: Departamento de pesquisa, pós-graduação e inovação pesquisa (ou setor equivalente)	
			Polaridade: quanto maior melhor	
			Periodicidade: Anual	
			Referência: 2023 (6 cursos)	
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
6	7	7	8	10

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS				
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo				
EIXO: PÓS-GRADUAÇÃO				
INDICADORES	FÓRMULA		RESPONSÁVEL	
<p>Quantidade de ações de divulgação científica realizadas por servidores e alunos do IFAP (ADC)</p> <p>Finalidade: Ampliar ações de divulgação científica como estratégia de integração entre a pesquisa, o ensino e a extensão.</p>	<div>ADC = APS + ASS</div> <p>APS: Total de ações desenvolvidas no primeiro semestre.</p> <p>ASS: Total de ações desenvolvidas no segundo semestre.</p>		<p>PROPPI: Coordenação de pesquisa e inovação</p> <p>Campus: Departamento de pesquisa, pós-graduação e inovação pesquisa (ou setor equivalente)</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor</p> <p>Periodicidade: Anual</p> <p>Referência: 2023 (4 ações)</p>	
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
4	5	5	6	6

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS		
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo		
EIXO: EXTENSÃO		
INDICADORES	FÓRMULA	RESPONSÁVEL
Percentual de recursos financeiros do orçamento anual público aplicados em extensão (%OAE)	$OAE (\%) = \left(\frac{OAE}{OTI} \right) \times 100$ <p>OAE: Orçamento anual Aplicado em Extensão.</p>	PROEXT: Diretoria de extensão, arte, cultura e desporto
Finalidade: Mensurar o percentual de recurso		Campus: Departamento de pesquisa, extensão, pós-

financeiro anual destinado para o desenvolvimento de ações de extensão (independentemente da modalidade: Projeto, Programa, Curso, Evento ou Prestação de Serviço).	OTI: Orçamento Total anual da Instituição.		graduação e inovação (ou setor equivalente). Polaridade: quanto maior melhor Periodicidade: Anual Referência: 2023 (XXX)	
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
3%	4%	6%	9%	10%

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS				
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo				
EIXO: EXTENSÃO				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
<p>Percentual de estudantes envolvidos em ações de extensão (%NEE)</p> <p>Finalidade: Mensurar a porcentagem de estudantes envolvidos em ações de extensão, independente da modalidade (Projeto, Programa, Evento, Curso e Prestação de Serviço).</p>		$NEE (\%) = \left(\frac{NEE}{NTE} \right) \times 100$ <p>NEE: Número de estudantes envolvidos em ações anuais de extensão.</p> <p>NTE: Número total de estudantes no ano.</p>		<p>PROEXT: Diretoria de extensão, arte, cultura e desporto</p> <p>Campus: Departamento de pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação (ou setor equivalente).</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor</p> <p>Periodicidade: Anual</p> <p>Referência: 2022 (XXX)</p>
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
8%	10%	11%	12%	13%

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS				
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo				
EIXO: EXTENSÃO				
INDICADORES	FÓRMULA		RESPONSÁVEL	
<p>Percentual de servidores envolvidos em ações de extensão (%NSE)</p> <p>Finalidade: Mensurar a porcentagem de servidores(as) envolvidos em ações de extensão, independentemente da</p>	$NSE (\%) = \left(\frac{NDE + NTE}{NTS} \right) \times 100$ <p>NDE: Número de Docentes envolvidos em ações de extensão no ano. NTE: Número de Técnico-Administrativos em Educação</p>		<p>PROEXT: Diretoria de extensão, arte, cultura e desporto Campus: Departamento de pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação (ou setor equivalente).</p>	

modalidade (Projeto, Programa, Curso, Evento ou Prestação de Serviço) e do tipo de participação na equipe executora (membro, orientação, coordenação ou coorientação).	envolvidos em ações de extensão no ano.		Polaridade: quanto maior melhor Periodicidade: Anual Referência: 2022 (30%)	
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
37%	39%	40%	42%	45%

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS				
OE: 05 – Assegurar excelência no ensino pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo				
EIXO: EXTENSÃO				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
<p>Quantidade de pessoas atendidas pelas ações de extensão (PAAE)</p> <p>Finalidade: Mensurar a quantidade de pessoas atendidas por ações de extensão, independentemente da modalidade (Projeto, Programa, Curso, Evento ou Prestação de Serviço), e se foi de forma direta ou indireta.</p>		<p>$PAAE = (NAPP + NACE + NAPS)$</p> <p>NAPP: Número de pessoas atendidas por programas e Projetos.</p> <p>NACE: Número de pessoas atendidas por cursos e eventos.</p> <p>NAPS: Número de pessoas atendidas por Prestações de Serviços.</p>		<p>PROEXT: Diretoria de extensão, arte, cultura e desporto</p> <p>Campus: Departamento de pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação (ou setor equivalente).</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor</p> <p>Periodicidade: Anual</p> <p>Referência: 2023 (sem referência)</p>
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
2000	2200	2500	2800	3000

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS		
OE: 06 – Promover a comunicação institucional de maneira ampla e efetiva com os públicos internos e externos		
EIXO: COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL		
INDICADORES	FÓRMULA	RESPONSÁVEL
Incremento de canais (IC)	IC = CCImp CCImp – Canal de comunicação incrementado	DICOM Polaridade: quanto maior melhor Periodicidade: Anual Referência: 2023 (sem referência)

PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
1	0	1	0	1

PERSPECTIVAS		PROCESSOS INTERNOS		
OE: 06 – Promover a comunicação institucional de maneira ampla e efetiva com os públicos internos e externos				
EIXO: COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
Projetos de comunicação (PC)	PC = (PI/PP)*100		DICOM	
	PI - Projetos implantados		Polaridade: quanto maior melhor	
	PP - Projetos planejados		Periodicidade: Anual Referência: 2023 (sem referência)	
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
100%	100%	100%	100%	100%

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS				
OE: 06 – Promover a comunicação institucional de maneira ampla e efetiva com os públicos internos e externos				
EIXO: COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
Campanhas informativas (CI)		PC = (CEx/CP)*100		DICOM
		CEx – Campanhas executadas		Polaridade: quanto maior melhor
		PP - Campanhas planejados		Periodicidade: Anual
			Referência: 2023 (sem referência)	
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
100%	100%	100%	100%	100%

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS				
OE: 06 – Promover a comunicação institucional de maneira ampla e efetiva com os públicos internos e externos				
EIXO: COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL				
INDICADORES	FÓRMULA		RESPONSÁVEL	
Capacitações em comunicação (CC)	$PC = (CEX/CCP) * 100$		DICOM	

	CCEx – Capacitações em comunicação executadas	Polaridade: quanto maior melhor
	CCP - Capacitações em comunicação planejados	Periodicidade: Anual
		Referência: 2023 (sem referência)
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO		
2024	2025	2026
100%	100%	100%
	2027	2028
	100%	100%

PERSPECTIVAS		PROCESSOS INTERNOS
OE: 06 – Promover a comunicação institucional de maneira ampla e efetiva com os públicos internos e externos		
EIXO: COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL		
INDICADORES	FÓRMULA	RESPONSÁVEL
Aquisição de Equipamentos (AE)	$\%AE = (EA/ES) \cdot 100$ EA – Equipamentos adquiridos ES – Equipamentos solicitados	DICOM Polaridade: quanto maior melhor Periodicidade: Anual Referência: 2023 (sem referência)
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO		
2024	2025	2026
8%	10%	10%
	2027	2028
	12%	15%

PERSPECTIVAS		PROCESSOS INTERNOS
OE: 06 – Promover a comunicação institucional de maneira ampla e efetiva com os públicos internos e externos		
EIXO: COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL		
INDICADORES	FÓRMULA	RESPONSÁVEL
Índice de servidores participantes das Capacitações em comunicação (CC)	$\%SPCC = (NuSPC/NTS) \cdot 100$ NuSPC – Número de servidores participantes das capacitações em comunicação NTS – Número total de servidores	DICOM Polaridade: quanto maior melhor Periodicidade: Anual Referência: 2023 (sem referência)
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO		
2024	2025	2026
100%	100%	100%
	2027	2028
	100%	100%

PERSPECTIVAS	PROCESSOS INTERNOS
--------------	--------------------

OE: 06 – Promover a comunicação institucional de maneira ampla e efetiva com os públicos internos e externos				
EIXO: COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
Incremento de Recursos Humanos (IR)		IRH = 3 por estúdio Implantado		DICOM Polaridade: quanto maior melhor Periodicidade: Anual Referência: 2023 (sem referência)
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
-----	10	5	-----	-----

PERSPECTIVAS		PROCESSOS INTERNOS		
OE: 06 – Promover a comunicação institucional de maneira ampla e efetiva com os públicos internos e externos				
EIXO: COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
Eventos presenciais (EP)		%EP = (EvEx/EvP)*100		DICOM
		EvEx – Eventos executados		Polaridade: quanto maior melhor
		EvP - Eventos planejados		Periodicidade: Anual
			Referência: 2023	(sem referência)
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
100%	100%	100%	100%	100%

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS				
OE: 06 – Promover a comunicação institucional de maneira ampla e efetiva com os públicos internos e externos				
EIXO: COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL				
INDICADORES	FÓRMULA			RESPONSÁVEL
Eventos presenciais (EV)	$\%EV = (EvEx/EvP) \cdot 100$ EvEx – Eventos executados EvP - Eventos planejados			DICOM Polaridade: quanto maior melhor Periodicidade: Anual Referência: 2023 (sem referência)

PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
100%	100%	100%	100%	100%

PERSPECTIVAS		PROCESSOS INTERNOS		
OE: 06 – Promover a comunicação institucional de maneira ampla e efetiva com os públicos internos e externos				
EIXO: COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
Comunicação Inclusiva (CI)		%CI = 3 novas tecnologias assistivas incluídas	DICOM	
			Polaridade: quanto maior melhor Periodicidade: Anual Referência: 2023 (sem referência)	
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
1	-----	1	-----	1

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS				
OE: 06 – Promover a comunicação institucional de maneira ampla e efetiva com os públicos internos e externos				
EIXO: COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL				
INDICADORES	FÓRMULA			RESPONSÁVEL
Banco de mídias digitais (BM)	BM = (NuM202_/NuMAA)*100			DICOM
	NuM202_ - nº de mídias acrescidas do ano			Polaridade: quanto maior melhor
	NuMAA - nº de mídias existentes no ano anterior			Periodicidade: Anual Referência: 2023 (sem referência)
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
	20%	15%	15%	10%

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS		
OE: 06 – Promover a comunicação institucional de maneira ampla e efetiva com os públicos internos e externos		
EIXO: COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL		
INDICADORES	FÓRMULA	RESPONSÁVEL
Incremento de produtos (IP)	IP = 3 Produtos novos implantados	DICOM

			Polaridade: quanto maior melhor Periodicidade: Anual Referência: 2023 (sem referência)	
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
1	-----	1	-----	1

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS				
OE: 07 – Aperfeiçoar os processos de gestão institucional				
EIXO: GESTÃO E GOVERNANÇA				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
%Índice de processos críticos com Modelagem AS IS e validação Finalidade: Padronização de Procedimentos Críticos Internos	IPCMAIs = $(\text{N}^{\circ}\text{PCMAIs}/\text{TPc}) \times 100$		DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	
	NºPCMAIs - Número de processos críticos com Modelagem AS IS identificados.		Polaridade: quanto maior melhor	
	TPC - Total de Processos críticos identificados		Periodicidade: Anual Referência: 2023 (sem referência)	
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
10%	30%	50%	80%	100%

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS				
OE: 07 – Aperfeiçoar os processos de gestão institucional				
EIXO: GESTÃO E GOVERNANÇA				
INDICADORES	FÓRMULA			RESPONSÁVEL
%Índice de processos críticos com Modelagem TO BE e validação Finalidade: Simplificação e melhorias de Procedimentos Críticos Internos	IPCMAIs = (NºPCMTToBe/TPc)*100 NºPCMTToBe - Número de processos críticos com Modelagem TO BE validados. TPC - Total de Processos críticos identificados			DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL Polaridade: quanto maior melhor Periodicidade: Anual Referência: 2023 (sem referência)
	PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO			
	2024	2025	2026	2027
10%	30%	50%	80%	100%

PERSPECTIVAS		PROCESSOS INTERNOS		
OE: 08 – Promover e consolidar a cultura da inovação e da sustentabilidade				
EIXO: GESTÃO E GOVERNANÇA				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
% Índice de iniciativas de redução do custo com energia elétrica.		$RCTee = (TIImp / TIPre) * 100$ TIImp - Total de iniciativas implantadas TIPre - Total de iniciativas previstas		DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
				DIEN – DIRETORIA DE ENGENHARIA
				Polaridade: quanto maior melhor
				Periodicidade: Anual
				Referência: 2023 (sem referência)
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
100%	100%	100%	100%	100%

PERSPECTIVAS		PROCESSOS INTERNOS		
OE: 08 – Promover e consolidar a cultura da inovação e da sustentabilidade				
EIXO: GESTÃO E GOVERNANÇA				
INDICADORES	FÓRMULA		RESPONSÁVEL	
% Índice de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis	%EEUFv= (GEEUFv202_/CEE202_)*100		PROAD – Pró-reitoria de Administração	
Finalidade: Relacionar a geração de energia elétrica a partir das usinas fotovoltaicas em relação ao consumo de energia elétrica total.	GEEUFv202_ - geração de energia elétrica a partir das usinas fotovoltaicas no ano de 202_ CEE202_ - consumo de energia elétrica total no ano 202_		Polaridade: quanto maior melhor Periodicidade: Anual Referência: 2023 (sem referência)	
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
30%	30%	31%	31%	32%

PERSPECTIVAS		PROCESSOS INTERNOS		
OE: 09 – Fortalecer o sistema de controle interno institucional				
EIXO: GESTÃO E GOVERNANÇA				

INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL	
Índice de servidores participantes das Capacitações (CC)		%SPCC = (NuSPC/NuTS)*100		INTEGRIDADE – COMISSÃO DE ÉTICA	
		NuSPC – Número de servidores participantes das capacitações		Polaridade: quanto maior melhor	
		NuTS – Número total de servidores		Periodicidade: Anual Referência: 2023 (sem referência)	
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO					
2024	2025	2026	2027	2028	
10%	15%	15%	25%	45%	

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS				
OE: 09 – Fortalecer o sistema de controle interno institucional				
EIXO: GESTÃO E GOVERNANÇA				
INDICADORES	FÓRMULA			RESPONSÁVEL
<p>% Índice de processos com os riscos mapeados e controles internos definidos</p> <p>Finalidade: Padronização e melhorias de Processos Críticos; Identificação e controle dos Riscos.</p>	<p>$IPRmCInt = (PRmCInt/TPm)*100$</p> <p>PRmCInt - processos com os riscos mapeados e controles internos definidos</p> <p>TPm - Total de Processos críticos mapeados</p>			<p>DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</p> <p>INTEGRIDADE</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor</p> <p>Periodicidade: Anual</p> <p>Referência: 2023 (sem referência)</p>
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
10%	30%	50%	80%	100%

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS		
OE: 10 – Consolidar o Planejamento Estratégico		
EIXO: GESTÃO E GOVERNANÇA		
INDICADORES	FÓRMULA	RESPONSÁVEL
Índice de unidades gestoras com o Plano de Ação alinhados ao PDI	$\%PA = (NuAGPA/NuAG)*100$ NuAGPA – Número de unidades gestoras com Plano de ação alinhado ao PDI NuAG – Número de unidades gestoras	DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL Polaridade: quanto maior melhor

		Periodicidade: Anual Referência: 2023 (sem referência)		
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
100%	100%	100%	100%	100%

PERSPECTIVAS					PROCESSOS INTERNOS				
OE: 10 – Consolidar o Planejamento Estratégico									
EIXO: GESTÃO E GOVERNANÇA									
INDICADORES		FÓRMULA				RESPONSÁVEL			
Índice de Execução de Projetos Estratégicos Integrados ao PDI		%ExPE = (PEEx/PEP)*100				INTEGRIDADE – COMISSÃO DE ÉTICA			
		PEEx – Projeto estratégico executado				Polaridade: quanto maior melhor			
		PEP – Projetos estratégicos planejados				Periodicidade: Anual Referência: 2023 (sem referência)			
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO									
2024		2025		2026		2027		2028	
100%		100%		100%		100%		100%	

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS				
OE: 10 – Consolidar o Planejamento Estratégico				
EIXO: GESTÃO E GOVERNANÇA				
INDICADORES	FÓRMULA			RESPONSÁVEL
Índice de metas estratégicas alcançadas	%MExtA = (NuMExA/NuTM)*100			INTEGRIDADE – COMISSÃO DE ÉTICA
	NuMExA – Número de metas estratégicas alcançadas			Polaridade: quanto maior melhor
	NuTM – Número total de metas			Periodicidade: Anual Referência: 2023 (sem referência)
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
100%	100%	100%	100%	100%

PERSPECTIVA – ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

PERSPECTIVAS ORÇAMENTO, INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA				
OE: 11 – Proporcionar infraestruturas predial e urbanística adequadas				
EIXO: INFRAESTRUTURA FÍSICA				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
Índice de ambientes estruturantes implantados (%AE)		<div>%AEImp = (ΣAEC202_/ΣAEP202_)*100</div> <div>ΣAEC202_ - Somatória das obras de Ambiente Estruturantes concluídas em 202_</div> <div>ΣAEC202_ - Somatória das obras de Ambiente Estruturantes planejadas para 202_</div> <div>Ambientes estruturantes – para efeito deste indicador são considerados ambientes estruturantes: ginásios poliesportivos, bibliotecas, auditórios multiusos e restaurantes acadêmicos</div>		<div>DIEN – Diretoria de Engenharia</div> <div>Polaridade: quanto maior melhor</div> <div>Periodicidade: Anual</div> <div>Referência: 2023 (sem referência)</div>
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
100%	50%	75%	50%	50%

PERSPECTIVAS ORÇAMENTO, INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA				
OE: 11 – Proporcionar infraestruturas predial e urbanística adequadas				
EIXO: INFRAESTRUTURA FÍSICA				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
Índice de obras Finalizadas (%AE)		%OEx = (ΣOFin202_/ΣOIn202_)*100		DIEN – Diretoria de Engenharia
		ΣOFin202_ - Somatória de Obras finalizadas no ano 202_		Polaridade: quanto maior melhor
		ΣOIn202_ - Somatória de Obras iniciadas no ano 202_		Periodicidade: Anual Referência: 2023 (sem referência)
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
75%	50%	50%	100%	75%

PERSPECTIVAS ORÇAMENTO, INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA		
OE: 12 – Aprimorar e ampliar a comunicação, serviços e a infraestrutura de TI.		
EIXO: TIC – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO		
INDICADORES	FÓRMULA	RESPONSÁVEL

Índice de Servidores capacitados em minicursos de segurança da informação (%SC)	$\%SC = (SC/TS)*100$ SC - de Servidores capacitados em minicursos de segurança da informação TS - Total de Servidores IFAP	DITI – Diretoria de Tecnologia da Informação Polaridade: quanto maior melhor Periodicidade: Anual Referência: 2023 (sem referência)		
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
8%	11%	11%	12%	14%

PERSPECTIVAS ORÇAMENTO, INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA				
OE: 12 – Aprimorar e ampliar a comunicação, serviços e a infraestrutura de TI.				
EIXO: TIC – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO				
INDICADORES	FÓRMULA			RESPONSÁVEL
Taxa de tickets/demandas de serviços atendidos (%SA)	<div>%SA = (DA/DS)*100</div> <div>DA - Tickets/demandas de serviços atendidos</div> <div>DS - tickets/demandas de serviços solicitadas</div>			<div>DITI – Diretoria de Tecnologia da Informação</div> <div>Polaridade: quanto maior melhor</div> <div>Periodicidade: Anual</div> <div>Referência: 2023 (sem referência)</div>
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
50%	55%	60%	70%	80%

PERSPECTIVAS ORÇAMENTO, INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA				
OE: 12 – Aprimorar e ampliar a comunicação, serviços e a infraestrutura de TI.				
EIXO: TIC – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO				
INDICADORES	FÓRMULA			RESPONSÁVEL
Taxa de Implementação das ações do PDTI (%IPDTI)	$\%IPDTI = (AEx202_ / AP202_) * 100$ <p>AEx202_ - Ação dos PDTI executadas no ano de 202_</p> <p>AP202_ - Ação dos PDTI Planejadas para o ano de 202_</p>			DITI – Diretoria de Tecnologia da Informação
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
100%	100%	100%	100%	100%

PERSPECTIVAS ORÇAMENTO, INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA				
OE: 13 – Desenvolver e aplicar política de obtenção de capital extraorçamentário.				
EIXO: ORÇAMENTO INSTITUCIONAL				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
Taxa de Recursos Captados no Setor Público (%RCSP)		(%RCSP = (RCSP 202_/Orç202_)*100		PROAD – Pró-reitoria de Administração
		RCSP 202_- Recursos Captados no Setor Público no ano de 202_		Polaridade: quanto maior melhor
		Orç202_ - Orçamento do IFAP no ano de 202_		Periodicidade: Anual Referência: 2023 (sem referência)
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
5%	6%	8%	10%	12%

PERSPECTIVAS ORÇAMENTO, INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA				
OE: 13 – Desenvolver e aplicar política de obtenção de capital extraorçamentário.				
EIXO: ORÇAMENTO INSTITUCIONAL				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
Taxa de Recursos Captados na Iniciativa Privada (Receita Própria) (%RCIP)		%RCIP = (RCIP 202_/Orç202_)*100		PROAD – Pró-reitoria de Administração
		RCIP 202_ - Recursos Captados na Iniciativa Privada (Receita Própria) no ano de 202_		Polaridade: quanto maior melhor
		Orç202_ - Orçamento do IFAP no ano de 202_		Periodicidade: Anual Referência: 2023 (sem referência)
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
1%	2%	2%	3%	3%

PERSPECTIVAS ORÇAMENTO, INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA				
OE: 14 – Promover a sustentabilidade financeira e orçamentária do IFAP.				
EIXO: ORÇAMENTO INSTITUCIONAL				
INDICADORES	FÓRMULA			RESPONSÁVEL
Índice de gasto com pessoal (%GCP)	$\%GCP = (GCP202_ / TG202_) * 100$			PROAD – Pró-reitoria de Administração
Finalidade: medir os gastos de pessoal (ativos, inativos,	GCP 202_ - gastos de pessoal (ativos, inativos, pensionistas,			Polaridade: quanto menor melhor

pensionistas, sentenças judiciais e precatórios), em função dos gastos totais.	sentenças judiciais e precatórios) no ano de 202_ TG202_ - Gastos total no ano de 202_		Periodicidade: Anual Referência: Acórdão 2.267/2005-TCU	
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
76%	78%	77%	76%	75%

PERSPECTIVAS ORÇAMENTO, INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA				
OE: 14 – Promover a sustentabilidade financeira e orçamentária do IFAP.				
EIXO: ORÇAMENTO INSTITUCIONAL				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
Índice de gasto com outros custeios (%GOC)		%GP = (GOC202_/TG202_)*100		PROAD – Pró-reitoria de Administração
Finalidade: medir os gastos totais de outros custeios (exceto benefícios, Pasep, investimentos e inversões financeiras), em função dos gastos totais.		GOC 202_ - gastos totais de outros custeios (exceto benefícios, Pasep, investimentos e inversões financeiras) no ano de 202_ TG202_ - Gastos total no ano de 202_		Polaridade: quanto menor melhor Periodicidade: Anual Referência: Acórdão 2.267/2005-TCU
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
22%	23%	23%	24%	24%

PERSPECTIVAS ORÇAMENTO, INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA				
OE: 14 – Promover a sustentabilidade financeira e orçamentária do IFAP.				
EIXO: ORÇAMENTO INSTITUCIONAL				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
Índice de gasto com investimentos (%GCI)		%GCI = (GCI202_/TG202_)*100		PROAD – Pró-reitoria de Administração
Finalidade: medir os gastos com investimentos (execução de obras e aquisição de imóveis), em função dos gastos totais.		GCI 202_- gastos com investimentos (execução de obras e aquisição de imóveis) no ano de 202_		Polaridade: quanto maior melhor
		TG202_ - Gastos total no ano de 202_		Periodicidade: Anual
				Referência: Acórdão 2.267/2005-TCU
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
2%	3%	3%	4%	4%

PERSPECTIVAS ORÇAMENTO, INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA				
OE: 14 – Promover a sustentabilidade financeira e orçamentária do IFAP.				
EIXO: ORÇAMENTO INSTITUCIONAL				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
<p>Valor de gasto correntes por aluno (\$GCA)</p> <p>Finalidade: Quantificar todos os gastos da Instituição (exceto investimento, capital, precatórios, inativos e pensionistas), por aluno atendido.</p>		<p>\$GCA = (GC202_/MEq202_)</p> <p>GC202_/- Gasto Total liquidado da Instituição, deduzindo investimentos, precatórios, inativos, pensionistas e ações 20RW e 8252 no ano de 202_</p> <p>MEq202_ - Descrição: Corresponde às matrículas custeadas por recursos orçamentários ponderadas pelo Fator de Equiparação de Carga Horária, pelo Fator de Esforço de Curso e pelo Fator de Nível de Curso no ano de 202_</p> <p>Fonte: Plataforma Nilo Peçanha</p>		<p>PROAD – Pró-reitoria de Administração</p> <p>Polaridade: quanto menor melhor</p> <p>Periodicidade: Anual</p> <p>Referência: Acórdão 2.267/2005-TCU</p>
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 19.500,00	R\$ 19.000,00	R\$ 18.500,00

PERSPECTIVAS ORÇAMENTO, INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA				
OE: 14 – Promover a sustentabilidade financeira e orçamentária do IFAP.				
EIXO: ORÇAMENTO INSTITUCIONAL				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
<p>Índice de Gastos com Contratos Continuados (%GCC)</p> <p>Finalidade: mensurar os gastos com Contratos Continuados (manutenção predial, serviços terceirizados e demais), em função dos gastos totais.</p>		<p>%GCC = (GCC202_/GT202_)</p> <p>GC202_- gastos com Contratos Continuados (manutenção predial, serviços terceirizados e demais) no ano de 202_</p> <p>GT202_ - Descrição: gastos totais no ano de 202_</p> <p>Fonte: Plataforma Nilo Peçanha</p>		<p>PROAD – Pró-reitoria de Administração</p> <p>Polaridade: quanto menor melhor</p> <p>Periodicidade: Anual</p> <p>Referência: 2023</p>
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
12%	12%	11%	11%	10%

PERSPECTIVA – APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO

PERSPECTIVAS APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO				
OE: 15 – Promover a capacitação de servidores com foco na sustentação institucional				
EIXO: GESTÃO DE PESSOAS				
INDICADORES		FÓRMULA		RESPONSÁVEL
%Índice de participação dos servidor na capacitação (%CS) Finalidade: mensurar as ações de capacitações voltadas ao eixo finalístico do IFAP em relação ao Total de Capacitação realizada.		$\%CQPE = (N^{\circ}SC/TCC)*100$ NºSC - Número de servidores capacitados TCC - Total de servidores do IFAP		PROGEP – Pró-reitoria de Gestão e Pessoas Polaridade: quanto maior melhor Periodicidade: Anual Referência: 2023 (24%)
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
27%	29%	31%	33%	35%

PERSPECTIVAS APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO				
OE: 15 – Desenvolver e aplicar a política de qualidade de vida ao serviço público				
EIXO: QUALIDADE DE VIDA NO IFAP				
INDICADORES	FÓRMULA		RESPONSÁVEL	
%Índice de elaboração da política de Qualidade de Vida (%EPQVD) Finalidade: mensurar a o desenvolvimento da elaboração da política de qualidade de vida. Institucional.	%EPQVD = (NºEtEx/NºTEt) *100 NºEtEx - Número de etapas executadas NºTEt - Número Total de Etapas		PROGEP – Pró-reitoria de Gestão e Pessoas Polaridade: quanto maior melhor Periodicidade: Anual Referência: 2023	
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
100%	-----	-----	-----	-----

PERSPECTIVAS APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO		
OE: 15 – Desenvolver e aplicar a política de qualidade de vida ao serviço público		
EIXO: QUALIDADE DE VIDA NO IFAP		
INDICADORES	FÓRMULA	RESPONSÁVEL

<p>%Índice de ações de Qualidade de Vida (%AQVD)</p> <p>Finalidade: mensurar a o desenvolvimento de ações da política de qualidade de vida. Institucional.</p>	<p>$\%AQVD = (AQVD/TA) * 100$</p> <p>AQVD - Ações de qualidade de vida executadas</p> <p>TA - Total de ações da PROGEP</p>	<p>PROGEP – Pró-reitoria de Gestão e Pessoas</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor</p> <p>Periodicidade: Anual</p> <p>Referência: 2023</p>		
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
10%	10%	15%	16%	20%

PERSPECTIVAS APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO				
OE: 15 – Desenvolver e aplicar a política de qualidade de vida ao serviço público				
EIXO: QUALIDADE DE VIDA NO IFAP				
INDICADORES	FÓRMULA		RESPONSÁVEL	
Índice de servidores atendidos pelas ações de qualidade de Vida no Trabalho (%SAQVD) Finalidade: mensurar a o desenvolvimento de ações da política de qualidade de vida. Institucional em relação os servidores do IFAP.	%SAQVD = (SAQVD/TS) *100 SAQVD - servidores atendidos pelas ações de qualidade de Vida no Trabalho TA - Total de servidores do IFAP		PROGEP – Pró-reitoria de Gestão e Pessoas Polaridade: quanto maior melhor Periodicidade: Anual Referência: 2023 (58%)	
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
60%	62%	65%	70%	72%

PERSPECTIVAS APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO		
OE: 15 – Desenvolver e aplicar a política de qualidade de vida ao serviço público		
EIXO: QUALIDADE DE VIDA NO IFAP		
INDICADORES	FÓRMULA	RESPONSÁVEL
<p>Índice absenteísmo (%Ab)</p> <p>Finalidade: mensurar a o impacto ações da política de qualidade de vida em relação ao absenteísmo.</p>	<p>$\%Abst = (TDLS/TDT) * 100$</p> <p>TDLS - Total de dias de licença saúde - Somatório dos dias de licenças saúde relacionados a todos os servidos no ano de análise</p>	<p>PROGEP – Pró-reitoria de Gestão e Pessoas</p> <p>Polaridade: quanto menor melhor</p> <p>Periodicidade: Anual</p> <p>Referência: 2023 (14%)</p>

	TDT - Total de dia trabalhado por servidor - Multiplicar o total de dias úteis pelo total de servidores			
PAINEL DE MEDIÇÃO - METAS ESTABELECIDAS A LONGO PRAZO				
2024	2025	2026	2027	2028
13%	12%	11%	10%	10%

2.1.7 PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO - PAE

Definido Missão, Visão e Valores Institucionais; o Modelo de Negócio; o Mapa Estratégico – Objetivos, Indicadores de desempenho e metas estratégicas que nortearão as práticas educacionais e administrativas do IFAP no período 2024 a 2028. A Reitoria e os Campi irão desenvolver o plano de ação estratégicas - médio e curto prazo, visando o desdobramento do Planejamento Estratégico, onde serão apresentadas as ações e seus respectivos orçamentos, atuando como componentes ou etapas para o cumprimento dos objetivos estratégicos com base na missão, visão e valores institucionais.

Tabela 02: Plano de Ação Estratégico

PERSPECTIVAS								
OBJETIVO ESTRATÉGICO								
EIXO								
UNIDADE ESTRATÉGICA		Reitoria (Pró-reitorias e Diretorias sistêmicas); Campi; Campus Avançado e Centro de Referência em EAD						
INDICADOR	META	AÇÕES	JUSTIFICATIVA	ÁREA RESPONSÁVEL	PRAZO		METODOLOGIA	ORÇAMENTO
					início	final		

3. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A organização administrativa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP é regida pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e caracteriza-se pela gestão democrática e colegiada, com participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica.

3.1 Estrutura Organizacional e instâncias de decisão

O IFAP, com sede e foro em Macapá, criado nos termos da Lei nº. 11.892/2008, vinculado ao Ministério da Educação (MEC), possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

É organizado em estrutura multicampi, administração central é exercida pela reitoria, cujas competências dos setores estão definidas no Regimento Geral.

O Estatuto e o Regimento Geral do IFAP são os grandes balizadores da estrutura de funcionamento em termos de sua organização e gestão.

A organização geral do Instituto Federal compreende:

- Órgãos Colegiados: representados pelos Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes
- Reitoria: é composta por 5 (cinco) Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas, Órgãos Executivos, Órgãos de Assessoramento e Controle.
- Campi: Campus Macapá, Campus Santana, Campus Porto Grande, Campus Laranjal do Jari, Campus Avançado Oiapoque, Centro de Referência em Educação a Distância Pedra Branca do Amapari.

De acordo com o estatuto a estrutura organizacional básica da instituição é a seguinte:

- Reitoria:
- Órgãos Colegiados:
- Da Administração Geral
- Conselho Superior (CONSUP);
- Colégio de Dirigentes (CODIR); e
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)
- Da Administração de cada *Campi*

- Colegiado de Cursos; e
- Conselho de Classe.
- Órgãos Executivos:
- Diretoria Executiva da Reitoria;
- Chefia de Gabinete;
- Pró-Reitorias:
- Pró-Reitoria de Ensino;
- Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
- Pró-Reitoria de Extensão;
- Pró-Reitoria de Administração; e
- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.
- Diretorias Sistêmicas:
- Diretoria de Desenvolvimento Institucional;
- Diretoria de Tecnologia e Informação;
- Diretoria de Educação a Distância; e
- Diretoria de Engenharia.
- Diretorias Gerais de *Campi*
- Órgãos de Assessoramento e Controle:
- Auditoria Interna;
- Procuradoria Federal;
- Ouvidoria;
- Comissão de Ética (CET);
- Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS/PCCTAE);
- Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);
- Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC).

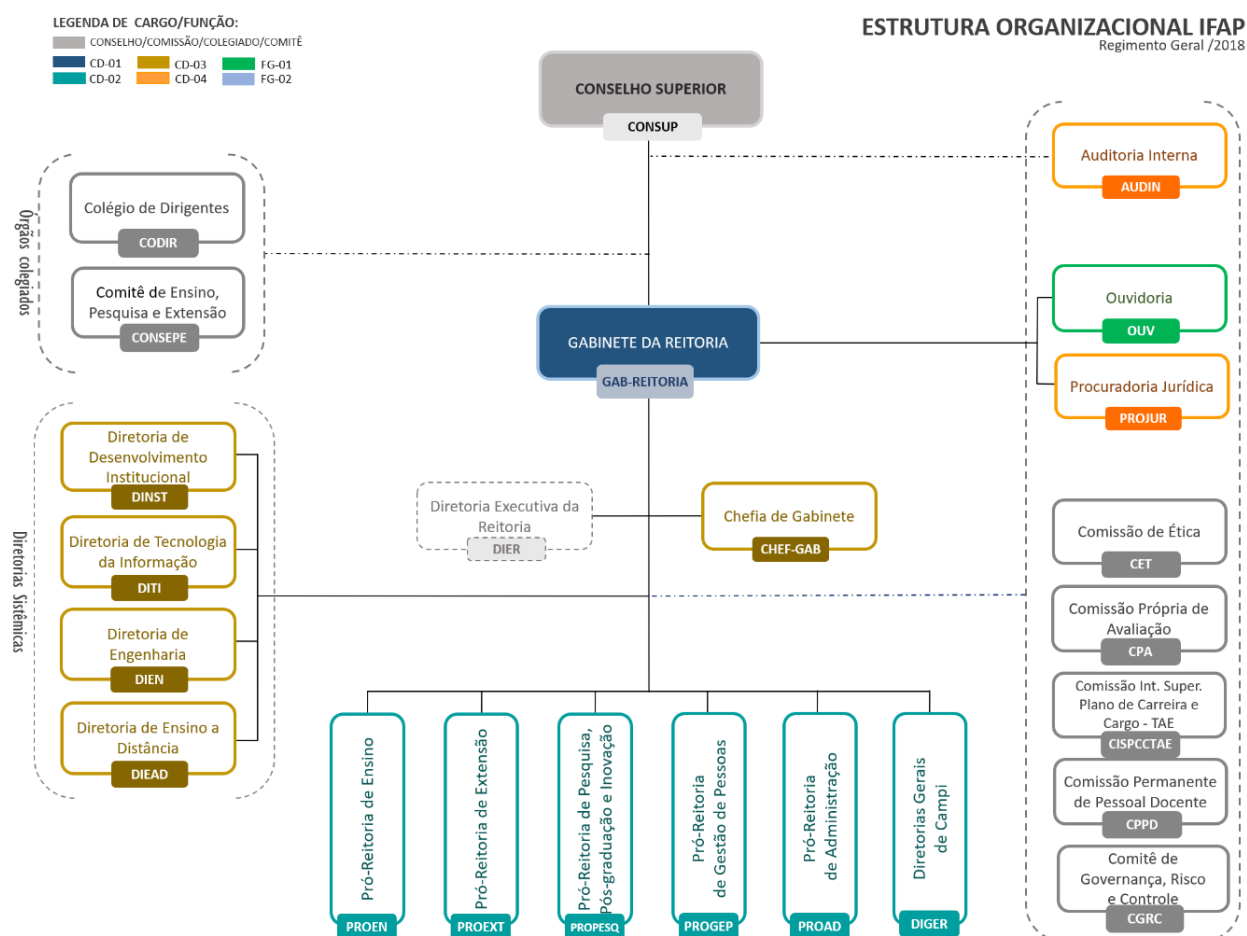
A administração do Instituto Federal do Amapá é feita pela Reitoria e pela Direção Geral dos *campi*, com apoio dos órgãos colegiados, conforme a estrutura organizacional, especificada na

Resolução nº 52/CONSUP/IFAP/2018, que define a integração e a articulação das diversas unidades, setores e órgãos, numa visão sistêmica de gestão. A estrutura multicampi possibilita a descentralização e a autonomia para os *campi* na operacionalização de suas ações. Cada *campus* possui regimento interno próprio, organizados conforme as diretrizes institucionais, elaboradas a partir do Estatuto e Regimento Geral e emanadas do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior.

3.2 Organograma Institucional

A estrutura organizacional e competências da Reitoria, seus Colegiados e de todos os *campi* está definida no respectivo Regimento Interno do IFAP, de acordo com o perfil de cada unidade.

Figura . Estrutura Organizacional do IFAP



Fonte: Site do IFAP (<http://www.IFAP.edu.br/index.php/quem-somos/organograma>)

3.3 Órgãos Colegiados: competências e composição

Os colegiados do IFAP, distribuídos pelos dois níveis de sua estrutura, são:

I. Da administração geral:

- a) Conselho Superior (CONSUP);
- b) Colégio de Dirigentes (CODIR);
- c) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

O Conselho Superior é o órgão máximo da instituição, de caráter consultivo e deliberativo. É composto pelo(a) Reitor(a) como presidente, e por representantes do Colégio de Dirigentes, dos Docentes, dos Técnicos Administrativos, dos Discentes, dos Egressos, das Entidades Cíveis e do Ministério da Educação como membros. A sua composição detalhada e suas competências estão definidas nos artigos 8º e 9º, respectivamente, do Estatuto do IFAP (Resolução nº 13/2016//CONSUP/IFAP).

O Colégio de Dirigentes integra a administração geral da Instituição e tem funções normativas e consultivas sobre matéria administrativa, sendo composto pelo(a) Reitor(a) como presidente, e os Pró-Reitores, Diretores Gerais dos *campi* e Diretores Sistêmicos como membros. A composição e as competências desse Colegiado estão definidas nos artigos 10 e 11 do Estatuto do IFAP (Resolução nº 13/2016//CONSUP/IFAP).

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão consultivo e propositivo para ações e políticas institucionais referentes às atividades de matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, artístico-cultural e desportiva desenvolvidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, sendo composto pelo(a) Reitor(a), como presidente; pelo(a) Pró-Reitor(a) de Ensino, Pró-Reitor(a) de Extensão, Pró-Reitor(a) de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; e representantes de Coordenação de Curso (por *campi*), do corpo docente (por *campi*), do corpo discente, dos técnicos administrativos, e da Sociedade Civil vinculada à instituições de fomento à pesquisa e/ou extensão. A sua composição detalhada e suas competências estão definidas nos artigos 5º e 6º, respectivamente, do Regimento Geral do IFAP (Resolução nº 52/2018//CONSUP/IFAP).

II. Da administração de cada *Campi*:

- a) Colegiado de Cursos;
- b) Conselho de Classe.

Os Colegiados de Cursos são órgãos deliberativos, em nível de curso, que acompanham as atividades didático-pedagógicas do respectivo curso e têm sua constituição, de acordo com a natureza (técnico ou superior), estabelecida em Regimento Interno dos *Campi*. A sua composição detalhada e suas competências estão definidas nos artigos 7º ao 9º, respectivamente, do Regimento Geral do IFAP (Resolução nº 52/2018//CONSUP/IFAP).

O Conselho de Classe é o órgão responsável pelo acompanhamento do processo pedagógico e pela avaliação do desempenho escolar das turmas dos Cursos Técnicos de nível médio, tendo como finalidade a melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem através do diagnóstico e da busca de soluções que visem à efetividade da proposta defendida no Projeto Político Pedagógico da Instituição. A composição e as competências desse Conselho estão definidas nos artigos 10 ao 14 do Regimento Geral do IFAP (Resolução nº 52/2018//CONSUP/IFAP).

3.4 Órgãos de apoio às atividades acadêmicas

No âmbito do IFAP, o apoio às atividades acadêmicas pode dar-se por meio de Órgãos Colegiados e Órgãos Executivos, além de setores e serviços.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, integrante da administração geral do IFAP como Órgão Colegiado, tem dentre suas funções consultivas e propositivas o estabelecimento de diretrizes e definição de prioridades nos campos do ensino, pesquisa e extensão, podendo apreciar, deliberar, propor e recomendar, conforme os limites de sua atuação, sobre matéria didático pedagógica.

Com atribuições de Órgão Executivo, a Pró-Reitoria de Ensino e toda sua equipe está voltada ao atendimento do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, seja na ótica de planejamento, gestão e acompanhamento da execução pedagógica para os cursos técnicos de nível médio e de graduação, seja como registro acadêmico, assistência estudantil, educação inclusiva, e assessoramento às bibliotecas.

As atividades acadêmicas também contam com o apoio da Diretoria Sistêmica de Tecnologia da Informação/DITI (Órgão Executivo) para a criação e operacionalização de sistemas de gestão acadêmica e assessoramento aos usuários de todas as unidades do IFAP.

No âmbito dos *Campi*, as atividades acadêmicas são apoiadas por meio de Órgãos Colegiados e Órgãos Executivos, e também por setores e serviços.

O Colegiado de Curso, dentre outras atividades de apoio acadêmico estabelecida em Regimento Interno de cada *Campi*, acompanha o desenvolvimento do Plano de Cursos e do Projeto Pedagógico de Curso e de outros instrumentos pertinentes, no âmbito de sua competência. Também articula a participação de professores na implementação dos instrumentos pedagógicos e a integração entre diversos componentes curriculares ofertados.

O Conselho de Classe avalia o processo de ensino-aprendizagem e propõe alternativas de caráter didático-pedagógico para solução dos problemas detectados após cada bimestre letivo, dentre outras atividades de apoio estabelecidas em Regimento Próprio ou no Regimento Interno de cada *Campi*.

Especificamente, o Departamento de Ensino, como Órgão Executivo, além de outras atribuições decorrentes de normativas internas, tem como competências, atendidas as decisões dos órgãos superiores, a responsabilidade pela implementação, acompanhamento e avaliação, através da macropolítica aprovada pela Pró-Reitoria de Ensino do IFAP, na dimensão do Ensino Profissional Básico, Técnico, Tecnológico em todas as modalidades e níveis de ensino dos cursos de Licenciatura e cursos de Tecnologia; pela administração das atividades acadêmicas curriculares e pela administração da vida escolar do estudante, desde o seu ingresso até a sua formatura. Neste sentido, o Departamento de Ensino planeja suas ações em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFAP. Sua equipe básica é composta pela Coordenação Geral de Ensino, Coordenação Pedagógica, Seção de Gerenciamento de Registro Escolar e Acadêmico, Coordenações de Cursos, Setor de EAD, Setor de Laboratórios, Setor de Assistência Estudantil, Setor de Biblioteca, Setor Técnico Pedagógico, Setor de Desporto, dentre outros setores a depender da estrutura de cada *Campi*.

Sendo Órgão Executivo, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) também apoia as atividades acadêmicas, pois ministra aulas nas diversas licenciaturas que hoje compõem o quadro de cursos do IFAP, prestando constantemente orientação aos pais, professores e servidores que atendem os alunos com necessidades educacionais específicas. Promove cursos de capacitação: seminários, fóruns, cursos de Libras, oficinas, encontro dos Napnes e palestras para formação continuada do corpo docente, discente e comunidade externa, entre outras atividades de apoio estabelecidas no Regimento Interno dos *Campi*.

A Seção de Gerenciamento da Tecnologia da Informação (SETI) com o apoio da Diretoria Sistêmica de Tecnologia da Informação (DITI), também realiza potencial apoio às atividades educacionais especialmente no que se refere ao gerenciamento, manutenção e garantia dos acessos de sistemas acadêmicos.

Demais setores e colaboradores que prestam serviços ao IFAP exercem indiretamente potencial apoio às atividades acadêmicas, a exemplo das contratações de fornecimento de refeição aos alunos dos cursos em tempo integral, bem como a limpeza e conservação do espaço escolar, que é realizada por funcionários terceirizados.

3.5 Relações e Parcerias com a comunidade, instituições e empresas

O IFAP mantém relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas, por meio de mecanismos institucionais de interação com o mundo do trabalho e a prática social. Neste sentido, as ações, programas e projetos da Instituição têm, desde a sua fundação, contemplado uma vasta rede que integra as comunidades local e regional, atendendo afirmativamente as diferentes demandas das diversas áreas de conhecimento.

As atividades de ensino reforçam as parcerias com a comunidade por meio da oferta de cursos que atendem as necessidades regionais; os programas de incentivo à permanência, que impactam social e economicamente a sociedade; e os programas de assistência estudantil, que viabilizam a permanência e o êxito dos estudantes nas atividades acadêmicas e extracurriculares, bem como sua participação em eventos científicos, tecnológicos, culturais e esportivos.

Portanto, as relações sociais construídas com diferentes interesses e expectativas, fazem com que o IFAP seja um agente estratégico na estruturação de diretrizes regionais e de formação dos indivíduos e comunidades, com base em demandas reais, contribuindo para o desenvolvimento, tanto com relevância aos aspectos sociais, culturais quanto econômicos em sua região de atuação.

Sua aproximação aos diversos atores da sociedade, por meio da extensão, permite que a Instituição, de certa forma, esteja trilhando um caminho para atender as demandas a ela direcionadas em seu espaço social. Por meio de Programas especiais como, por exemplo, MEDIOTEC, Mulheres Mil e editais de projetos extensionistas, utilizando recursos da matriz orçamentária institucional e de outros órgãos de fomentos, são desenvolvidas ações que

promovem uma aproximação do IFAP à sociedade, atuando como agente das políticas públicas e sociais, buscando potencializar e fortalecer, entre outros, as ações de educação, assistência social, saúde, organizações populares, movimentos sociais.

A formalização de parcerias para ações de Extensão, oferece a sustentação necessária para as ações planejadas e contribui para aumentar a relação de atividades, podendo assumir o caráter de ação contínua, periódica ou pontual.

Programas de atendimento ao discente, parcerias com a comunidade, instituições de ensino e empresas trazem diversos benefícios à população, promovem o enriquecimento intelectual e o planejamento estratégico de ações mutualísticas, com vistas ao desenvolvimento científico, tecnológico e socioeconômico.

Ações que visam à promoção de parcerias por meio de Cooperações Técnicas e Convênios fazem parte da política de extensão e da política da pesquisa, pós-graduação e inovação do IFAP.

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação é responsável pela articulação com instituições de fomento à pesquisa, pós-graduação e inovação nacionais e internacionais visando implementar e/ou consolidar parcerias e convênios.

O IFAP busca promover e manter, por meio do Setor de Relações internacionais, vinculado a Pró-Reitoria de Extensão, parcerias com instituições de ensino superior e outros organismos internacionais que visam fortalecer as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e o alcance dos objetivos estratégicos no âmbito da internacionalização.

4. PLANO DE COMUNICAÇÃO

A dinâmica atual dos sujeitos sociais, configurados como pessoas físicas ou jurídicas, apresenta às para as instituições novos desafios relacionados a seus processos comunicacionais. Neste cenário, a comunicação institucional assume papel estratégico e sua atuação passa a ser um elemento indispensável em qualquer planejamento. Este é o caso do Instituto Federal do Amapá ao propor por exemplo, o Plano de Comunicação Social visando delinear a longo prazo as estratégias de comunicação dentro da perspectiva da instituição.

A função da comunicação institucional no âmbito do IFAP é a difusão, de forma contínua de sua missão, visão e valores. Para o cumprimento desta tarefa, é necessário o planejamento, a execução e o gerenciamento de ações voltadas ao público interno e externo da instituição, permitindo a consolidação da imagem institucional perante a sociedade e percepção como sua atuação responde aos anseios sociais.

Outro ponto importante, na nova configuração assumida pelo campo comunicacional, é a substituição do esquema clássico de comunicação composto por um emissor, um receptor e um comportamento deste último como consequência da mensagem comunicada. Esse ciclo foi substituído, e as redes sociais são um contundente exemplo disso, por uma noção de comunicação que necessita ser entendida como um relacionamento da instituição com seus públicos. No caso do IFAP, este público é diverso e complexo, sendo inclusive mais adequado chamarmos de “públicos”. Em diversos momentos, a instituição precisa alcançar estes públicos em sua totalidade e de forma simultânea, como nos processos seletivos discentes, por exemplo, cuja comunicação tem o desafio de atingir pais, adolescentes, docentes e imprensa.

Dessa forma, manter um relacionamento comunicacional contínuo com esses públicos é essencial para que a instituição amplie sua legitimidade entre os agentes sociais das regiões nas quais estão baseadas e para que sua função social seja melhor compreendida por outras instituições e pelos cidadãos que compõem as comunidades nas quais ela atua.

Uma comunicação institucional estratégica, deve ter a capacidade de produzir conteúdos de qualidade, além de amplificar seu alcance, através da consolidação de um relacionamento com a imprensa e com seus públicos internos e externos. Executado com eficiência, este desenho comunicacional tem capacidade de diminuir o impacto negativo de momentos de crises de imagem, facilitando a implementação do protocolo de gerenciamento de crises, aspecto esse que será abordado ao longo deste documento.

4.1 Histórico

O documento que rege a comunicação no IFAP é a Política de Comunicação Institucional. Para o desenvolvimento da comunicação institucional o Ifap dispõe atualmente da seguinte estrutura: O Departamento de Informação, Comunicação e Eventos (Deice), vinculado ao Gabinete da Reitoria, sendo o principal órgão gestor dos conteúdos, canais e ações de comunicação; a Seção de Gerenciamento de Comunicação Social (Secom) do campus Macapá, sendo esta também responsável pelo gerenciamento da comunicação do Campus Avançado Oiapoque; O campus Laranjal do Jari possui o Setor de Comunicação Social (Setcom) de maneira semelhante ao campus Santana, cuja a comunicação também é gerida por seu Setcom. A expansão do Ifap, os diferentes públicos e as diferentes realidades atendidas mostram a necessidade de uma organização sistêmica que estabeleça entre as unidades responsáveis pela comunicação uma visão coordenada e interativa, tanto em vista do atendimento dos públicos quanto a busca por informações, quanto das demandas pertinentes à comunicação institucional.

O Deice possui, internamente, a seguinte organização:

- Coordenação de Comunicação: esta coordenação atua na produção de conteúdos jornalísticos, ações de assessoria de comunicação e gestão dos canais de comunicação institucionais.
- E-sic: O Sistema eletrônico de Informações ao Cidadão é o dispositivo criado pela Lei de Acesso à Informação que cuida dos trâmites envolvidos na produção de respostas a questionamentos elaborados pelos cidadãos aos *campi* através do ambiente específico;
- Setor de Mídia e Programação Visual: Planeja e executa ações que envolvem a identidade visual institucional; padroniza e orienta o uso da identidade visual institucional; executa a criação de projetos gráficos para campanhas e eventos institucionais; auxilia e aprova projetos gráficos para campanhas e eventos institucionais dos *campi*; executa a diagramação de projetos gráficos editoriais da reitoria; auxilia e aprova a diagramação de projetos gráficos editoriais dos *campi*;
- Setor de Relações Públicas e Eventos: é responsável por elaborar estratégias de relacionamento da instituição com públicos externos e internos, auxiliar no gerenciamento de crises no que diz respeito ao relacionamento com a opinião pública, organizar e coordenar solenidades nas quais o gestor máximo da instituição esteja

presente, bem como, supervisionar o cerimonial dos demais eventos organizados pelas unidades que compõem a instituição.

No que se refere aos servidores, cujas atribuições atualmente vinculam-se à comunicação institucional, o IFAP possui 04 (quatro) jornalistas, 02 (dois) técnicos audiovisuais, (02) programadores visuais e (01) diagramador.

4.2 Princípios e valores da Comunicação Institucional

A comunicação institucional do IFAP pauta-se em princípios e valores que dizem respeito tanto aos aspectos técnicos e tecnológicos quanto aos envolvidos nas atividades de produção de conteúdos comunicacionais, assim como na qualidade da informação que deve pautar-se na verdade, na ética, na promoção humana, na cidadania e na utilidade pública, com o fito de contribuir e difundir as realizações institucionais ligadas a educação, ciência, tecnologia e inovação. Nesse sentido, seguem abaixo os princípios e valores da comunicação institucional do IFAP:

- Ser ética, responsável e transparente no planejamento e execução das ações de comunicação organizacional;
- Ser ágil, clara e precisa na divulgação de informações para os públicos interno e externo;
- Ser confiável, diligente e prestativa no atendimento dos diversos grupos de relacionamento (funcionários, profissionais dos meios de comunicação e demais atores envolvidos);
- Ser focada, eficiente e organizada para atingir os objetivos e resultados esperados;
- Atuar na defesa dos interesses da instituição, resolver gerenciar situações de crises de imagem;
- Fazer uso planejado e responsável dos recursos e otimizar os custos das ações de comunicação;
- Primar pela impessoalidade da imagem institucional e pela imparcialidade no relato dos fatos e acontecimentos, na difusão da informação;
- Ser competitiva, técnica e proativa na exploração de mídias espontâneas, no relacionamento com os meios de comunicação e com as fontes internas da entidade;

- Ser dinâmica, moderna e inovadora, o que significa estar sintonizada com as novas tecnologias de informação e contribuir com as estratégias de gestão e de mudanças na cultura organizacional;
- Ser envolvente, motivadora e solidária, o que significa ter capacidade de sensibilizar e mobilizar o público interno e a comunidade em ações de responsabilidade social e ambiental patrocinadas pela entidade;
- Ser democrática, interativa e participativa, de modo a estimular a incorporação de todos os atores internos na implantação do plano de comunicação, garantindo-lhes representação e participação decisória no seu desenvolvimento, avaliação e atualização.

4.3 Competências e Atribuições da Comunicação Institucional

O IFAP é uma instituição complexa que atua na oferta de cursos em diversos eixos tecnológicos, em várias modalidades e formas de ensino, incluindo Cursos Formação Inicial e Continuada (FIC); Cursos Técnicos, de Ensino Superior e Pós-Graduação. O espectro de públicos com os quais precisa se relacionar cotidianamente é bastante amplo. As rotinas relacionadas às atividades comunicacionais do IFAP são pensadas para atender a essa diversidade. É necessário porém, que conste neste PDI, de forma objetiva, as competências e atribuições de responsabilidade dos setores que cuidam da comunicação institucional. Abaixo, listamos de maneira bastante abrangente, tais características.

- Implantar, coordenar e executar a política de comunicação institucional;
- Atender às demandas de informação e de entrevistas dos veículos de comunicação local, regional e nacional (assessoria de imprensa);
- Promover a integração entre o IFAP e a comunidade, através dos meios de comunicação internos e externos;
- Promover a divulgação das atividades acadêmicas, de ensino, pesquisa e extensão;
- Produzir conteúdo e gerenciar os veículos oficiais de comunicação institucional (site, mídias sociais, etc.);
- Realizar a cobertura jornalística de eventos institucionais, de atividades acadêmicas proporcionando visibilidade às diversas áreas de atuação institucional;
- Assessorar campanhas de comunicação institucional em parceria com os demais setores da instituição;

- Facilitar o acesso às informações de interesse institucional por meio dos veículos oficiais de comunicação institucional.

4.4 Gerenciamento da comunicação institucional

Os principais indicadores do IFAP como área construída, número de unidades, quadro de servidores e número de alunos cresceram exponencialmente ao longo dos últimos anos. Essa evolução traz um aumento também do fluxo de demandas comunicacionais. Nesse sentido, a comunicação passa a se apresentar como um setor estratégico dentro do desenvolvimento institucional. Tal constatação coloca em cena a necessidade de incrementos no espaço físico, no parque de equipamentos e nos recursos humanos que trabalham diretamente no atendimento das demandas comunicacionais.

Para melhor gerir esses fluxos de comunicação, é necessário que os setores responsáveis por essa tarefa, em cada uma das unidades do IFAP, sejam padronizados no que diz respeito ao seu organograma, à sua infraestrutura, às suas rotinas e aos parâmetros técnicos de produção de conteúdos comunicacionais e de relacionamento com a imprensa.

Essa padronização tem potencial de tornar mais sólida a administração dos canais de comunicação institucionais como site e os perfis em redes sociais. Isso é estratégico por aumentar a base de seguidores do IFAP nesses ambientes digitais de comunicação, tendo efeito positivo em função de diminuir a dependência institucional dos meios de comunicação tradicionais, dando, portanto, maior autonomia ao próprio IFAP na gestão e produção de seu conteúdo.

Para alcançar esse formato de gestão é importante padronizar a estrutura física de equipamentos e softwares dos Setores de Comunicação Social em todos os *campi*, bem como suas equipes que devem ser compostas por, no mínimo, 3 servidores (jornalista, programador visual e técnico administrativo). Dentro dessa composição, as demandas de comunicação do Centro de Referência (CR); campus avançado e dos *campi* serão canalizadas para que os Setores de Comunicação das unidades às quais eles são vinculados atendam.

A formação continuada dos servidores que atuam nos setores responsáveis pela comunicação institucional é um ponto importante também em função das rápidas mudanças pelas quais os processos e as tecnologias comunicacionais têm passado. Nesse sentido, a promoção cursos de capacitação em todas as áreas de atuação da comunicação, para todos os servidores lotados nos setores de comunicação das unidades, é algo que deve ser observado pela gestão da instituição.

Como forma de potencializar o investimento do IFAP na formação de seus servidores da área da comunicação, os mesmos devem oferecer regularmente aos demais servidores e estudantes cursos FIC para que a cultura comunicacional da instituição seja ampliada no sentido de que cada servidor e estudante compreenda seu papel de agente de comunicação e que esteja apto, notadamente no que diz respeito aos servidores, a produzir conteúdos comunicacionais dentro de padrões mínimos de qualidade tornando a comunicação institucional mais rica e descentralizada.

4.5 Segmentação da comunicação: canais e públicos

A partir dos diversos serviços oferecidos, é imprescindível segmentar a comunicação e canais de acordo com o público.

4.5.1 Canais

- Explorar canais de comunicação de acordo com o conteúdo, serviço e público que irá receber;
- Incentivar utilização dos canais digitais, estreitando e acelerando o diálogo e promovendo responsabilidade ambiental;
- Promover parcerias com veículos, para que com projetos de extensão, possamos ter mais canais de comunicação descentralizada;
- Promover melhoria da comunicação interna, para que a comunidade IFAPiana seja porta-voz da instituição, dentro e fora dela;
- Propor orçamento para veiculação de campanhas institucionais do IFAP em veículos de massa (Tv e Rádio);
- Lançar a revista institucional periódica em forma impressa e digital;
- Estreitar a relação com a imprensa.

4.6.2 Canais de Comunicação já existentes:

- Portal IFAP
- E-mail
- Newsletter
- Mídias sociais (Facebook; instagran e Youtube)
- Comunicações Oficiais Escritas
- Murais dos Campi

- Material Gráfico (Revistas, Folders, Panfletos, Livreto)
- Papel de Parede dos Computadores
- Programa de Rádio IFAP no AR, no Campus Avançado Oiapoque;
- Programa de Rádio "Conexão Instituto Federal"

4.6.3 Canais de Comunicação a serem implementados

- Digital Signage (Tv's espalhadas nas unidades)
- Tv e Rádio (publicidade)
- Mídia Exterior (Outdoor nos municípios e nas instalações das unidades)
- Mural Braille

4.7 Público

A definição dos públicos é fator chave para o êxito das ações de comunicação. Considerando que cada público tem sua importância e suas responsabilidades, é preciso identificar a forma adequada para abordar cada um dos envolvidos.

- Identificar público-alvo: quem é usuário dos serviços oferecidos pelo IFAP, como alunos e futuros alunos;
- Identificar público-potencial: quem possibilitará a entrada de usuários ao IFAP, como pais dos alunos, egressos, empresas, órgãos de controle, imprensa, setor produtivo, órgãos de fomento, poder público estadual e Rede Federal;
- Proporcionar à comunidade IFAPiana, conhecimentos teóricos que a capacite a analisar, diagnosticar e propor estratégias de comunicação interna e externa, assim como ser porta-voz consciente da instituição;

4.8 Comunicação descentralizada

Com a nova dinâmica da comunicação institucional, todos podem se tornar agentes de comunicação do IFAP, podendo levar o seu cotidiano dentro da instituição aos seus canais de comunicação com a sociedade, assim como aos nossos canais oficiais. Por isso, faz parte deste planejamento, a promoção de capacitações e orientações constantes a respeito da comunicação institucional para que qualquer servidor e aluno possa ser este agente multiplicador das informações institucionais.

4.9 Comunicação Inclusiva

É de extrema importância que a comunicação institucional atinja em sua plenitude, pessoas com necessidades específicas, ressaltando o caráter inclusivo da instituição. Para se alcançar isso, propomos:

- Aperfeiçoar ferramentas de links e conteúdos acessíveis.
- Aperfeiçoar ferramentas de transcrição de conteúdos publicados no portal do IFAP para deficientes visuais;
- Produzir vídeo-editais com tradução em Libras;
- Enviar emails em formatos acessíveis para pessoas com deficiência visual;
- Disponibilizar peças gráficas institucionais em murais de avisos com tradução em Braille

4.10 Eventos

- Regulamentação e Manual de eventos institucionais e formaturas;
- Acompanhamento de resultados dos eventos realizados;
- Fomento da padronização da imagem institucional;

4.11 Identidade Visual

Toda instituição, organização, empresa, pessoa, possui sua marca, sua identidade que a identifica onde ela esteja e a faça ser lembrada. O fortalecimento da identidade visual do Instituto Federal do Amapá é ponto importante para se alcançar os objetivos comunicacionais da instituição.

- Padronizar identidade visual institucional;
- Gerenciar e manter o uso correto da identidade visual institucional, pelas unidades, através de seus servidores e alunos;
- Implantar setores de programação visual nas unidades, dentro dos setores de comunicação, para correto desempenho das atividades relacionadas;

4.12 Pesquisa

A informação é base para a tomada de decisões das estratégias de comunicação. Com constantes mudanças no cenário educacional, consideramos vital manter e oportunizar pesquisa e coleta de dados profissional para nortear as ações de comunicação institucionais, assim como fomentar a coleta de dados em eventos e ações nas unidades e reitoria, realizada de forma organizada, pelos próprios servidores;

4.13 Serviço de informação do Cidadão

Disponibilizar a expandir o conhecimento do E-sic por parte do usuário e aperfeiçoar seu atendimento.

5. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia é uma instituição autárquica ligada ao Ministério da Educação (MEC) e vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) que goza de autonomia didático-pedagógica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedece ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Por meio desse Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), o IFAP explicita as finalidades da educação que disponibiliza para a sociedade, seu compromisso social, seus objetivos estratégicos para o ensino, pesquisa e inovação, extensão, assistência estudantil e gestão, bem como os seus mecanismos de inserção regional, o perfil humano da comunidade acadêmica que a compõem e suas concepções sobre os processos de ensino, aprendizagem e avaliação. O PPI do IFAP é um instrumento de gestão acadêmica para projetar a instituição para o futuro, estabelecendo diretrizes que levem ao contínuo avanço institucional.

Este documento foi elaborado em observância à Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o Decreto nº. 5.478, de 24 de junho de 2005, e considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação, bem como os catálogos nacionais dos cursos Técnicos e Tecnológicos, Regimento Geral da Instituição, resoluções do Conselho Superior e outros documentos oficiais da instituição.

5.1 Mecanismos de Inserção Regional

Os principais mecanismos de inserção regional do Instituto Federal do Amapá são a oferta de cursos técnicos de nível médio, graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância, a pesquisa científica e o desenvolvimento de tecnologia e inovação, a extensão tecnológica e a assistência à população em condições de vulnerabilidade social.

5.1.1 Interiorização presencial

A interiorização presencial do IFAP, foi conduzida ao longo dos 12 anos, e é um importante mecanismo de inserção regional da instituição, demonstrando a sua capilaridade com a presença

das nossas unidades em 07 municípios do Estado sendo altamente relevante para a comunidade amapaense.

Ao Sul do Estado, no município de Laranjal do Jari, está localizado o nosso primeiro campus, que reúne cursos técnicos de nível médio, cursos de graduação e pós-graduação, atendendo todo o Vale do Jari. Na capital temos o nosso campus Macapá que também foi implantado durante a implantação do Instituto que reúne a oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades que foram implantados durante o processo de criação dos Institutos Federais durante a segunda expansão em 2011/2012.

Com o Projeto de Expansão e Consolidação da Interiorização da Rede Federal, na terceira expansão 2013/2014 tivemos a implantação do nosso campus Santana localizado na zona portuária do Estado, que também reúne a oferta de cursos técnicos de nível médio, graduação e pós-graduação. Na quarta expansão 2015/2016 tivemos a implantação das demais unidades do Instituto atendendo assim a população mais ao Norte com o Campus Avançado Oiapoque, na porção mais central o Campus Agrícola de Porto Grande e o Centro de Referência em EaD de Pedra Branca do Amapari que reúne a oferta de cursos na modalidade presencial e a distância.

A expansão da interiorização presencial do IFAP está em sintonia com o seu Planejamento de Desenvolvimento Institucional, o qual a instituição busca ser reconhecida como instituição pública multicampi, de excelência na oferta de ensino, pesquisa e extensão, consolidando a sua atuação de forma integrada com a sociedade e comprometida com o desenvolvimento sustentável e social.

5.1.2 Ensino a distância

A Educação a Distância (EaD) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) é uma modalidade de ensino que se firmou a partir de 2012, marcando uma trajetória de crescimento e expansão ao longo dos anos. Inicialmente, o foco principal da EaD no IFAP foi atender às necessidades de formação dos funcionários escolares, que desempenham papéis fundamentais nas instituições de ensino do estado. Os cursos oferecidos no início incluíam formações técnicas, como Alimentação Escolar e Infraestrutura Escolar, no âmbito do PROFUNCIONÁRIO.

O IFAP, em colaboração com o governo do estado do Amapá, lançou esse programa, estabelecendo um polo de apoio no campus Macapá, que se tornou a principal base para a oferta de cursos na modalidade EaD. A partir de 2013, o IFAP expandiu sua presença na EaD ao ingressar na Rede e-Tec Brasil, um programa do governo federal que promove a educação técnica e tecnológica a distância. Com isso, novos cursos técnicos foram lançados, incluindo Técnico em Serviços Públicos, Segurança do Trabalho, Manutenção e Suporte de Informática e Informática para Internet.

O crescimento da EaD no IFAP continuou em 2014, com a abertura de três novos polos em Tartarugalzinho, Cutias do Araguari e Santana. Esses polos passaram a oferecer cursos do PROFUNCIONÁRIO, consolidando a posição do IFAP na formação de funcionários escolares em todo o estado.

O IFAP também expandiu sua oferta com cursos de pós-graduação, ministrados às comunidades locais, a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos e habilidades. Esses cursos, como Educação de Jovens e Adultos da Educação Profissionalizante e Educação de Jovens e Adultos da Diversidade Social, foram selecionados por meio de editais do Ministério da Educação (MEC), demonstrando o compromisso do IFAP com a qualidade da educação a distância no estado.

A partir de 2016, o IFAP deu continuidade à sua expansão ao oferecer cursos EAD institucionais no Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari. Isso permitiu que a instituição continuasse a política de expansão da Rede Federal e oferta de ensino de qualidade para a população em todo o estado.

Atualmente a Universidade Aberta do Brasil (UAB) desempenha um papel fundamental na expansão da Educação a Distância (EaD) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP). Desde 2018, o IFAP tem sido um polo de EaD da UAB, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação lato sensu. Essa parceria tem permitido atender às demandas de formação superior em regiões onde o acesso a cursos presenciais é limitado, contribuindo para a democratização do ensino superior e a formação de profissionais complementares. Além disso, a UAB promove a produção de conhecimento e o desenvolvimento acadêmico na região, reforçando o compromisso do IFAP com a educação de qualidade e a inclusão social.

O IFAP utiliza o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) como principal ferramenta para a mediação educacional a distância. Isso permite que os alunos acessem conteúdos, participem fisicamente de discussões e interajam com os professores, mesmo sentados distantes. A abordagem EaD do IFAP valoriza a qualidade do ensino público e a democratização do acesso às tecnologias educacionais.

5.1.3 Pesquisa científica e o desenvolvimento de tecnologia e inovação

Consoante as finalidades, características e objetivos dos institutos federais, o IFAP deve incentivar a realização de pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade, com vista ao desenvolvimento científico, tecnológico e socioeconômico local, regional e nacional. Corroborando com esta ideia, Souza et al (2020), apontam que os institutos federais têm um papel fundamental na produção científica e tecnológica do país, sendo que a política institucional de inovação assume um papel importante para condução deste processo de desenvolvimento e, portanto, contribui para o fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação (SNI).

5.1.4 Extensão tecnológica

O Instituto Federal do Amapá, por meio de contrapartida financeira ou não financeira, desde que passível de mensuração econômica, conduzirá a extensão tecnológica de maneira alinhada aos seus objetivos nas esferas de inovação e pesquisa científica e tecnológica no contexto produtivo e social.

As atividades de extensão devem ser coerentes com o ensino e a pesquisa, atendendo às necessidades da comunidade interna e externa, com o propósito de promover a compreensão e consolidação dos conhecimentos acadêmicos e populares, relacionados a uma ou mais dimensões da extensão (CONIF, 2013, p. 20). Estas atividades contribuem para o desenvolvimento, aprimoramento e disseminação de soluções tecnológicas, disponibilizando-as à sociedade e ao mercado.

O público-alvo das atividades de extensão compreende a comunidade externa do IFAP e estas são organizadas em Programas de Extensão, definidos como conjuntos de projetos e atividades multidisciplinares associados à pesquisa e ensino, integrando-se a territórios ou grupos populacionais com diretrizes bem delineadas. Os Projetos de Extensão podem abranger aspectos

tecnológicos (pesquisa e inovação), sociais (soluções para inclusão social), culturais, artísticos e esportivos, sendo desenvolvidos de forma isolada ou associada a um programa. Projetos e programas de extensão têm uma duração máxima de 2 anos, com possibilidade de prorrogação por período igual.

Os Cursos de Extensão, enquanto ações pedagógicas teóricas ou práticas com oferta não regular, são classificados em atualização, formação continuada, formação inicial e desenvolvimento profissional. Eventos, que incorporam atividades públicas de conhecimento cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico, como palestras, congressos e exposições, entre outros, também fazem parte das atividades de extensão. A Prestação de Serviço refere-se a trabalhos oferecidos pela instituição ou contratados, abrangendo consultoria, assessoria e laudos técnicos. Atividades relacionadas a estágio, emprego, egressos, empreendedorismo e inovação tecnológica são igualmente consideradas como extensão.

5.1.5 Assistência Estudantil

A prestação de serviços à sociedade na forma de assistência aos estudantes do IFAP, reveste-se de fundamental importância devido ao fato de ser identificada como Objetivo Estratégico no Planejamento Estratégico da Instituição, uma vez que, representa um dos caminhos para atender as necessidades dos estudantes de forma integrada ao desenvolvimento pedagógico e ao exercício da cidadania.

A assistência estudantil é uma política integrada e articulada com outras políticas do Instituto, relacionadas ao ingresso e à formação integral destinada aos estudantes, priorizando-os conforme suas especificidades, previstas na legislação no Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Tendo como um dos objetivos a democratização do acesso, às condições de permanência e a saída com êxito dos estudantes, na perspectiva de contribuir para a produção de conhecimento e melhoria do desempenho no processo formativo, para a qualidade de vida familiar e comunitária e para a equidade e justiça social.

A assistência estudantil transita em todas as áreas dos direitos básicos, considerando as especificidades de cada Campus, e compreende ações previstas na legislação em vigor que

garantam: moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico, e acesso, participação e aprendizagem mediante as especificidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

No IFAP, a Assistência Estudantil prevê um conjunto de diretrizes para nortear as ações que visam contribuir para o acesso, a permanência e êxito na perspectiva da melhoria do desempenho escolar, qualidade de vida e inclusão social. Nesse sentido, as ações da Assistência Estudantil não se limitam a programas financeiros, mas abrange outras ações que buscam promover a igualdade de oportunidades e a qualidade geral de vida dos estudantes.

A Política de Assistência Estudantil do IFAP regulamenta a oferta de auxílios, bolsas e atendimento especializado, definidos como:

- **Auxílio:** Recurso financeiro oferecido ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a finalidade de subsidiar despesas relacionadas às necessidades básicas e atividades acadêmicas, tais como: auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-moradia, auxílio material didático, auxílio uniforme, auxílio atenção à saúde, auxílio material e recurso assistivo auxílio-creche, auxílio permanência PROEJA e auxílio emergencial;
- **Bolsa:** Recurso financeiro oferecido ao estudante, mediante a execução de atividades em programas de incentivo a formação humana, profissional e acadêmica que, para além da permanência, visam favorecer o êxito estudantil numa perspectiva de inter-relação com o ensino, a pesquisa e a extensão, prioritariamente, a alunos em vulnerabilidade social.
- **Atendimento Especializado:** realização de atendimento individual e/ou coletivo a estudantes regularmente matriculados no IFAP, a partir de ações e projetos socioeducativos, desenvolvidos por equipe multidisciplinar que visam a melhoria do desempenho acadêmico; diminuição da evasão e retenção escolar; mediação de conflitos; promoção à saúde; garantia dos direitos humanos; respeito à diversidade e inclusão; e fortalecimento de vínculos entre escola, família e comunidade.

Com o objetivo de atender e apoiar os estudantes de forma a favorecer a sua permanência e o êxito acadêmico, a Política de Assistência Estudantil (PAE) é operacionalizada pelos seguintes eixos:

I. Eixo de Assistência e Apoio ao Estudante

Destina-se prioritariamente a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com enfoque à permanência: Sendo ofertados recursos financeiros aos discentes com a finalidade de subsidiar despesas relacionadas às necessidades básicas e atividades acadêmicas, tais como: transporte, alimentação, aquisição de uniformes, material didático, moradia, no cuidado aos filhos, na educação de jovens e adultos, na inclusão digital, saúde, recurso assistivo e casos emergenciais, descritos a seguir:

Auxílio Alimentação

Tem como objetivo oportunizar aos estudantes o atendimento às necessidades básicas de alimentação, que pode ser ofertada pelos restaurantes institucionais ou por meio da concessão de auxílio financeiro.

Auxílio Creche

Consiste na concessão de repasse financeiro, fixo e mensal ao estudante pai ou mãe de criança com até cinco anos de idade, que não possui amparo familiar para o cuidado da criança durante o horário de aula.

Auxílio Material Didático

Caracteriza-se pela oferta de condições para aquisição de material didático, conforme a necessidade do estudante que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Auxílio Moradia

Visa garantir ao estudante que não possui moradia, a oferta de vagas em alojamento do Campus ou subsídio de aluguel em imóvel situado no município sede do Campus.

Auxílio Transporte

Tem por finalidade assegurar aos estudantes auxílio financeiro para custeio de deslocamento de sua moradia para sede do Campus e vice-versa, a fim de desenvolver suas atividades acadêmicas.

Auxílio Uniforme

Consiste no repasse financeiro anual para aquisição do uniforme padrão do IFAP (camisa, calça ou saia jeans, tênis, roupa de educação física, jaleco ou agasalho), ao estudante que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Auxílio Inclusão digital (Em estudo para implantação)

Consiste no repasse financeiro anual para aquisição de Equipamento de Informática para os estudantes regularmente matriculados, visando proporcionar a permanência e êxito nas atividades acadêmicas durante o ensino remoto.

Auxílio Permanência PROEJA

O auxílio permanência PROEJA, visa proporcionar ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica com matrícula e frequência regular, um apoio financeiro para permanência e conclusão de seus estudos, sob a forma de complementação das despesas para o atendimento prioritário ao transporte, à alimentação, uniforme e aquisição de material didático, durante o processo de formação.

Auxílio Material e Recurso assistivo

Constitui-se na concessão de instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida.

Auxílio Atenção à saúde

O auxílio atenção à saúde consiste na concessão de auxílio financeiro aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que passam por situações de doenças físicas e/ou psíquicas

(emocionais), agudas ou crônicas que possam comprometer o processo de ensino-aprendizagem do aluno.

Auxílio Emergencial

O auxílio emergencial consiste na concessão de auxílio financeiro aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que passam por situações emergenciais, a exemplo: violência, catástrofes naturais ou provocadas, alunos em risco de vida, alunos que residem em áreas de risco definidas pela defesa civil, entre outros, mediante avaliação da equipe multiprofissional.

Programa Bolsa Permanência - MEC

É uma política pública voltada à concessão de auxílio financeiro aos estudantes, sobretudo, aos estudantes quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados em instituições federais de ensino superior e assim contribuir para a permanência e a diplomação dos beneficiados. O recurso é pago diretamente aos estudantes de graduação por meio de um cartão de benefício.

A bolsa permanência é paga pelo Fundo Nacional de Educação – FNDE, de acordo com o disposto na Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968 e suas alterações, e o recurso é pago diretamente ao discente de graduação por meio de um cartão de benefício.

II. Eixo Universal

Programas que contemplam ações que visam o acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico dos estudantes, a promoção à saúde, o incentivo à cultura, esporte, lazer, do Incentivo à Participação Político Acadêmica e do Desenvolvimento Técnico-Científico, conforme descritos abaixo:

Serviço Técnico-Pedagógico

O Serviço Técnico-Pedagógico tem como objetivo subsidiar o processo ensino aprendizagem por meio de estratégias institucionais que viabilizem a aprendizagem dos estudantes.

As ações deste serviço devem estar em consonância com a Política de Assistência Estudantil do

IFAP, bem como com as políticas e normas vigentes no que tange aos aspectos didático-pedagógicos legais e institucionais.

Serviço de Assistência Básica à Saúde

O Serviço de Assistência Básica à Saúde do IFAP tem como norteio os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), enfatizando principalmente a universalidade de acesso; preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral; e igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.

Serviço Psicológico

As ações do Serviço Psicológico têm como objetivo a manutenção e a promoção da saúde mental dentro do ambiente acadêmico para os estudantes, conforme as atribuições do psicólogo escolar descritas na Resolução CFP nº 13/2007, não constituindo objetivo do serviço a atuação clínica, ou seja, o diagnóstico, tratamento e/ou cura de transtornos psicológicos.

Serviço Social

O Serviço Social é um serviço de caráter universal que prevê ações voltadas à atenção social, atentando-se aos riscos pessoais e sociais que o estudante pode ser acometido, visando à qualidade da sua formação acadêmica e cidadã.

Programa Primeiro Projetos

É destinado para discentes do ensino médio (integrado, PROEJA e subsequente) que ainda não tiveram a oportunidade de participarem de ações didático-pedagógicas sistematizadas, articuladas à extensão e/ou à pesquisa que visam ao aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem.

Programa Práticas Pedagógicas Inovadoras

Visa estimular e apoiar, por meio de projetos desenvolvidos nos cursos de licenciatura, práticas pedagógicas inovadoras que contribuam para o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem e para a melhoria da qualidade da educação.

Programa Bolsa Atleta

Tem como objetivo principal a ampliação das condições de permanência dos discentes do IFAP nas atividades didáticas esportivas orientadas, de forma a contribuir para a igualdade de oportunidades no exercício das atividades esportivas, promovendo o desenvolvimento de potencialidades dos discentes, bem como, fomentando a manutenção das equipes esportivas já existentes no âmbito do IFAP.

Programa Bolsa Atleta de Alto rendimento

O Programa Bolsa Atleta de Alto rendimento é uma ação de incentivo financeiro aos discentes que participam de atividades esportivas dentro ou fora do IFAP, designadas ou supervisionadas pelos Setores de Desporto ou equivalentes em seus respectivos *Campi*, que visam estimular a prática esportiva dos discentes sob a orientação de seus técnicos/professores responsáveis por equipe ou atleta. O programa visa ainda, a integração social das equipes, o ensinamento de valores morais e éticos, assim como desenvolvimento de habilidades e talentos dos discentes em modalidades esportivas.

Programa de Monitoria

Desenvolvido como estratégia institucional para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, por meio de experiências pedagógicas e cooperação mútua entre estudantes e professores, com a finalidade de fortalecer a articulação entre teoria e prática.

Programa de Aprimoramento/Nivelamento Discente (Em estudo para implantação)

Tem como objetivo oportunizar o aprimoramento dos conhecimentos adquiridos no curso, contribuindo para otimização do processo ensino-aprendizagem.

Atualmente, essa política é coordenada pela Pró-Reitoria de Ensino, por meio do Departamento de Assuntos Estudantis, em parceria com os campi por meio dos Setores/Departamento de Assistência Estudantil. A regulamentação da assistência estudantil do IFAP é encontrada na Resolução N° 31/2019 Consup/Ifap. De 22 de Março de 2019.

Incentivo à Participação Político Acadêmica

Por fim destaca-se que às ações de Incentivo à Participação Político Acadêmica do IFAP buscam garantir uma instituição democrática em que a avaliação dos serviços oferecidos por parte dos discentes é fundamental para uma educação de excelência. Daí a importância do engajamento dos discentes nos movimentos de representação estudantil como grêmios, centros e diretórios acadêmicos, e a participação nos comitês gestores, conselhos e colegiados.

As políticas de incentivo à organização da classe discente no IFAP refletem-se na oferta de infraestrutura mínima de funcionamento do Grêmio Estudantil e do Diretório dos Centros Estudantis (DCE), nas orientações e no apoio à criação de entidades estudantis e na realização de atividades culturais e de lazer, bem como na garantia de canais de comunicação entre os estudantes e a gestão. Atualmente, essa política é coordenada pela Pró-Reitoria de Ensino, por meio do Departamento de Assuntos Estudantis, em parceria com os campi por meio dos Setores/Departamento de Assistência Estudantil. A regulamentação da assistência estudantil do IFAP é encontrada na Resolução N° 31/2019 Consup/Ifap de 22 de Março de 2019.

Permanência e Sucesso discentes

O Programa Estratégico Institucional de Permanência e Êxito de Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá foi aprovado pela Resolução N° 036/2016/CONSUP/IFAP, de 15 de julho de 2016.

O IFAP, em consonância com as orientações da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), instituiu o Programa Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes (PEIPEE) com o objetivo de diagnosticar as causas de evasão e retenção escolar e promover ações administrativas e pedagógicas de modo a ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes do Ifap.

Conforme o PDI 2014-2018 do Ifap, a política educacional adotada pelo Instituto direcionada aos discentes busca estimular a democratização do acesso, permanência e o sucesso escolar, sendo concretizadas através dos eixos socioeconômico, psicossocial, saúde, formação humana e profissional.

Neste sentido, a construção do Programa Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes (PEIPEE) do Ifap buscou o cumprimento de metas institucionais definidas nas ações de Permanência e Saída Exitosas dos Alunos e Acompanhamento dos Egressos.

Entre essas ações destacam-se as de natureza pedagógica como processos de acompanhamento das dificuldades de aprendizagem e desempenho escolar: recuperação paralela; atendimento individualizado do professor e aluno; programa de monitoria; incentivos à pesquisa e extensão; projetos culturais e esportivos; olimpíadas do conhecimento; na área da assistência estudantil ações como: a oferta de auxílio-transporte, auxílio alimentação, auxílio material didático, auxílio uniforme, auxílio moradia e bolsa formação; e ainda atendimentos médico, odontológico, social e psicológico visando à saúde física e mental dos estudantes.

5.2 PERFIL HUMANO

5.2.1 Perfil docente

O corpo docente é o principal agente gerador e disseminador de conhecimentos da instituição. Sua ação deverá estar voltada para a busca, produção e socialização de conhecimentos técnicos, científicos, artísticos e culturais. Cada um dos seus membros deve possuir perfil que valorize o seu papel e que permita exercê-lo na plenitude. Os Docentes do IFAP devem:

- Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão que visem a aprendizagem, a produção do conhecimento, a ampliação e transmissão do saber e da cultura;
- Interagir com a comunidade interna e externa com respeito, ética e efetividade, promovendo a cidadania e a inclusão social;
- Ter pleno domínio do conhecimento, mantendo-se atualizado sobre os avanços nas áreas do saber nas quais atua;
- Comprometer-se com a produção de novos conhecimentos;
- Estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e crítico, e do pensamento reflexivo nos discentes;
- Buscar atender às necessidades dos diversos setores da sociedade e estabelecer, com essa, uma relação de reciprocidade;
- Discutir com os discentes os problemas contemporâneos, em particular, nacionais e regionais;

- Investir na sua formação didático-pedagógica;
- Atuar de modo coerente e efetivo com os valores éticos, morais e políticos que inspiram o exercício da cidadania, o fortalecimento da democracia, assim como a construção de uma sociedade mais justa, diversa, inclusiva e humanizada;
- Articular os conteúdos dos componentes básicos relacionados às áreas de conhecimentos que ensina e às suas abordagens pedagógica, didática e metodológicas, fundamentados nos pressupostos históricos, políticos filosóficos, sociológico, econômicos e psicológicos da educação e da prática educativa, de forma a desenvolver uma prática pedagógica interdisciplinar, contextualizada, criativa, crítica e emancipatória;
- Comprometer-se com a formação humana integral dos estudantes, possibilitando-lhes a apropriação de conhecimentos, de habilidades, valores e de formas de conduta que respeitem e valorizem os direitos humanos, a democracia, o meio ambiente, as diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, geracional e outros;
- Posicionar-se criticamente contra qualquer tipo de discriminação e preconceito;
- Participar da organização e do desenvolvimento do currículo que, sob o trabalho como princípio educativo, integre as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, potencializando o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes;
- Executar atividades de ensino que priorize a seleção e organização de conteúdos, de metodologias, de recursos didáticos e procedimentos avaliativos, que sob os princípios da interdisciplinaridade, da pesquisa e da integração entre teoria e prática, possam potencializar aprendizagens ativas, críticas, inovadoras e qualitativamente relevantes;
- Articular ensino, pesquisa e extensão de modo a produzir conhecimentos educacionais, pedagógicos e dos campos específicos do ensino, que levem à intervenção positiva diante das necessidades e demandas da sala de aula, da prática docente, da escola, do contexto local e regional e de demandas emergentes do mundo do trabalho;
- Utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, reflexiva e ética nas diversas atividades docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar aprendizagens;
- Compreender, analisar e interpretar dados estatísticos e indicadores educacionais;
- Realizar capacitações continuadas na área de educação inclusiva;

- Participar da gestão da instituição, contribuindo nas discussões, no planejamento, na elaboração, na implementação, no acompanhamento e na avaliação dos projetos pedagógicos dos cursos e de outros documentos correlatos;
- Colaborar com o processo de integração entre os diferentes sujeitos que compõem a comunidade escolar interna, e o desenvolvimento de atividades que contribuam para promover a articulação da escola com as famílias e com a comunidade na qual está inserida;

5.2.3 Perfil dos discentes

A formação dos discentes é o principal objetivo das ações do IFAP. O discente deve aproveitar ao máximo a sua permanência na Instituição, para o seu desenvolvimento pessoal, da sociedade e da Instituição. A concepção de formação profissional que fundamenta o processo educativo ofertado no IFAP, tem como foco a formação do cidadão trabalhador enquanto sujeito ativo, crítico, reflexivo, ético e contextualizado com as questões de seu tempo, capaz de compreender e intervir nas questões políticas, econômicas, culturais e sociais, vislumbrando a construção de uma sociedade mais justa, solidária e humana.

Os Discentes do IFAP devem:

- Interagir com a comunidade interna e externa com respeito, ética e efetividade, promovendo a cidadania;
- Investir no seu aperfeiçoamento intelectual, cultural, profissional e pessoal, integrando os conhecimentos;
- Buscar continuamente desenvolver o seu espírito científico, crítico, humanístico e reflexivo;
- Buscar soluções para os problemas contemporâneos, em particular, nacionais e regionais;
- Participar de atividades extracurriculares de ensino, pesquisa, extensão, assistência e gestão, contribuindo para a sustentabilidade da Instituição e da sociedade.

5.2.5 Perfil do Egresso

O perfil do egresso de cada curso está definido no respectivo projeto pedagógico do curso, em consonância com a legislação educacional vigente. Será considerado egresso o estudante que

efetivamente concluiu os estudos regulares, estágios e outras atividades previstas no plano de curso e está apto a receber ou já recebeu o diploma.

O Instituto promoverá ações que visem à avaliação dos egressos, com foco na inserção no mundo do trabalho, nas posições, nas vivências e nas suas dificuldades profissionais, além de fomentar a participação desses atores na vida da instituição. Acompanhar e avaliar a inserção dos egressos no mundo do trabalho e na trajetória acadêmica, como na verticalização do ensino tanto no Instituto quanto nas demais instituições de ensino.

O Instituto irá criar, organizar e gerenciar um ambiente virtual voltado para o relacionamento com o egresso, onde disponibilizará conteúdo sobre o tema, oportunidades no mercado de trabalho e de qualificação, eventos e a possibilidade de interação com outros egressos do Instituto.

5.3 POLÍTICA PEDAGÓGICA INSTITUCIONAL

O Instituto Federal do Amapá - IFAP tem como objetivo a oferta de educação profissional e tecnológica pública, gratuita e de qualidade referenciada no contexto da sociedade atual, marcada pelo desenvolvimento científico e tecnológico, pela globalização e profundas transformações nas relações de trabalho. Portanto, o desafio do IFAP está na garantia de manter um/o padrão de qualidade para todos, no que concerne à educação profissional e tecnológica, em acordo com os arranjos produtivos e as manifestações sociais e da cultural local onde está inserido.

Tal contexto tem por consequência a necessidade de realizar transformações também nas formas de se pensar e conduzir a formação dos sujeitos, ressignificando assim as relações entre a educação e o trabalho. Nesta perspectiva, a educação deve acompanhar as mudanças da chamada sociedade globalizada ou do conhecimento com base no processo educativo pautado na formação de sujeitos emancipados, conscientes e dotados de capacidade crítica para tomada de decisão e resolução de problemas na vida social e produtiva, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da região.

Desta forma, o Projeto Pedagógico, como elemento mais importante do PDI, ao passo que vai sendo organizado e consolidado todas as atividades acadêmicas do ensino, pesquisa, extensão e tecnológica, também é político porque se destina ao compromisso social da instituição pela

formação de profissionais cidadãos. (MASETTO, 2012). Sendo assim, o IFAP assume um papel relevante para atingir os objetivos propostos pela instituição, uma vez que é um instrumento norteador e basilar das concepções filosóficas, epistemológicas e educacionais que direciona as estratégias institucionais do ensino, da pesquisa e da extensão.

Assim, pensar no PPI como instrumento balizador é reconhecer sua identidade própria gerada da reestruturação da educação profissional e tecnológica a partir de uma nova concepção, cujo princípio está na articulação entre educação, ciência, trabalho, cultura e tecnologia. Essa articulação tem por objetivo promover uma formação humana que ultrapasse os limites do simples fazer profissional, preocupando-se com a formação integral dos indivíduos, tendo em vista as novas demandas sociais e do mundo do trabalho.

5.3.1 Princípios filosóficos e epistemológicos que norteiam a prática educativa do IFAP

Diante das significativas transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas ocorridas no mundo contemporâneo, um novo contexto histórico se apresenta e com ele a necessidade de se pensar no tipo de sociedade que se objetiva a partir consolidação de um projeto político-pedagógico que esclareça e assegure princípios que garantam a integração do “saber fazer” e do “fazer saber”, fortalecendo “a necessidade de uma educação ‘no’ mundo e não apenas ‘para’ o mundo” (ARAÚJO, Adilson César; SILVA, Cláudio Nei Nascimento, p. 9). Ainda, assim, a economia

globalizada e a velocidade dos avanços tecnológicos mundiais afetam diretamente as relações entre a educação e o trabalho, suscitando que as instituições escolares tenham clareza do seu papel frente às imposições que fazem retroceder na concepção de Educação Profissional e Tecnológica que foi estabelecida.

A educação e as metodologias de ensino têm sido concebidas de diferentes maneiras, de acordo com as ideias vigentes sobre a própria educação e o tipo de formação humana considerada necessária em cada momento histórico. Neste contexto, tem-se um arcabouço de teorias educacionais que, com os seus desdobramentos filosóficos e pedagógicos próprios, direcionam o processo de ensino-aprendizagem de acordo com as concepções de homem e sociedade que acreditam melhor atender aos seus objetivos.

Esta nova realidade exige que as escolas revejam suas metodologias de ensino, sua organização curricular e seus processos de gestão, no sentido de se tornarem espaços com mais

eficiência formativa, participativos e democráticos. É necessário, ainda, que a comunidade escolar compreenda que as concepções de formação humana, currículo, avaliação e prática pedagógica estejam diretamente relacionadas aos aspectos políticos, históricos, tecnológicos, sociais e culturais que estão em uso no contexto em que está inserida a escola, sendo, portanto, influenciada por ele. No entanto, a Instituição deve resistir firmemente a qualquer caminho que não conduza à formação de uma sociedade emancipada.

Neste sentido, o IFAP reafirma sua concepção de ser humano, entendendo-o como um ser histórico-social que atua no mundo concreto de forma consciente para projetar e satisfazer suas necessidades subjetivas e sociais, construindo e reconstruindo conhecimentos. Assim contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária. Nessa perspectiva, a concepção de sociedade assumida pela instituição é aquela na qual se acredita ser fruto de uma construção humana em âmbito coletivo, que se estrutura ao longo de gerações, reorganizando seus conceitos e paradigmas na medida em que acontece o desenvolvimento físico, sociais, culturais e intelectual dos sujeitos, estabelecendo relações coletivas em busca da satisfação das necessidades intrínsecas do ser humano.

Considerando as concepções de ser humano e sociedade na sua construção histórica, o IFAP, como instituição formadora consciente de seu papel social, de formar cidadãos e trabalhadores capazes de compreender o mundo e seus pares, a fim de melhor compreenderem a si mesmos, pauta sua prática educativa na superação da fragmentação curricular e do ensino descontextualizado. A proposta educacional da instituição deve, portanto, constituir-se como propulsora para a formação integral dos sujeitos, contribuindo para que se tornem cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, éticos e solidários.

Com base nestes pressupostos, as concepções e práticas relacionadas ao fazer pedagógico dos cursos ofertados pelo IFAP serão orientadas pelos seguintes princípios filosóficos:

- concepção de ser humano como um ser dotado de potencialidades, com capacidade de autossuperação e de agir ativamente para transformar a realidade onde está inserido;
- concepção de sociedade como organismo vivo, reconstruída a cada momento histórico pelos sujeitos, considerando as relações de interesse e necessidades da coletividade, numa perspectiva de construção de sociedade igualitária, justa e fraterna;
- compreensão de educação como um processo de construção humana que resulta na produção de conhecimentos, cultura, valores e atitudes, contribuindo para o

desenvolvimento de diversas áreas do conhecimento, com repercussão na melhoria da qualidade ética de vida na sociedade;

- visão do educando como um ser único, com especificidades próprias e exclusivas que devem receber uma educação que atenda suas necessidades em todas as suas dimensões: física, cognitiva, social, emocional, moral e espiritual, que devem ser consideradas e desenvolvidas pelo processo educativo assumido pela instituição;
- valorização do conhecimento enquanto grande capital da humanidade é fundamental para o rompimento de uma educação engessada, tradicionalista e meritocrática. Oferta de um currículo que valoriza a aprendizagem do indivíduo, combatendo a errônea cultura do objetivo precípua e único da obtenção da nota, mesmo que não venha acrescida do conhecimento;
- estímulo ao diálogo que compreenda as diferenças a fim de construir uma sociedade mais harmoniosa;
- indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem, entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem e assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular.

Neste sentido, o Instituto Federal do Amapá assume o compromisso com uma educação brasileira que busca o pensamento sistematizado que almeja a descoberta pelo verdadeiro significado das coisas, criando um ambiente fecundo para o estabelecimento de um projeto de desenvolvimento de uma sociedade que considera a justiça social e a igualdade como partes integrantes da existência humana, além da concepção de uma democracia e cidadania conscientes das suas responsabilidades. Uma questão crucial também está na resistência da insistente condução do capitalismo em tratar a educação sob a perspectiva economicista, fragmentada e tecnicista que prepara o jovem, idoso e aluno trabalhador à subserviência aos meios de produção.

5.4 Concepções Teórica-Pedagógica

A escola, enquanto instituição social, vem sendo questionada acerca do seu papel ante as transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas ocorridas no mundo

contemporâneo. Em decorrência destas transformações, configura-se um novo contexto educacional, no qual se coloca para a escola e seus sujeitos o desafio de conceber uma formação crítica e reflexiva que ultrapasse uma educação bancária alienadora, a fim de possibilitar ao aluno a interpretação das entrelinhas do mundo e a formação profissional de indivíduos éticos e autônomos, capazes de exercer a cidadania de forma ativa e com responsabilidade social.

Torna-se, portanto, necessária a compreensão de que as mudanças ocorridas na sociedade globalizada afetam diretamente o espaço escolar. As diversas teorias educacionais e seus diferentes posicionamentos sobre o processo de ensino-aprendizagem foram construídos a partir do modo como os indivíduos se estabeleceram em sociedade através do tempo. Tais teorias desenvolveram um conjunto de concepções e valores que direcionam o fazer pedagógico no cotidiano escolar, sendo constituídos como paradigmas aceitos para a prática da educação.

Neste sentido, a abordagem teórico-metodológica que orienta a prática escolar do IFAP deve reunir elementos críticos capazes de desenvolver uma educação pública de qualidade destinada para todos, sem distinção. Para que isto se torne possível, a instituição escolar deve adotar pressupostos educacionais que superem o ensino memorista e conteudista típico do ensino tradicional, promovendo, por sua vez, um processo educativo dinâmico e transformador.

A partir deste entendimento, a concepção de ensino-aprendizagem da Instituição posiciona-se favorável à promoção de uma prática educativa que fomente questionamentos acerca da ligação entre o homem e sua realidade, assim como o papel transformador do sujeito nessa relação, alicerçando o seu fazer pedagógico em valores éticos e humanos com vistas a garantir ao aluno a autorreflexão crítica e a capacidade de formar o próprio entendimento acerca de todas as coisas (ADORNO, 1995).

Assim, a proposta do IFAP apoia-se na oferta de uma formação crítica, humana e contextualizada, pautada em conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação do ser humano para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política” (CIAVATTA, 2005, P.85). Uma vez que o aluno que faz parte da comunidade em que vive compreende que é possível ser um agente transformador da realidade, ele intervém diretamente na sua construção como sujeito social, interagindo com seus saberes, sua história e suas relações histórico-culturais.

O IFAP, como instituição de educação profissional e tecnológica, direciona sua orientação pedagógica na superação do modelo tecnicista, que compreende o ser humano dividido entre o pensar e o executar. Tal superação se faz necessária por se entender que esta concepção está ligada a um fazer pedagógico pragmatista, focado na simples formação para a execução de atividades repetitivas e descontextualizadas que não favorecem o pensamento crítico e o desenvolvimento integral dos indivíduos. Sobre este aspecto, Ciavatta (2005, p.85) afirma que “Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social.”

Dessa forma, constata-se que o desenvolvimento de competências não é algo plenamente realizável nem capaz de promover a formação desejada. Tem-se como desafio a construção de uma proposta de educação profissional que atenda aos pressupostos de formação crítica, que tenha por horizonte o trabalho como princípio educativo e se respalde nas concepções de politecnia e formação humana integral.

De acordo com Saviani (2003), no ensino fundamental o trabalho deve aparecer de forma implícita, isto é, em função da incorporação de exigências mais genéricas da vida em sociedade, enquanto no ensino médio os mecanismos que caracterizam o processo de trabalho devem ser explicitados. No ensino médio, além do sentido ontológico do trabalho, toma especial importância seu sentido histórico, posto que é nesta etapa da educação básica que se explicita mais claramente o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, convertendo-se em força produtiva.

Neste contexto, tomando como base a construção de um projeto de ensino integrado que, enquanto reconhece e valoriza a diversidade, supera a dualidade histórica entre formação básica e formação profissional, apresenta-se a compreensão do trabalho considerando seu duplo sentido:

- Ontológico: como práxis humana e, então como forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens e, assim, produz conhecimentos;
- Histórico: que no sistema capitalista transforma-se em trabalho assalariado ou fator econômico, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo; portanto, como categoria

econômica e práxis produtiva que, baseados em conhecimentos existentes, produz novos conhecimentos.

Neste sentido, a institucionalização desta proposta educacional implica em romper com a dualidade estrutural que historicamente separou o ensino propedêutico da formação profissional no Brasil. Deve-se partir de uma construção crítica que atenda uma perspectiva de revisão de paradigmas e conceitos que envolvam a questão do ensino, principalmente no ensino médio, para eliminar a indesejável oposição entre conhecimento geral e conhecimento específico.

Diante do exposto, na educação profissional, não é possível conhecer a realidade somente a partir dos conhecimentos específicos, pois eles não dão conta de explicar o todo. Somente na relação com a formação geral é que eles têm sentido enquanto conhecimentos específicos no contexto da formação técnica. Nesta perspectiva, as referências teórico-metodológicas citadas permitem consolidar o papel sociopolítico da instituição, por meio de um projeto educacional que reafirme a formação humana, cidadã, profissional e tecnológica, entendendo-se que esta precede a qualificação para a laborabilidade.

O IFAP conduz seus direcionamentos a partir da formatação de um movimento de orientação inclusiva que pensa em uma escola democrática para uma sociedade democrática, que compreende o educando enquanto pessoa humana singular, compreendendo o aluno como “sujeito de necessidades, de desejo e de potencialidades” (RAMOS, 2008, p.5).

Neste sentido, diante da concepção apresentada, o IFAP, uma instituição tomada de sua função social, coopera com as transformações, movendo-se criticamente para a re/construção das representações que os indivíduos têm da sua realidade, no sentido a propiciar uma postura de mudança e de prática diante da sociedade, da ciência e da tecnologia. Nessa lógica, a educação é um ambiente fundamental para a formação integral do sujeito, cidadão desperto com a visão crítica. Movimentar-se neste sentido significa preservar, nas práticas cotidianas, os princípios com visão crítica.

Portanto, como Instituição que preserva por uma educação de qualidade e equidade, o IFAP, carece propiciar aos discentes através de exercícios de cidadania consciente e responsável, a capacitação para o mundo do trabalho, a divulgação do conhecimento e da tecnologia, dispondo-os a serviço da preparação de uma sociedade mais ética, igualitária e justa, fortalecendo e

preservando sua condição de instituição pública, inclusiva, democrática, gratuita e com uma oferta de educação de qualidade.

5.5 Currículo, Ensino e Aprendizagem

O currículo, o ensino e a aprendizagem devem ter como direcionamento a organização e orientação teórico metodológica que consolida a prática educativa escolar como um processo político-pedagógico comprometido com o coletivo. É preciso considerar que os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos estudantes, mas sim uma organização contínua de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, culturais e políticas, intelectuais e pedagógicas, que acreditam no “aprimoramento do educando como pessoa humana e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (Garcia e Ferreira, 2005, p. 168).

Assim, o entendimento sobre concepção curricular deve passar pela necessidade de constituir a escola como espaços educativos que ampliem a aprendizagem, reafirmando-a como lugar do conhecimento, do convívio e da sensibilidade, sendo estas condições imprescindíveis para a constituição da cidadania. A construção de um currículo integrado de educação profissional exige a participação de todos que atuam direta e indiretamente com o ensino, uma vez que o trabalho coletivo e participativo na escola deve promover a construção de um projeto político-pedagógico que rompe com a hierarquia dos conteúdos e componentes curriculares.

Neste sentido, a proposta curricular do IFAP é concebida a partir da concepção de um currículo balizado nas teorias críticas, acompanhando o modelo de currículo integrado que defende a educação omnilateral, com uma proposta de educação politécnica, visando a formação de um indivíduo ativo e participativo das questões da sociedade. Com esse modelo, a finalidade é oferecer uma educação que contemple as diversas áreas do conhecimento produzidas pela atividade humana. Para Kuenzer (2002), o objetivo de uma educação integrada é “disponibilizar aos jovens que vivem do trabalho a nova síntese entre o geral e o particular, entre o lógico e o histórico, entre a teoria e a prática, entre o conhecimento, o trabalho e a cultura” (p. 43-44).

Assim, o IFAP assume o currículo integrado como sustentação de um aporte histórico-crítico que contribui para o desenvolvimento socioeconômico local, regional, nacional e global, que aproxima a vinculação do currículo com as experiências do estudante e das realidades sociais.

A concepção de currículo integrado tem como base os conceitos de politecnia e de formação integrada, previstos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDBEN, é consolidada pela Lei nº 11.741/2008, que compreende a educação como totalidade social nas múltiplas mediações que caracterizam os processos educativos. Uma forma de superar, historicamente, a divisão social do trabalho (manual e intelectual).

Portanto, a organização curricular está pautada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e de sua qualificação para o mundo do trabalho, de acordo com que está descrito no art. 2º da LDB nº 9.394/1996. Sendo assim, é compromisso do IFAP construir uma organização curricular com participação da comunidade acadêmica (docente, técnico, discente) e que contemple todas as áreas do conhecimento e da formação profissional.

Quanto às diretrizes pedagógicas concebidas em uma dimensão contextualizada do processo de ensino aprendizagem, ocorrerão vinculadas à apropriação dos significados culturais, exigindo o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para a formação do educando. Sendo assim, será necessário:

- Primar pela formação de um profissional crítico reflexivo;
- Garantir a interdisciplinaridade, transdisciplinares e contextualização nos currículos dos cursos ofertados pelo IFAP;
- Respeitar os princípios da diversidade, equidade e multiculturalidade;
- Adotar mecanismos de manutenção de eficiência e qualidade na implementação das propostas curriculares;
- Estabelecer sistema de acompanhamento e avaliação de egressos;
- Aplicar o princípio da verticalização do ensino conforme a legislação brasileira.

5.6 Política de Ensino

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é tomada como um elemento central das novas políticas educacionais, tendo em vista as próprias transformações econômicas, políticas e sociais. Nesse sentido, de acordo com o art. 2º da Lei de Criação dos Institutos Federais, nº 11.892/2008:

(...)

“Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (Brasil, 2008)”.

As ações de ensino dos institutos devem priorizar a verticalização, propiciando condições de diálogo e a articulação entre os seus diferentes níveis e modalidades, desde a educação básica à superior, proporcionando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como efetivar seu compromisso com as políticas de inclusão social e tecnológica. Essa organização pedagógica verticalizada é um dos fundamentos dos Institutos Federais. Dessa maneira, uma das características da política de ensino dos IFs é oferecer cursos técnicos de nível médio, nas formas integrada, subsequente e concomitante; cursos de formação inicial e continuada; superiores de tecnologia, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, bem como programas de pós-graduação Lato e Stricto Sensu.

Neste sentido, o IFAP deverá:

- Ampliar o número de vagas e criar cursos em todos os níveis e modalidades de ensino, de acordo com a demanda regional, priorizando o avanço e a garantia da qualidade do ensino e a estrutura física, didática e pedagógica, de forma que todos os campi se adequem à Lei nº 11.892/2008, que garante o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para educação profissional técnica de nível médio, e o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas para os cursos de licenciatura e/ou programas especiais de formação pedagógica;
- Ministrando cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Implantar e modernizar todos os espaços de ensino e aprendizagem, levando em consideração a qualidade, bem como atender à demanda dos cursos, da pesquisa e da extensão e ao avanço tecnológico, científico e cultural das regiões. Os espaços implantados devem oferecer condições, inclusive climáticas e de infraestrutura, adequadas ao trabalho pedagógico, de pesquisa e extensão e ao público com necessidades educacionais específicas;

- Efetivar as ações previstas na política de acesso, permanência e sucesso do IFAP;
- Criar mecanismos de promoção dos conhecimentos fundamentais (nivelamento) para os estudantes ingressantes no Instituto, em todas as modalidades e formas de ensino;
- Adequar os espaços e tempos escolares às necessidades dos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- Capacitar os servidores para o desenvolvimento das atividades acadêmicas direcionadas às pessoas com necessidades educacionais especiais;
- Capacitar os servidores para o desenvolvimento das atividades na modalidade de ensino a distância;
- Implantar ações que promovam o ingresso, permanência e a saída exitosa de estudantes oriundos de segmentos socioeconômicos em vulnerabilidade social e grupos historicamente excluídos e estudantes com necessidades educacionais específicas;
- Atualizar, periodicamente, o acervo bibliográfico impresso e digital da Instituição, principalmente quando houver a solicitação de material bibliográfico por parte da comunidade acadêmica e quando forem criadas demandas;
- Criar Políticas de Assistência ao educando que promovam atividades acadêmicas como monitorias, tutorias, iniciação científica e intercâmbio científico-cultural;
- Fomentar a implantação de programas de pós-graduação, mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado, estimulando a atividade de pesquisa científica;
- Implementar um programa permanente de avaliação e acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Articular parcerias com empresas e outras organizações, possibilitando a oferta de estágio curricular e outras atividades que aproximem o estudante de sua área de atuação, especialmente através da oferta regular de visitas técnicas;
- Estimular o trabalho de pesquisa e investigação científica, mirando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, desenvolvendo o entendimento do ser humano e do meio em que vive.

No IFAP, a Pró-Reitoria de Ensino (Proen) é o setor responsável por planejar, executar e acompanhar as políticas de ensino, em consonância com as diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação, promovendo e avaliando ações que garantam a articulação entre o ensino, a

pesquisa e a extensão e, igualmente, a inclusão de jovens e adultos no pleno direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

Também se responsabiliza pela formulação de diretrizes internas, de modo a integrar o ensino, orgânica e sistemicamente, de acordo com os princípios, objetivos e a missão Institucional, e leis que regem o sistema educacional, especificamente, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Considerando que o IFAP é uma instituição pluricurricular e multicampi, a Proen adota o modelo de gestão sistêmica, organizando-se administrativa e pedagogicamente para atender às especificidades relativas a acesso, permanência e êxito discentes, à administração acadêmica, à avaliação e à organização e regulação do processo de ensino e aprendizagem. O seu trabalho, portanto, efetiva-se alinhado aos princípios da gestão democrática, primando pelo diálogo permanente com a comunidade acadêmica, visando a identificação de necessidades e o aprimoramento contínuo dos processos pedagógicos.

O objetivo da política de ensino adotada pelo IFAP é formar profissionais que, em uma perspectiva integral, sejam capazes de adotar formas diversificadas de atuação no desempenho técnico, ético e político, como cidadão emancipado, contribuindo com o desenvolvimento da sociedade, promovendo sintonia entre as ofertas e as demandas advindas dos arranjos produtivos econômicos, sociais e culturais de cada localidade do estado do Amapá.

Assim, a Instituição deve se articular a uma política nacional para o ensino, a partir de uma visão realista da situação atual, em termos das características do sistema, dos problemas existentes e dos recursos públicos disponíveis para superá-los. Tal política não pode restringir-se ao âmbito dos institutos federais, mas precisa contemplar o conjunto heterogêneo das instituições públicas e privadas e sua inserção nos diversos contextos regionais, reconhecendo a necessidade de diversificação e flexibilidade nas parcerias público-privadas decorrentes da complexidade do sistema.

Em atenção às especificidades das demandas socioeducativas, as áreas formativas que compõem o ensino e demais áreas de atuação do IFAP são especificadas a seguir.

No âmbito do IFAP, as políticas de ensino são institucionalizadas e regulamentadas por formas e modalidades de ensino:

- Formas de ofertas no Ensino Médio: Integrada, Subsequente e Concomitante;
- Formas de ofertas no Ensino Superior: Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura;
- Modalidade: Presencial e a Distância.

5.6.1 Objetivos

O objetivo da política de ensino adotada pelo IFAP é formar profissionais que, em uma perspectiva integral, sejam capazes de adotar formas diversificadas de atuação no desempenho técnico, ético e político, como cidadão emancipado, contribuindo com o desenvolvimento da sociedade, promovendo sintonia entre as ofertas e as demandas advindas dos arranjos produtivos econômicos, sociais e culturais de cada localidade do estado do Amapá. Desta forma, a política de ensino do Ifap é estruturada:

- na busca da excelência acadêmica;
- em ações afirmativas;
- na capilaridade;
- na pluralidade;
- na inclusão;
- na gratuidade do ensino;
- na gestão participativa e democrática;
- na melhoria das condições do processo de ensino-aprendizagem;
- e no retorno social à comunidade do Ifap.

Assim, a Instituição deve se articular a uma política nacional para o ensino, a partir de uma visão realista da situação atual, em termos das características do sistema, dos problemas existentes e dos recursos públicos disponíveis para superá-los. Tal política não pode restringir-se ao âmbito dos institutos federais, mas precisa contemplar o conjunto heterogêneo das instituições públicas e privadas e sua inserção nos diversos contextos regionais, reconhecendo a necessidade de diversificação e flexibilidade nas parcerias público-privadas decorrentes da complexidade do sistema.

Em atenção às especificidades das demandas socioeducativas, as áreas formativas que compõem o ensino e demais áreas de atuação do IFAP são especificadas a seguir.

No âmbito do IFAP, as políticas de ensino são institucionalizadas e regulamentadas por formas e modalidades de ensino:

- Formas de ofertas no Ensino Médio: Integrada, Subsequente e Concomitante;
- Formas de ofertas no Ensino Superior: Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura;
- Modalidade: Presencial e a Distância.

Todo esse processo se estenderá do rigor científico, à liberdade de pensamento e de expressão e à condição geradora de cultura a todos os segmentos sociais. Todos os níveis e modalidades de ensino do Instituto devem ser voltadas para a busca, a produção e a socialização de conhecimentos e técnicas, e serão utilizadas como recurso de educação destinado à formação ética, crítica, técnica, científica, cultural e artística sendo ofertados através de:

- Cursos FIC's;
- Cursos técnicos de nível médio;
- Cursos superiores de graduação;
- Cursos de pós-graduação *lato sensu*; e
- Cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Os cursos de formação inicial e contínua ofertados de forma presencial são organizados tendo como referência o Guia de Cursos FIC. Seus projetos pedagógicos são elaborados, conforme regulamentação específica, observando a carga horária mínima prevista para a modalidade. A preparação e autorização do curso devem obedecer a regulamentação específica e são realizadas dentro do campus.

Os cursos técnicos de nível médio são ofertados na forma Integrada ao Ensino Médio, na forma Subsequente, Concomitante e para a Educação de Jovens e Adultos, ofertados na modalidade presencial e a distância, tem o objetivo de garantir a formação profissional para o mundo do trabalho em um processo formativo no sentido do ser humano integral, desenvolvido socialmente pelo total cultivo de suas possibilidades, para a sua total realização.

Os cursos de graduação são ofertados em várias áreas do conhecimento nas habilitações de bacharelado, licenciatura e tecnólogo. Estes cursos, nas modalidades presencial e a distância, têm como objetivo principal garantir a formação integral e crítica para os discentes como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, da formação para o trabalho e do seu pleno desenvolvimento pessoal.

Os cursos de Mestrado podem ser Profissionais ou Acadêmicos. Os Mestrados Profissionais visam aprimorar a competência técnico-científica dos graduados para a atuação profissional. Os Mestrados Acadêmicos visam enriquecer a competência didática, científica, artística, cultural e

profissional dos graduados, podendo ser encarados como fase preliminar do Doutorado ou como nível terminal, ou ainda revestir-se simultaneamente de ambas as características.

5.6.2 Política de ensino para a educação Profissional Técnica de nível médio

A educação profissional técnica de nível médio fundamenta-se nos princípios prescritos na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, bem como a Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica em consonância com a Lei 13.417/2017, como também a Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

Em conformidade com a Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021, fica estabelecido, por intermédio do Art.16, que os cursos técnicos serão desenvolvidos nas formas integrada, concomitante ou subsequente ao Ensino Médio, sendo descritos de acordo com os parágrafos I, II, III e IV da Resolução mencionada, caracterizados a seguir:

(...)

I - integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica ao

mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica;

II - concomitante, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em

unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições e redes de ensino;

- III - concomitante intercomplementar, desenvolvida simultaneamente em distintas instituições ou redes de ensino, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado; e
- IV - subsequente, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

Convém destacar que a oferta de cursos da educação profissional técnica de nível médio deve estar alicerçada também na Resolução Nº 2, de 15 de dezembro de 2020 que aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, atuando como referencial para o planejamento dos cursos. Nesse contexto, o aporte legal brasileiro, determina que 50% das vagas dos IFs sejam destinadas à formação técnica, prioritariamente integrada para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, atendendo, portanto, o que sanciona a legislação, e do mesmo modo que reconhece as demandas dessa modalidade de ensino e a necessidade de sua compatibilidade com a realidade dos estudantes. Assim, o Ifap se compromete com as diretrizes e os princípios norteadores da educação profissional estabelecidos nos documentos públicos, da mesma maneira que pauta sua proposta de educação em um projeto progressista que tem o estudante como centro de suas atuações. Isto posto, a Educação Profissional integrada se compõe apoiada numa concepção emancipatória do indivíduo. Segundo Adorno (1995, p.142):

“Numa democracia, quem defende ideais contrários à emancipação, e, portanto, contrários à decisão consciente, independente de cada pessoa em particular, é um antidemocrata, até mesmo se as ideias que correspondem a seus desígnios são difundidas no plano formal da democracia. As tendências de apresentação de ideais exteriores que não se originam a partir da própria consciência emancipada, ou melhor, que se legitimam frente a essa consciência, permanecem sendo

coletivistas-reacionárias, pois apontam para uma esfera a que deveríamos nos opor, buscando estratégias que inviabilizem o desenvolvimento de uma política que fundamenta-se em ideias que conduzam ao desenvolvimento de pensamentos acrílicos”.

Em função disso, é importante a participação de profissionais livre-pensantes (ADORNO, 1995) que conhecem e constroem a estrutura organizacional da qual fazem parte, pois conforme afirmado por Libâneo (2015), estabelecem na escola relações, que educam os indivíduos assim como esses indivíduos educam a organização escolar da qual compõem.

5.6.1 Diretrizes para os cursos técnicos de nível médio na forma integrada, modalidade EJA-EPT
Os cursos técnicos de nível médio na modalidade EJA foram introduzidos no IFAP desde 2012, em observância ao Decreto nº 5.840/2006, que instituiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e que preconiza, no Art. 2º, parágrafos 1 e 2, que a oferta de 10% do total das vagas esteja incluída no PDI.

(...)

§ 1º As instituições referidas no caput disponibilizarão ao PROEJA, em 2006, no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007.

§ 2º A ampliação da oferta de que trata o § 1º deverá estar incluída no plano de desenvolvimento institucional da instituição federal de ensino.

O PROEJA apresenta-se como uma iniciativa que visa à inclusão social emancipatória dos sujeitos que não tiveram a oportunidade de acesso à educação básica ou não a concluíram na faixa etária considerada regular. Para tanto, o caminho escolhido é o da formação profissional aliada à escolarização, tendo como princípio norteador a formação integral do educando.

É importante destacar que novas ofertas estão previstas obedecendo ao Plano de Metas do IFAP para proporcionar uma educação básica vinculada à formação profissional na contribuição da inserção desse sujeito na sociedade para exercer plenamente sua cidadania, exatamente como postula o documento base do PROEJA de nível médio que visa garantir:

(...)

condições para que todos os cidadãos e cidadãs, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham acesso, permanência e êxito na educação básica pública, gratuita, unitária e com qualidade para as faixas etárias regulares, e que garanta o direito de aprender por toda a vida a jovens, homens e mulheres, independente dos níveis conquistados de escolaridade, firma-se a concepção de que a formação pode contribuir para a integração sociolaboral dos diversos conjuntos populacionais, e mais do que isso, para que se constitua, efetivamente, direito de todos (BRASIL, 2007, p. 34).

O IFAP pretende garantir a oferta desta modalidade de educação de jovens e adultos, desenvolvendo um trabalho que deve se pautar no conhecimento desse público e sua realidade e, principalmente no respeito ao ser e aos saberes destes educandos e suas vivências, pois estes são princípios que orientam o trabalho no PROEJA. Por isso, esse conhecimento não pode ser desconsiderado.

Todos esses saberes devem ser considerados no processo educativo, articulados com os novos conhecimentos que se produzem tanto no âmbito escolar, quanto no meio social, na perspectiva da aplicação prática (BRASIL, 2007, p.29).

Portanto, de acordo com o Documento Base do PROEJA (Brasil, 2007), é preciso construir práticas pedagógicas que levem em consideração o contexto de vida dos educandos jovens e adultos, suas condições sociais, econômicas, psicológicas e culturais.

Em 2021, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação sancionou a Resolução Nº 1, de 28 de maio de 2021 que instituiu Diretrizes Operacionais para a Educação de

Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. A Resolução declarou que a oferta da modalidade da EJA poderá, dentre outras formas, se dar articulada à Educação Profissional, em cursos de qualificação profissional ou de Formação Técnica de Nível Médio.

(...)

Art. 7º A EJA articulada à Educação Profissional poderá ser ofertada das seguintes formas:

I – concomitante, na qual a formação profissional é desenvolvida paralelamente à formação geral (áreas do conhecimento), podendo ocorrer, ou não, na mesma unidade escolar;

II – concomitante na forma, uma vez que é desenvolvida simultaneamente em distintas instituições educacionais, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade para a execução de Projeto Político-Pedagógico (PPP) unificado; e

III – integrada, a qual resulta de um currículo pedagógico que integra os componentes curriculares da formação geral com os da formação profissional em uma proposta pedagógica única, com vistas à formação e à qualificação em diferentes perfis profissionais, atendendo as possibilidades dos sistemas e singularidades dos estudantes.

Ainda no mesmo ano, o Ministério de Estado da Educação pública a PORTARIA Nº 962, de 1º de dezembro de 2021 e resolve instituir o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - EJA Integrada - EPT e estabelece orientações, critérios e procedimentos para concessão de recursos financeiros às instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. De acordo com a portaria, o Programa tem como objetivo fomentar a Educação de Jovens e Adultos - EJA de forma integrada à formação profissional assim

como garantir as metas e implementar as estratégias previstas no PNE 2014-2024 no que se refere a EJA-EPT, principalmente a Meta 10.

5.6.2 Políticas de Ensino para a Graduação

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, capítulo IV, art. 45, cita que “A Educação Superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”.

A oferta dos Cursos de Graduação do IFAP está prevista no artigo 43 da LDB, que cita as finalidades da educação superior:

(...)

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII – atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

A Lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008), consoante a LDB, propõe, na seção III, título 6, art. 7º, que trata dos objetivos dos Institutos Federais e versa sobre os níveis de educação superior. Assim, estão previstos os seguintes cursos:

- cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Esta oferta é ratificada pelo Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), instituído pela Lei nº 13.005/2014, nas Metas 12, 13 e 14, que tratam, respectivamente: da elevação da

taxa bruta de matrícula na educação superior, por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; da elevação da qualidade da Educação Superior e ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício; e, finalmente, da elevação gradual do número de matrículas pós-graduação *stricto sensu*.

Segundo a Lei nº 11.892/2008, no § 1º diz que para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais enquanto o § 3º do mesmo artigo cita: os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, sendo procedimento da avaliação de cursos de grande relevância para a qualidade do desenvolvimento curricular nesse nível da educação nacional.

Organizada e executada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, a avaliação dos cursos compreende três grandes ações: a avaliação dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de educação superior por região e Unidade da Federação; a avaliação dos cursos superiores, mediante a análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos e das condições de oferta de cursos superiores; e a avaliação institucional do desempenho individual das instituições de ensino superior.

A concepção curricular dos cursos de graduação busca uma sólida formação profissional, em bases éticas e humanísticas, articulando os conhecimentos teóricos e práticos específicos com uma formação geral, tal como preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e Legislações para os cursos de graduação. Dessa forma, o desenho curricular dos cursos de tecnologia, licenciatura e bacharelado deve atender às seguintes normativas:

- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e da Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004;
- Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei nº 9.795/1999, no Decreto nº 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP nº 2/2012; e
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1/2012.

O atendimento a esses preceitos deve propiciar formação, reflexão e debate acerca da raça, da diversidade, das diferenças geracionais, do convívio ético e do meio ambiente, os quais serão essenciais para a atuação do profissional egresso.

As diretrizes curriculares dos cursos de graduação do IFAP, procuram agir em conformidade com o que preconiza a LDB em seu artigo 43 ao tratar das finalidades da Educação Superior:

(...)

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços

especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

Quanto aos aspectos sociais, o IFAP assume o compromisso de incluir pessoas com necessidades específicas e de demais sujeitos que vivem ou viveram em situações históricas de negação de direitos (negros, indígenas e quilombolas, entre outros).

A organização pedagógica e curricular dos cursos de graduação presenciais, regularmente autorizados, desde que prescritas em seu Projeto de Curso, podem ofertar disciplinas na modalidade a distância, de forma integral ou parcial, contanto que não ultrapassem 40% (quarenta por cento) da carga horária total do curso, em atendimento à Portaria MEC nº 2117/2019.

5.6.2.1 Dos cursos de graduação (bacharelado e licenciatura)

O Parecer CNE/CES nº 583/2001 chama a atenção para o fato de que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996:

(...)

“assegura ao ensino superior maior flexibilidade na organização curricular dos cursos, atendendo à necessidade de uma profunda revisão de toda a tradição que burocratiza os cursos e se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a formação em nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada; bem como à crescente heterogeneidade

tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos alunos”.

Quanto ao currículo dos cursos de graduação (bacharelado e licenciatura), esclarece-se que se divide em núcleos, devendo cumprir a função de promover o diálogo entre a teoria e a prática, bem como propiciar a práxis interdisciplinar, aliando-a às peculiaridades regionais nas quais os cursos se inserem, observando o tempo de integralização previstos no Parecer CNE/CES nº 441/2020 e na Resolução CNE/CP nº 2/2019.

5.6.2.2 Dos cursos superiores de tecnologias

Os cursos de tecnologia foram criados pela Lei nº 5.692/1971 (art. 23, §2.º), ratificada pelas Leis nº 9.131/1995 e nº 9.394/1996 e pelo Decreto nº 2.406/1997, e regulamentado pela Portaria Ministerial MEC nº 1.647/1999, e pela Resolução CNE/CP nº 1/2021.

Os cursos superiores de tecnologia, conforme previsto na Resolução CNE/CP nº 1/2019, art. 2º, é modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes.

A denominação desses cursos, mencionada pelo Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, aprovado pela Portaria MEC nº 413, de 11 de maio de 2016, descreve que “: corresponde à denominação pela qual devem ser identificados os Cursos Superiores de Tecnologia ofertados pelas Instituições de Educação Superior”; estruturado em 13 (treze) eixos tecnológicos com cargas horárias mínimas variando entre 1.600, 2.000 e 2.400 horas; a Ocupações CBO associadas: corresponde às ocupações constantes na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) associadas aos cursos oferecidos no catálogo. Trata-se de ocupações que o profissional graduado no Curso Superior de Tecnologia pode exercer ou tem relação direta com o perfil profissional do egresso, fornecendo perspectivas de inserção profissional.

Dessa forma e de acordo com CNCST aprovado pela Portaria MEC 413/2016 o MEC contribui para:

(...)

“formar profissionais cada vez mais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, as atividades próprias de cada curso tecnológico, com capacidade para utilizar, desenvolver ou adaptar tecnologias com a compreensão crítica das implicações daí decorrentes e das suas relações com o processo produtivo, o ser humano, o ambiente e a sociedade.”

Os cursos de educação profissional de nível tecnológico devem observar os 19 (dezenove) princípios norteadores mencionados no art. 3º da Resolução CNE/CP nº 1/2021, entre os quais destacam-se:

(...)

I - articulação com o setor produtivo para a construção coerente de itinerários formativos, com vista ao preparo para o exercício das profissões operacionais, técnicas e tecnológicas, na perspectiva da inserção laboral dos estudantes;

II - respeito ao princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - centralidade do trabalho assumido como princípio educativo e base para a organização curricular, visando à construção de competências profissionais, em seus objetivos, conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem, na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia;

X - articulação com o desenvolvimento socioeconômico e os arranjos produtivos locais;

XIII - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, imigrantes e itinerantes;

XVI - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem as competências profissionais requeridas pela

natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;

XIX - promoção da inovação em todas as suas vertentes, especialmente a tecnológica, a social e a de processos, de maneira incremental e operativa.

5.6.2.3 Dos cursos de licenciatura (formação de professores)

A formação de professores no IFAP se dá por meio da oferta de licenciaturas e cursos de formação pedagógica, consoante o que prescreve a Lei nº 11.892/2008, em seu artigo 7º, alínea b: “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.”

A licenciatura está inserida na política da instituição, voltando-se para o atendimento à educação profissional e tecnológica, a qual, por sua vez, também contempla a formação inicial de professores, tendo por foco a educação básica e as demandas da escola brasileira, sobretudo, da escola pública.

No IFAP, os cursos de licenciatura estão estruturados em disciplinas semestrais, com duração mínima de quatro anos.

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 2/2019, é exigida a duração mínima de 3.200 horas, em carga horária cursada para a sua integralização, as quais devem ser compostas por:

I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas: a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora

A Resolução CNE/CP nº 2/2019, em seus arts. 2º e 4º estabelece a necessidade de desenvolvimento de competências gerais e aprendizagens essenciais e competências específicas:

Art. 2º desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral.

Art. 4º As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente.

São elas:

I - conhecimento profissional;

II - prática profissional; e

III - engajamento profissional.

O supra documento informa que as competências gerais docentes, bem como as competências específicas e as habilidades correspondentes a elas, indicadas no Anexo que integra a Resolução CNE/CP 2/0219 Resolução, compõem a BNC-Formação. Assim, além das competências gerais, os licenciandos terão conhecimentos específicos, conforme sua área de formação.

Os elementos que consubstanciam esse modo de formação para professores estão em conformidade com a Lei nº 9694/96:

Art. 5º A formação dos professores e demais profissionais da Educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, tem como fundamentos:

I - a sólida formação básica, com conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II - a associação entre as teorias e as práticas pedagógicas; e

III - o aproveitamento da formação e das experiências anteriores, desenvolvidas em instituições de ensino, em outras atividades docentes ou na área da Educação.

Parágrafo único. A inclusão, na formação docente, dos conhecimentos produzidos pelas ciências para a Educação, contribui para a compreensão dos processos de ensino aprendizagem, devendo-se adotar as estratégias e os recursos pedagógicos, neles alicerçados, que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao conhecimento.

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 1/2021, arts. nos art. 53 ao 57, os professores graduados, não licenciados, em efetivo exercício na profissão docente em unidades curriculares da parte profissional, é assegurado o direito de:

(...)

art. 53

I - participar de programas de licenciatura e de complementação ou formação pedagógica;

II - participar de curso de pós-graduação lato sensu de especialização, de caráter pedagógico, voltado especificamente para a docência na educação profissional, devendo o TCC contemplar, preferencialmente, projeto de intervenção relativo à prática docente em cursos e programas de educação profissional;

e

III - ter reconhecimento total ou parcial dos saberes profissionais de docentes, mediante processo de certificação de competência, considerada equivalente a licenciatura, tendo como pré-requisito para submissão a este processo, no mínimo, 5 (cinco) anos de efetivo exercício como professores de educação profissional.

§ 3º A formação inicial não esgota as possibilidades de qualificação profissional e desenvolvimento dos docentes do ensino da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições e redes de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada de docentes da educação profissional.

5.6.2.4 Dos cursos de bacharelado

Os princípios que orientam a formação de bacharéis no IFAP encontram-se explicitados na LDB nº 9.394/1996, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, por curso de graduação, no Decreto nº 9.235/2017, no Decreto CNE/CES 441/2019 e na Resolução CNE/CES nº 2/2019 em coerência com o desenho dos Institutos Federais, delineado pela Lei nº 11.892/2008.

5.7 Política da pesquisa, pós-graduação e inovação

A política institucional de pesquisa, pós-graduação e inovação no âmbito do IFAP constitui um processo educativo voltado para a investigação como uma atividade indissociável do processo de ensino e aprendizagem. Junto com o ensino e a extensão, os eixos formativos da pesquisa e da inovação tecnológica procuram ter estreito vínculo com a sociedade.

Esses eixos e as temáticas a serem desenvolvidas têm relação com os conteúdos trabalhados nos currículos dos cursos, o que resulta na formação de profissionais capazes de identificar problemas, propor causas, possíveis soluções e executar propostas inovadoras em seu ambiente de trabalho e produção.

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – Proppi constitui-se como o órgão responsável pela gestão institucional da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação no âmbito do IFAP. Essa Pró-Reitoria atua de forma alinhada com os eixos estratégicos da instituição para dar sustentação a estes processos, considerando o avanço do conhecimento e contribuindo com o desenvolvimento científico e tecnológico, numa perspectiva local e global.

Configura-se, ainda, como órgão assessor da Reitoria, responsável pela coordenação, fiscalização e superintendência das atividades de Pesquisa integradas ao Ensino e à Extensão do IFAP, contemplando os objetivos de:

Fomentar pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica;

Desenvolver projetos de pesquisa e inovação tecnológica;

Estabelecer parcerias para pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica;

Promover ações de divulgação científica

Incentivar a publicação científica em periódicos com fator de impacto ou QUALIS Capes.

Diante de todas as contribuições coletivas em torno destas Políticas, construiu-se o documento com os itens a seguir:

5.7.1 A Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

A proposta de implantação dos Institutos Federais foi alicerçada sobre concepções e diretrizes que estabelecem estreita articulação com o conjunto de políticas para a Educação Profissional e Tecnológica. Nesse contexto, toda ação dessa proposta educacional deverá contemplar a preparação dos indivíduos para atender às demandas do mundo do trabalho, além de assumir a formação humana e cidadã, contribuindo para a permanente atualização ante os avanços e desafios do desenvolvimento nacional e global.

Para tanto, os Institutos Federais devem orientar os processos formativos em curso e a serem implementados com base em premissas que assegurem a necessária articulação entre Ciência, Educação e Tecnologia, e, conseqüentemente, entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista

contribuir para o desenvolvimento nacional e internacional, com destaque na pesquisa aplicada à sua atuação no plano local e regional.

Devem, portanto, ofertar uma educação que possibilite aos indivíduos gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, permitindo-lhes “problematizar o conhecido, investigar o não conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu locus de forma a se tornarem credenciados a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local e regional” (BRASIL. Ministério da Educação. SETEC, Brasília, 2008; CONCEFET- FORPOG-MEC 2008).

Nesta visão estrutural de concepção da organização pedagógica do trabalho educativo a articulação com as forças sociais da região deve possibilitar a intervenção direta de ações de ensino, pesquisa e extensão. Nesse entendimento, Pacheco (2008), “[...] baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual”.

Nessa perspectiva, parece estar então o maior diferencial das práticas de pesquisa, pós-graduação e inovação a serem assumidas pela Rede Federal, enfatizando o desenvolvimento de pesquisas aplicadas de acordo com as demandas do desenvolvimento local e regional. Nesse projeto educacional, a Proppi em sua atuação deve embasar seu trabalho em alguns princípios que consolidam seu papel estratégico de atuação no âmbito institucional.

5.7.2 Diretrizes para a Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

A Proppi deve ter como princípio a vinculação estreita com a Educação, Ciência e Tecnologia. Suas diretrizes devem embasar-se no incentivo à pesquisa no âmbito do IFAP considerando os diversos níveis de modalidade de ensino, técnicas/tecnológicas na promoção e construção do conhecimento e no engajamento de servidores em atividades de iniciação à pesquisa técnico científica, bem como garantir processo de produção científica.

Assim, considerando a necessidade premente de desenvolvimento institucional na área da Educação, Ciência e Tecnologia, a Proppi segue o que trata a legislação no que concerne às diretrizes para a pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica para os Institutos Federais contidas na Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, no art. 6º, Incisos VIII e IX, estabelece que cada Instituto deverá:

VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção, cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

E no art. 7º, Incisos III e VI, alínea d e e estabelecem:

III – realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.

VI – ministrar em nível de educação superior:

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Seguindo as recomendações da Lei nº 11.892/08, para a Pesquisa e Inovação Tecnológica, o IFAP, através por meio da Proppi, apresenta em seu Plano Estratégico as seguintes diretrizes para institucionalizar ações visando a implantação/consolidação da pesquisa e da pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) para discentes e servidores:

Articular a pesquisa em todos os níveis e modalidades de Ensino;

Regulamentar as atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação;

Consolidar a cultura de pesquisa, no contexto dos campi, contribuindo para que a pesquisa aplicada e a inovação sejam práticas permanentes como fonte de retroalimentação curricular;

Estimular a formação e consolidação de grupos de pesquisa que favoreçam o fortalecimento de áreas específicas de conhecimento, bem como a articulação entre as diversas áreas;

Estabelecer as linhas de pesquisa de interesse institucional atendendo às necessidades e às realidades da comunidade interna e externa;

Desenvolver Programas Institucionais de estímulo à Produção Científica e Tecnológica voltada para a Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;

Desenvolver ações e parcerias com diversas instituições e apoiar o relacionamento com agências de fomento visando a garantia do pleno desenvolvimento de projetos de pesquisa, pós-graduação e inovação;

Promover a cooperação técnico-científica e educacional para captação de cursos de pós-graduação aos servidores, como desenvolvimento de programas em conjunto com instituições de ensino e pesquisa, nacionais e internacionais;

Implementar um programa permanente de fomento, avaliação e acompanhamento das atividades de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, de acordo com os indicadores e com as prioridades institucionais;

Estimular a socialização e divulgação interna e externa da produção científica do IFAP, por meio da realização de eventos ou em periódicos científicos de circulação nacional e internacional;

Implantar, regulamentar, estruturar fisicamente e favorecer a captação de bolsistas para o desenvolvimento de ações do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) em conformidade com a Legislação Federal;

Apoiar e zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção dos pesquisadores, das criações, licenciamento, inovação e outras formas de tecnologia; Desenvolvimento de inovações educacionais, sociais e organizacionais em pesquisa colaborativa com outras instituições de ensino, organizações da sociedade civil e entidades governamentais, nacionais e estrangeiras.

5.7.3 Os eixos da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

5.7.3.1 Pesquisa

A atitude de pesquisar é inerente ao ser humano. É a indagação e busca pelo novo que geram conhecimentos e possibilitam o desenvolvimento tecnológico. O estudo científico tem produzido ciências e tecnologias, por meio da geração de procedimentos, produtos, métodos e estratégias para proporcionar qualidade de vida.

Os desafios contemporâneos exigem mudanças na forma de pensar e agir. A formação profissional de qualidade torna-se crucial para o pretendido desenvolvimento da sociedade. A pesquisa está inserida dentro de determinados parâmetros históricos, sociais e culturais que

contemplam uma determinada concepção de mundo, que deve ser compreendida pelos agentes que compõem a instituição. Portanto, discutir o papel da pesquisa no interior do IFAP é discutir qual o seu relacionamento com a sociedade, com o aprimoramento da ciência e, conseqüentemente, com o desenvolvimento do país.

Para isso, uma concepção que leve em conta a pesquisa como base propulsora para a educação e a produção de conhecimento, deve refletir sobre a natureza desta pesquisa, a consecução de ações pedagógicas interdisciplinares, bem como as possibilidades de financiamento que estimule e favoreça o papel determinante na produção do conhecimento.

Os programas de iniciação científica devem apresentar benefícios na oferta dos cursos, tornando-se instrumentos de estímulos e transcendendo os saberes da estrutura curricular, o desenvolvimento de competências e habilidades para a resolução de problemas e, em especial, possibilitando o aprimoramento da comunicação oral e escrita.

Para que isso ocorra em uma concepção democrática de educação, necessita de uma reflexão sobre a construção da produção científica, bem como a disseminação do conhecimento científico, na valorização do espaço escolar e não na mera transmissão do saber.

Assim, a experiência deve ser vista sob dois aspectos: em relação aos conhecimentos prévios do educando e em termos de organização e dinâmica de novas vivências. Deve ser experimentada continuamente na interação do sujeito com o mundo, alicerçado na reflexão e, a partir de uma postura subsidiada na transposição didática, o conhecimento deverá ter a devida reflexão crítica.

Diante desse contexto, a pesquisa compreende as seguintes concepções:

- a) Pesquisa Básica: está relacionada às atividades de investigação teórica e/ou experimental de novos fenômenos naturais e seus fundamentos, inclusive, quanto ao aprimoramento dos conhecimentos já existentes sobre o assunto.
- b) Pesquisa Aplicada: está relacionada às atividades que utilizam o conhecimento gerado por meio de Pesquisa Básica para resolver problemas voltados para aplicações concretas, incluindo as atividades de inovação, as quais visam contribuir para o desenvolvimento de soluções práticas na forma de produtos ou de processos, além daquelas focadas na melhoria das condições educacionais no IFAP.

5.7.3.1.1 Princípios norteadores

Pesquisa com função estratégica, perpassando todos os níveis de ensino;

Desenvolvimento de pesquisas para o atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, com impactos nos arranjos produtivos locais (APL's) e contribuição para o desenvolvimento local, regional e nacional;

Estímulo à pesquisa comprometida com a inovação tecnológica e a transferência de tecnologia;

Estímulo à pesquisa básica.

5.7.3.1.2 Objetivos

Mobilizar a comunidade interna, visando ao permanente debate sobre pesquisa científica e tecnológica para o melhor entendimento, conscientização e mobilização em relação a sua importância;

Estimular a produção do conhecimento de forma interdisciplinar, visto que a pesquisa possibilita a interlocução entre áreas do conhecimento, favorecendo novas formas de desenvolvimento dos saberes;

Desenvolver ações integradas com o Ensino e Extensão, contemplando as demandas da sociedade e estabelecendo mecanismos possíveis de inter-relação do saber acadêmico com o saber popular;

Estimular a realização de atividades de pesquisa e de inovações tecnológicas;

Organizar as atividades de pesquisa em projetos, vinculadas às linhas e grupos de pesquisa;

Estimular a formação e consolidação de grupos de pesquisa que favoreçam o fortalecimento da área específica de conhecimento, bem como a articulação entre as diversas áreas;

Implementar um programa permanente de fomento, avaliação e acompanhamento das atividades de pesquisa;

Alocar recursos para a pesquisa, de acordo com as prioridades institucionais;

Estimular a socialização e divulgação interna e externa da produção científica do IFAP;

Articular e apoiar o relacionamento com agências de fomento, de forma a garantir o pleno desenvolvimento das atividades de pesquisa para projetos de iniciação científica, especializações, mestrados e doutorados;

Estimular o estabelecimento de acordos de cooperação com universidades, instituições, organizações e redes de pesquisa, visando aprimorar a qualidade da pesquisa e a formação dos envolvidos.

5.7.3.2 Pós-Graduação

A formação quantitativa e qualitativa de profissionais especializados no campo da Educação, Ciência e Tecnologia é uma das etapas mais importantes para o amadurecimento de determinada área do conhecimento científico em qualquer país, formando um expressivo contingente de recursos humanos especializados para atuação competente no âmbito teórico e prático.

Compreende-se por pós-graduação os cursos cuja finalidade é desenvolver e aprofundar a formação acadêmica, científica, cultura ou técnico-profissional de egressos de cursos de graduação. Esse ensino constitui-se em dois formatos distintos: a pós-graduação lato sensu, caracterizada pelos cursos de aperfeiçoamento e especialização, e a pós-graduação stricto sensu, caracterizada pelos cursos de mestrado e doutorado.

a) Cursos de Pós-graduação Lato Sensu: denominados cursos de especialização, posterior a graduação, com o intuito de proporcionar uma educação continuada, cujos objetivos sejam o aprimoramento da formação acadêmica, a atualização de conteúdos e aperfeiçoamento profissional nas diferentes áreas do conhecimento destinados às dimensões do mundo do trabalho, da ciência e da tecnologia do país. A oferta desses cursos deve atender às regulamentações vigentes do MEC.

b) Cursos de Pós-graduação Stricto Sensu: a pós-graduação stricto sensu tem por objetivos fornecer formação em uma área do conhecimento, qualificando profissionais para atuarem nas atividades do magistério superior e no desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica. Essa modalidade compreende-se em dois níveis: o mestrado e o doutorado.

O mestrado visa ampliar e aperfeiçoar a competência didática, científica e profissional dos graduados. Pode ser designado de mestrado acadêmico (MA) ou mestrado profissional (MP). O MP tem como objetivo formar profissionais para atuarem no mundo do trabalho, com foco na aplicação prática do conhecimento e resolução de problemas reais do setor profissional. O MA tem por objetivo a formação voltada à pesquisa científica, a docência universitária ou o aprofundamento teórico em determinada área do conhecimento.

O doutorado, assim como o MA, visa proporcionar formação científica aprofundada, capacitando profissionais para desenvolver, de forma independente, atividades de pesquisa, bem como para atuar na formação de outros profissionais de elevada qualificação científica e técnico-profissional, dentro de uma área específica de conhecimento.

Os cursos de pós-graduação são identificados pela área do conhecimento, baseando-se nas condições e nos requisitos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

Sendo que sua oferta é uma das metas previstas neste PDI e conforme previsto na Lei nº 11.892/2008, a qual estabelece dentre outras finalidades e objetivos para os Institutos Federais: Ministrar em nível de Educação Superior cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

5.7.3.2.1 Princípios norteadores

Ensino de pós-graduação, de acordo com o plano de ofertas do PDI;

Formação de recursos humanos para os campos da Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como base o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT);

Formação de profissionais para a pesquisa aplicada, a inovação tecnológica, a transferência de tecnologia e o exercício profissional especializado em estreita observação das demandas dos Arranjos Produtivos Locais e setores produtivos regionais;

Promoção de espaços para diálogos e trocas de experiências entre os diversos atores da pesquisa a fim de divulgar a produção científica;

Incentivo a publicações científicas nas áreas de interesse institucional.

5.7.3.3 Inovação

A inovação deve ser entendida como um processo transversal que está articulado ao ensino, a pesquisa e a extensão para desenvolvimento de competências e habilidades essenciais ao mundo do trabalho, e focado na retroalimentação dos ambientes de inovação interno e externos. Nesta perspectiva, é imperativo fomentar ações no contexto da interação academia/governo/indústria/sociedade/meio ambiente (quíntupla hélice), a fim de promover o adequado alinhamento das exigências do mundo do trabalho, e para o desenvolvimento socioeconômico local. Diante disto, propomos as seguintes ações. Neste sentido, o IFAP mantém uma política de inovação alinhada ao marco legal nacional sobre propriedade intelectual, regulamentado pela Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, alterada pela Lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016 e Regulamentada pelo Decreto nº 9.283 de 07 de fevereiro de 2018, nos termos

dos Artigos 218 e 219 da Constituição Federal. Reitoria através dos órgãos sistêmicos responsáveis e as Direções-Gerais dos Campi articular-se-ão para a participação efetiva em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e Extensão tecnológica integradas ao setor produtivo, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico e a competitividade da economia local, regional e nacional. A seguir são apresentados alguns termos inerentes à qualquer instituição promotora da inovação, como é o caso do IFAP.

a) Inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho;

b) Instituição Científica e Tecnológica (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos.

c) Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): estrutura instituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação.

d) Fundação de apoio: fundação criada com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão, projetos de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e projetos de estímulo à inovação de interesse das ICTs, registrada e credenciada no Ministério da Educação e no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, nos termos da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e das demais legislações pertinentes nas esferas estadual, distrital e municipal.

e) Pesquisador público: ocupante de cargo público efetivo, civil ou militar, ou detentor de função ou emprego público que realize, como atribuição funcional, atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

f) Inventor independente: pessoa física, não ocupante de cargo efetivo, cargo militar ou emprego público, que seja inventor, obtentor ou autor de criação.

g) Desenvolvimento tecnológico: desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos com o objetivo de integrar os esforços para gerar inovação.

h) Parque tecnológico: complexo planejado de desenvolvimento empresarial e tecnológico, promotor da cultura de inovação, da competitividade industrial, da capacitação empresarial e da promoção de sinergias em atividades de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, entre empresas e uma ou mais ICTs, com ou sem vínculo entre si.

i) Pólo tecnológico: ambiente industrial e tecnológico caracterizado pela presença dominante de micro, pequenas e médias empresas com áreas correlatas de atuação em determinado espaço geográfico, com vínculos operacionais com ICT, recursos humanos, laboratórios e equipamentos organizados e com predisposição ao intercâmbio entre os entes envolvidos para consolidação, marketing e comercialização de novas tecnologias.

j) Extensão tecnológica: atividade que auxilia no desenvolvimento, no aperfeiçoamento e na difusão de soluções tecnológicas e na sua disponibilização à sociedade e ao mercado

k) Ambientes promotores da inovação: espaços propícios à inovação e ao empreendedorismo, que constituem ambientes característicos da economia baseada no conhecimento, articulam as empresas, os diferentes níveis de governo, as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, as agências de fomento ou organizações da sociedade civil.

l) Prestação de serviço: toda atividade complementar às funções de ensino, pesquisa e extensão solicitadas por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, por meio de convênios de cooperação, contratos ou por oferta da Instituição;

m) Serviços tecnológicos especializados: abrange consultorias, estudos e pesquisas voltados para disseminação do conhecimento gerado dentro da ICT;

Transferência de tecnologia: outorga de direito de uso ou de exploração de criação desenvolvida por uma ICT isoladamente ou por meio de parceria.

n) Propriedade Intelectual: são os direitos assegurados por leis específicas inerentes ou relativos à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico, com os seguintes grupos e seus objetos:

I. Direito autoral

a) Direitos do Autor.

b) Direitos Conexos.

c) Programa de Computador.

II. Propriedade Industrial

- a) Marca.
- b) Patente.
- c) Desenho Industrial.
- d) Indicação Geográfica.
- e) Segredo Industrial.
- f) Repressão à Concorrência Desleal.

III. Proteção Sui Generis

- a) Topografia de Circuito Interno.
- b) Cultivares.
- c) Conhecimento Tradicional.

O principal instrumento para a coordenação da política de inovação tecnológica e transferência de tecnologia do IFAP é o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT). Trata-se de um órgão vinculado à Proppi e tem por finalidade promover a adequada proteção às invenções geradas no âmbito do IFAP, bem como o desenvolvimento de políticas de incentivo à cultura da inovação. Desta forma, o NIT/IFAP enquanto setor executor desta política, possui como objetivos:

- I. promover e zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia.
- II. avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa.
- III. avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 22 da Lei Nº 10.973 de 2004 e suas alterações.
- IV. opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição.
- V. opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual.
- VI. acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição.
- VII. desenvolver estudos de prospecção tecnológica e de inteligência competitiva no campo da propriedade intelectual, de forma a orientar as ações de inovação do IFAP.
- VIII. desenvolver estudos e estratégias para a transferência de inovação gerada pela IFAP.
- IX. promover e acompanhar o relacionamento do NIT/IFAP com empresas, em especial para as atividades previstas nos arts. 6º a 9º da Lei Nº 10.973 de 2004 e suas alterações.

X. avaliar acordos, contratos ou convênios a serem firmados entre o IFAP e instituições públicas ou privadas, que tenham relação direta com o processo de inovação tecnológica.

XI. promover as ações de transferência de tecnologia e licenciamento mediante celebração de instrumentos contratuais, com a aprovação do(a) reitor(a).

5.7.3.3.1 Princípios norteadores

I. promover a cultura de gestão da propriedade intelectual e zelar pela adequada proteção das inovações geradas pela comunidade interna e externa (patentes, marcas, direitos autorais, transferência de tecnologia etc.);

II. definir as ações de inovação tecnológica nas esferas da ciência e da tecnologia em alinhamento com os campos do saber;

III. promover a disseminação da inovação tecnológica, da cultura empreendedora e da propriedade intelectual, nos diferentes níveis de ensino, pesquisa e extensão;

IV. estabelecer diretrizes e regras quanto ao processo de inovação tecnológica: criação e transferência de tecnologias, licenciamento, produção, distribuição e exploração;

V. fomentar a inovação em âmbito científico e tecnológico e o desenvolvimento de projetos de cooperação, visando à geração de produtos e processos inovadores;

VI. fomentar a criação, a expansão e viabilizar o acesso a ambientes de inovação por meio de incubadoras, empresas juniores e parques tecnológicos; startups, spin-off, aceleradoras, ICT, entidades representativas dos setores público e privado e afins;

VII. fomentar e estabelecer parcerias e buscar financiamento junto a órgãos governamentais, empresas e outras instituições da sociedade, para o desenvolvimento da inovação;

VIII. regular o uso compartilhado de laboratórios, instrumentos, materiais e instalações, no âmbito do IFAP, por pesquisadores e instituições externas, em suporte à atividade de pesquisa científica e tecnológica interna ou externa e à extensão tecnológica;

IX. fomentar e regular a transferência de tecnologia e inventos, oriundos de pesquisa do IFAP, ao setor produtivo local, nacional ou estrangeiro.

X. realizar parcerias com empresas para projetos cooperados de pesquisa aplicada à inovação; XI. apoiar, incentivar e integrar os inventores independentes às atividades da Instituição e ao sistema produtivo;

XII. apoiar e incentivar os pesquisadores através de mecanismos de estímulo à pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio de pesquisadores e atividades de ensino em temas correlacionados à inovação;

XIII. apoiar e incentivar a participação em Programas Prioritários para investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação da região.

5.7.4 Ações da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Diante de tudo que foi exposto, o planejamento estratégico do IFAP, por meio da Proppi, implementa ações para viabilizar um modelo de gestão eficiente da pesquisa, da pós-graduação e da inovação que vise maximizar os recursos materiais, humanos e financeiros de modo a ampliar esses três eixos, além de favorecer o aumento de sua aplicabilidade social. Dessa forma, o IFAP deve empreender ações que considerem os seguintes aspectos:

Autonomia como condição sine qua non para a prática da pesquisa e da inovação tecnológica.

Financiamento realizado com recursos próprios e por agências governamentais, tais como Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP).

Concessão de bolsas de incentivo à pesquisa e inovação tecnológica para discentes e docentes.

Formulação de propostas interdisciplinares que incentivem ações científicas e críticas em qualquer momento do processo pedagógico.

Incentivo às pesquisas aplicadas que visem novas tecnologias.

Manutenção de biblioteca com acervo apropriado às práticas de pesquisa e inovação, vinculados ao ensino e à extensão, com acesso às tecnologias de comunicação e inovação.

Incentivo à divulgação dos resultados da pesquisa científica no âmbito local, nacional e internacional.

Realização de eventos acadêmicos que reúnam pesquisadores nacionais e estrangeiros para a troca de experiências e integração.

Departamentos de Pesquisa dos campi (ou equivalentes) e Comitês de Ética em Pesquisa com a finalidade de autorizar e acompanhar o desenvolvimento dos projetos de pesquisa e inovação.

Implantação e implementação de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu e, ainda, assinaturas de termos de cooperação e de convênios para ofertas de vagas de mestrado e doutorado.

5.8 Política da extensão

A Extensão é o processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá e a sociedade, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Dentre as finalidades e características atribuídas aos Institutos Federais na Lei nº 11.892, os incisos VII, VIII e IX do art. 6º estabelecem:

VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Em suas finalidades observa-se o estabelecimento de uma relação transformadora com a sociedade. Nesse sentido, as ações de extensão surgem como laços entre as demandas sociais, o ensino e a pesquisa, se relacionando com as necessidades socioeconômicas e culturais no diálogo permanente com os conhecimentos produzidos pela sociedade.

O art. 7, que explicita os objetivos dos Institutos Federais, em seu inciso IV, aborda de maneira mais direta a extensão, afirmando que é objetivo do instituto federal desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. O inciso V complementa o anterior, enfocando a necessidade de se estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Se constituem como objetivos da Extensão:

Promover a cultura da educação para a convivência, o respeito às diferenças, a inclusão, permanência e saída exitosa das pessoas com necessidades educacionais específicas para o mundo do trabalho, buscando a quebra de todas as barreiras sejam elas atitudinais, emocionais, psicológicas, físicas e sociais, visando o fortalecimento da Ação Humanística Inclusiva Institucional.

Atuar no fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.

Desenvolver projetos de extensão tecnológica que promovam a geração de novas tecnologias, incluindo a promoção, produção e transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Incentivar a cultura empreendedora e a manifestação criativa entre alunos, egressos, servidores, docentes, estimulando a criação de negócios inovadores nas diversas áreas do saber, objetivando uma formação acadêmica ampla, ética, social e ambientalmente responsável.

Promover a realização e a formalização de cursos de extensão voltados aos profissionais já inseridos no mundo de trabalho para fortalecer a conexão da comunidade acadêmica com os desafios profissionais com vistas à inovação de produtos, processos e métodos de gestão de organizações públicas e privadas locais;

5.9 Política de assistência estudantil

A assistência estudantil, é uma política social que perpassa tanto pela política de educação, quanto no campo da assistência social, transitando em todas as áreas dos direitos humanos e abrange ações que compreendem desde as questões de saúde, como também questões pedagógicas, de acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros. A assistência estudantil, é considerada como um mecanismo de direito social, tendo como desígnio fornecer os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação das barreiras que impedem o bom desempenho escolar, permitindo que o discente se desenvolva bem durante o curso e que obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula.

Para a garantia desse direito existem diversas legislações que fazem referência a favor dessa política no contexto dos direitos sociais e da cidadania, tais como: a Constituição de 88 que traz em sua estrutura, o artigo 206, ratificando que é dever do Estado assegurar a permanência dos estudantes nas instituições de ensino; sendo confirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Nº. 9.394/1996, a qual contém dispositivos que amparam a assistência estudantil, entre os quais se destaca:

Artigo 3º - O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...].

E para efetivação do referido direito, instituiu-se o decreto, 7.234 em 19 de julho de 2010, o qual trata sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, trazendo em seu art. 2º o objetivo do programa, bem como no art. 5º o perfil dos estudantes para qual o programa foi destinado.

(...)

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010)

A partir da publicação do Decreto nº 7.234, de 19 de junho de 2010, o IFAP elaborou suas ações com vistas ao atendimento de estudantes matriculados em todos os níveis e modalidades de ensino, tendo por finalidade trabalhar os aspectos educacionais e biopsicossociais que interferem no processo educativo, de forma a minimizar dificuldades e favorecer a permanência e êxito desses estudantes, contribuindo, desta forma, para o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, princípio estabelecido na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Nesta perspectiva, em 2017 através da Resolução de número 104 de 27 de novembro de 2017, o Conselho Superior do IFAP aprovou a Regulamentação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP e atualizada em 2019, através da na Resolução N° 31/2019 Consup/Ifap de 22 de março de 2019.

A política de assistência estudantil do IFAP, caracteriza-se como um conjunto de diretrizes e procedimentos que orientam a elaboração e implementação de ações voltadas ao atendimento de estudantes regularmente matriculados nos cursos da instituição, visando contribuir para a sua permanência e êxito na perspectiva da melhoria do desempenho escolar, qualidade de vida e inclusão social.

São usuários da Política de Assistência Estudantil do IFAP os estudantes regularmente matriculados e frequentes nos cursos oferecidos pelo IFAP nas modalidades: Ensino Técnico de Nível Médio nas formas: integrada, subsequente, concomitante e PROEJA, Cursos Superiores de Graduação (licenciatura, bacharelado e tecnólogo) e Cursos de Formação Inicial e Continuada nas modalidades presencial e a distância, que preencham os requisitos estabelecidos em cada programa.

A Política de Assistência Estudantil – PAE, atende ao Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES no âmbito do IFAP é regida pelos seguintes princípios:

- I. afirmação da educação técnica e tecnológica como uma política de Estado;
- II. Gratuidade de ensino;
- III. Universalização da assistência ao estudante;
- IV. Democratização do acesso às ações de assistência estudantil com divulgação dos critérios de participação, dos auxílios, serviços, programas e projetos, bem como dos recursos oferecidos pela instituição;
- V. busca pela igualdade de condições de permanência e êxito dos estudantes;
- VI. Garantia da qualidade dos serviços prestados aos estudantes;
- VII. Orientação humanística para a formação cidadã;
- VIII. Supremacia do atendimento às necessidades socioeconômicas e pedagógicas;
- IX. Defesa da justiça social e respeito à diversidade e

X. pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade como valor ético central nas relações interpessoais.

E tem por objetivo democratizar as condições de permanência e a saída com êxito dos estudantes, na perspectiva de contribuir para a produção de conhecimento e melhoria do desempenho no processo formativo, para a qualidade de vida familiar e comunitária e para a equidade e justiça social.

As várias ações da Assistência Estudantil nos Campi são regidas por editais que contemplam estudantes regularmente matriculados nos diferentes níveis e modalidades de ensino e que estejam em situação de vulnerabilidade social. O atendimento desse estudante é realizado por Departamento ou Setores de Assistência Estudantil.

As ações da Assistência Estudantil, são definidas por cada *campus*, atendendo às especificidades e às necessidades de seus discentes, em consonância com a Resolução vigente e contemplam as seguintes áreas:

- moradia estudantil;
- alimentação;
- transporte;
- atenção à saúde;
- inclusão digital;
- cultura;
- esporte;
- creche;
- apoio pedagógico;
- acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades de superdotação.

No entanto, considerando que todos os discentes, são usuários da assistência estudantil, a política do IFAP prever áreas universais, voltadas com programas que contemplam ações que visam o acompanhamento Social, Pedagógico, Psicológico dos estudantes, bem como a promoção à saúde, o incentivo à cultura, esporte, lazer, do Incentivo à Participação Político Acadêmica e do Desenvolvimento Técnico-Científico.

5.10 Políticas e práticas da Educação a Distância

As políticas de Educação a Distância (EaD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) têm sido definidas por uma busca constante de ampliar o acesso à educação de qualidade no estado. Para atingir esse objetivo, o IFAP tem adotado diversas estratégias e ações ao longo dos anos.

Uma das principais políticas de EaD do IFAP tem sido uma parceria com o governo do estado do Amapá, que se tornou o demandante das vagas para os cursos oferecidos na modalidade EaD. Essa parceria foi fundamental para o início das atividades de EaD na instituição, viabilizando a oferta dos primeiros cursos no campus Macapá.

A participação na Rede e-Tec Brasil, um programa do governo federal, também foi uma estratégia importante para ampliar a oferta de cursos técnicos a distância. Essa parceria possibilitou a abertura de polos de apoio em diferentes municípios, como Laranjal do Jari, Tartarugalzinho, Cutias do Araguari e Santana. O IFAP expandiu suas ações, diversificando a oferta de cursos técnicos nas áreas de Serviços Públicos, Segurança do Trabalho, Manutenção e Suporte de Informática e Informática para Internet.

A abertura de novos polos em municípios do estado, como Porto Grande e Pedra Branca do Amapari, expandiu ainda mais a presença da EaD do IFAP, proporcionando oportunidades de formação técnica e tecnológica a locais que não tinham acesso a cursos presenciais de ensino superior e técnico.

Além disso, o IFAP distribuiu a oferta de cursos de pós-graduação, ampliando as oportunidades de formação na modalidade EaD. Esses cursos, como Educação de Jovens e Adultos da Educação Profissionalizante e Educação de Jovens e Adultos da Diversidade Social, demonstram o compromisso da instituição em atender às necessidades da comunidade e promover a inclusão social por meio da educação.

Neste sentido, a UAB desempenha também um papel estratégico na política de Educação a Distância do IFAP, expandindo o acesso a cursos de graduação e pós-graduação em regiões de difícil alcance para a educação presencial. Além disso, a parceria fortalece a capacitação de professores, estimula a pesquisa e contribui para a promoção do conhecimento na região.

As políticas de EaD do IFAP têm sido respaldadas pelo compromisso de transporte de barreiras geográficas, oferecer educação profissional de qualidade, democratizar o acesso às tecnologias educacionais e promover a formação em EaD para os servidores e membros da comunidade

acadêmica. A instituição também incentiva os docentes a desenvolverem materiais didáticos para a EaD e cursos presenciais, reforçando seu compromisso com a educação de qualidade.

Hoje o IFAP busca a valorização da EAD, a partir do fortalecimento do Departamento de Ensino a Distância (DEaD), da Coordenação de Ensino a Distância (COEAD) que têm um papel central na articulação, planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de EaD. Essas políticas visam aprimorar a oferta de cursos e programas à distância, garantindo que atendem às necessidades locais e regionais.

As políticas de Educação a Distância (EaD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) exigem uma estruturação mais sólida para atender à demanda crescente e garantir uma qualidade educacional. Isso implica na ampliação da estrutura física e do corpo de colaboradores capacitados, tanto na área docente quanto no suporte técnico-administrativo, a fim de garantir a eficiência e eficácia dos cursos EaD.

É fundamental delegar coordenações de cursos a distância em unidades específicas, garantindo uma gestão mais próxima das necessidades locais e possibilitando uma oferta mais diversificada e adaptada à realidade de cada região. Além disso, é necessário unificar a gestão de cursos a distância, buscando maior integração e padronização dos processos, materiais e metodologias, promovendo uma experiência de aprendizagem mais consistente para os estudantes.

A institucionalização das políticas de EaD e a criação de regulamentações específicas são passos cruciais para definir diretrizes claras, normas de qualidade e procedimentos que orientem o desenvolvimento e a gestão dos cursos EaD no IFAP. Essas políticas devem abordar questões como a formação de professores, a infraestrutura tecnológica, a avaliação de cursos e a garantia de acessibilidade, garantindo que a EaD seja uma modalidade de ensino de excelência no instituto.

Em resumo, as políticas de EaD do IFAP têm se pautadas pelo compromisso com a qualidade do ensino público, pela inclusão social e pela democratização do acesso à educação de qualidade no estado do Amapá. O IFAP tem contribuído significativamente para a expansão da EaD na região, oferecendo oportunidades de formação e desenvolvimento profissional a um público diversificado e em diferentes localidades. O compromisso do IFAP com a Educação a Distância tem sido fundamental para promover a educação de qualidade e a inclusão social no estado.

A) Princípios

Os princípios da Educação a Distância (EaD) em harmonia com os princípios e regulamentos do IFAP visam:

- garantir o direito à educação pública e gratuita, com ênfase na qualidade;
- promover o acesso democrático, considerando as políticas de inclusão;
- incentivar a igualdade de condições e direitos, abrangendo políticas de diversidade e inclusão;
- valorizar as diversas realidades regionais, sociais e culturais;
- flexibilizar os tempos e espaços de ensino e aprendizagem;
- fornecer uma abordagem verticalizada do ensino;
- respeitar uma variedade de concepções pedagógicas;
- integrar o ensino, pesquisa, extensão e inovação.

B) Diretrizes

As diretrizes da Educação a Distância (EaD) estão em sintonia com o IFAP e têm como objetivo:

- Oferecer cursos em todos os níveis e modalidades;
- Garantir a formação inicial e contínua da equipe, além de promover a capacitação dos demais servidores do IFAP para atuarem na EaD;
- Assegurar as condições mínimas necessárias para oferecer cursos de qualidade, tanto em termos de equipe técnico-pedagógica quanto de infraestrutura;
- Propor ações para consolidar e expandir sustentavelmente a EaD no âmbito do IFAP;
- Estimular a oferta de disciplinas na modalidade EaD nos cursos presenciais, em consonância com a legislação vigente;
- Incluir a modalidade EaD na formação inicial e contínua dos professores;
- Garantir que os estudantes se familiarizem com o modelo tecnológico utilizado pela EaD;
- Estabelecer um Núcleo de EaD em cada campus, responsável por acompanhar as atividades da modalidade nos polos vinculados aos campi;
- Consolidar um fórum sobre EaD, envolvendo o IFAP e parceiros, com o objetivo de ampliar o debate sobre essa modalidade educacional;
- Apoiar a implementação de programas, projetos e cursos na área da educação à distância (EaD);

- Propor projetos e cursos para melhorar a qualidade do ensino (nivelamento, aperfeiçoamento e certificação), bem como desenvolver estratégias para combater a evasão e a retenção de alunos no IFAP;
- Propor a adequação de todas as normas e documentos institucionais que, porventura, não abranjam a EaD, mas sejam necessários.

5.12 Acessibilidade a pessoas com necessidades específicas

A inclusão de pessoas com necessidades específicas deve abranger todos os servidores, os setores, a comunidade interna e externa do IFAP. É algo amplo e que envolve os diversos segmentos e ambientes institucionais, devendo perpassar pelo bem-estar dos servidores e pelo acesso, ingresso, permanência e sucesso dos estudantes.

A Coordenação de Ações Inclusivas e Diversidade (COAID), vinculada à Reitoria, tem como objetivo fortalecer as políticas afirmativas de inclusão e diversidade no Instituto, além de incentivar e promover o desenvolvimento de projetos e ações de inclusão que visem o acesso, o ingresso, a permanência e êxito dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Nas unidades, as ações inclusivas e o acompanhamento dos estudantes são geridos pela Coordenação de Políticas Educacionais Inclusivas (COPEI) onde está inserido o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) que, em articulação com os demais setores, visa uma política de educação inclusiva, e garante às pessoas com necessidades educacionais específicas o recebimento de uma educação centrada no respeito e valorização das diferenças, satisfazendo as necessidades de todos, sejam quais forem as suas características físicas, psicológicas ou sociais. Promove também ações afirmativas e de apoio aos setores administrativos e pedagógicos àqueles que necessitem de atendimento especializado e específico.

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas, Povos da Floresta e Comunidade LGBTQIA+ (NEABI+) das unidades tem natureza propositiva e consultiva para estimular e promover ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas à temática das identidades e relações étnico-raciais, no tocante às questões da diversidade na perspectiva dos princípios multiculturais, tendo como escopo o fomento a estudos e desenvolvimento de ações de valorização das identidades afro e indígenas, no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, traz os direitos fundamentais da Pessoa com Deficiência abrangendo todos os aspectos da vida, inclusive o direito à igualdade de oportunidades (Art. 4) e à educação (Art. 27).

(...)

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

(...)

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Para garantia desses direitos, é essencial que o Instituto seja um ambiente acessível e inclusivo. Por acessibilidade, a Lei 13.146 define como “é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.”.

Toda a comunidade interna do IFAP deve trabalhar para dirimir as barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas que as pessoas com necessidades específicas possam encontrar no ambiente educacional. Essas barreiras são definidas pela Lei 13.146 como “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição

e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.”

5.12 Políticas de Estágio e/ou Prática Profissional

O estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando os cursos de ensino regular no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá. O estágio consiste em atividade pedagógica cujo propósito está em conformidade com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, devendo:

- ser realizado sob a responsabilidade e coordenação da instituição de ensino, nos termos da legislação vigente;
- proporcionar experiência acadêmico-profissional que vise à preparação para o trabalho produtivo;
- oportunizar o aprendizado de competências da atividade profissional e a contextualização curricular;
- preparar o aluno para a cidadania e para o mundo do trabalho.

O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do Projeto Pedagógico do Curso.

É considerado Estágio Obrigatório aquele definido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) como tal, com carga horária determinada, também, pelo Projeto Pedagógico do Curso, como pré-requisito para sua aprovação e obtenção de diploma.

5.13 Atividades Complementares

Os cursos da Educação Profissional e do Superior preveem o aproveitamento de experiências extracurriculares como Atividades Complementares com o objetivo de enriquecer a qualificação acadêmica e profissional dos estudantes. Estas atividades vinculam-se ao “Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular” apontado na Resolução CNE/CP Nº 2/2015 ou ao “Núcleo de Estudos Integradores”, conforme Res. CNE/ CP Nº 1/2006, e objetivam promover a flexibilização curricular, permitindo a articulação entre teoria e prática, além de estimular a educação continuada dos egressos.

Com a função de enriquecer os processos de ensino e de aprendizagem, as Atividades Complementares devem ser cumpridas pelo estudante desde o seu ingresso no curso, totalizando

a carga horária estabelecida na matriz curricular, em conformidade com o perfil de formação previsto no Projeto Pedagógico de Curso. Essas atividades são classificadas em diferentes categorias (seminários, projetos de pesquisa, projetos integrados, projetos de extensão, programas de iniciação científica, participação em congressos e demais eventos), pois asseguram a interdisciplinaridade e a articulação do Ifap com o mundo social e do mercado de trabalho.

As Atividades Complementares estimulam práticas de estudo independente e a vivência de experiências formativas particularizadas, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno. A integralização da carga horária destinada às Atividades Complementares é resultante do desenvolvimento de variadas atividades selecionadas e desenvolvidas pelo aluno ao longo de todo seu percurso formativo.

Desse modo, as Atividades Complementares podem ser desenvolvidas nas dependências do instituto, em outras Instituições de Ensino, ou em programações oficiais promovidas por outras entidades, desde que reconhecidas pelo Colegiado, Coordenação de Curso ou Núcleo Docente Estruturante.

5.14 Diretrizes para a formulação de indicadores de gestão e desempenho.

Os Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cumprem o subitem 9.3.2 do Acórdão nº 2.267/2005-TCU/Plenário:

Acórdão n.º 2.267/2005-TCU/Plenário:

(...)

9.3. Recomendar à Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) que:

(...)

9.3.2. inclua, no relatório de gestão das contas anuais, apreciação crítica sobre a evolução dos dados (indicadores e componentes) constantes do subitem 9.1.1 deste Acórdão, com base em análise consolidada das informações apresentadas pelas Ifets, destacando aspectos positivos e oportunidades de melhoria do sistema de rede de instituições federais de ensino tecnológico;

Considerando a importância das ações de governo na busca para a melhoria da qualidade da educação brasileira e no desenvolvimento social do País, são fundamentais a construção e a ampla utilização de medidas de desempenho que expressem o grau de alcance das metas e objetivos estabelecidos. Para tanto, é preciso o estabelecimento de indicadores que expressem a ampliação da oferta e a melhoria da eficiência e da eficácia das instituições federais de educação profissional, buscando o atendimento das metas estabelecidas nos planos de ações além dos indicadores já estabelecidos nos Acórdãos nº 2.267/2005 – TCU/Plenário, nº 104/2011 – TCU/Plenário e nº 2.508/2011 – TCU – 1ª Câmara.

Desta forma, para efeito da geração e análise dos indicadores para o relatório de gestão, os indicadores estabelecidos nos acórdãos devem ser gerados e analisados pelas Instituições da Rede Federal de Ensino de forma a possibilitar confiabilidade e comparabilidade. Para isso torna-se indispensável que a fonte de dados utilizada seja a mais fidedigna possível. Sendo assim, os indicadores são extraídos de fontes confiáveis, tais como:

Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP) e Plataforma Nilo Peçanha (PNP).

Na Rede Federal de Educação Científica, Profissional e Tecnológica esses indicadores estão disponibilizados com amplo acesso ao público na Plataforma Nilo Peçanha, podendo ser consultado em <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>.

Os indicadores de desempenho representam algum aspecto ou característica da realidade que se pretende avaliar, qualificar, quantificar, analisar e pontuar. Deverão ser criados grupos de indicadores que permitam avaliar o desempenho da instituição no ensino, na pesquisa, na extensão, na assistência, na gestão e nos demais eixos. Esses indicadores deverão estar discriminados no Plano de Desenvolvimento Institucional, observadas as especificidades, e com os parâmetros e dimensões idealizados para contemplar uma visão sistêmica e orgânica da Instituição, nas suas mais diversas nuances, visando estabelecer mecanismos que possam favorecer o controle das ações da Instituição e seu caminhar na direção dos objetivos estratégicos, metas e projetos institucionais.

O uso dos indicadores de processos se adequa ao ciclo PDCA em decorrência do ciclo de gerenciamento de processos pela melhoria contínua. Em uma primeira etapa definem-se os indicadores, para, posteriormente, aferir-se os resultados. Em seguida os dados são analisados

para proposição de medidas corretivas, preventivas ou a proposta de investigação de melhorias em um novo ciclo de gerenciamento do processo.

De uma forma geral, a elaboração de indicadores pode ser assim esquematizada:

- Alinhamento de objetivos;
- Estruturação do indicador;
- Validação do indicador (teste dos atributos do processo);
- Seleção do indicador.

5.15 Avaliação do Projeto Político-Pedagógico Institucional

A Avaliação do Projeto Pedagógico Institucional, como parte de uma cultura de avaliação em construção, deve ser permanente, contínua e contemplar suas interações com o Planejamento Estratégico da Instituição e com o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Essa avaliação precisa ter a participação dos docentes, dos discentes, dos servidores técnico-administrativos e da comunidade externa e deverá ser conduzido pelo setor responsável pelo desenvolvimento institucional, e deverá referenciar-se nos macros objetivos estratégicos do IFAP, relacionando-os com às dimensões vinculadas à sua Missão, à sua Visão, aos seus Valores e às suas Finalidades, bem como à perspectiva científica, cultural e pedagógica, de responsabilidade social, de comunicação com a sociedade, de gestão de pessoas, de organização e de gestão institucional, de infra-estrutura física e recursos de apoio, de política de atendimento aos estudantes e de sua sustentabilidade financeira. Obedecendo aos princípios da transparência, os resultados deste processo deverão ser socializados, sendo inclusive disponibilizados em diferentes meios de comunicação para ampla divulgação.

6. PLANO DE OFERTAS DE VAGAS

As informações apresentadas a seguir, são frutos de ampla discussão realizada nos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, consolidadas por um Grupo de Trabalho instituído pela Pró-Reitoria de Ensino, com representantes dos departamentos de ensino de cada unidade do IFAP, com a participação conjunta das Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e Diretoria Sistêmica de Educação a Distância, que culminaram no Plano de Ofertas de vagas no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Entre as atribuições das Pró-Reitoria de Ensino, de Extensão e de Pesquisa Inovação e Pós-Graduação, está atuação no planejamento estratégico e operacional do IFAP, com vista a

subsidiar a definição das prioridades educacionais dos Campi, articulando o fortalecimento do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, zelando pela garantia da qualidade na oferta dos serviços levando em conta os arranjos produtivos locais, as eventuais alterações das demandas e oportunidades regionais, respeitando os percentuais de oferecimento de vagas estabelecidos pela lei de criação dos Institutos Federais e os indicadores pactuados no Termo de Acordo de Metas e Compromissos IFAP/MEC. Assim sendo, o efetivo oferecimento dos cursos elencados neste capítulo, deverão passar por avaliação do Colégio de Dirigentes do IFAP e atender plenamente aos quesitos supracitados.

6.1 Eixos Tecnológicos ofertados pelo Instituto Federal do Amapá

6.1.1 Ambiente e Saúde

O eixo tecnológico de AMBIENTE E SAÚDE compreende tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação e utilização da natureza, desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde. Abrange ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco, programas de educação ambiental. Tais ações vinculam-se ao suporte de sistemas, processos e métodos utilizados na análise, diagnóstico e gestão, provendo apoio aos profissionais da saúde nas intervenções e no processo saúde—doença de indivíduos, bem como propondo e gerenciando soluções tecnológicas mitigadoras e de avaliação e controle da segurança e dos recursos naturais. Pesquisa e inovação tecnológica, constante atualização e capacitação, fundamentadas nas ciências da vida, nas tecnologias físicas e nos processos gerenciais, são características comuns deste eixo.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: biossegurança, leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; empreendedorismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação e políticas públicas; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: Laranjal do Jari

6.1.2 Desenvolvimento Educacional e Social

O eixo tecnológico de DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL compreende tecnologias relacionadas a atividades sociais e educativas. Abrange planejamento, execução, controle e avaliação de ações sociais e educativas; construção de hábitos saudáveis de preservação e manutenção de ambientes e patrimônios, de respeito às diferenças interculturais e de promoção de inclusão social; integração de indivíduos na sociedade; e a melhoria de qualidade de vida.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; estatística e raciocínio lógico; ciência e tecnologia; tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação e políticas públicas; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: Pólo em EAD do Município do Amapá

6.1.3 Gestão e Negócios

O eixo tecnológico de GESTÃO E NEGÓCIOS compreende tecnologias associadas a instrumentos, técnicas, estratégias e mecanismos de gestão. Abrange planejamento, avaliação e gestão de pessoas e de processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações e instituições públicas ou privadas, de todos os portes e ramos de atuação; busca da qualidade, produtividade e competitividade; utilização de tecnologias organizacionais; comercialização de produtos; e estratégias de marketing, logística e finanças.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; estatística e raciocínio lógico; línguas estrangeiras; ciência e tecnologia; tecnologias sociais e empreendedorismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: *Campi* Laranjal do Jari, Macapá, Porto Grande, Santana, Campus Avançado do Oiapoque, Centro de Referência em EAD de Pedra Branca do Amapari e Pólo em EaD do Município do Amapá.

6.1.4 Informação e Comunicação

O eixo tecnológico de INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO compreende tecnologias relacionadas a infraestrutura e processos de comunicação e processamento de dados e informações. Abrange concepção, desenvolvimento, implantação, operação, avaliação e manutenção de sistemas e tecnologias relacionadas à informática e às telecomunicações; especificação de componentes ou equipamentos; suporte técnico; procedimentos de instalação e configuração; realização de testes e medições; utilização de protocolos e arquitetura de redes; identificação de meios físicos e padrões de comunicação; desenvolvimento de sistemas informatizados; e tecnologias de comutação, transmissão e recepção de dados.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; estatística e raciocínio lógico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; empreendedorismo; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: *Campi* Laranjal do Jari, Macapá e Santana.

6.1.5 Infraestrutura

O eixo tecnológico de INFRAESTRUTURA compreende tecnologias relacionadas à construção civil e ao transporte. Abrange planejamento, operação, manutenção, proposição e gerenciamento de soluções tecnológicas para obras civis, topografia, geotécnica, hidráulica, recursos hídricos, saneamento, transporte de pessoas e bens e controle de trânsito e tráfego.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; estatística e raciocínio lógico; desenho técnico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; empreendedorismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade e produtividade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta.: *Campus* Macapá

6.1.6 Produção Alimentícia

O eixo tecnológico de PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA compreende tecnologias relacionadas ao beneficiamento e à industrialização de alimentos e de bebidas. Abrange planejamento, operação, implantação e gerenciamento de processos físicos, químicos e biológicos de elaboração ou

industrialização de produtos de origem vegetal e animal; aquisição e otimização de máquinas e implementos; análise sensorial; controle de insumos e produtos; controle fitossanitário; distribuição e comercialização.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade e produtividade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: *Campus Macapá*

6.1.7 Produção Cultural e Design

O eixo tecnológico de PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN compreende tecnologias relacionadas a representações, linguagens, códigos e projetos de produtos, mobilizadas de forma articulada às diferentes propostas comunicativas aplicadas. Abrange criação, desenvolvimento, produção, edição, difusão, conservação e gerenciamento de bens culturais e materiais, ideias e entretenimento aplicadas em multimeios, objetos artísticos, rádio, televisão, cinema, teatro, ateliês, editoras, vídeo, fotografia, publicidade e projetos de produtos industriais.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico e estético; ciência e tecnologia; tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação e políticas públicas; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: *Campus Santana*

6.1.8 Produção Industrial

O eixo tecnológico de PRODUÇÃO INDUSTRIAL compreende tecnologias relacionadas a sistemas de produção, técnicas e tecnologias de processos físico-químicos e relacionados à transformação de matéria-prima e substâncias, integrantes de linhas de produção. Abrange planejamento, instalação, operação, controle e gerenciamento de tecnologias industriais; programação e

controle da produção; operação do processo; gestão da qualidade; controle de insumos; e aplicação de métodos e rotinas.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade e produtividade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: *Campus Macapá*

6.1.9 Recursos Naturais

O eixo tecnológico de RECURSOS NATURAIS compreende tecnologias relacionadas a extração e produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção de recursos naturais e utilização de tecnologias de máquinas e implementos.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação e políticas públicas; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: *Campus Laranjal do Jari, Porto Grande e Centro de Referência em EaD de Pedra Branca do Amapari*

6.1.10 Segurança

O eixo tecnológico de SEGURANÇA compreende tecnologias relacionadas à infraestrutura e aos processos de prevenção e proteção de indivíduos e patrimônio. Abrange segurança pública, segurança privada, defesa social e civil e segurança do trabalho.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; ciência e tecnologia e inovação; empreendedorismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas

técnicas; saúde e segurança no trabalho; cidadania e direitos humanos; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: *Campus Macapá*

6.1.11 Turismo Hospitalidade e Lazer

O eixo tecnológico de TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER compreende tecnologias relacionadas aos processos de recepção, viagens, eventos, gastronomia, serviços de alimentação e bebidas, entretenimento e interação. Abrange planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes ao turismo, hospitalidade e lazer, integradas ao contexto das relações humanas em diferentes espaços geográficos e dimensões socioculturais, econômicas e ambientais. A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; historicidade e cultura; línguas estrangeiras; ciência, tecnologia e inovação; tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: *Campus Avançado do Oiapoque*

6.2 Percentuais mínimos legais

Considerando a Lei de nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais e dá outras providências, o Instituto Federal do Amapá, garantirá neste Plano de Desenvolvimento Institucional, a oferta de pelo menos 50% das vagas dos Institutos Federais em cursos técnicos de nível médio e pelo menos 20% em cursos destinados a licenciaturas e formação de professores. Considerando o DECRETO de Nº 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006, que institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, o Instituto Federal do Amapá, garantirá neste Plano de Desenvolvimento Institucional, a oferta de pelo menos 10% do total de vagas disponíveis ao longo do ano, para Jovens e Adultos que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos na idade regular, priorizando os candidatos que estão a mais tempo afastados da sala de aula e/ou mais idade.

Considerando o Plano de Logística Sustentável do IFAP – PLS, aprovado pelo Conselho Superior através das Resolução de nº 25/2017/CONSUP/IFAP, DE 10 DE MARÇO DE 2017, considerando ainda, o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito da Agenda 2030, para atendimento às metas da Câmara Temática Parcerias e Meios de Implementação (CTPMI), da Comissão Nacional (CNODS) sobre Sustentabilidade, o Instituto Federal do Amapá, garantirá neste Plano de Desenvolvimento Institucional, a oferta de pelo menos 10% do total de Cursos de Formação Inicial e Continuada, Projetos de Pesquisa e Extensão para ações de Sustentabilidade, com significativo impacto social.

6.3 Plano de Ofertas

6.3.1 Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio Regular

A educação profissional técnica integrada ao ensino médio, conforme definida no inciso I, do art. 36-B, da Lei de Diretrizes e Bases - LDB, é a educação desenvolvida na forma articulada ao ensino médio. De acordo com o inciso I, do art. 7 da Lei nº. 11.892/2008, essa forma de oferta destina-se aos concluintes do ensino fundamental e ao público da educação de jovens e adultos - EJA.

Cabe ressaltar que as expressões cursos integradas, cursos técnicos integrados ou ensino médio integrado referem-se ao que a LDB denomina de educação profissional técnica de nível médio na forma articulada ao ensino médio. O Parecer CNE/CEB nº. 11/2012 explicita que, no ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio, a formação geral do estudante deve se tornar inseparável da formação profissional, que deve focar o trabalho como princípio educativo, objetivando superar a tradicional e preconceituosa dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada componente curricular.

Em outras palavras, os cursos técnicos integrados se fundamentam na ideia de ensino médio integrado no sentido da formação humana integral, politécnica e multidimensional. Portanto, não se está falando somente de uma integração da matriz curricular entre os componentes da formação básica e da formação técnica. Essa integração é fundamental na medida em que cada componente e cada conteúdo curricular deve ser planejado num todo e não como uma matriz de disciplinas fragmentadas.

O Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio possibilita numa única matrícula reunir os conhecimentos do ensino médio às competências da educação profissional. O Instituto Federal

do Amapá, oferece a formação básica do ensino médio de forma integrada à formação profissional. A duração média é de três ano.

Tabela 17: Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Presencial, Campus Laranjal do Jari

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio Regular – PRESENCIAL						
Campus Laranjal do Jari						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
Técnico em Administração	40	40	40	40	40	200
Técnico em Florestas	40	40	30	40	40	190
Técnico em Meio Ambiente	40	40	40	40	40	200
Técnico em Informática	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	160	160	150	160	160	790
Total Geral de Vagas						

Tabela 18: Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Presencial, Campus Macapá

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio Regular – PRESENCIAL						
Campus Macapá						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
Técnico em Alimentos	40	35	40	40	40	195
Técnico em Edificações	80	40	40	40	40	240
Técnico em Estradas	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Técnico em Mineração	40	35	40	40	40	195
Técnico em Química	40	35	40	40	40	195
Técnico em Redes de Computadores	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	240	185	200	200	200	1.025
Total Geral de Vagas						

Tabela 19: Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Presencial, Campus Porto Grande

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio Regular – PRESENCIAL						
Campus Porto Grande						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
Técnico em Agroecologia	40	40	40	40	40	200
Técnico em Agronegócio	40	40	40	40	40	200
Técnico em Agropecuária	40	40	40	40	40	200
Técnico em Agroindústria	-	-	40	40	40	120
Total de Vagas por período	120	120	160	160	160	720
Total Geral de Vagas						

Tabela 20: Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Presencial, Campus Santana

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio Regular – PRESENCIAL						
Campus Santana						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Técnico em Comércio Exterior	35	35	35	35	35	175
Técnico em Marketing	35	35	35	35	35	175
Técnico em Propaganda e Publicidade	35	35	35	35	35	175
Técnico em Logística	35	35	35	35	35	175
Técnico em Administração (*novo)	35	35	35	35	35	175
Técnico em Recursos Humanos (*novo)	35	35	35	35	35	175
Técnico em Qualidade (*novo)	35	35	35	35	35	175
Total de Vagas por período	245	245	245	245	245	1.225
Total Geral de Vagas						

6.3.2 Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos – PROEJA

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), instituído através do DECRETO de Nº 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006 tem como objetivo a escolarização e a formação profissional de

jovens e adultos. O programa é destinado para quem concluiu apenas o ensino fundamental e deseja adquirir o Certificado do Curso Técnico em nível médio.

Os cursos de educação profissional de nível médio são integrados ao ensino médio e duram em média três anos letivos. A idade mínima para participar do programa é de 21 anos e não há idade máxima. O Proeja é um programa do Ministério da Educação (MEC), realizado em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e com a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A educação profissional técnica integrada ao ensino médio, conforme definida no inciso I, do art. 36-B, da Lei de Diretrizes e Bases - LDB, é a educação desenvolvida na forma articulada ao ensino médio. De acordo com o inciso I, do art. 7 da Lei nº. 11.892/2008, essa forma de oferta destina-se aos concluintes do ensino fundamental e ao público da educação de jovens e adultos - EJA.

Cabe ressaltar que as expressões cursos integrados, cursos técnicos integrados ou ensino médio integrado referem-se ao que a LDB denomina de educação profissional técnica de nível médio na forma articulada ao ensino médio. O Parecer CNE/CEB nº. 11/2012 explicita que, no ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio, a formação geral do estudante deve se tornar inseparável da formação profissional, que deve focar o trabalho como princípio educativo, objetivando superar a tradicional e preconceituosa dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada componente curricular.

O Proeja foi criado inicialmente pelo Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005 e denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos.

Sua criação foi uma decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual em geral são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio.

O programa teve inicialmente como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Por meio do Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2016, é ampliado em termos de abrangência e aprofundado em seus princípios pedagógicos, passando a se chamar Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

Tabela 21: Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos, Presencial, Campus Laranjal do Jari

Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos - PROEJA – PRESENCIAL						
Campus Laranjal do Jari						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
Serviço Público	40	-----	40	-----	40	120
Técnico em operação de Computadores	----- -	40	-----	40	----- ---	80
Total de Vagas por período	40	40	40	40	40	200
Total Geral de Vagas						

Tabela 22: Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos, Presencial, Campus Macapá

Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos - PROEJA – PRESENCIAL						
Campus Macapá						
Cursos	2019.2	2020.2	2021.2	2022.2	2023.2	Total de Vagas
Total de Vagas por período						
Total Geral de Vagas						

Tabela 23: Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos, Presencial, Campus Porto Grande

Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos - PROEJA – PRESENCIAL						
Campus Porto Grande						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
Técnico em Administração	30	-	-	30	-	60
Técnico em Agronegócio	-	-	30	-	-	30
Técnico em Agropecuária	-	-	-	-	30	30
Técnico em Agroecologia	-	30	-	-	-	30
Total de Vagas por período	30	30	30	30	30	150
Total Geral de Vagas						

Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos - PROEJA – PRESENCIAL						
Campus Santana						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
Técnico em Gestão de recurso Humanos (*novo)	35	35	35	35	35	175
Técnico em Logística	35	35	35	35	35	175
Total de Vagas por período	80	80	80	80	80	350
Total Geral de Vagas						

6.3.3 Cursos Técnicos Subsequentes

No âmbito dos cursos técnicos, algumas instituições têm cursos subsequentes e concomitantes, para alunos que pretendam obter educação profissional. Concomitante significa coexistente, que acontece ao mesmo tempo, e por isso o curso técnico concomitante permite que o aluno ingresse no curso enquanto está cursando o ensino médio. Por outro lado, o curso técnico subsequente é destinado a alunos que já concluíram o ensino médio.

É oferecido somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio. Para o ingresso nesta modalidade, o interessado pode utilizar processo seletivo próprio do IFAP. Após concluído o curso, o estudante receberá diploma de profissionalização em nível técnico.

A tarefa de construção da qualidade educacional é complexa, considerando os diferentes aspectos e as dimensões do processo educativo, destacando-se, entre eles: cultura e contexto em que a instituição está situada; existência de projeto político-pedagógico e de planos de cursos construídos coletivamente e monitorados; uso adequado dos resultados da avaliação externa e interna das práticas educativas; condições físicas, materiais e pedagógicas da escola; criação de instrumentos que possibilitem a participação da comunidade na definição dos rumos da educação; respeito à pluralidade de pensar e aos projetos individuais e coletivos apresentados no ambiente escolar; autonomia, participação e transparência na gestão; investimento em formação e na valorização profissional; autonomia profissional, cooperação profissional, responsabilização coletiva e compreensão de que a construção dos indicadores de qualidade é fruto de acordos e pactos entre os diversos segmentos da comunidade escolar.

Tabela 26: Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Campus Laranjal do Jari

Cursos Técnicos Subsequente - EaD e Presencial						
Campus Laranjal do Jari						
Cursos	2024.2	2025.2	2026.2	2027.2	2028.2	Total de Vagas
Técnico em Florestas	40	-----	40	-----	40	120
Técnico em Informática - EAD	40	-----	40	-----	40	120
Técnico em Meio Ambiente - EAD	----- -	40	-----	40	-----	80
Técnico em Serviços Públicos – EAD - (*Novo)	40	-----	40	-----	40	120
Total de Vagas por período	120	40	120	40	120	440
Total Geral de Vagas						

Tabela 27: Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Campus Macapá

Cursos Técnicos Subsequente - EaD e Presencial						
Campus Macapá						
Cursos	2024.2	2025.2	2026.2	2027.2	2028.2	Total de Vagas
Técnico em Edificações	40	40	40	40	40	200
Técnico em Geoprocessamento	40	40	40	40	40	200
Técnico em Mineração	40	40	40	40	40	200
Técnico em Química	40	40	40	40	40	200
Técnico em Rede de Computadores	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	200	200	200	200	200	1000
Total Geral de Vagas						

Tabela 28: Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

Cursos Técnicos Subsequente - EaD e Presencial						
Centro de Referência em EaD de Pedra Branca do Amapari						
Cursos	2024.2	2025.2	2026.2	2027.2	2028.2	Total de Vagas
Técnico em Marketing - EAD - Semipresencial	40	-----	40	40	40	160
Técnico em Agronegócio - EAD - Semipresencial	40	40	40	-----	40	160

Técnico em Meio Ambiente - EAD - Semipresencial	40	-----	-----	40	40	120
Técnico em Controle Ambiental - EAD - Semipresencial	-----	40	-----	-----	40	80
Técnico em Administração - EAD - Semipresencial	-----	40	-----	40	-----	80
Total de Vagas por período	120	120	80	120	160	600
Total Geral de Vagas						

Tabela 29: Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Campus Porto Grande

Cursos Técnicos Subsequente - EaD e Presencial						
Campus Porto Grande						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
Técnico em Administração	40	40	40	40	-	120
Técnico em Agropecuária	-----	-----	40	40	-----	80
Técnico em Agronegócio	-----	-----	-----	40	40	80
Técnico em Agroecologia	-----	-----	40	-----	40	80
Técnico em Agroindústria	40	40	-----	-----	-----	80
Total de Vagas por período	80	80	120	120	80	480
Total Geral de Vagas - PENDENTE						

Tabela 30: Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Campus Santana

Cursos Técnicos Subsequente - EaD e Presencial						
Campus Santana						
Cursos	2024.2	2025.2	2026.2	2027.2	2028.2	Total de Vagas
Técnico em Finanças – EAD	40	40	-----	-----	-----	80
Técnico em Informática - EAD	40	40	40	40	40	200
Técnico em Logística	40	40	40	40	40	200
Técnico em Serviços Públicos - EAD	40	40	40	40	40	200
Técnico em Finanças (*novo)	-----	-----	40	40	40	120
Total de Vagas por período	40	120	160	160	160	800
Total Geral de Vagas						

Tabela 31: Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Campus Avançado Oiapoque

Cursos Técnicos Subsequente - EaD e Presencial						
Campus Avançado do Oiapoque						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
Técnico em Administração (*Novo)	80	40	40	80	40	280
Técnico em Comércio - EAD	40	-----	40	-----	40	120
Técnico em Comércio Exterior	-----	-----	40	-----	40	80
Técnico em Serviço Público	40	-----	40	-----	40	120
Técnico em Turismo	-----	40	-----	40	-----	80
Técnico em Hospedagem	-----	40	-----	40	40	120
Técnico em Recursos Humanos	-----	80	-----	40	-	120
Técnico em Segurança no Trabalho - EAD	40	-----	40	40	40	160
Técnico em Montagem e Segurança de computador - EAD	-----	40	-----	40	-----	80
Técnico em Informática para a EAD	40	-----	40	-----	40	120
Total de Vagas por período	240	240	240	280	280	1.280
Total Geral de Vagas						

6.3.4 Cursos Superiores

Nos termos da lei que institui os Institutos Federais (Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008), somos equiparados às universidades federais. Isto é, somos instituições de ensino superior. O que nos difere é a especialidade na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Neste sentido, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, possuem autonomia para a também ofertar cursos superiores de Tecnólogos, Licenciaturas, Bacharelados e Engenharias.

6.3.4.1 Tecnólogos

É um curso de graduação, que abrange métodos e teorias orientadas a investigações, avaliações e aperfeiçoamentos tecnológicos com foco nas aplicações dos conhecimentos a processos, produtos e serviços. Desenvolve competências profissionais, fundamentadas na ciência, na tecnologia, na cultura e na ética, com vistas ao desempenho profissional responsável, consciente, criativo e crítico. Como todo curso de nível superior, o curso dessa natureza é aberto a candidatos

que tenham concluído o ensino médio, ou equivalente, e que tenham sido classificados em processo seletivo. Os graduados nos CST denominam-se tecnólogos e são profissionais de nível superior com formação para a produção e a inovação científico-tecnológica e para a gestão de processos de produção de bens e serviços. Os tecnólogos podem prosseguir os estudos fazendo cursos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

6.3.4.2 Licenciaturas

A licenciatura forma educadores e é o curso ideal para quem quer seguir carreira como professor em escolas de ensino fundamental e médio. Durante o curso, além das disciplinas específicas da matéria, o aluno tem aulas sobre didática e pedagogia, os Institutos Federais, através da sua Lei de Criação, são orientados a reservar no mínimo 20% do total de vagas disponíveis, para cursos na área de formação de professores para a Educação Básica.

6.3.4.3 Bacharelados

O bacharelado é uma formação de nível superior que confere grau de bacharel. Com duração média entre 3 e 6 anos, o curso de bacharelado prepara profissionais generalistas com sólidos conhecimentos sobre a base de uma profissão. O bacharelado forma profissionais focados no mercado de trabalho.

Tabela 32: Técnicos Superiores, EaD e Presencial, Campus Laranjal do Jari

Cursos Superiores- EaD e Presencial						
Campus Laranjal do Jari						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
Bacharelado em Administração	40	40	40	40	40	200
Licenciatura em Ciências Biológicas	40	40	40	40	40	200
Bacharelado Engenharia Florestal	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	120	120	120	120	120	600
Total Geral de Vagas						

Tabela 33: Técnicos Superiores, EaD e Presencial, Campus Macapá

Cursos Superiores- EaD e Presencial						
Campus Macapá						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas

Engenharia Civil	40	40	40	40	40	200
Engenharia da Computação	40	40	40	40	40	200
Educação Física	40	40	40	40	40	200
Licenciatura em Informática	40	40	40	40	40	200
Licenciatura em Física	40	40	40	40	40	200
Licenciatura em Letras/Inglês	40	40	40	40	40	200
Licenciatura em Matemática	40	40	40	40	40	200
Licenciatura em Química	40	40	40	40	40	200
Tecnologia em Alimentos	40	40	40	40	40	200
Tecnologia em Mineração	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	400	400	400	400	400	2.000
Total Geral de Vagas						

Tabela 34: Técnicos Superiores, EaD e Presencial, Campus Porto Grande

Cursos Superiores- EaD e Presencial						
Campus Porto Grande						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
Engenharia Agrônômica	40	40	40	40	40	200
Medicina Veterinária	30	30	30	30	30	150
Tecnólogo em administração Rural	-----	-----	40	40	40	120
Total de Vagas por período	70	70	110	110	110	470
Total Geral de Vagas						

Tabela 35: Técnicos Superiores, EaD e Presencial, Campus Santana

Cursos Superiores- EaD e Presencial						
Campus Santana						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
Tecnologia em Comércio Exterior	40	40	40	40	40	200
Tecnologia em Recursos Humanos	40	40	40	40	40	200
Tecnologia em Gestão da Qualidade	40	40	40	40	40	200
Tecnologia em Gestão Comercial	40	40	40	40	40	200
Tecnologia em Logística	40	40	40	40	40	200

Total de Vagas por período	200	200	200	200	200	1000
Total Geral de Vagas						

Tabela 36: Técnicos Superiores, EaD e Presencial, Campus Avançado Oiapoque

Cursos Superiores- EaD e Presencial						
Campus Avançado do Oiapoque						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
Tecnologia em Comunicação	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	40	40	40	40	40	200
Total Geral de Vagas						

6.3.5 Curso de Formação Inicial e Continuada – Dados do PDI 2019-2023, EXCETO PORTO GRANDE E PEDRA BRANCA (2024-2028)

Os Cursos e Programas de Formação Inicial e Continuada de profissionais são ofertados pelos institutos federais e tem por objetivo a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização em todos os níveis de ensino, nas áreas da Educação Profissional e Tecnológica (Art. 3º da Lei 11.892/2008).

Os cursos de Formação Inicial caracterizam-se como o ponto de partida para o ingresso no mercado de trabalho, habilitando o indivíduo à atuação em determinada área do conhecimento. Já a Formação Continuada é compreendida como um processo permanente de aperfeiçoamento e atualização das experiências profissionais adquiridas, onde o trabalhador tem a oportunidade de ampliar suas competências profissionais.

O Projeto Político Pedagógico Institucional elenca como objetivos da Formação Inicial e Continuada, os seguintes:

- Implementar programas de formação inicial e continuada para os trabalhadores do mercado formal e informal;
- Democratizar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica para os segmentos diferenciados da sociedade, em parcerias com empresas, instituições, associações e organizações não governamentais;

- Ofertar cursos para o público de desempregados, micros e pequenos empresários, além daqueles que não tiveram acesso à escolarização em tempo regular;
- Adotar mecanismos de articulação da Educação de Jovens e Adultos trabalhadores à Educação Profissional e Tecnológica desenvolvida no Instituto Federal do Amapá;
- Implementar medidas, no âmbito da instituição, que assegurem aos programas de Educação de Jovens e Adultos trabalhadores a qualidade necessária à formação profissional desse segmento da população.

No âmbito do IFAP, as políticas e acompanhamento da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada, estão na incumbência da Pró-Reitoria Extensão.

Tabela 37: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

Cursos de Formação Inicial e Continuada - 160 hs						
Centro de Referência em EAD de Pedra Branca do Amapari						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
Auxiliar de Fiscalização Ambiental	40	-	-	40	-	80
Agente de logística reversa	-	40	-	-	-	80
Auxiliar de geoprocessamento	-	-	40	-	40	80
Assistente de Recursos Humanos	40	-	-	40	-	80
Assistente de Logística	-	-	40	-	-	80
Assistente Financeiro	-	40	-	-	40	80
Total de Vagas por período	80	80	80	80	80	400
Total Geral de Vagas						

Tabela 38: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Santana

Cursos de Formação Inicial e Continuada - 160 hs						
Campus Santana						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
Área de Comércio Exterior	40		40	-	40	80
Área de Informação e Comunicação	-	40	-	40	-	80
Área de Propaganda e Publicidade	-	40	-	40	-	80
Área de Línguas	40	-	40	-	40	80
Total de Vagas por período	80	80	80	80	80	400
Total Geral de Vagas- PENDENTE						

Tabela 39: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Polo Amapá

Cursos de Formação Inicial e Continuada - 160 hs						
Pólo em EAD do Município do Amapá						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
Auxiliar Administrativo	40	40	40	40	40	200
Inglês Instrumental	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	80	80	80	80	80	400
Total Geral de Vagas - PENDENTE						

Tabela 40: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Laranjal do Jari

Cursos de Formação Inicial e Continuada - 160 hs						
Campus Laranjal do Jari						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
Normatização de Trabalhos Acadêmicos	40	40	40	40	40	200
Educação Ambiental	40	40	40	40	40	200
Exame Nacional do Ensino Médio - Preparatório	80	80	80	80	80	400
Horticultura	30	30	30	30	30	150
Instrumentos Musicais	-	40	40	40	40	200
LIBRAS	40	40	40	40	40	200
Estatística no Programa R	20	-	20	-	20	60
Paisagismo	30	30	30	30	30	150
Práticas de Ciências para Ensino de 6º ao 9º num espaço sem laboratórios.	30	30	30	30	30	150
Reciclagem	30	30	30	30	30	150
Xadrez Básico	20	20	20	20	20	100
Técnicas de Laboratórios de Biologia	30	30	30	30	30	150
Técnicas de Laboratórios de Química	30	30	30	30	30	150
Total de Vagas por período	420	420	460	440	460	2260
Total Geral de Vagas						

Tabela 41: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Macapá

Cursos de Formação Inicial e Continuada - 160 hs						
--	--	--	--	--	--	--

Campus Macapá						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
Área de Química e Alimentos	-	40	40	40	-	120
Auxiliar Administrativo – Educação de Jovens e Adultos	40	40	40	40	40	200
Ciências Exatas	40	40	-	40	40	160
Espanhol Básico - EAD	40	-	40	-	40	120
Francês Básico - EAD	40	-	40	-	40	120
Informática Básica - EAD	40	40	40	40	40	200
Libras - EAD	40	40	40	40	-	160
Sustentabilidade	-	40	40	40	40	160
Total de Vagas por período	120	120	120	120	120	1.240
Total Geral de Vagas						

Tabela 42: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Porto Grande

Cursos de Formação Inicial e Continuada - 160 hs						
Campus Porto Grande						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
Inglês Técnico	40	-	-	40	-	80
Agricultura Orgânica	-	-	-	-	40	80
Apicultura	40	-	-	40	-	80
Abordagem e métodos no ensino de línguas	-	40	-	40	-	80
Fonética e fonologia da língua inglesa	-	40	-	-	40	80
Operador de Máquinas Agrícolas	-	-	40	-	40	80
Total de Vagas por período	80	80	80	80	120	440
Total Geral de Vagas - P						

Tabela 43: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Avançado Oiapoque						
Cursos de Formação Inicial e Continuada - 160 hs						
Campus Avançado do Oiapoque						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
Departamento de Pessoal	30	30	30	30	30	150
Direito do Consumidor	-	25	25	25	25	100
Educação Financeira	-	20	20	20	20	80

Empreendedorismo – EJA	40	40	40	40	40	200
Francês Básico	-	25	-	25	-	50
Francês Intermediário	-	25	-	25	-	50
Gestão Financeira	20	20	20	20	20	100
Informática Básica	-	30	30	30	30	120
Inglês Básico	25	25	25	25	25	125
Inglês Intermediário	25	25	25	25	25	125
Leitura e Produção de Textos Científicos	30	30	30	30	30	150
LIBRAS Básico	25	-	-	-	-	25
LIBRAS Intermediário	25	-	-	-	-	25
LIBRAS Avançado	-	25	-	-	-	25
Marketing Internacional	30	30	30	30	30	150
Matemática	-	25	-	25	25	75
Redação para o ENEM	30	30	30	30	30	150
Total de Vagas por período	280	405	305	380	330	1700
Total Geral de Vagas						

6.4. Pós-Graduação

6.4.1 Lato Sensu

De acordo com a Resolução de nº 1 de 06 de abril de 2018 do Conselho Nacional de Educação, os cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização são programas de nível superior, de educação continuada, com os objetivos de complementar a formação acadêmica, atualizar, incorporar competências técnicas e desenvolver novos perfis profissionais, com vistas ao aprimoramento da atuação no mundo do trabalho e ao atendimento de demandas por profissionais tecnicamente mais qualificados para o setor público, as empresas e as organizações do terceiro setor, tendo em vista o desenvolvimento do país.

Os cursos de especialização são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação, que atendam às exigências das instituições ofertantes. Estes cursos de especialização poderão ser oferecidos presencialmente ou a distância, observadas a legislação, as normas e as demais condições aplicáveis à oferta, à avaliação e à regulação de cada modalidade, desde de que previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional de cada IES.

Poderão ser incluídos na categoria de curso de pós-graduação lato sensu aqueles cuja oferta se ajuste aos termos desta Resolução, mediante declaração de equivalência pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

De acordo com a Lei que cria os Institutos Federais, somos equiparados às Universidades na oferta de cursos superiores, o que nos respalda legalmente para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu.

No âmbito do IFAP, as políticas e acompanhamento da oferta de cursos de Pós-Graduação, estão na incumbência da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.

Tabela 44: Pós-Graduação *Lato Sensu*, EaD e Presencial, Campus Laranjal do Jari

Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> - EaD e Presencial						
Campus Laranjal do Jari						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
Agro extrativismo Sustentável e Desenvolvimento Regional	40	40	40	40	40	200
Gestão de Pessoas	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	80	80	80	80	80	200
Total Geral de Vagas						

Tabela 45: Pós-Graduação *Lato Sensu*, EaD e Presencial, Campus Macapá

Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> - EaD e Presencial						
Campus Macapá						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
Informática na Educação	40	40	40	40	40	200
Processos Construtivos Residenciais	40	40	40	40	40	200
Metodologias de Ensino de Ciências e Matemática	40	40	40	40	40	200
Gestão da Qualidade e novas tendências na Indústria de Alimentos - EAD	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	160	160	160	160	160	800
Total Geral de Vagas						665

Tabela 46: Pós-Graduação *Lato Sensu*, EaD e Presencial, Campus Porto Grande

Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> - EaD e Presencial						
Campus Porto Grande						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
Área de Agronomia	-	-	-	-	-	-
Total de Vagas por período	-	-	-	-	-	-
Total Geral de Vagas						

Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> - EaD e Presencial						
Campus Santana						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
Gestão Pública	40	40	40	40	40	200
Diversidade e Relações Étnico Raciais na escola	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	80	80	80	80	80	400
Total Geral de Vagas						

6.4.2 Pós-Graduação *Stricto Sensu*

As pós-graduações *stricto sensu* compreendem programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino e ao edital de seleção dos alunos (art. 44, III, Lei nº 9.394/1996.).

Ao final do curso o aluno obterá diploma.

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* são sujeitos às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento previstas na legislação - Resolução CNE/CES nº 1/2001, alterada pela Resolução CNE/CES nº 24/2002.

De acordo com a Resolução de nº 7 de 11 de dezembro de 2017 do Conselho Nacional de Educação, constituem programas institucionais de pós-graduação *stricto sensu* os cursos de mestrado e doutorado regulares, pertencentes ao Sistema Nacional de Pós-Graduação, avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), submetidos à deliberação pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) e homologados pelo Ministro da Educação.

- 1º Os cursos de mestrado e doutorado são orientados ao desenvolvimento da produção intelectual comprometida com o avanço do conhecimento e de suas interfaces com o bem econômico, a cultura, a inclusão social e o bem-estar da sociedade.
- 2º Os cursos de mestrado e doutorado se diferenciam pela duração, complexidade, aprofundamento e natureza do trabalho de conclusão.
- 3º A conclusão em cursos de mestrado não constitui condição necessária ao ingresso em cursos de doutorado.
- 4º É admitido o uso de língua estrangeira nas atividades dos cursos de mestrado e doutorado, incluindo trabalhos, dissertações e teses.

No âmbito do IFAP, as políticas e acompanhamento da oferta de cursos de Pós-Graduação, estão na incumbência da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.

Tabela 47: Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Presencial, Campus Santana

Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> - Presencial						
Campus Santana						
Cursos	2024	2025	2026	2027	2028	Total de Vagas
<i>ProfEPT</i> . Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – Mestrado	16	16	16	16	16	80
Total de Vagas por período	16	16	16	16	16	80
Total Geral de Vagas						

6.5 Acompanhamento da Oferta de Vagas

A Diretoria de Desenvolvimento Institucional, em consonância com as Pró-Reitorias de Ensino, de Extensão e de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, é responsável pelo acompanhamento o cumprimento do plano de ofertas de vagas pelas unidades, com o intuito de atender as exigências legais, e garantir ao ingresso, a possibilidade do acesso, permanência e êxito da Instituição.

A Diretoria de Desenvolvimento Institucional em articulação com os setores de atividades meio da Instituição, visando o melhor cumprimento e acompanhamento das atividades, políticas de desenvolvimento e projetos estratégicos do IFAP, também atuarão no sentido de garantir infraestrutura e pessoal para êxito das ofertas apresentadas neste plano com vistas a elevação

da escolaridade da população, o desenvolvimento regional e uma formação cidadã crítica e reflexiva.

7. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS

A política de Gestão de Pessoas está pautada na formação de um ambiente que possibilite a valorização do servidor por meio da qualificação e capacitação profissionais ofertadas aos servidores de todas as unidades do IFAP.

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) tem por competência a prestação de serviços em matéria envolvendo pessoal e assuntos correlatos, como:

- Analisar e emitir parecer em processos de solicitações dos servidores, com base no Regime Jurídico dos Servidores Públicos (Lei nº 8.112/90), legislação de carreiras, resoluções, instruções normativas, orientações normativas, resoluções, entre outros; efetuar estudos sobre legislação de pessoal/carreiras; zelar pelo cumprimento e observância das normas referentes a direitos e deveres dos servidores;
- Assessorar a Administração do IFAP, com auxílio da Procuradoria Jurídica Federal, quanto a procedimentos judiciais relacionados a pessoal; propor alterações das normas internas relacionadas a pessoal;
- Planejar, coordenar, dirigir, acompanhar e avaliar as atividades de controle de cargos, lotação, pagamento e registro funcional dos servidores do IFAP, em articulação permanente com o Sistema de Pessoal da Administração Federal (SIAPE).
- Coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades relativas a cadastro, aposentadoria, pensão dos servidores, lotação, remoção, atualização de registros cadastrais e de pessoal;
- Executar no sistema SIAPE processos de provimento e vacância de cargos, redistribuição, cessão, exercício provisório, colaboração técnica, licenças, afastamentos, dentre outros;
- Manter atualizado o registro dos servidores nas fichas cadastrais;
- demonstrar os cargos existentes no quadro de pessoal permanente e temporário;
- Elaborar e controlar o cronograma de férias dos servidores; alimentar os Sistemas SIAPE, SISAC, SICAJ, E-Pessoal, SIGAC, SUAP, etc;

- coordenar, controlar e acompanhar a vida funcional dos servidores, no que se refere a afastamentos, férias, licenças entre outros; apresentar relatórios gerenciais de suas atividades;
- Analisar, implementar e acompanhar as concessões de progressão por capacitação, por mérito profissional, incentivo à qualificação, retribuição por titulação, progressão por avaliação e aceleração da promoção;
- Analisar e executar os processos relativos à licença para capacitação e os afastamentos para capacitação dos servidores do IFAP;
- Estabelecer canais de comunicação e de articulação com a Comissão Interna de Supervisão de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação visando à troca de informações acerca do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos do IFAP e às atividades de capacitação, de modo a preservar a correlação entre o exercício do cargo e as ações de capacitação de interesse do servidor para fins de licença, afastamento e solicitação de progressão;
- Analisar e executar os processos relativos à avaliação de estágio probatório e concessão de estabilidade aos servidores do IFAP;
- Estabelecer canais de comunicação e de articulação com a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), visando à troca de informações acerca do Plano de Carreira dos Cargos Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFAP e às atividades de capacitação, de modo a preservar a correlação entre o exercício do cargo e as ações de capacitação de interesse do servidor, para fins de licença, afastamento e solicitação de progressão por avaliação;
- Coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades relativas à folha de pagamento; coordenar, supervisionar, controlar e executar atividades relativas à aposentadoria e pensão;
- Manter atualizados registros financeiros de pessoal no sistema SIAPE;
- Prestar informações aos servidores sobre os procedimentos adotados para os cálculos de pagamento de diferenças das diversas gratificações e adicionais concedidos;

- Processar a folha de pagamento, incluindo benefícios como: auxílio transporte, auxílio alimentação, assistência pré-escolar, ressarcimento a assistência à saúde, progressão, férias funcional, aposentadoria e pensão;
- Implementar concessão de adicionais de insalubridade, periculosidade, noturno, serviços extraordinários, quintos, décimos, indenizações, gratificações; executar as atividades relativas aos processos de exercício anterior;
- Prestar assessoramento para a execução de concursos públicos e processos seletivos para a admissão de pessoal para o quadro permanente e temporário do IFAP, como o levantamento da força de trabalho, análise do banco de professor equivalente e do quadro de referência TAE, análise dos requisitos de ingressos nas carreiras que compõem o quadro de pessoal.

A PROGEP tem por objetivo desenvolver políticas de qualificação e capacitação profissionais a fim de alcançar os servidores de todas as unidades do IFAP, utilizando-se da possibilidade de concessão de afastamentos, licenças, bolsas-auxílio, cursos in company ou ainda de capacitações externas de forma a subsidiar e promover maior nível de capacitação e qualificação do corpo técnico e docente. De modo geral, as ações da PROGEP estão pautadas na promoção de qualificação do servidor, da qualidade de vida e melhorias no ambiente de trabalho, com o intuito de aprimorar as relações institucionais e com isso promover condições favoráveis à fixação de servidores nas mais diversas unidades.

A estrutura da Pró-Reitoria é composta por uma Direção de Seleção, Ingresso e Carreira (DISIC), um Departamento de Administração de Pessoas (DEAPS), três Coordenações, sendo estas: Coordenação Cadastro de Pessoal (COCAP), Coordenação de Pagamento de Pessoal (COPAP), Coordenação de Acompanhamento de Carreira (COAC) e Seção de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho (SASQT), que são responsáveis pelos processos de admissão de servidores, administração de pessoal, desenvolvimento, qualificação, capacitação, atenção à saúde, qualidade de vida, aposentadoria e pensões, carreira e ainda as mais diversas atividades relacionadas às carreiras de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e Técnico-Administrativos em Educação.

A PROGEP busca desenvolver ações ligadas à qualidade de vida do servidor, para isso ofertou no ano de 2018 exames periódicos, com o intuito de incentivar o cuidado com a saúde e a própria

promoção de acesso a vários exames sem custos para os servidores.

Dentro das ações da Seção de Saúde e Qualidade de Vida, temos ainda a implementação da Unidade SIASS/IFAP no Campus Santana, a qual fará atendimento aos servidores do Ifap e dos demais órgãos que vieram a firmar convênios. Tal estrutura contará com uma equipe multiprofissional formada por servidores de carreira TAE, como Médico, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, Assistente Social, Psicólogo, Psiquiatra e Odontólogo.

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas tem ainda como foco a integração dos servidores lotados nas unidades mais distantes da Reitoria, para isso prioriza em seu planejamento as visitas aos Campi, tanto nas Reitorias Itinerantes quanto em outras atividades de rotina promovidas pela PROGEP. A PROGEP tem por objetivo desenvolver políticas de qualificação e capacitação profissionais a fim de alcançar os servidores de todas as unidades do IFAP, utilizando-se da possibilidade de concessão de afastamentos, licenças, bolsas-auxílio, cursos in company ou ainda de capacitações externas de forma a subsidiar e promover maior nível de capacitação e qualificação do corpo técnico e docente. De modo geral, as ações da PROGEP estão pautadas na promoção de qualificação do servidor, da qualidade de vida e melhorias no ambiente de trabalho, com o intuito de aprimorar as relações institucionais e com isso promover condições favoráveis à fixação de servidores nas mais diversas unidades. A Pró-Reitoria é responsável pelos processos de admissão de servidores, administração de pessoal, desenvolvimento, qualificação, capacitação, atenção à saúde, qualidade de vida, aposentadoria e pensões, carreira e ainda as mais diversas atividades relacionadas às carreiras de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e de Técnico Administrativo em Educação. E conta com uma estrutura composta por uma Direção de Seleção, Ingresso e Carreira (DISIC), um Departamento de Administração de Pessoas (DEAPS), três Coordenações, sendo estas: Coordenação Cadastro de Pessoal (COCAP), Coordenação de Pagamento de Pessoal (COPAP), Coordenação de Acompanhamento de Carreira (COAC) e futuramente com uma Unidade de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho. A PROGEP busca desenvolver ações ligadas à qualidade de vida do servidor e, para isso, ofertou no ano de 2023 variadas ações com o intuito de valorizar o cuidado com a saúde e a qualidade de vida dos servidores. Através da Unidade SIASS/ IFAP no Campus Macapá, realizou-se campanhas de vacinação, eventos em comemoração ao dia do servidor, assim como práticas voltadas ao bem

estar psicológico dos servidores do Ifap, por meio de abordagens psicoterapêuticas em grupo para trabalhar o autoconhecimento. Visando ampliar essa promoção a saúde integral dos servidores, será implementado uma Unidade de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, tal estrutura contará com uma equipe multiprofissional e terá como finalidade a efetivação de políticas para o bem estar geral dos servidores. A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas tem ainda como foco a integração dos servidores lotados nas unidades mais distantes da Reitoria. Para isso, prioriza em seu planejamento as visitas aos campi, realizadas através da PROGEP em movimento e, ainda prevê a instauração unidade descentralizada da Gestão de Pessoas em cada unidade do IFAP.

7.1 Composição

A Portaria MEC nº 713, de 08 de Setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU), definiu o modelo de dimensionamento de cargos efetivos dos Institutos Federais, sendo previsto para o IFAP 380 (trezentos e oitenta) Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e 423 (quatrocentos e vinte e três) Técnicos Administrativos em Educação, dos quais 168 (cento e sessenta e oito) são de cargos de nível superior classe E, 201 (duzentos e um) cargos de nível intermediário classe D e 41 (quarenta e um) cargos de nível auxiliar classe C. Atualmente o IFAP possui um quadro composto por 651 (seiscentos e cinquenta e um) servidores efetivos (técnicos e docentes) e professores substitutos distribuídos em suas sete unidades, quais sejam: Campus Avançado Oiapoque, Campus Macapá, Campus Porto Grande, Campus Laranjal do Jari, Centro de Referência EaD Pedra Branca do Amapari, Campus Santana e ainda a Reitoria. Esse total é proveniente da realização de admissão através de concursos públicos para os cargos efetivos e de processo seletivo simplificado para contratação de professores substitutos.

7.1.1 Perfil do Corpo Docente

O perfil do corpo docente do IFAP é composto conforme tabelas abaixo:

Tabela 48: Perfil do Corpo Docente por Regime de Trabalho

PERFIL DO CORPO DOCENTE POR REGIME DE TRABALHO		
REGIME DE TRABALHO	QTD	PERCENTUAL
20h	02	0,5%
40h	06	1,8%
Docente Efetivo		
40h Professor Substituto	54	15,9%
Dedicação exclusiva	278	81,8%

TOTAL	340	100%
-------	-----	------

Tabela 49: Formação do Corpo Docente

FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE		
TITULAÇÃO	QTD	PERCENTUAL
GRADUAÇÃO	15	4,5%
APERFEIÇOAMENTO	2	0,5%
ESPECIALIZAÇÃO	85	25%
MESTRADO	170	50%
DOCTORADO	68	20%
TOTAL	340	100%

7.1.2 Perfil dos Técnico-Administrativos

O perfil dos técnico-administrativos do IFAP é composto conforme tabelas abaixo:

Tabela 50: Perfil dos Técnicos-Administrativos

PERFIL DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS		
CARGO	QTD	PERCENTUAL
CARGOS DE NÍVEL C	32	10,2%
CARGOS DE NÍVEL D	156	50,2%
CARGOS DE NÍVEL E	123	39,6%
TOTAL	311	100%

Tabela 51: Formação dos Técnicos Administrativos

FORMAÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS		
TITULAÇÃO	QTD	PERCENTUAL
ENSINO MÉDIO OU TÉCNICO	20	6,4%
ENSINO FUNDAMENTAL	1	0,3%
GRADUAÇÃO	169	54,3%
ESPECIALIZAÇÃO	66	21,2%
MESTRADO	50	16,2%
DOCTORADO	5	1,6%
TOTAL	311	100%

7.2 Plano de Carreira Docente

Os servidores docentes do IFAP possuem um Plano de Carreira definido na Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, sendo estruturada em cinco classes: D I, D II, D III, D IV e Titular.

A progressão funcional por desempenho acadêmico é a passagem do servidor para o nível de

vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, respeitado o interstício de 24 (vinte e quatro) meses e mediante aprovação em avaliação de desempenho individual.

A promoção por desempenho acadêmico é a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente respeitado o interstício de 24 (vinte e quatro) meses e mediante aprovação em avaliação de desempenho individual.

As progressões e promoções docentes estão regulamentadas internamente no IFAP pela Resolução nº 16/2014/CONSUP. Serão requeridas por meio de formulário próprio, com ficha de avaliação, contendo ainda certificados, declarações, certidões e documentos comprobatórios das atividades do docente (originais e cópias) para que ocorra a instrução do processo que será avaliado pela Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD – que emitirá parecer em até 60 (sessenta) dias.

Aceleração da promoção: os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo, que atenderem os requisitos de titulação, farão jus ao processo de aceleração da promoção. A Aceleração da Promoção também é regulamentada internamente pela Resolução nº 16/2014/CONSUP, deverá ser requerida por formulário próprio e conter original e cópia do diploma da pós-graduação concluída, o processo de aceleração será avaliado pela CPPD em até 60 (sessenta) dias.

Tabela 51: Aceleração da Promoção Docente

ACELERAÇÃO DA PROMOÇÃO DOCENTE		
Classe até a Solicitação	Classe após Aceleração	Título
D I (qualquer nível)	D II 01	Especialista
D I e D II (qualquer nível)	D III 01	Mestre ou Doutor

7.3 Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação

Os servidores técnico-administrativos do IFAP possuem plano de carreira definido na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. A carreira TAE está estruturada em cinco níveis de classificação – A, B, C, D e E, classificados de acordo com requisitos de escolaridade, níveis de responsabilidade, conhecimentos, experiência e atribuições específicas. O quadro funcional do Instituto Federal do Amapá é composto por servidores de níveis C, D e E.

O desenvolvimento na carreira ocorre pela mudança de nível de capacitação e de padrão de

vencimento, por meio de progressão por capacitação profissional e progressão por mérito profissional, respeitado o interstício de 18 meses em cada progressão, as quais podem ser definidas da seguinte forma:

- Progressão por mérito profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 (dezoito) meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.
- A progressão por capacitação profissional é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção, pelo servidor, de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 (dezoito) meses, sendo que cada certificado terá no mínimo 20 (vinte) horas.

Tabela 52: Carga Horária necessária para cada progressão

CARGA HORÁRIA NECESSÁRIA PARA CADA PROGRESSÃO		
CLASSE C	CLASSE D	CLASSE E
Nível I (exigência mínima do cargo)	Nível I (exigência mínima do cargo)	Nível I (exigência mínima do cargo)
Nível II (60 horas)	Nível II (90 horas)	Nível II (120 horas)
Nível III (90 horas)	Nível III (120 horas)	Nível III (150 horas)
Nível IV (120 horas)	Nível IV (150 horas)	Nível IV (180 horas)

Dentre os benefícios da carreira TAE está a concessão de incentivo à qualificação, quando da obtenção de titulação de educação formal superior a exigida pelo cargo de ingresso, com acréscimo de percentual sobre a remuneração do servidor na forma definida pelo Anexo IV da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005:

Tabela 53: Nível de Escolaridade Formal Superior ao Previsto para o Exercício do Cargo

Nível de Escolaridade Formal Superior ao Previsto para o Exercício do Cargo (Curso Reconhecido pelo MEC)	Área de Conhecimento com Relação Direta	Área de Conhecimento com Relação Indireta
Ensino Fundamental Completo	10%	-
Ensino Médio Completo	15%	-
Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio com Curso Técnico Completo	20%	10%
Curso de Graduação Completo	25%	15%

Especialização com carga horária igual ou superior a 360H	30%	20%
Mestrado	52%	35%
Doutorado	75%	50%

7.4 Critérios de Seleção para Docentes, Técnico-Administrativos e Professor Substituto

A seleção dos candidatos para o cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorre a partir da publicação de edital de concurso público para as áreas de ensino conforme a demanda dos cursos ofertados pelo IFAP, considerando ainda as possíveis vacâncias que possam surgir. O concurso público será composto de três etapas, sendo a primeira por prova escrita de conhecimentos específicos, a segunda por prova de desempenho didático e a última por prova de títulos.

A prova de conhecimentos específicos consiste na elaboração de uma redação, cujo tema será sorteado (conforme definido em edital), considerando a área de atuação objeto da seleção. A prova de desempenho didático consiste na avaliação dos candidatos quanto à atuação pedagógica em sala de aula. Quanto à terceira fase da seleção, a prova de títulos tem por objetivo pontuar a experiência profissional do professor, bem como valorizar a sua formação acadêmica. Após a homologação do concurso, com a respectiva publicação no DOU – Diário Oficial da União, as nomeações ocorrerão conforme a lista de classificados e ainda considerando as possíveis reservas de vagas para cotas, bem como os limites estabelecidos no modelo de referência da Portaria nº 713, de 08 de setembro de 2021.

A contratação de professor substituto está prevista na Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993 e pode ocorrer para suprir a ausência de professor efetivo em razão de: vacância do cargo, afastamento ou licença, de acordo com o Art. 14 do Decreto nº 7.485, de 18 de maio de 2011, ou nomeação para ocupar cargo de Reitor, Pró-Reitor e Diretor de Campus. O número total de contratação de professor substituto não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do número de professores efetivos em exercício na instituição. O regime de trabalho do professor substituto fica limitado a 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais. O recrutamento será feito mediante processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial da União.

Os Técnico-Administrativos em Educação serão selecionados por meio de concurso público de prova objetiva. Os requisitos de escolaridade e a experiência profissional de cada cargo estão

previstos na Lei nº11.091, de 12 de janeiro de 2005. Quanto aos critérios eliminatórios e classificatórios, restrições e possíveis definições relacionadas aos cargos, serão definidos no edital do certame.

Os Técnicos Administrativos em Educação serão selecionados por meio de concurso público de prova objetiva. Os requisitos de escolaridade e a experiência profissional de cada cargo estão previstos na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Quanto aos critérios eliminatórios e classificatórios, restrições e possíveis definições relacionadas aos cargos, serão definidos no edital do certame. As provas objetivas são compostas por um conjunto de questões de Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico, Informática, Legislação e Conhecimentos Específicos selecionados de acordo com conhecimentos necessários para desempenhar as atribuições de cada cargo. Após a homologação do concurso, as nomeações serão realizadas conforme a disponibilidade de vagas seguindo a ordem de classificação do concurso e levando em consideração as demandas das unidades do IFAP, bem como os limites estabelecidos no modelo de referência da Portaria nº 713, de 08 de setembro de 2021

7.5 Plano de Expansão do Quadro Docente e de Técnico-Administrativos

Com base na totalidade dos cargos vagos disponíveis, no modelo de dimensionamento dos Institutos Federais, estabelecido pela Portaria MEC nº 713, de 08 de setembro de 2021, no Banco de Professor Equivalente, instituído pelo Decreto no 7.312, de 22 de setembro de 2010 e com alterações promovidas pela Portaria Conjunta MPDG e MEC no 405, de 14 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 20 de dezembro de 2016, e ainda o Quadro de Referência dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pelo Decreto no 7.311, de 22 de setembro de 2010, para admissão de docentes e técnicos administrativos, projeta-se a execução de:

Tabela 54: Plano de Expansão do Quadro Docente e Técnico-Administrativos

ADMISSÃO DE SERVIDORES	2024	2025	2026	2027	2028	TOTAL
DOCENTE	40	15	14	10	10	79
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	35	5	5	5	5	50

7.6 Plano de Capacitação e Qualificação

O desenvolvimento dos servidores, no âmbito do IFAP está dividido em duas ações, que são basicamente capacitação de curta duração e qualificação. A coordenação e organização dessas

ações está atribuída à Diretoria de Seleção, Ingresso e Carreira (DISIC), vinculada a esta Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. No que concerne especificamente à qualificação, conta-se ainda com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI), que possui atuação nas seleções de doutorado e mestrado, além dos convênios firmados junto a instituições que ofertam vagas em nível Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Tanto a capacitação quanto a qualificação estão pautadas no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, o qual institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal, autárquica e fundacional e regulamenta os artigos 87 e 102, incisos IV e VII, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Internamente a política de capacitação dos servidores foi regulamentada pela Resolução nº 29/2017/CONSUP, de 13 de março de 2017, a qual tem por objetivo promover e facilitar a capacitação e qualificação dos servidores do IFAP, contribuindo para aprimorar os conhecimentos, habilidades e o próprio desempenho pessoal e profissional do servidor em atuação nas mais diversas unidades e ainda considerando as atividades exercidas pelo servidor. Tendo como base as disposições da Resolução nº 29/2017/CONSUP, a PROGEP tem elaborado suas ações considerando a necessidade de promover e incentivar a qualificação e capacitação dos servidores. Para isso, tem desenvolvido as seguintes ações:

- Contratação de empresas para promoverem cursos de capacitação in company;
- Análise e viabilidade dos pedidos de capacitação externa formalizados pelos servidores;
- Divulgação e indicação de cursos EaD que possam atender os servidores;
- Ampliação da oferta dos cursos in company para alcançar o maior número de servidores, incluindo os que estão lotados nas unidades mais distantes, com redução dos custos de deslocamento para outros estados;
- Concessão de afastamento parcial e total para participação em curso de pós-graduação na modalidade *stricto sensu*;
- Licença Capacitação;
- Parcerias e convênios para oferta de cursos de mestrado e doutorado interinstitucionais.

Os recursos de capacitação estão centralizados na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, na busca por um gerenciamento desse recurso de forma que seja possível capacitar o maior número de

servidores de forma mais econômica, primando essencialmente pela capacitação e qualificação de qualidade e com eficácia.

7.7 Saúde e Qualidade de Vida no IFAP

A Unidade SIASS/IFAP foi implementada e atende questões que envolvem o histórico de saúde do servidor, além disso, iniciou ações voltadas a promoção a saúde. Buscando maior foco na qualidade de vida do servidor, será desenvolvida na PROGEP uma unidade de saúde e qualidade de vida do servidor que contará com uma equipe multiprofissional. Tal unidade ficará responsável por desenvolver e implementar programas de qualidade de vida no trabalho, ações de prevenção de doenças etc.

7.8 Ações Executadas com Base no PDI 2019 - 2023

- Realização de Concursos Públicos para contratação de docentes e técnicos administrativos, bem como de processos seletivos para contratação de professores substitutos; • Aumento da força de trabalho do IFAP;
- Realização de cursos de capacitação in company, capacitações externas e EaD;
- Implantação e estruturação de uma Unidade de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho;
- Concessão de afastamento para participação de servidores em programas de doutorados e mestrados, por meio de editais de afastamento que beneficiaram técnicos e docentes;
- Contratação de estagiários para auxiliar as unidades administrativas da Reitoria, do Campus Macapá e do Campus Laranjal do Jari;
- Realização Edital de remoção e redistribuição para adequação da força de trabalho nas unidades do IFAP;
- Fortalecimento da ação “PROGEP EM MOVIMENTO”, visitas em cada Unidade com o objetivo de orientar o servidor, tirar dúvidas e desenvolver um bom relacionamento interpessoal;
- Promoção de Edital para implantar o Clube de vantagens do servidor do IFAP;
- Criação de unidade descentralizada da Gestão de Pessoas em cada unidade do IFAP;
- Fortalecimento o Programa de Gestão e Desempenho, na modalidade teletrabalho, considerando a autonomia de cada Unidade, bem como a legislação que versa sobre a matéria.

8. PLANO DE INFRAESTRUTURA

Visando o desenvolvimento institucional o Ifap planeja a construção de uma nova sede para abrigar exclusivamente a reitoria, localizado na Rodovia Norte-Sul, s/n, Bairro Infraero, Macapá/AP. São aproximadamente três mil, seiscentos e cinquenta e quatro metros quadrados para área, que darão suporte às pró-reitorias, diretorias sistêmicas, ao gabinete da reitoria, às assessorias, aos departamentos. A construção deste prédio dependerá dos novos esforços políticos e econômicos para efetivar a ação.

8.1 Infraestrutura de obra da Reitoria

Quadro 22. Infraestrutura de Obras Reitoria

Novo Prédio da Reitoria	
TÉRREO	
	ÁREA (m ²)
Recepção e Hall de Entrada	116,11
Auditório com camarim, banheiros, depósito, rampas de acesso	210,38
02 Salas de Reuniões para videoconferência	90,00
Sala Multiuso (Miniauditório)	36,54
Copa	12,35
Banheiro Masculino	33,72
Banheiro Feminino	33,72
Área de Lavagem / grama	261,61
Área de Convivência	90,00
Diretoria de Tecnologia da Informação	90,00
Comitê de Segurança da Informação	90,00
Equipe de Tratamento e Respostas a incidentes de Segurança	95,00
Coordenação de Bens e Materiais	86,67
Serviços Gerais	19,04
Setor de Logística	55,00
Protocolo Geral	24,06
Elevadores	3,29
Acesso à Escadas	13,00
Área Técnica	515,34
	541,83
ÁREA DO TÉRREO	1.875,83
ÁREA EM PLANTA	2.405,00
1º PISO	
	ÁREA (m ²)
Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa Pós Graduação e Inovação	250,00
Pró-Reitoria de Administração	180,00
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	120,00
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	240,00
Espaço de circulação	541,00

Sala de Reunião do Conselho Superior e Colégio Dirigente	88,62
Reitoria	119,70
Diretoria de Comunicação	24,80
Diretoria de Integridade	36,00
Auditoria Interna	45,00
Comissão CPPD	30,00
Comissão Própria de Avaliação	56,00
Comissão Inter. Super. Plano de Carreira e Cargo - TAE	45,00
Comitê de Governança, Riscos e Controles	38,00
Comitê Institucional de Gestão Ambiental	46,00
ÁREA DO 1º PISO	1.860,12
ÁREA EM PLANTA	1.860,12
ÁREA TOTAL	3.735,95
ÁREA TOTAL EM PLANTA	4.265,12

Valor Total estimado para a construção do prédio da Reitoria: R\$ 17.000.000,00

Planta da Obra em anexo.

8.2 Infraestrutura Física existente nas Unidades do Ifap

Quadro 31. Demonstrativo da Infraestrutura Física Existente no Instituto Federal do Amapá

Prédios e Áreas dos Campis	
Campus Macapá	
Prédios	Área (m²)
Bloco A (administrativo)	3.158,40
Bloco B (Salas de Aula, Biblioteca, Sala de Professores, Bloco de Laboratórios Básicos, Salas Administrativas do Campus e Rampa de acessibilidade)	6.741,21
Bloco C - (Convivência e Assistência ao aluno)	851,20
Bloco D - (Refeitório, Cozinha e Conjunto de banheiros)	908,39
Bloco E - (Laboratórios - Mineração, Edificações, Alimentos, Química)	2.780,04
Ginásio Poliesportivo com salas de aula, salas administrativas e elevadores de acessibilidade	4.332,35
Bloco de Garagem e Almoxarifado	1.203,20
Posto policial	55,00
Passarelas Cobertas e Hall de Entrada	1.335,80
Predio Em Estrutura Pré-fabricada (Laboratório IFMAKER)	120,00
Predio Em Estrutura Pré-fabricada (Almoxarifado)	160,00
Total Campus Macapá	21.645,59

Campus Santana	
Prédios	Área (m²)
Prédio contendo 12 salas de aula, Salas administrativas, Ginásio Poliesportivo, Bloco de Laboratórios, Auditório, Biblioteca	5.577,39
Predio com 06 salas de aula e conjunto de banheiros	615,43
Passarela Coberta e Sala de monitoramento	353,24
Total Campus Santana	6.546,06
Campus Porto Grande	
Prédios	Área (m²)
Prédio contendo 12 salas de aula, Salas administrativas, Ginásio Poliesportivo, Bloco de Laboratórios, Auditório, Biblioteca	5.577,39
Predio com 05 salas de aula e conjunto de banheiros	615,39
Construções de Infraestrutura agrícola	2.819,00
Passarelas Coberta e Sala de monitoramento	351,48
Total Campus Porto Grande	9.363,26
Campus Laranjal do Jari	
Prédios	Área (m²)
Prédio contendo 14 salas de aula, Biblioteca, Salas administrativas, 2 Blocos de Laboratórios, 2 conjuntos de banheiros, Refeitório, Sala de Descanso, Área de Convivência	5.665,25
Ginásio Poliesportivo com salas de aula e rampa de acessibilidade	2.935,00
Total Campus Laranjal do Jari	8.600,25
Campus Avançado Oiapoque	
Prédios	Área (m²)
Bloco Administrativo, Bloco de Salas de Aula, Bloco de Laboratórios, Bloco com Biblioteca e Refeitório, Bloco de Banheiros	1.599,38
Total Campus Oiapoque	1.599,38

8.3 Infraestrutura Geral de biblioteca

A Biblioteca constitui suporte imprescritível para a realização dos valores, finalidades e objetivos do IFAP, contribuindo no processo de ensino e aprendizagem da comunidade em geral e nos projetos de ensino, pesquisa e extensão de cada campus que integra o Instituto federal do Amapá, através da infraestrutura bibliográfica, documentária e informacional necessária.

O espaço da biblioteca é projetado para atividades de estudo em grupo ou individuais para atender toda a comunidade do campus. A biblioteca está aberta ao público nos dias úteis e dias letivos de acordo com o calendário escolar de cada campus. Os serviços de empréstimo hipotecário são permitidos para estudantes e servidores do instituto.

O horário de funcionamento das bibliotecas do Ifap é afixado de maneira visível na porta de acesso das respectivas unidades.

8.4.1 Serviço oferecidos, formas de atualização e acervo

Os serviços oferecidos pelas bibliotecas são: consulta ao acervo, empréstimo domiciliar, empréstimo entre bibliotecas, renovação, reserva, devolução, elaboração de fichas institucionais e orientação quanto à normalização de trabalhos acadêmicos, acesso à internet, acesso a publicações eletrônicas, salas de estudo em grupo, Orientação a pesquisa bibliográfica utilizando o catálogo da Biblioteca e portal de periódicos da CAPES, Orientação quanto as normas técnicas da ABNT e acesso ao Portal de Periódicos.

8.5 Serviço de Tecnologia da Informação

A gestão da área de Tecnologia da Informação no IFAP tem como foco principal a efetiva utilização da informação como suporte às práticas e aos objetivos da instituição, de forma transversal, para atender às exigências do Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesse contexto, o Plano Diretor de tecnologia da informação e Comunicação - PDTI desempenha um papel fundamental de suporte ao negócio ao alinhar suas estratégias ao PDI.

O PDTI é o planejamento de gestão estratégica que visa direcionar todos os programas, projetos e processos de TI que irão ser desenvolvidos na organização no período de dois anos. Ele consiste na identificação e organização dos recursos de TIC que serão necessários para apoiar a execução dos planos e estratégias da instituição. No planejamento do PDTI, as soluções devem ser utilizadas com o objetivo de aprimorar os negócios da organização.

Na Reitoria, a Diretoria de Tecnologia da Informação (DITI) é o setor estratégico encarregado de propor, orientar, planejar, coordenar e supervisionar as políticas, programas e ações na área de informática. Sua segmentação interna permite que suas estratégias sejam focadas em:

- Sistemas de Informação;
- Suporte ao Usuário;
- Redes e Infraestrutura de TIC;
- Governança de TIC;
- Segurança da Informação.

Nos campi, As Coordenações/Seções de Tecnologia da Informação (COTI/SETI) atuam de forma alinhada e estratégica com a direção do campus e Diretoria de Tecnologia, com a finalidade de criar e manter as condições necessárias para o funcionamento das atividades relacionadas à Tecnologia da Informação. Além disso, eles desenvolvem serviços e oferecem suporte a suas unidades;

9. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

A gestão econômico-financeira consiste em estabelecer e supervisionar a implementação de políticas e diretrizes voltadas à economicidade e à eficácia administrativa; fiscalizar a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto; bem como atuar no planejamento estratégico e operacional da Instituição, a fim de subsidiar a definição das prioridades administrativas da Reitoria e dos Campi.

Na gestão econômico-financeira vivenciada pelas instituições públicas, é fundamental ter a compreensão de que as necessidades sociais são ilimitadas e os recursos são escassos. A condição de desigualdade entre esses fatores exige do Estado a definição de prioridades, na perspectiva da aplicação eficiente dos recursos públicos.

Para tanto, é preciso valer-se do planejamento como instrumento no qual a sociedade, por meio de seus representantes e instituições, pode identificar potencialidades e limitações, de modo a coordenar recursos e esforços para realizar, diretamente por intermédio das estruturas do Estado, e por indução à iniciativa privada, as ações necessárias para atingir os objetivos nacionais e as metas governamentais.

9.1 Capacidade e Sustentabilidade Financeira

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, autarquia federal, para cumprir, de um lado, uma série de compromissos impostos por diversos atores sociais e, de outro, os objetivos institucionais de diversas naturezas, conta em quase sua totalidade com recursos financiados pelo Governo Federal, por meio de programas, ações e projetos vinculados ao Ministério da Educação, seja direta ou indiretamente.

Merece destaque o fato de que muitas ações do Instituto são realizadas graças a verbas oriundas de emendas parlamentares por meio da Bancada Federal Amapaense.

O orçamento do IFAP é obtido através da parametrização da matriz orçamentária, consolidada para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O orçamento é elaborado considerando a proposta orçamentária anual que é identificada para cada Campus e a Reitoria,

exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores, conforme o Art. 9º da Lei nº 11.892/2008.

A partir do exercício 2023 a distribuição anual do orçamento destinado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é realizada pela Matriz de Distribuição Orçamentária, instituída através da Portaria MEC nº 646/2021.

A referida Matriz tem como base as informações publicadas pela última versão da Plataforma Nilo Peçanha e considera, para fins de distribuição orçamentária, os seguintes blocos:

- I. Funcionamento: manutenção e desenvolvimento das atividades globais da instituição, tendo como base a matrícula total, após deduzido o valor destinado à assistência estudantil;
- II. Reitoria/Direção-Geral: manutenção e desenvolvimento das atividades da unidade gestora central, tendo a mesma base aplicada no bloco Funcionamento;
- III. Qualidade e Eficiência: atividades desenvolvidas pelas instituições, aferida, a partir de indicadores disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha; e
- IV. Assistência Estudantil: refere-se à assistência aos estudantes dos cursos presenciais e a distância, aos estudantes em Regime de Internato Pleno - RIP e aos estudantes de cursos de Formação Inicial e Continuada, com foco no acesso, na permanência e no êxito.

Os blocos que compõe a matriz orçamentária da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são compostos pelos seguintes indicadores:

- I. número de matrícula total de cada instituição;
- II. Eficiência Acadêmica - IEA;
- III. Relação Aluno-Professor Presencial - RAPP;
- IV. Marcos Legais do Curso Técnico, da Formação de Professores e da Educação de Jovens e Adultos - IAML; e
- V. Renda Familiar Per Capita - RFP.

Os conceitos e a metodologia de cálculo da matriz orçamentária, incluindo o cálculo da matrícula total, bem como dos indicadores de qualidade e eficiência e da assistência estudantil estão previstos no Anexo da já referida Portaria.

Além disso, o Instituto também conta com recursos arrecadados diretamente pela Instituição, provenientes de inscrição em concursos e processos seletivos, aluguéis de espaços para instalação de cantina/lanchonete e a captação de recursos através de Termos de Execução Descentralizada (TEDs) celebrados com instituições federais.

Como a instituição depende, em sua maior parte, de recursos provenientes da União, sua sustentabilidade financeiro-orçamentária está diretamente ligada à sua capacidade de gestão econômico-financeira, isto é, à sua capacidade de otimizar a utilização dos recursos aprovados na LOA, e a sua resiliência frente aos contingenciamentos e cortes orçamentários decorrentes da conjuntura econômica do país. Nessa perspectiva, a otimização dos gastos e investimentos pautados na efetividade e na captação de recursos externos para projetos podem ser diferenciais na manutenção e até mesmo a expansão de sua atuação.

9.2 Eficiência e efetividade na execução orçamentária do IFAP

Considerando a complexidade de gestão de uma instituição multicampi e para atender às necessidades da comunidade, respeitando a autonomia administrativa de cada Campus, é necessário estabelecer diretrizes orçamentárias e estruturas de governança eficientes, além de efetivar a atuação em rede para a otimização dos processos e resultados.

Embora a Lei Orçamentária Anual (LOA) preveja orçamento próprio para cada unidade, é preciso destacar que se trata de uma metodologia adotada pela União para previsão e distribuição dos recursos a cada Instituto Federal e que, principalmente, o IFAP é uma instituição pública federal com missão e valores únicos e que tem, prioritariamente, os recursos públicos como forma de financiamento.

É necessário compreender, ainda, que cada campus possui especificidades quanto a diversas condições: número de alunos, número de servidores, estrutura física, tempo de funcionamento, qualificação dos servidores e gestores, orçamento, cursos ofertados, localização, arranjos produtivos locais, política e cultura, dentre outros.

Por meio da adoção do modelo de gestão em rede colaborativa, solidária e sustentável entre as unidades administrativas, o IFAP busca garantir mais eficiência no gasto público, atuação mais transparente, justa e com responsabilidade social.

Na gestão orçamentário-financeira, a execução total do orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA) e disponibilizado pelo Governo Federal é sempre desejável na busca pela eficiência na execução do orçamento da Instituição, mas, além de uma execução em sua totalidade, é preciso que a execução orçamentário-financeira esteja alinhada com os objetivos estratégicos definidos. Ou seja, além de eficiência, também precisa de efetividade, devendo-se monitorar e avaliar o que for alcançado.

9.3 Planejamento das ações institucionais e o Planejamento de compras e contratações

O plano de ação institucional precisa estar alinhado ao planejamento estratégico para o alcance dos objetivos definidos, mas a execução das ações pode sofrer impacto de incertezas relacionadas ao orçamento e falhas operacionais relacionadas à falta de controle, coordenação e planejamento sobre os processos que envolvem compras de materiais e contratações de serviços essenciais para a implantação das ações institucionais estabelecidas. Nesse ponto, além de planejar as ações institucionais para alcançar os objetivos definidos, também é preciso consolidar o Planejamento Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da instituição, especialmente incorporando à governança conceitos como accountability e gestão de riscos.

9.4 Estratégias

Para se alcançar uma gestão econômico-financeira cada vez mais efetiva e voltada para uma melhoria contínua na qualidade do controle de gastos e atenta à sustentabilidade financeira da Instituição, propõem-se as seguintes diretrizes:

- Adoção de governança baseada no referencial básico disponibilizado pelo TCU e nas normativas do Executivo Federal;
- Promover o efetivo planejamento, priorização e acompanhamento de contratações públicas;
- Manutenção de ações de qualificação e capacitação de servidores, com foco na governança pública, para melhoria contínua de suas atividades;
- Aperfeiçoamento das ferramentas do sistema de gestão e controle no SUAP, buscando uma maior interação com o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC;
- Construção de indicadores para avaliação de desempenho de nível operacional em cada setor da Instituição, para identificação do nível de qualidade de nossos atendimentos;
- Busca pela equalização de estrutura física e de pessoal nos Campi, identificando a infraestrutura necessária e a força de trabalho, mapeando as competências para cada atividade;
- Adoção de medidas para melhoria das ações sistêmicas de comunicação entre a gestão e a comunidade, trazendo mais transparência e visibilidade às ações institucionais.

9.5 Indicadores

Os indicadores Percentual de Gastos com Pessoal, Percentual de Gastos com Outros Custeios e Percentual de Gastos com Investimentos devem ser analisados em conjunto, pois são correlacionados entre si, uma vez que representam as despesas em termos relativos. Nos gastos

com pessoal, estão englobados servidores ativos e inativos, pensionistas, pagamento de sentenças judiciais e precatórios.

O indicador Gastos Correntes por Aluno mostra o custo médio corrente que cada aluno gera para o Instituto.

No cálculo, são considerados todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, inativos e pensionistas. Seu resultado é impactado, portanto, pelas despesas institucionais e pelo quantitativo de alunos matriculados.

O indicador Geração de Energia de Fontes Renováveis mostra a geração de energia elétrica a partir das usinas fotovoltaicas, em relação ao consumo de energia elétrica total.

O desempenho destes indicadores é afetado por questões operacionais atinentes à liberação de recursos para realização de despesas, que ocasiona restrições na utilização do orçamento previamente aprovado pela Lei Orçamentária Anual. Portanto, sua eficácia não depende exclusivamente dos esforços institucionais, mas também do cenário macroeconômico nacional.

9.6 Previsão Orçamentária

A projeção orçamentária do IFAP para o período de 2024 a 2028 teve como base o valor do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024, sem emendas. A partir desse valor, foi realizada a correção pelo IPCA estimado anualmente. Os índices utilizados foram divulgados pelo Banco Central na data de 24 de novembro de 2023, conforme abaixo:

IPCA	2024	2025	2026	2027	2028
	3,91%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%

Os benefícios obrigatórios aos servidores (auxílio alimentação, auxílio funeral, auxílio natalidade, auxílio transporte, auxílio creche) e a assistência médica e odontológica são consideradas despesas correntes, porém, os valores foram incluídos na projeção de despesas de pessoal ativo, para melhor análise.

A tabela 55 apresenta a projeção orçamentária do IFAP para o período 2024-2028, considerando as taxas IPCA.

Tabela 55 - Projeção Orçamentária 2024-2028

DESCRIÇÃO	ANO				
	2024	2025	2026	2027	2028
Despesas de pessoal e encargos sociais	R\$ 110.447.100,71	R\$ 114.312.749,24	R\$ 118.313.695,46	R\$ 122.454.674,80	R\$ 126.740.588,42
Outras despesas correntes	R\$ 23.715.882,22	R\$ 24.545.938,10	R\$ 25.405.045,94	R\$ 26.294.222,54	R\$ 27.214.520,33
Despesas de capital	R\$ 103.910,00	R\$ 107.546,85	R\$ 111.310,99	R\$ 115.206,87	R\$ 119.239,11

Fonte: Pró-reitoria de administração - PROAD

Estima-se também a arrecadação de recursos extraorçamentários captados através de Emendas Parlamentares e Termos de Execução Descentralizada – TED, esses últimos recebidos de outros órgãos, conforme Quadro 2. A base inicial para a projeção foi o valor de R\$ 10.859.303,92 arrecadados em 2023 e atualizados pelas mesmas taxas de IPCA.

DESCRIÇÃO	ANO				
	2024	2025	2026	2027	2028
Emendas e TED	R\$ 11.283.902,70	R\$ 11.678.839,30	R\$ 12.087.598,67	R\$ 12.510.664,63	R\$ 12.948.537,89

Tabela 56 - Projeção Extraorçamentária 2024-2028

Fonte: Pró-reitoria de administração - PROAD

10. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

10.1 Órgãos Executores da Avaliação Institucional

Para conduzir e analisar a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional, o IFAP conta com diferentes ferramentas de gestão. Os colegiados são uma delas. A compilação desses órgãos é um importante diferencial e um estímulo para a comunidade acadêmica. São ferramentas integradores que favorecem a comunicação, a coordenação e o controle dos elementos diferentes que formam o Instituto.

Outro importante instrumento é a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que coordena a autoavaliação institucional, desempenhando papel fundamental no processo de avaliação e acompanhamento do plano estratégico da instituição, conforme detalhado na seção 11.2.

A CPA tem ação de assessoramento em relação à administração da instituição e seus órgãos colegiados, embora, para fins de apoio administrativo, seja assessorada pela Diretoria de Desenvolvimento Institucional.

O planejamento do IFAP também inclui como objetivo de caráter estratégico, a viabilização de dados, informações e conhecimento, envolvendo tanto a disponibilização da infraestrutura necessária quanto a divulgação da cultura de utilização da informação para qualificar a tomada de decisões e o desenvolvimento dos processos institucionais. O alcance desse objetivo tem impacto direto no processo de acompanhamento do desenvolvimento institucional, visto que o IFAP adere parâmetros estratégicos para sua gestão.

O IFAP desenvolve os seus processos avaliatórios através de um sistema de avaliação Institucional o qual é constituído de acordo com a estrutura estabelecida no Regimento da Comissão Própria de Avaliação, baseada no artigo 11 da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, regulamentada pela portaria nº 2051, de 19 de julho de 2004 e com resolução aprovada pelo Conselho Superior do IFAP.

- Comissão Própria de Avaliação.

Subcomissão Própria de Avaliação do Campus de Macapá.

Subcomissão Própria de Avaliação do Campus de Laranjal do Jari.

Subcomissão Própria de Avaliação do Campus de Santana.

Subcomissão Própria de Avaliação do Campus de Porto Grande.

Subcomissão Própria de Avaliação do Campus Avançado Oiapoque.

A Coordenação de Avaliação Institucional, a qual compõe a estrutura da Diretoria de Desenvolvimento Institucional do IFAP, desenvolverá a função de articuladora das Comissões Próprias de Avaliação, consolidando as informações geradas por essas comissões na forma de relatório institucional que subsidiará o encaminhamento das decisões estratégicas da instituição e na elaboração do Relatório de Gestão.

A Comissão Própria de Avaliação será formada por Portaria específica, após a escolha por votação secreta dos representantes de cada segmento (Docente, Técnicos Administrativos e Discentes).

10.2 Avaliação Institucional

A avaliação institucional deve observar a natureza e a peculiaridade da forma de fazer educação na Rede Federal de Educação Tecnológica, levando em conta as diversas modalidades de ensino praticadas pelo IFAP: ensino técnico, nas modalidades integrado, subsequente, concomitante e PROEJA; ensino superior, Programas de pós-graduação, bem como Programas pactuados com o IFAP.

A avaliação e a autoavaliação institucional constituem-se em um processo de análise integral que permite o autoconhecimento, o realinhamento, a reestruturação das ações, visando o aproveitamento institucional através dos seguintes eixos: elevação dos resultados acadêmicos, a melhoria da qualidade do ensino técnico, da pesquisa e da extensão e o combate à evasão escolar no âmbito do IFAP.

A aplicação dos valores e preceitos instituídos pelo SINAES (criado pela Lei n. 10.861/2013), que tem a finalidade de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação das instituições de Ensino Superior. Para isso, será necessário a criação de mecanismo para avaliar as diversas modalidades de ensino implementadas no IFAP, deixando a cargo da Comissão Própria de Avaliação (CPA) realizar estudos para definir a metodologia que será empregada para acompanhar a avaliação das modalidades de ensino que não se enquadram na modalidade de ensino superior.

10.3 Metodologia, Dimensões e Instrumentos do Processo de Autoavaliação

No processo de autoavaliação, o IFAP é constituído de parâmetros e indicadores para subsidiar e interpretar os dados coletados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) através do assessoramento da Coordenação de Avaliação Institucional/Diretoria de Desenvolvimento Institucional. Este servirá para emitir juízos e julgamentos que possibilite a reflexão e as mudanças no processo de condução da instituição.

Os indicadores, dimensões ou variáveis globais que devem ser avaliados são: o ensino, a produção acadêmica, a produção dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio em todas as suas modalidades e a produção dos alunos dos cursos técnicos subsequentes, a extensão e a

gestão administrativa, ou seja, o aluno, o professor, a gestão administrativa, a infraestrutura e o currículo.

Em relação aos docentes, deve-se avaliar: a titulação, a forma de ingresso, situação funcional e regime de trabalho e a qualificação docente em função administrativa;

Quanto aos discentes, deve-se avaliar: participação em projetos na condição de bolsistas, colaboradores, voluntários, participação em atividades de extensão, participação em conselhos, colegiados e reuniões estudantis, os resultados obtidos pelos nossos alunos no ENADE e no ENEM;

Em relação à infraestrutura, deve-se avaliar: estado de conservação dos equipamentos e mobiliários. condições ambientais de trabalho, equipamentos disponíveis para trabalhos dos funcionários.

Em relação a gestão, deve-se avaliar: procedimentos de distribuição de disciplinas (Coordenações de cursos), acompanhamento das atividades planejadas nos cursos, acompanhamento do coordenador de curso no desenvolvimento das disciplinas, orientação para alunos ingressantes, atendimento dos servidores aos educandos, incentivo à qualificação, incentivo à atuação em colegiados e conselhos, elaboração / execução de projetos e programas, ações para soluções de problemas pedagógicos dos discentes, avaliação da existência e da qualidade do Plano Político Pedagógico, avaliação do acervo .

Em relação ao Ensino/Currículo, deve-se avaliar: planejamento do professor e da Coordenação de curso, procedimentos didáticos, instrumentos didáticos, instrumentos de avaliação mais utilizados, coerência da avaliação com os objetivos, com a relação entre professores e alunos, com a relação ensino/ aprendizagem, com o encadeamento lógico das disciplinas.

Em relação ao pessoal técnico administrativo, deve-se avaliar: titulação, forma de ingresso, qualificação/ aperfeiçoamento, desempenho, e número de servidores.

Além disso, temos as Notas Técnicas 062/2014 e 065/2014 que tratam da definição da estrutura do Relato Institucional e do roteiro para o Relatório de Autoavaliação Institucional, na devida ordem.

Portanto, a autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFAP, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação, mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, que deve

aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e propiciando sua adequação pelos responsáveis envolvidos.

A Nota Técnica nº 14/2014 do Ministério da Educação tem como objetivo uniformizar o entendimento sobre os indicadores do instrumento de Avaliação Institucional Externa, coordenado pelo INEP, no ano de 2012, a revisão do Instrumento de Avaliação Institucional Externo foi utilizado na avaliação *in loco* realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A revisão do Instrumento de Avaliação Institucional Externa ocorreu em observância ao disposto na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institucionaliza o SINAES; ao Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que define como competência do INEP elaborar os instrumentos de avaliação, e à Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, consolidada e republicada em 29 de dezembro de 2010, que atribui à DAES/INEP as decisões sobre os procedimentos de avaliação

10.4 Dimensões Norteadoras do Processo de Autoavaliação Institucional

O Programa de Avaliação Institucional do IFAP segue os princípios e dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). A CPA organiza os métodos e ferramentas para a autoavaliação, em cumprimento às dimensões sugeridas pelo Sinaes e às diretrizes definidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

- ❖ Dimensão 1: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional.
- ❖ Dimensão 2: a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e para a gestão, e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.
- ❖ Dimensão 3: a responsabilidade social, considerada especialmente no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
- ❖ Dimensão 4: a comunicação com a sociedade.
- ❖ Dimensão 5: as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

- ❖ Dimensão 6: a organização e a gestão, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, e a participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios.
- ❖ Dimensão 7: a infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca e recursos de informação e comunicação.
- ❖ Dimensão 8: o planejamento e a avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.
- ❖ Dimensão 9: as políticas de atendimento aos estudantes.
- ❖ Dimensão 10: a sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação, em todos os seus níveis e modalidades.

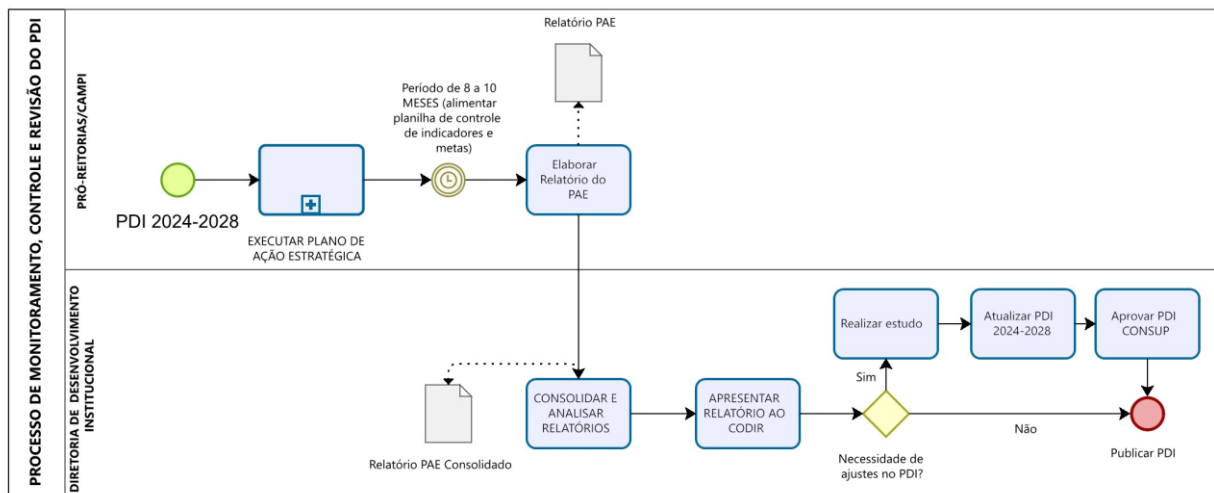
11. MONITORAMENTO, CONTROLE E REVISÃO DO PDI

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é uma exigência do Ministério da educação às Instituições Federais de Ensino, Decreto nº 9.235/2017. É de fundamental importância para a implementação e o acompanhamento do Planejamento Estratégico: objetivos institucionais; indicadores de desempenho; metas e plano de ação estratégico. Possibilita também o desdobramento da estratégia institucional formulada, bem como seu controle ao longo dos anos, permitindo os ajustes necessários para que o alcance da estratégia aconteça com excelência.

Processo de Monitoramento e controle do PDI é de responsabilidade da diretoria de Desenvolvimento Institucional, apoiada pela Reitoria (Pró-reitoria e Diretorias Sistêmicas) e Direção Geral dos Campi.

O processo de Monitoramento, controle e revisão do PDI 2024-2028 tem como objetivo garantir o alcance dos objetivos estratégicos, e assim consolidar a visão estratégica definida para esse período: Ser referência na promoção da educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita, sustentável e de qualidade na região amazônica. Este processo deverá ser realizado de acordo com a frequência da medição de cada indicador.

Figura _____. Processo de Monitoramento, controle e revisão do PDI 2024-2028



Powered by
Modeler

As Pró-reitorias (PROPPI; PROEXT; PROAD; PROGEPI; E PROEN); Diretorias Sistêmicas (DIEN; DITI; DICOM; E DDI); E CAMPI desenvolverão os seus respectivos planos de ações estratégicas com o objetivo de alcançar as metas vinculadas aos objetivos estratégicos do PDI IFAP 2024-2028. Durante o período de execução, as unidades deverão alimentar a planilha de Controle de Indicadores e Metas do PDI, disponibilizada pela Diretoria de desenvolvimento Institucional – DDI. Após o período de 8 a 10 meses do início da execução do Plano de Ação estratégicas, as unidades irão gerar relatórios demonstrativos do progresso dessas ações, registrando o atingimento das metas estabelecidas nos objetivos de contribuição de acordo com a respectiva dimensão de tempo e entregas. Esses relatórios servirão também para identificar possíveis situações que impeçam a realização das ações, possibilitando aos gestores ajustes para sua devida correção.

Os relatórios serão apresentados ao Colégio de Dirigentes que, se julgar necessário, poderá propor ajustes. Serão também disponibilizados no sítio eletrônico institucional (<https://portal.ifap.edu.br/index.php/transparencia-e-prestacao-de-contas/>) para conhecimento da comunidade interna e externa.

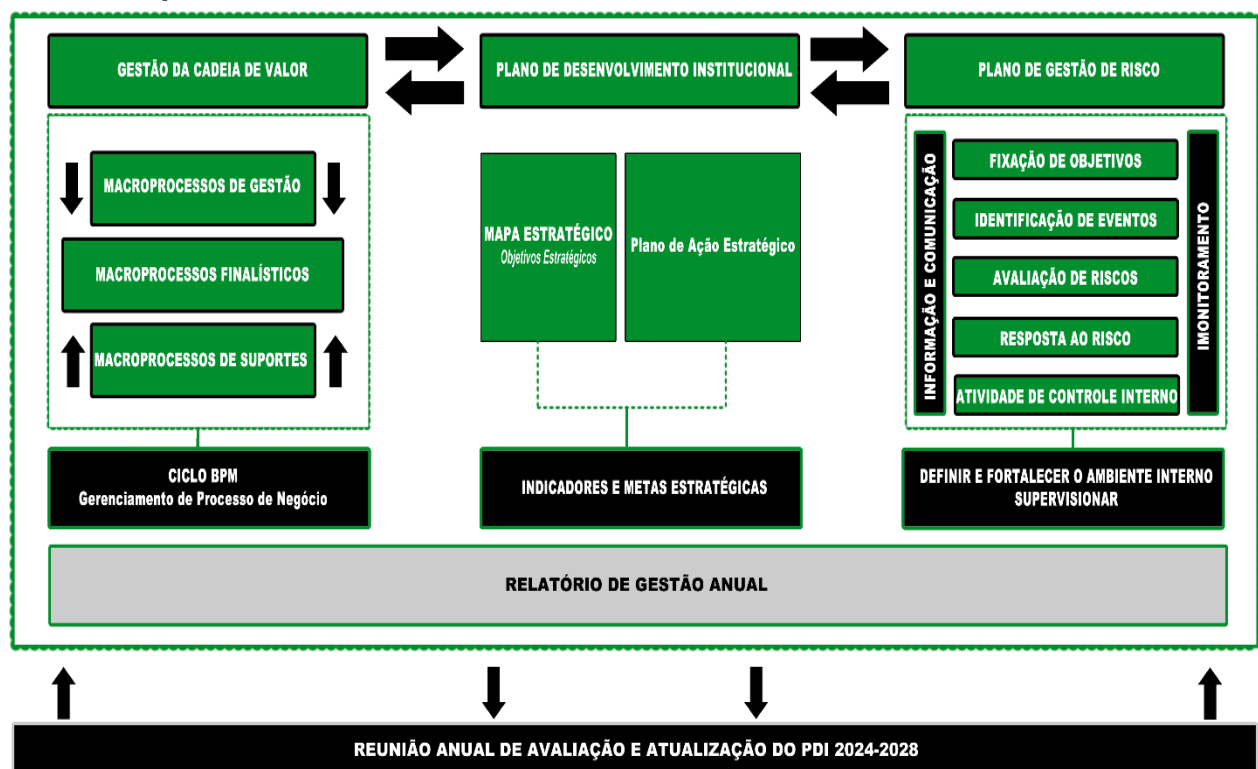
O PDI IFAP 2024-2028 poderá ser revisado e atualizado anualmente como resultado do monitoramento, avaliação e controle, entendendo-se que nenhum planejamento é imutável, pois deve levar em conta possíveis mudanças de cenários e, sobretudo, refletir as realidades e necessidades institucionais. Além disso, os gestores poderão solicitar atualizações caso seja

identificado inconsistências graves. O processo de atualização será conduzido pela Diretoria de Desenvolvimento Institucional e aprovado pelo Conselho Superior – CONSUP.

12. GORVERNANÇA: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, GESTÃO DE MACROPROCESSO E GESTÃO DE RISCO. Governança pública, segundo do decreto 9.203, art. 2º, de 22 de novembro de 2017, compreende o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Umbilicalmente relacionados ao conceito de governança, a gestão de riscos, gestão de macroprocessos e os controles internos ajudam na tomada de decisões, no cumprimento do planejamento estratégico e no controle de eventos que possam impactar nos objetivos estratégicos, missão, visão e valores definidos.

Figura _____. Controle de Governança Institucional

GOVERNANÇA INSTITUCIONAL



Fonte: Elaboração própria, 2023.

- 1 Plano de Desenvolvimento Institucional – Planejamento Estratégico
 - 1.1 Mapa Estratégico: Representação gráfica do conjunto de objetivos estratégicos estabelecidos, com relação de causa e efeito entre eles, visando o alcance da visão Institucional para os próximos 5 anos.

1.2 Plano de Ação Estratégico: Ferramenta desenvolvida para que o planejamento estratégico seja devidamente executado através dos Programas, projetos e processos institucionais.

1.3 Indicadores e metas estratégicas: Os indicadores e metas fazem referência as informações de desempenho alcançado dos objetivos estratégicos traçados, assim como dos programas, projetos e processos executados.

2 Gestão da Cadeia de valor: A cadeia de valor é uma metodologia usada para coordenar processos e mapear quais as vantagens competitivas da instituição. Essa ferramenta foi criada em 1985, por Michael Porter, um dos principais professores da Harvard Business School.

A Cadeia de valor é composta por macroprocessos:

- Macroprocesso finalísticos: Associados às atividades-fim da instituição. São os processos que agregam valor diretamente para os beneficiários do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação;
- Macroprocesso de Gestão: direcionam a evolução da instituição por meio de planejamento estratégico e controle;
- Macroprocessos de suportes: sustentam as atividades primárias, fornecendo recursos, tais como informação, comunicação, tecnologia, recursos humanos, infraestrutura, bens e serviços, assistência estudantil e outras funções de apoio;
- Valor gerado: Formação e qualificação profissional, científica e tecnológica, por meio do ensino, pesquisa, Inovação e extensão, com estreita aproximação e articulação entre os setores produtivos e a sociedade, e esta, consequentemente, recebe em seu meio cidadãos capazes de difundir e a aplicar conhecimento e inovação para o desenvolvimento social, econômico e cultural.

Sua principal função é revelar todas as atividades que a instituição produz para gerar valor ao público, e estabelecer quais os elos entre o Ifap e seu público-alvo. Ao fortalecer a conexão, é possível desenvolver vantagens competitivas para a IFAP, impulsionar o seu crescimento e alcançar a sua visão estratégica definida para os próximos 5 anos.

2.1 Ciclo de Gerenciamento de processos de Negócios - BPM:

- Projeto: objetivo planejar como o projeto de BPM será realizado no IFAP. Também é o momento do projeto em que são definidos o método, notação e ferramenta que serão utilizados durante todo o ciclo de BPM.
- Modelagem de processos: tem por objetivo levantar, mapear e validar a situação atual (AS-IS) dos processos.
- Simulação de processos: tem por objetivo testar os processos com base em medidas de desempenho para verificar se ele está sendo executado da maneira prevista ou se estão ocorrendo possíveis filas ou gargalos.
- Execução de processos: tem por objetivo automatizar, implantar e institucionalizar os processos de negócio.
- Monitoramento de processos: tem por objetivo acompanhar os processos através de indicadores de desempenho para verificar se houve desvios.
- Melhoria de processos: tem por objetivo avaliar criticamente a situação atual (AS-IS) dos processos, propor melhorias e projetar um novo processo futuro (TO-BE).

3. Plano de gestão de Risco: A gestão de riscos deve ser usada como Instrumento para promover a simplificação dos macroprocessos, associados a prestação de serviços públicos, de modo a assegurar que seja utilizado os controles indispensáveis, de acordo com os limites de exposição a riscos institucionalmente definidos, e que sejam eliminados controles desnecessários ou economicamente desvantajoso. Para assim o PDI – Planejamento estratégico seja executado com maior segurança.

3.1 Etapas da Gestão de risco:

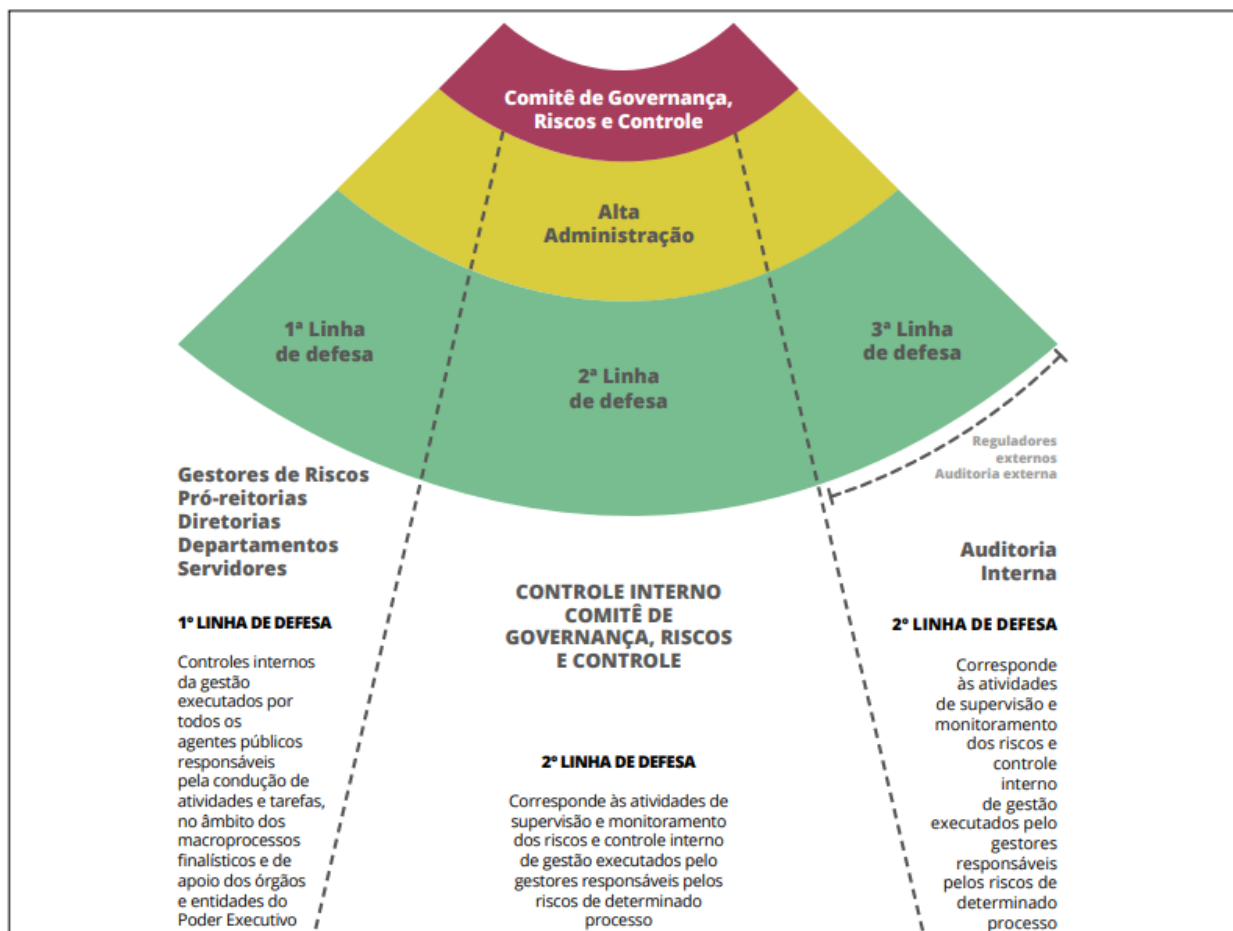
ETAPAS DE ESTABELECIMENTO E SUPERVISÃO DA GESTÃO DE RISCO	ETAPAS DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO
<ul style="list-style-type: none"> • Definir e fortalecer o ambiente Interno; <p>A definição e fortalecimento de ambiente interno propício para a gestão de riscos requer a implementação de um modelo de gestão pautado nas boas práticas de governança pública. Isso demanda significativas mudanças culturais, normativas e estruturais, com envolvimento efetivo de toda a comunidade acadêmica, implementação de uma política de capacitação na área de governança e disponibilização de recursos (humanos, tecnológicos, etc.) necessários para sua consecução</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fixação de Objetivos 2. Identificação de Eventos 3. Avaliação de Riscos 4. Resposta a Riscos 5. Atividades de Controles Internos <p>Informação e Comunicação</p> <ol style="list-style-type: none"> 7. Monitoramento

<ul style="list-style-type: none"> • Supervisionar. <p>A supervisão do Plano de Gestão de Riscos tem como finalidade acompanhar o desenvolvimento e o desempenho das ações de riscos nos diversos níveis de atuação. Busca-se, por meio da supervisão, avaliar a efetividade da Política de Gestão de Riscos em vigor</p>	
---	--

3.2 Estrutura da Gestão de Risco no IFAP

As três linhas de defesa utilizadas na Gestão de Riscos do Ifap foram propostas pelo The Institute of Internal Auditors (IIA), que apresenta o gerenciamento eficaz de riscos e controles exercendo uma maneira simples de compressão, o que facilita na melhora da comunicação entre os envolvidos na gerência e controle do risco devido à clareza entre a responsabilidade de cada agente no processo.

Figura _____. Linha de Defesa IFAP



Fonte: Relatório de Gestão 2022.

3.3 Matriz de risco

A Matriz de Riscos ou Matriz de Probabilidade e Impacto é uma ferramenta de gerenciamento de riscos que permite identificar e analisar quais são os riscos que devem receber mais atenção, de acordo com o levantamento dos macroprocessos e seus processos.

Figura _____. Matriz de Riscos

IMPACTO	MUITO ALTO 10	10RM	20RM	50RA	80RE	100RE
	ALTO 8	8RB	16RM	40RA	64RA	80RE
	MÉDIO 5	5RB	10RM	25RM	40RA	50RA
	BAIXO 2	2RB	4RB	10RM	16RM	20RM
	MUITO BAIXO 1	1RB	2RB	5RB	8RB	10RB
		MUITO BAIXO 1	BAIXO 2	MÉDIA 5	ALTA 8	MUITO ALTA 10
PROBABILIDADE						

Fonte: Relatório de Gestão 2022 – Gestão de Riscos (Avaliação da Maturidade TCU 2018)

A Gestão de Riscos do Instituto Federal do Amapá está orientado por três documentos, definidos a seguir:

1. Política de Gestão de Riscos: define as regras de alto nível (estratégico) , as quais representam os princípios básicos incorporados pelo IFAP em sua gestão, no que se refere à Gestão de Riscos.
2. Plano de Gestão de Riscos: documento que especifica, no nível operacional, os controles a serem utilizados para alcançar a estratégia definida na Política de Gestão de Riscos do IFAP. Estes serão elaborados pela Comissão de Gestão de Riscos e aprovados pelo Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controle Interno.
3. Relatório de Gestão de Riscos: tem a finalidade de avaliar e monitorar o Plano de Gestão de Riscos do Instituto Federal do Amapá do IFAP.

4 Relatório de Gestão Anual

O Relatório de Gestão é o instrumento de gestão com elaboração anual que tem como o objetivo sistematizar todas as ações (Plano de ação estratégico e Macroprocessos), implementados pelo instituto durante o ano, com o objetivo de prestar contas à sociedade e às instituições controladoras. Outro ponto fundamental do Relatório de gestão é poder mensurar os principais resultados alcançados e possíveis entraves que prejudicaram o alcance dos objetivos, indicadores e metas estabelecidos para o período.

5. Reunião Anual de avaliação e atualização do PDI 2024-2028

O Ifap busca acompanhar o PDI, visando garantir que as ações planejadas estão sendo desenvolvidas com excelência, empenhando-se em manter o progresso e com registros adequados para que possa entregar o maior valor para a sociedade e seus alunos.

O objetivo central da reunião anual é analisar os resultados alcançados, seja eles positivos ou negativos, durante a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI IFAP) 2024-2028. Pois segundo Ram Charan, co-autor do livro *Execução: A Disciplina para atingir resultados*, “Setenta por cento das estratégias fracassam por ineficácia em sua execução [...] raramente fracassam por falta de inteligência ou visão”. Daí a importância do controle e avaliação do planejamento estratégico – com métricas – permitirão detectar erros e providenciar ajustes necessários para chegar os objetivos estratégicos almejados.

Os resultados da Reunião Anual de avaliação e atualização do PDI 2024-2028 são:

- Incentivar a melhoria contínua no desenvolvimento do Planejamento Estratégicos;
- Fornecimento de dados sobre o impacto das atividades realizadas (Programas; projetos; e processos);
- Informações para a tomada de decisões.

Tabela____. Cronograma de Reunião Anual de avaliação e atualização do PDI 2024-2028

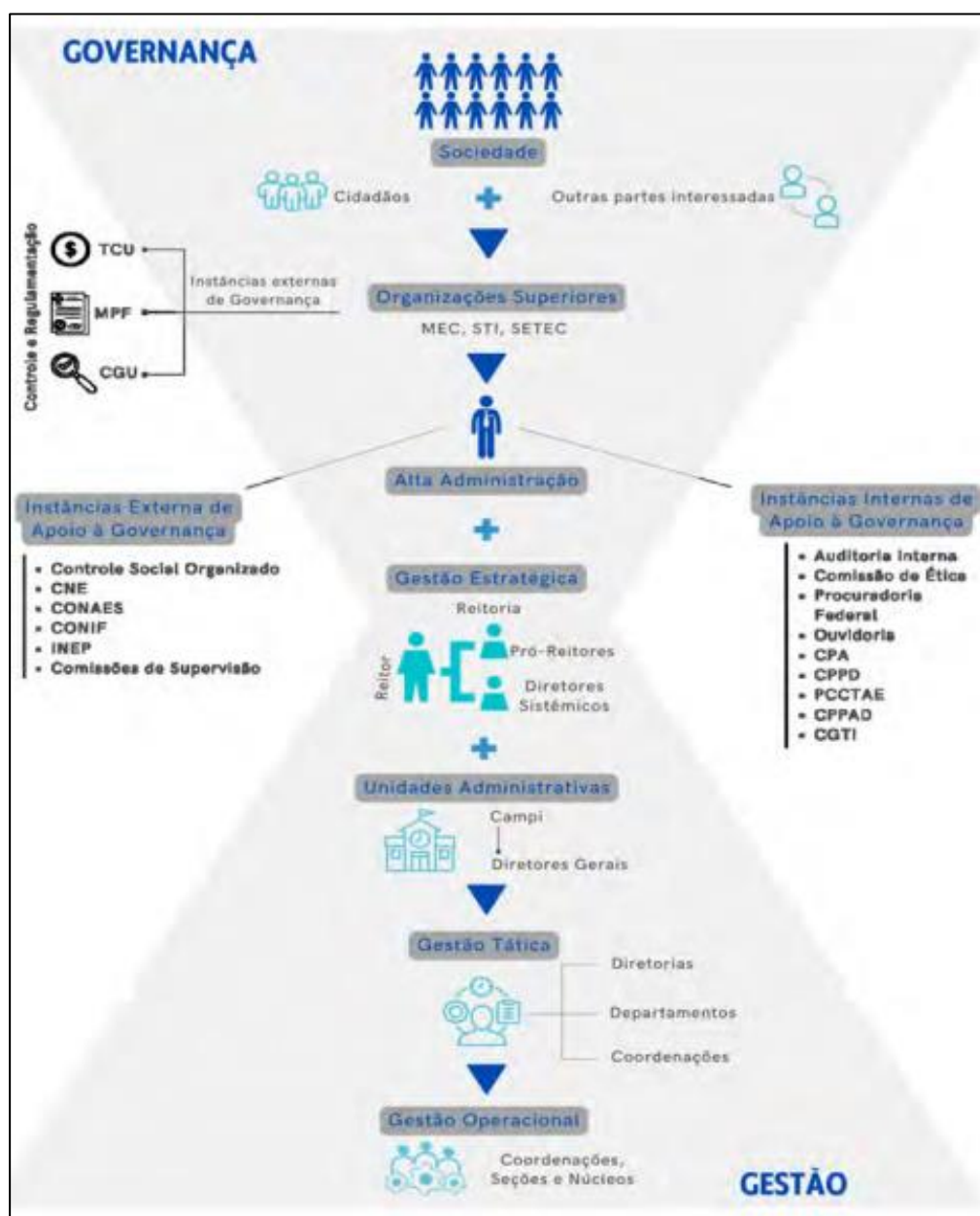
	MÊS	RESPONSÁVEL	PARTICIPANTES
1ª	Outubro/2024	Diretoria de Desenvolvimento Institucional	Conselho Diretor
2ª	Outubro/2025		
3ª	Outubro/2026		
4ª	Outubro/2027		

As Reunião de avaliação anual e atualização do PDI será conduzida pela Diretoria de desenvolvimento Institucional que apresentará os dados coletados para elaboração do Relatório de gestão do ano em curso, ou seja, dados referentes a execução do Plano de Ação Estratégico, desdobramentos de ações estratégicas com vista a alcançar os objetivos e metas desenvolvidos no planejamento estratégico, tendo com objetivo principal chegar na Visão institucional estabelecida para o período do PDI: “Ser referência na promoção da educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita, sustentável e de qualidade na região amazônica”.

12.1 Estrutura de Governança

O Sistema de Governança do Ifap baseia-se na Lei nº 11.892/2008. Os institutos federais se organizam em estrutura multicampi e cada campus é administrado por um diretor-geral. O Ifap tem como órgãos superiores responsáveis pela sua administração o Colégio de Dirigentes (Codir) e o Conselho Superior (Consup), ambos presididos pela reitora, e como órgão executivo da administração central a Reitoria, que é gerenciada por cinco pró-reitores e três diretores sistêmicos.

Imagem _____. Estrutura de Governança IFAP



Fonte: Relatório de Gestão 2022.

13. RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE

O relacionamento do Ifap com a comunidade ocorre por meio dos Serviços de Informações ao Usuário, da Ouvidoria e da Carta de Serviços ao Usuário. Em vista disso, há uma organização institucional para que as respostas ocorram no tempo hábil, já que no ano de 2017, o Ifap aprovou em seu Conselho Superior, a Revisão da Carta de Serviços ao Usuário, através da Resolução nº 66/CONSUP/IFAP, de 28 de agosto de 2017.

O Ifap é uma instituição de ensino, e por isso, é imprescindível que mantenha, em seus serviços, estreitas relações com a comunidade local e regional. Esse fator é determinante para que a instituição cumpra seu papel de auxiliar o desenvolvimento das cidades no qual suas unidades (*Campi* e Reitoria) estão instaladas. A Instituição oferece ensino gratuito e de qualidade, fomentando a pesquisa e as ações de extensão. Diante disso, defende-se o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão como a base para a preparação dos sujeitos para o exercício da cidadania.

13.1 Canais de acesso do cidadão

Instalado em 2015, através da Portaria nº 255/GR/IFAP, de 12/03/2015, a Ouvidoria do IFAP é o órgão competente para o atendimento das comunidades internas e externas. É responsável por receber, examinar e encaminhar sugestões, elogios, reclamações, solicitações e denúncias tanto da comunidade interna como da sociedade em geral, referentes a procedimentos e ações de pessoas, setores e órgãos dos *campi* e da Reitoria.

A Ouvidoria se propõe a atuar em defesa dos princípios fundamentais da administração pública: a legalidade, a legitimidade, a impessoalidade, a moralidade, a economia e a publicidade. Nesse sentido, auxilia o cidadão em suas relações com o IFAP, funcionando como canal facilitador ao atendimento das demandas da comunidade interna e externa à instituição.

Quando o cidadão apresenta uma comunicação verbal ou escrita a essa Ouvidoria, deve ser feito o registro como manifestações no Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV).

Para isso, existem cinco tipos de manifestação, são elas:

- Sugestão: Ideia ou proposta para o aprimoramento do trabalho. Recebida a sugestão, a Ouvidoria deve realizar análise prévia e, se for o caso, encaminhá-la às áreas responsáveis para providências. Será considerada conclusiva a resposta que oferece ao interessado a análise prévia realizada, bem como as medidas requeridas às áreas internas, ou a justificativa no caso de impossibilidade de fazê-lo.

- Elogio: Reconhecimento ou satisfação pelo serviço público prestado ou à disposição. É conclusiva a resposta que contenha informação sobre o recebimento e, se for o caso, o encaminhamento.
- Solicitação: A simples solicitação de uma informação ou pedido de cópias ou vistas de documentos e/ou processos.
- Reclamação: Manifestação de desagrado/protesto sobre um serviço prestado pelo servidor ou administrador público. No caso da reclamação ou solicitação, entende-se por conclusiva a resposta que encerra o tratamento da manifestação, oferecendo solução de mérito ou informando a impossibilidade de seu prosseguimento.
- Denúncia: São as manifestações encaminhadas pelo cidadão a respeito de atos administrativos que contenham indícios de irregularidades praticadas por gestor público jurisdicionado. À denúncia recebida pela Ouvidoria, desde que contenha elementos mínimos de autoria e materialidade, será oferecida resposta conclusiva no prazo máximo de 20 (vinte) dias, prorrogáveis, mediante justificativa, por mais 10 (dez).

A Ouvidoria ainda possui local próprio ressaltando que os e-mails recebidos no endereço ouvidoria@ifap.edu.br devem ser, por esse órgão, registrados, desde que com anuência de quem originou o e-mail, no Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (E-OUV).

O Ifap também dispõe no site institucional o Serviço de Informações ao Cidadão, onde o usuário pode acessar formulários a serem entregues presencialmente, bem como realizar requisições *online*.

Estão disponíveis os seguintes formulários:

- Formulário para pedido de acesso à informação Pessoa Natural
- Formulário para pedido de acesso à informação Pessoa Jurídica
- Formulário de reclamação PF
- Formulário de reclamação PJ
- Formulário de Recursos PF
- Formulário de Recursos PJ

Para requisições *online*, o Serviço de Informações ao Cidadão conta com *link* para o e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), que permite a qualquer pessoa, física ou

jurídica, encaminhar pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Por meio desse sistema, além de fazer o pedido, é possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail, entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas.

O e-SIC, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 - Art. 30, inciso III), também disponibiliza relatórios estatísticos contendo, em tabelas e gráficos, dados a respeito dos pedidos e recursos realizados desde o início da vigência da Lei (16 de Maio de 2012), bem como informações gerais sobre os solicitantes. É possível consultar dados consolidados (para toda a Administração Pública Federal) ou dados específicos de um órgão/entidade cadastrado no e-SIC.

13.2 Carta de Serviços ao Usuário

A Carta de Serviços ao Usuário do IFAP tem como intuito informar à comunidade o que é o IFAP, quais serviços são prestados, bem como a busca pela excelência na prestação de serviços ao público. A divulgação das ações através da transparência pública dos trabalhos realizados pela Instituição também é vislumbrada na elaboração deste documento. A proposta inicial da Carta de Serviços ao Usuário foi idealizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), Decreto nº 6.932 de 11 de agosto de 2009. Este documento tem como fundamento a divulgação de todas as informações relacionadas aos serviços prestados aos cidadãos nessa Instituição.

Nesse sentido, a constituição da presente Carta de Serviços ao Usuário do Ifap subsidiou-se no afluxo das informações essenciais da Instituição com o intuito de fornecer conhecimento aos cidadãos que utilizam dos serviços por ela prestados, de promover o acesso a essas informações, bem como de estabelecer a transparência e o compromisso com elevado padrão de qualidade no atendimento. Este documento está disponível no site www.ifap.edu.br, na aba Carta ao Usuário. Planejamento 2024 - 2028: Atualizar anualmente os serviços prestados pelas unidades do Ifap, bem como, atualizar as informações dos responsáveis por cada setor.

13.3 Aferição do grau de satisfação dos usuários

O Ifap está em fase de elaboração dos mecanismos para verificação da satisfação dos produtos e serviços, especialmente no que concerne aos usuários externos.

O instrumento atualmente utilizado é a avaliação conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), o qual é instituída por meio da Portaria com representação de todos os segmentos do IFAP incluindo a comunidade externa.

13.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a atuação da Unidade

As informações concernentes a esta unidade jurisdicionada estão disponibilizadas no site da instituição www.ifap.edu.br, menu Central de Conteúdos, aba Publicações. Através deste caminho é possível acessar os Relatórios de Gestão, Relatórios de Auditoria CGU, Plano de Ação, Relatório da CPA, resoluções e os demais documentos produzidos internamente ou documentos de órgãos externos que regulamentam as ações do IFAP.

